

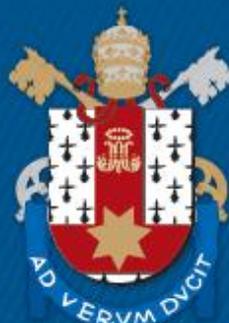
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA
DOUTORADO EM TEOLOGIA

RAPHAEL COLVARA PINTO

MARE NOSTRUM: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA REALIDADE MARÍTIMA À
TEOLOGIA.

Porto Alegre
2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

RAPHAEL COLVARA PINTO

***Mare nostrum: desafios e perspectivas da realidade marítima
à Teologia.***

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor ao Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Área de concentração: Teologia Sistemática.

Orientador: Prof. Dr. Nythamar de Oliveira

Porto Alegre

2019

Ficha Catalográfica

P659m Pinto, Raphael Colvara

Mare nostrum : desafios e perspectivas da realidade marítima à Teologia / Raphael Colvara Pinto . – 2019.

246 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Nythamar Hilario Fernandes de Oliveira Junior.

1. Colonialidade. 2. Não lugar. 3. Mar. 4. Realidade marítima. 5. Pensamento fraco. I. de Oliveira Junior, Nythamar Hilario Fernandes. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

RAPHAEL COLVARA PINTO

***Mare nostrum: desafios e perspectivas da realidade marítima
à Teologia.***

Banca examinadora:

Prof. Dr. Nythamar de Oliveira (PUCRS)
Orientador

Profa. Dra. Edla Eggert (PUCRS)

Prof. Dr. Rudolf von Sinner (PUPR)

Prof. Dr. Ricardo Timm de Souza (PUCRS)

Prof. Dr. Erico Hammes (PUCRS)

Porto Alegre

2019

AGRADECIMENTOS

“Terra, planeta água”. Nunca os versos de Guilherme Arantes tocaram tão profundamente o desejo de escolher o mar como fundamento desta tese.

Como neto de pescador, sempre convivi com as partidas e chegadas, alegrias e temor, pois assim é o mar: esconde, em suas entranhas, as incertezas da volta, a sobrevivência de famílias que vivem dessa atividade laboral, oscilando, ora no limiar da solidão, ora da esperança de uma vida melhor. Mares de histórias, algumas de pescadores e marinheiros, como as que aqui serão narradas.

Como cooperador e membro do Apostolado do Mar, na Cidade de Rio Grande-RS, partilho, com esses viajantes marítimos, o desejo de conversar, refletir, navegar, ouvir e conviver, pois compreendo que essa missão produz uma solidariedade ativa apesar do ceticismo. Se os marítimos estão à margem ou fora de seu *habitat*, esta situação oportuniza o estabelecimento de outros vínculos e o surgimento de laços que se formam por meio de outra sensibilidade.

Discorrendo sobre esta tese, muitos são os agradecimentos a todos(as) que, direta ou indiretamente, colaboraram para a conclusão desta pesquisa, que certamente não é um atracadouro para ideias fixas, mas um ponto de partida para novos empreendimentos.

Meu agradecimento à CAPES/PROSSUP pelo fomento e financiamento da bolsa de estudo, que me oportunizaram fazer o Mestrado e o Doutorado. Paralelamente, meu muito obrigado ao orientador, Prof. Nythamar de Oliveira (PUCRS); e à professora, Margaret Guider (Boston College) pelo apoio e acompanhamento à pesquisa durante o período do doutorado Sanduíche. Na pessoa do coordenador, Prof. Leomar Brustolin, agradeço ao Programa de Pós-graduação da PUCRS.

Ao Pe. Giovanni Corso, grande entusiasta e motivador, que me fez o convite para atuar no porto, acompanhando-me durante todo o período em que estive em Rio Grande. Aos voluntários e cooperadores do Centro *Stella Maris* obrigado pelo apoio a esta missão que é de grande relevância para o Porto e para Diocese do Rio Grande.

Aos amigos Sílvio Prietsch, Thaís Nabaes e Pe. Antonio Marcio Alves Rodrigues pelas valorosas contribuições à pesquisa. Ao Reverendo Ramacés Hartwig e ao Pastor Ruben Bonato pelo trabalho de cooperação ecumênica de visita aos navios. Aos paroquianos da Catedral de São Pedro, que compreenderam a minha ausência, nos momentos em que precisei

dedicar-me às atividades acadêmicas e portuárias. Aos professores Cláudio e Maria da Graça Gabiati pela disponibilidade em fazer as correções ortográficas desta Tese.

E, finalmente, aos meus familiares, especialmente ao meu pai José de Almeida Pinto que, em junho deste ano, completou sua jornada entre nós.

Tenho a certeza de que ter chegado aqui foi uma tarefa árdua, feita de muitos desafios e tempestades em alto mar. Durante este período, o poema de D. Helder Câmara, intitulado *Não, não pares* tornou-se quase um diário de bordo, onde eu lia: “É graça Divina começar bem. Graça maior é persistir na caminhada certa, manter o ritmo (...) mas a graça das graças é não desistir. Prosseguir firme. Podendo ou não podendo. Caindo embora aos pedaços (...) chegar até o fim”. E assim foi a construção desta tese.

RESUMO

O lugar operado pela realidade marítima, longe de ser libertador ou alienante, apresenta um caráter ambivalente que precisa ser analisado, pois não é apenas vetor abstrato de fluxo, como descreve o antropólogo Marc Augé, com o conceito de “não lugar”, mas, sim, um espaço onde as tensões entre a globalização economicista e a singularidade são desafiadas. Considerado historicamente como ambiente de interação entre os interesses políticos, militares e econômicos, os mares e oceanos tornaram-se lugares intensos de conexão e mobilidade, articulando escalas entre os diferentes níveis e experiências. Este entendimento tem sobrevivido aos diferentes cenários históricos do pensamento colonial que, durante o período de expansão marítima do século XV, globalizou a cultura europeia em detrimento de outras tidas como “primitivas”. Essa situação, denominada Modernidade, tem uma face oculta: a colonialidade como projeto civilizador. A partir disto, nos propomos uma revisão bibliográfica, apresentando como abordagem evidências dos padrões de “poder colonial” a partir da expansão marítima e da globalização contemporânea. A questão de pesquisa é: O legado do pensamento colonial é intrínseco à modernidade ou é um de seus desdobramentos? Qual o lugar da experiência marítima, quando se deseja propor um pensamento teológico não hegemônico, onde a própria religião sacralizou a violência e o imperialismo? A partir deste contexto, buscamos apresentar um arcabouço teórico-crítico do papel que o conhecimento epistemológico da Modernidade desempenhou na perpetuação da hegemonia europeia, delineando os princípios básicos a partir de uma interface entre a Teologia e as Ciências Sociais, enfocando o mar como lugar teologal. A hipótese foi que os mares e oceanos, não são apenas vetores da hegemonia colonial e espaço de circulação e de mercadorias, mas uma maneira distinta de estar no mundo, especialmente àqueles que vivem e trabalham nessa realidade. O seu caráter transitório carrega uma presença, considerando as pessoas que vivem no mar, e - ao mesmo tempo - também ausência e anonimato, entendendo como invisibilidade. A proposta final é construir pontes, percebendo que os mares têm o potencial tanto de integrar como de excluir. Aqui denominaremos de “maritimidade”, isto é, o lugar alternativo, assim como o ambiente onde Jesus lançou as redes para seu projeto messiânico.

Palavras- chave: Colonialidade. Não lugar. Mar. Realidade marítima. Pensamento fraco.

ABSTRACT

The concept of “place” as defined by maritime reality, far from being either liberating or alienating, has an ambivalent character that needs to be described; it is not only an abstract flow vector, described by the anthropologist Marc Augé as the concept of “non place”, but it is also a place where the tensions between economic globalization and uniqueness of a culture are challenged. Historically considered as an environment of interaction between political, military and economic interests, the seas and oceans have become intense places of connection and mobility. This concept has survived the different historical scenarios of colonial thought which, during the maritime expansion period of the fifteenth century, globalized European culture to the detriment of others regarded as ‘primitive’. This situation, called Modernity, has a hidden face: colonialization as a civilizing project; from this, we propose a bibliographic review, presenting as an approach, evidence of the patterns of “colonial power” from the time of maritime expansion to contemporary globalization. The research question is: Is the legacy of colonial thought intrinsic to modernity or one of its consequences? What is the place of the maritime reality when one wants to propose a non-dominance of theological thought, where religion itself has sacralized violence and imperialism? From this context we seek to present a theoretical-critical framework of the role that epistemological knowledge of modernity played a role in the perpetuation of European dominance, outlining the basic principles from an interface between Theology and the Social Sciences; we will focus on the sea as a theological “place”, the hypothesis being that the seas and oceans are not only vectors of colonial hegemony and a space for transport of commodities, but also a distinct way of being in the world, especially for those who live and work in this reality. Its transitory character carries a presence in regard to the people living at sea and –at the same time – also absence and anonymity, understood as invisibility. The final proposal is to build bridges, realizing that the seas have the potential to both integrate and exclude. Here we will call it “maritimity”, that is, the alternate “place”, as well as the environment where Jesus cast the nets for his Messianic project.

Keywords: Coloniality. Non place. Sea. Maritime reality. Weak thought.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AG:** Conc. Ecum. Vaticano II, Decreto sobre a atividade missionária da Igreja *Ad Gentes*.
- AL** Exortação Apostólica Pós-sinodal *Amoris Laetitia*.
- A.M** Apostolado do Mar.
- AO:** Paulo VI. Carta Encíclica *Octagesima Adveniens*.
- DCE:** Bento XVI. Carta Encíclica *Deus Caritas est*.
- DAp:** V Conf. Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Documento de *Aparecida*.
- EA:** João Paulo II. Exortação Pós-sinodal *Ecclesia in America*.
- EG:** Francisco. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*.
- EN:** Paulo VI. Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*.
- GS:** Conc. Ecum. Vaticano II, Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et Spes*.
- ICMA** *Internacional Christian Maritime Association*.
- ICSW** Comitê Internacional de Bem-estar dos marítimos/ *International Committee On Seafarers' Welfare*
- ILO** *International Labour Organization*.
- IMO** *International Maritime Organization*.

- ISAN** Rede Internacional de Assistência aos Marítimos/ *International Seafarers' Assistance Network*.
- ITF** Federação Internacional dos Trabalhadores do Transporte.
- LE:** João Paulo II. Carta Encíclica *Laborem Exercens*.
- LG:** Conc. Ecum. Vaticano II Constituição Dogmática sobre a Igreja *Lumen Gentium*.
- PP:** Paulo VI. Carta Encíclica *Populorum Progressio*.
- PB:** III Conf. Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Documento de Puebla.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pintura renascentista de Sandro Botticelli.....	26
Figura 2 - Pintura de Gustave Doré- O inferno da Divina Comédia	27
Figura 3 - Imagem de um menino sírio morto na costa de uma praia da Turquia depois de uma embarcação naufragar quando tentavam chegar à Europa.....	30
Figura 4 - Localização do Município de Rio Grande	59
Figura 5 - Construção da Plataforma P53 em Rio Grande- Foto João Paulo Ceglinski .	62
Figura 6 - Trabalhadores do Polo Naval em Rio Grande- Foto João Paulo Ceglinski ...	63
Figura 7 - Inauguração do Centro Stella Maris- Rio Grande-RS. Padres Giovanni Corso e Heitor Di Domenico; equipe de voluntários leigos e leigas.	65
Figura 8 - Foto das dependências internas do Centro Stella Maris- espaço para recreação e convivência- tripulação filipina.	68
Figura 9 - Festa de São Pedro e do Pescador- Rio Grande.	71
Figura 10 - Comercialização da Anchova, peixe típico da região.	71
Figura 11 - Cartaz de divulgação do congresso	73
Figura 12 - Mapa mundi europeu do final do século XV onde as especificidades da geografia ptolomaica já estavam enfrentando severas críticas por parte dos estudiosos modernos.	79
Figura 13 - Cidade de Chittagong, em Bangladesh. Local onde as pessoas trabalham de forma quase escrava	121

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Objetivo e questão de pesquisa	21
1 CONTEXTUALIZANDO OS MARES E OCEANOS	24
1.1 O imaginário marítimo	26
1.2 O espaço marítimo como lugar de pessoas e horizonte para a reflexão	35
2 O LUGAR DA MISSÃO MARÍTIMA: A ORIGEM E O SURGIMENTO DO APOSTOLADO DO MAR	49
2.1 A história da fé e do surgimento das organizações de bem-estar marítimo	50
2.2 A origem da missão marítima	53
2.2.1 Contextualização histórica do Porto de Rio Grande- RS	59
2.2.2 O início da missão marítima na Cidade de Rio Grande-RS: retrospectiva	62
2.2.3 O Apostolado do Mar e os pescadores	68
2.2.4 A retomada das atividades da Pastoral do Pescador	70
3 NAVEGANDO NO MAR DA MODERNIDADE: O LUGAR DE APROPRIAÇÃO E HEGEMONIA EUROPEIA	74
3.1 Uma abordagem marítima	74
3.2 A reinvenção da Europa como grande potência econômica	76
3.3 Um tempo de efervescência: o advento da navegação e o “encobrimento dos povos originários”	81
3.4 O renascimento e a expansão moderna	86
3.5 Movimentos contestatórios	90
3.6 O surgimento da Modernidade	92
3.6.1 Modernidade e o advento da ciência mecânica	95
3.6.2 A Revolução Francesa e o Iluminismo	101
3.6.3 O advento do navio a vapor: um vento favorável aos interesses econômicos europeus	105
3.7 A temporalização e o pragmatismo marítimo moderno	107
4 O MAR COMO “NÃO LUGAR”	111
4.1 O “não lugar”	112
4.2 O marítimo e sua condição existencial	122
4.3 O complexo portuário e o “não lugar” da realidade marítima	126
4.4 O mar como “não lugar” que separa pessoas e culturas	136
4.5 O mar como lugar da invisibilidade: o drama dos migrantes e refugiados	141
5 O PENSAR TEOLÓGICO E OS ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS DO “NÃO LUGAR”	150

5.1 Aproximação conceitual: o lugar na “Modernidade líquida”	150
5.1.1 Uma fissura em meio a Modernidade: crítica à pretensão de uma razão totalitária	156
5.1.2 A crítica à Modernidade: improvisando uma jangada para atravessar o alto mar	158
5.2 Adentrando ao “não lugar” teológico.....	163
5.2.1 Jesus e a margem: um lugar e um horizonte para Teologia.....	167
5.2.2 Jesus um judeu marginal como horizonte hermenêutico do “não lugar”.....	168
5.2.3 A realidade social da Galileia no tempo de Jesus.....	172
5.2.4 O impacto da dimensão de Jesus, o “profeta marginal”	174
5.3 O encontro com o “não lugar”: Jesus e a mulher siro-fenícia	176
5.3.1 Uma leitura para envolver a diferença cultural, o hibridismo e o “não lugar”	177
5.3.2 O contexto geopolítico do lugar	177
5.3.3 O hibridismo e o “não lugar”	179
5.3.4 O “não lugar” como espaço fronteiriço.....	180
6 O LUGAR DO “PENSAMENTO FRACO” NO HORIZONTE DA REALIDADE MARÍTIMA.....	182
6.1 Quadro social da Modernidade colonial	184
6.2 O pensamento fraco	187
6.2.1 A secularização como oportunidade.....	191
6.2.2 Uma linguagem débil para falar do mistério.....	198
6.2.3 Quando a metafísica transforma a religião num “túmulo de Deus”	203
6.2.4 Secularização e <i>Kenosis</i>	206
6.3 Um novo lugar: a <i>Kenosis</i> de Jesus.....	216
6.4 O discurso colonial e o pensamento social trinitário	221
6.4.1 Separação e autoadoção mútua	223
6.4.2 Vislumbrando um novo horizonte	224
CONSIDERAÇÕES FINAIS: O “NÃO LUGAR” COMO ESPAÇO MODESTO PARA ANCORAR A TEOLOGIA	226
REFERÊNCIAS.....	235

*Tu, sabes bem que em meu barco.
Eu não tenho nem ouro, nem espadas.
Somente redes e o meu trabalho.*

*Senhor, Tu me olhaste nos olhos.
A sorrir, pronunciaste meu nome.
Lá na praia, eu larguei o meu barco.
Junto a Ti, buscarei outro mar.*

*Tu, minhas mãos solícitas.
Meu cansaço, que a outros descansa.
Amor que almeja seguir amando.*

*Senhor, Tu me olhaste nos olhos.
A sorrir, pronunciaste meu nome.
Lá na praia, eu larguei o meu barco.
Junto a Ti, buscarei outro mar.*

Pe. Zezinho- canção A Barca

INTRODUÇÃO

*Não escrevo essas coisas só com as mãos; os pés também querem escrever.
Firmes, livres e corajosos, eles passam ora pelos mares, ora pelo papel¹.*

FRIEDRICH NIETZSCHE

Esta tese é uma proposta de reflexão sobre a realidade marítima como “lugar teologal”, analisando os contextos da sociedade, apontando as situações controversas que tais situações podem apresentar. Uma proposta caracterizada por deslocamentos na forma de entender o advento e expansão marítima descrita como sistema e padrões globais que diferencia, cataloga e segrega as pessoas em vista do lucro.

Esta descrição de um ambiente marginal e periférico, que inspira a entender os fenômenos marítimos, indica pontos de convergência e diálogo entre os diferentes interlocutores, invocando uma epistemologia e um projeto político que questiona os modelos eurocêntricos. Em vista disto, nos propomos construir uma reflexão que permita acompanhar tanto a hegemonia do pensamento marítimo moderno colonial quanto o colapso da realidade do mundo contemporâneo.

Voltando o olhar a tais questões, vislumbramos um horizonte de um diálogo interdisciplinar entre Teologia e realidade marítima, tendo como interlocutores de pesquisa: Marc Augé, Walter Mignolo, Zygmunt Bauman e Gianni Vattimo, e outros pensadores que forneceram um aporte para um pensamento marítimo. As escolhas desses deram-se pela possibilidade de uma interface com a antropologia social e a pesquisa sociológica. Buscou-se aproximar suas teorias ao redor do mar, percebendo que entre os referidos pensadores havia uma unidade mais profunda em suas posições do que meras semelhanças acidentais.

¹ NIETZSCHE, F. *A Gaia ciência*. p. 49.

Um convite para adentrar ao mar

A experiência tem nos ensinado que a compreensão de um determinado tema não é, de fato, um exercício automático. A lógica implícita é de que a pré-compreensão é necessária, exigindo nossa participação ativa na recriação, emprestando nossos contextos para que se torne significativa para nós e para o leitor. Nisto diferentes olhares e perspectivas trazem diferentes realidades e diferentes realidades criam distintos mundos.

O Serviço prestado pelo Apostolado do Mar, enquanto missão junto ao “povo do mar”, tem sua origem em uma época e local muito específico: as margens do mar da Galileia, início do ministério público de Jesus. Com um grupo de pescadores, um barco e algumas redes, fez um convite que exigiu uma resposta decisiva de seus interlocutores: “Não tenhas medo! Doravante serás pescador de homens” (Lc 5: 10). Este chamado programático marcou o início de uma nova missão.

A proposta desta tese toma em consideração este desafio e se propõe a aplicar, de acordo com as peculiaridades e demandas de cada lugar, uma reflexão que integre as histórias dos marítimos em meio às muitas incertezas. Considera-se que esta não é uma etapa isolada, mas fruto de um processo compartilhado com muitos colaboradores e por inúmeras reflexões que precederam a discussão, especialmente os encontros de capacitação dos Agentes do Apostolado do Mar. Os *insights* são sempre um esforço de tentar refletir mais adequadamente sobre a atuação apostólica no porto, isto é: “pensar globalmente, mas agir localmente”.

Apesar de todos os perigos, o mar sempre tem muito a oferecer. Já dizia um amigo professor: “Aquilo que te desafia é o que te transforma”. Essa frase, comumente dita e aceita, foi o que motivou a fazer a travessia em meio à tempestade. Certamente, assim como os discípulos na barca, houve medo e insegurança por conta das incertezas e dos ventos contrários. Contudo, tais dificuldades não foram ocultas, mas transformadas em elo de uma nova perspectiva, que não busca demonizar os limites e as contingências, mas vê uma oportunidade para reconhecer a presença de Deus que atua na história, apesar de todos os percalços e incompreensões.

Como neto de pescador, aprendi, desde cedo, com os relatos em família, as dificuldades e as ameaças do mar. Aos onze 11 anos de idade, meu avô deixou a pacata Cidade de Parnaíba-PI, para ir para a Escola de Pesca, no Rio de Janeiro, onde aprendeu

a profissão. Exerceu depois tal ofício em diferentes portos do Brasil e do mundo. Este contexto de migração pelo qual passou minha família, me despertou uma sensibilidade para trabalhar a temática da mobilidade humana, na qual se insere a realidade marítima.

Meu avô, respeitado pelos colegas, pelas autoridades portuárias e militares, foi capitão do Navio de Pesquisa, da Fundação Universidade Federal do Rio Grande-FURG, onde se aposentou, deixando um legado de respeito e estima por parte daqueles com quem conviveu e trabalhou.

Homem simples e com pouca formação acadêmica, mas formado na “escola da vida”, José de Anchieta Rios Pinto conhecia, como poucos, a Geografia marítima e as inúmeras técnicas de pesca. Como um bom pescador, sempre tinha muitas histórias para contar. Em nossas conversas, falava de algumas espécies de peixes nativos e os que migram sazonalmente. Nos últimos anos, fazia questão de mencionar a diminuição drástica de alguns cardumes, em virtude das mudanças climáticas e da pesca predatória, motivos que levaram ao fechamento de muitas indústrias pesqueiras na Cidade de Rio Grande-RS.

Por condições laborais, ligados à pesca, minha família veio para o Rio Grande do Sul, onde residimos até o presente momento. No sonho do meu avô, havia o desejo de que algum dos netos pudesse dar continuidade ao seu legado. Quando jovem, por diversas vezes, recebi o convite para ingressar na Marinha, mas, por teimosia e resistência, sempre recusei. Depois de alguns anos, fui convidado pelo Padre Giovanni Corso para ser um colaborador do Apostolado do Mar. Para alegria do meu avô, que pode compartilhar comigo este momento, no ano de 2016, recebi a distinção de “amigo da Marinha”, um reconhecimento pelo relevante serviço prestado no Porto de Rio Grande-RS.

Visitando as embarcações pesqueiras e os navios cargueiros, pude entender uma realidade que é imperceptível para a grande maioria das pessoas, de que a “maritimidade” tem uma fisicalidade, isto é, a vida do marinheiro e do pescador são carne e sangue em meio às profundezas do mar. Rostos que falam em algo diferente, para além dos idiomas das inúmeras tripulações estrangeiras; algo que faz conhecer a precariedade que está em jogo. Fé, esperança e religiosidade são vividas em intensidade momentânea, vibrando na “carne sem carne” daqueles que estão invisibilizados na imanência do mundo.

Vivendo em uma “fábrica flutuante”, num espaço transnacional, majoritariamente masculino e de fraternidade assimétrica, entre o fluxo ilimitado e o estrutural, entre o natural e o social que contemporizaram os discursos modernos como identidade indiferenciada. Removidos de sua cultura e de seu país, estão em contínuo movimento através dos mares e oceanos em meio a um rumo desconhecido que muitas vezes os levam a muitos lugares e também a lugar nenhum.

Nas primeiras visitas tive a impressão de que estava penetrando em um território intermediário assim como foi com os primeiros navegadores, um terreno de desorientação e incerteza. Esse espaço difuso, entre o antigo e novo, entre medos e desejos, dúvidas e sonhos, é o que foi construindo esta pesquisa, nascida da vulnerabilidade da própria vida de tantos marinheiros e pescadores.

Neste contexto, fui também desafiado ao “realismo de uma espera que se permite lutar pelo seu conteúdo, não em geral, mas no exato lugar e tempo em que se encontra”², pois num mundo onde parecem ter desaparecido alternativas, a missão marítima, por meio de sua atuação, tem buscado suscitar opções a partir de um trabalho de cooperação, que é, ao mesmo tempo, um caminho de contra-hegemonia do capital financeiro e promoção de bem-estar a todas as pessoas que vivem e trabalham nos portos.

Visto nesta ótica, entendi que o porto é um lugar social por excelência, onde se estabelecem significados culturais, valores complexos e conflitos de interesses, em todos os níveis, não somente nas relações trabalhistas entre empresas, agências marítimas e marinheiros, mas também, entre comunidade pesqueira no seu entorno. São importantes também os projetos de remoção das comunidades mais pobres, que estão nas proximidades, em vista da ampliação portuária.

Recordo-me quando, pela primeira vez, fui com a lancha da Praticagem³ para participar da manobra de um navio que estava atracando no porto. Em meio às ondas e o perigo de cair na água ao embarcar no navio, subindo, por uma simples escada de corda, chamada de quebra-peito, senti uma repentina ansiedade dando-me uma sensação como nunca havia sentido antes. Pensei: eu sou parte do mar e o mar é parte de mim, quando estou nele. Naquele momento, descobri o quanto de marinheiro eu era, no coração e na

² SANTOS, B. *A Crítica da Razão indolente*. p. 36.

³ Praticagem é um serviço por uma equipe técnica às grandes embarcações, garantindo a segurança na entrada e saída dos portos. Sobre isso, acessar: < <http://www.praticagemriogrande.com.br/>> acessado em 23/09/2019.

mente. E o quanto a passagem no mar é, por sua própria natureza, perigosa e ambivalente.

Entendi que o desafio de uma Teologia marítima é a consciência do significado e das possibilidades mais profundas do mar, não como objeto a ser descrito, capaz de despertar esse ou aquele sentimento, mas sim como uma realidade, tal qual uma fonte de imagens para interpretar experiências e fornecer um aporte teórico para um mundo que passa por um processo de rápidas transformações.

É preciso compreender que os mares e oceanos materializam uma maneira radical de ver o mundo como fluido, múltiplo e contingente. O “não lugar” atravessado pelos pescadores, marinheiros e migrantes torna-se, ao mesmo tempo territorializado, porque é o lugar, por excelência dos grandes investimentos e negócios, e é desterritorializado porque produz um fluxo de impessoalidade expressa nas relações de mercado em um futuro nômade e incerto. Augé reflete a natureza mutável do espaço e da sociedade, dadas as conexões do capitalismo transnacional, a cultura midiática e o desenvolvimento de novas tecnologias na qual os marítimos estão indiscutivelmente imersos.

A maritimidade permite pensar e agir com responsabilidade, escutando a voz daqueles que vivem em uma condição marginal. Nos portos, todos os símbolos e sinais apontam para algo impessoal, uma suspensão eterna, mas não um lugar onde as pessoas busquem algum significado compreensível. O anonimato do “não lugar” é apenas neutralizado pelo ritual de apresentar o passaporte, quando um marinheiro decide deixar o navio para ir em terra. Reconhecemos que é difícil, em um espaço de comércio como o porto, pensar que alguém possa fazer algo simplesmente por gratuidade. Exatamente aqui reside a capacidade do Evangelho de implodir a lógica da sociedade consumista, que transforma tudo em mercadoria.

Nossa atuação como visitantes e membros do Apostolado do Mar, dá-se mediante algumas etapas do processo que estão a seguir descritas para uma melhor compreensão didática. A primeira etapa é a inserção concreta através das visitas diárias ao porto, onde a finalidade é “encontrar pessoas” e dialogar com autoridades portuárias, funcionários e marinheiros. Como afirma o Papa Francisco: “a proximidade e o encontro são os instrumentos de Deus, que, em Cristo, se aproximou e sempre nos

encontrou”⁴. Esse passo é o mais elementar e fundamental de todos. A segunda etapa é a compreensão analítica do contexto da atuação apostólica, onde se busca entender os fenômenos econômicos, sociais e políticos envolvidos no processo. A terceira é a etapa da reflexão teológica, que se dá a partir de reuniões, de congressos de formação para capelães e da elaboração de artigos e livros sobre a temática do mar. E, finalmente, a quarta é a elaboração de um planejamento estratégico pastoral com ênfase na práxis dos processos. Como afirma Agenor Brighenti: “a práxis, antes de mero lugar de aterrissagem de uma ortodoxia, é fonte privilegiada para a leitura da própria ortodoxia”⁵. A afirmação remete à ideia de fazer dos pescadores, marinheiros e portuários, os interlocutores privilegiados da evangelização. Para isso é importante não os ver meramente como objetos passivos, mas, sim como sujeitos e possíveis colaboradores no trabalho missionário.

No porto ou a bordo dos navios, encontramos sempre uma comunidade fluida composta de marinheiros e portuários, de todas as denominações religiosas e visões de mundo alternativas e seculares⁶. Em consequência disso não há uma motivação de impor ensinamentos normativos, mas, sim, auxílio em suas necessidades práticas e humanitárias. Roald Kverndal argumenta que a missão marítima não deve ser coercitiva⁷ e que os marinheiros não devem ser tratados como pessoas a serem adestradas para alcançar certos objetivos religiosos. Ao saírem dos países de origem, eles já trazem uma bagagem cultural e histórica, por vezes dispersas por conta do exercício da constante mobilidade. A vontade de servi-los é sempre motivo de muita alegria e de constante preocupação. Por exemplo: Como manter aberta a missão em meio a situações financeiras e culturais tão adversas?

⁴ PAPA FRANCISCO. Discurso do papa Francisco ao Comitê Diretivo do CELAM- Texto integral.

Disponível em: http://pt.radiovaticana.va/news/2017/09/08/discurso_do_papa_ao_comit%C3%A9_diretivo_d_celam_texto_integral/1335428. Acessado em 1/07/2019.

⁵ BRIGHENTI, A. *A Igreja perplexa*. p. 108.

⁶ Uma das motivações para abordar tal questão deu-se depois de um diálogo com um capitão italiano que trabalha num navio de contêiner. Entre tantas coisas que disse em um café da manhã, em meio aos relatos de sua experiência religiosa católica na infância e o seu abandono na juventude, afirmou: “Deus está vivendo sem aluguel na Itália católica”. Como homem inteligente e sagaz, ele estava falando da tentativa de “despejo” e do processo de secularismo que passa a Europa no atual momento. Não se tratando necessariamente do abandono do religioso, mas da religião institucionalizada.

⁷ KVENDRAL, R. *The way of the sea*. p. 175.

Objetivo e questão de pesquisa

O objetivo primário é entender se o legado do pensamento colonial é intrínseco à Modernidade ou se é decorrente de seus desdobramentos. O objetivo secundário é estudar o lugar da realidade marítima quando se deseja propor um pensamento teológico não hegemônico, considerando que a própria religião sacralizou a violência e o imperialismo moderno.

Buscar-se-á propor uma reflexão sobre a importância da realidade marítima à Teologia, numa interface entre Teologia e outras ciências afins.

Iniciaremos, no primeiro capítulo, com uma contextualização dos mares e oceanos, como espaço de *constructo* de vivências reais e figurativas. Nosso objetivo será entender as percepções que decorrem desse espaço aquático, seu potencial figurativo e as práticas humanas que decorrem disso.

O segundo capítulo esboça alguns contornos históricos sobre a origem e desenvolvimento da missão marítima, buscando fazer uma contextualização do surgimento do Apostolado do Mar. Três idéias serão apresentadas: a primeira diz respeito à ausência de um trabalho mais específico, ficando restrita à devoção aos Santos padroeiros; a segunda, que compreende uma visão de capelania, especialmente no século XVIII, com as atividades do *Evangelical Revival*, nos portos da Inglaterra que, para além dos limites geográficos da paróquia, colocaram-se a bordo, nos navios; por fim, a terceira, com o surgimento - propriamente dito - do Apostolado do Mar, na Cidade de Rio Grande-RS, sua histórias e desafios, reconhecendo no marítimo alguém que é sujeito de direito e protagonista do seu processo. Tomar-se-á como referencial teórico para este capítulo o trabalho de Road Kverndal em sua obra *The Way of the Sea*.

No terceiro capítulo, apresentaremos um quadro histórico sobre o desenvolvimento e a expansão marítima, sobretudo após as “descobertas colombianas”, mostrando que, para além de um espaço esquecido, os mares tornaram-se um lugar, por excelência, da ambição e dos interesses militares e econômicos. Partimos da premissa de que, quando os europeus consolidaram seus impérios, tiveram que pensar na apropriação dos oceanos e mares como forma de hegemonia. Isso ocorreu nos tempos que se sucederam ao início da Modernidade, quando a capacidade de navegar, com sucesso, foi o ponto que permitiu a ascensão das potências econômicas. Dessa forma, mares e oceanos transformaram-se numa “linha abissal”, separando a glória, a riqueza e

a cultura de um lado, e a pirataria e a barbárie de outro. Percorremos os caminhos da modernidade passando pela época das caravelas até o advento do navio a vapor e sua maior velocidade, tornando os deslocamentos mais lucrativos e eficientes. A sociedade moderna ficou fascinada com a produtividade dos mares e oceanos, aliada a sua própria capacidade de criar e extrair quantidades cada vez maiores de alimentos e outros recursos, permitindo maior movimento de bens e pessoas, abrindo possibilidade para o que parecia uma expansão ilimitada: mais terra para cultivar, mais mares a explorar e mais lucro a adquirir.

O quarto capítulo, intitulado o Mar como “não lugar”, dialoga com o conceito do antropólogo francês Marc Augé. Esse autor entende como locais uniformes, monótonos e desterritorializados, que não refletem cultura específica, mas estão reduzidos à função comercial, como produto da Modernidade, onde intercâmbio global de capital, bens, comunicação e tecnologia interferem.

O quinto capítulo tem o objetivo revisitar a Teologia enquanto espaço fronteiriço, respondendo as novas questões que emergem da mensagem e da pessoa de Jesus de Nazaré, o “judeu marginal”. Este estudo oferece uma descrição teológica da marginalidade, apontando para um ato decisivo de cruzamentos de fronteiras geográficas e existenciais.

Finalmente, o último capítulo retoma as contribuições do filósofo italiano Gianni Vattimo e sua hermenêutica do “pensamento fraco”. Neste oportunizaremos um reencontro do Cristianismo com os grandes temas que dizem respeito ao naufrágio dos metarrelatos e das estruturas sólidas da Modernidade. Para o autor, o autoesvaziamento de Deus significa a presença amorosa que, livremente, se oferece ao mundo através de sua fraqueza. O advento do niilismo, segundo esta perspectiva, leva a cabo o processo de secularização, que ocasiona um enfraquecimento das estruturas fortes do pensamento ocidental.

Quanto às questões metodológicas e o papel da *práxis* na Teologia marítima, pode-se dizer que esta tese trata-se de uma abordagem teórico-pastoral de revisão bibliográfica. A pesquisa consiste em duas tarefas distintas: 1) Os quatro primeiros capítulos propõem-se a olhar para a realidade sociológica marítima, isto é: O que está acontecendo? Dentro desta tarefa é preciso discernir os contextos históricos e visualizando as implicações deste quadro social. “Trata-se do “ver” e compreender melhor a realidade”. 2) No quinto e sexto capítulos buscou-se responder a pergunta: O

que proporemos a partir disso? É o que se pode chamar de “iluminar”, onde se interpreta as situações através de um aporte teológico.

Pensando nisto é que se deu a escolha da temática marítima, pois além da práxis pessoal e de ser um dos símbolos mais universais da humanidade, o mar é também o lugar onde a vida se mostra mais frágil e onde as possibilidades de esperanças tornam-se mais palpáveis: “Não por um poder extrínseco e mágico, ou até sobrenatural, que intervém na história; mas uma transformação que surge de baixo e do reverso pela subjetividade aberta ao devir incerto da história”⁸. Para isso, será preciso abandonar a pretensão de ter uma teoria globalizante, superando assim o medo de arriscar, falhar e aprender novamente com os equívocos do caminho.

Que as reflexões, aqui propostas, sejam elos de integração de processos, pois se é verdade que o mar exclui, também integra diferentes povos, línguas e religiões. Este desafio é empolgante e, ao mesmo tempo exigente, convidando-nos a ingressar nas “periferias geográficas e existenciais” às quais somos chamados a permanecer, unindo o nosso compromisso junto a todos que vivem e lá trabalham.

⁸ ÁLVAREZ, C. *Deus Ineffabilis*. p. 82.

1 CONTEXTUALIZANDO OS MARES E OCEANOS

*Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.
Deus quis que a terra fosse toda uma,
Que o mar unisse, já não separasse.
Sagrou-te, e foste desvendando a espuma,
E a orla branca foi de ilha em continente,
Clareou, correndo até o fim do mundo,
E viu-se a terra inteira, de repente,
Surgir, redonda, do azul profundo⁹.*

FERNANDO PESSOA

Os mares, com o seu modo de interação humana, têm sido objeto de admiração e estudo. Um espelho para alguns, para outros um deserto, influenciando, de diferentes formas, a imaginação de poetas e escritores. A grande variedade de gêneros literários sobre o seu significado sugere que escrever e navegar tem uma profunda afinidade. O mar, na Odisseia, está cheio de perigos e maravilhas; na Bíblia é um instrumento da ira de Deus; e, na literatura inglesa, um espaço hostil do desespero humano.

Por isso, a decisão de adentrar nesse mar tornou-se também a consciência de suportar o curso das águas que empurram e desorientam, descobrindo os tipos de convergências que marcam os significados daquilo que aproxima e divide, o conhecido e o desconhecido, o presente e o futuro. Usando ainda a metáfora do mar como fonte de divisão e, ao mesmo tempo união, a vertigem provocada pelo movimento das ondas, associada à falta de fundamento, expressa a contingência radical de uma sociedade pluralista e fragmentada.

Nesse contexto tão ambíguo de navegação, permanecer longamente no abismo do pensamento pode gerar fadiga. Por isso, muitos pensadores preferem a estação calma e rasa da costa, onde podem continuar seguros em suas teorias, já que “avançar para águas mais profundas” é uma estratégia arriscada que vai além do conhecimento convencional.

Antes de se aventurar além do conhecimento estabelecido, procuramos alguns mapas e bússolas náuticas como sinalizadores, a fim de enfrentar as reivindicações hostis ao novo pensamento. Somente aquele que enfrenta seus perigos compreende seus

⁹ PESSOA, F. *Mensagem*. p. 39.

mistérios. O mar da Modernidade expansionista colonial tem se revelado, até hoje, cheio de melancolia e vozes que são silenciadas pela hegemonia dos interesses econômicos. Nesse ambiente, as histórias marítimas não costumam começar na primeira página, com a tradicional solidez da expressão: “Era uma vez”, mas, sim na torrente do fluxo de uma vida fragmentada.

Nessa direção, que toca as vidas daqueles que se dispõem a fazer a travessia do mar, há um contexto que se retroalimenta em um plano horizontal de representação, mas - ao mesmo tempo - permanece vulnerável a um eixo vertical econômico. Marinheiros e pescadores lutam com as particularidades de seu ambiente concreto, ultrapassando seus próprios limites, assumindo o contraditório. Não estão apenas fixados às paisagens marítimas, mas também assumem uma postura performativa que revela, em si, o “não lugar” no qual, nem a natureza humana, nem o próprio Deus recebe um valor determinado. Assim também, quando um navio permanece em alto mar, mesmo rastreado por satélite, não tem garantia de estar fixo ao contexto. Dele é possível a observação do horizonte que se coloca a frente, onde o arco da proa faz o corte na superfície da água, que ora se apresenta revolta, ora serena.

No mundo atual, tão segmentado pela perda de controle e por práticas que configuram o esquecimento e a invisibilidade de muitos indivíduos, não é surpresa que o mar tenha ocupado as margens fronteiriças da consciência humana e da sociedade. A razão disso pode ser o medo que ele representa, ou até o preconceito desenvolvido em relação aos que lá trabalham e vivem. Navegar tem significado de enfrentar os ventos contrários das posições conflitantes, embora possa transformar-se em abertura para aquilo que se almeja alcançar, tal qual a possibilidade de aproximação entre diversas culturas. Isso decorre da visão de que todas as posturas podem ser construídas de outra forma e que, como não abarcam o todo, precisam ser complementadas por outras.

Nesse espaço de circulação entre culturas e mercadorias, o mar era, e sempre será, testemunha dos desastres assustadores e eventos sublimes, capazes de guiar a imaginação de maneira única. Assim, sob o brilho da luz impressionista, mostra e desperta nossa sensibilidade. A Modernidade trouxe uma pretensão de objetivar a realidade, mensurando de forma concreta os conceitos e valores. Contrário a isso, em uma atmosfera metafórica, convida-se para outra experiência do real. O mar, neste mundo onde o desconhecido parece não ter lugar, continua a inspirar homens e mulheres, poetas e cientistas. Desta forma mantém-se palco de conflitos sangrentos, que

a história política selou em seus abismos profundos, tornando-se cemitério anônimo de migrantes e refugiados.

1.1 O imaginário marítimo

O imaginário marítimo mostra realidades estilizadas, tal qual o nascimento da Vênus de Milo; o Cristo de Tintoretto no Mar da Galileia; o mar de Ulisses, na obra *Íliada* de Homero, e o Oceano Atlântico que - segundo os navegadores do século XV - era habitado por monstros, demônios e almas dos condenados. As tempestades eram provocadas não só por contingências naturais, mas principalmente por temores e medos dos seres misteriosos. Os marinheiros portugueses e espanhóis lançavam relíquias ao mar para apaziguar as tempestades. Por meio das ofertas, agradeciam a Deus e aos santos protetores pela salvação. Eram pequenas embarcações utilizadas em viagens muito perigosas, sempre navegando em meio às incertezas, muitas vezes guiados pela observação de certos pássaros, que indicavam se a terra estava perto, ou pela coloração da água. As grandes extensões de mar, para esses povos navegadores, eram um espaço desconhecido e representavam o novo e as incertezas do futuro. Acidentes e naufrágios eram explicados por ações de “águas-vivas balbuciantes” e “ninfas sedutoras” que, como divindades femininas, nem sempre eram tão inofensivas, numa clara reação humana interativa entre medo e fascínio¹⁰.

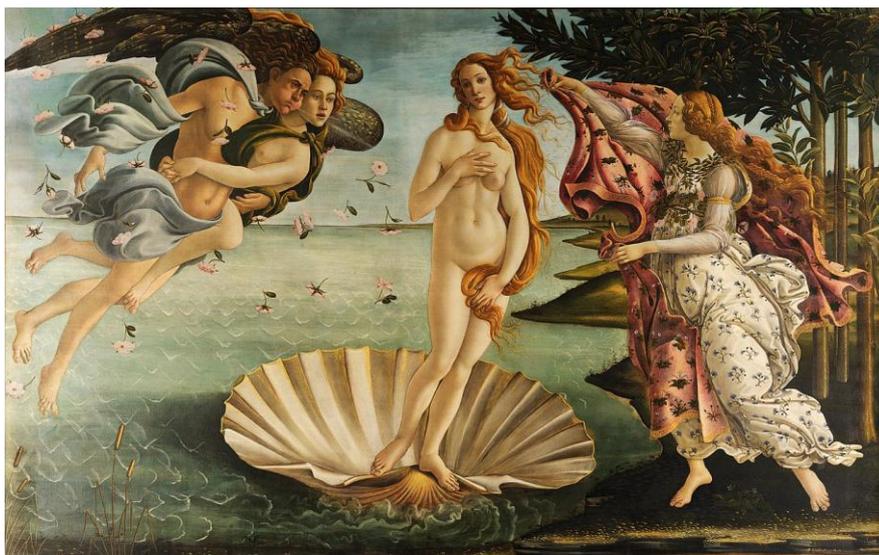


Figura 1 - Pintura renascentista de Sandro Botticelli¹¹

¹⁰ HOWARS, M. *God in the Depths*. 18.

¹¹ Disponível em: < <https://virtualia.blogs.sapo.pt/22868.html> >. Acessado em 24/03/2019.

O mar pode ser entendido do ponto de vista científico formal, e também no espaço poético¹² e teológico¹³, como origem e fonte da existência, capaz de convidar para outra percepção do real, onde o desconhecido não tem lugar. Suas formas estão associadas à internalização de sucessivas crises, pois no âmbito marítimo as configurações são incongruentes e normalmente andam de mãos dadas com as contradições sociais e metafóricas.

Aos mares atribuíam-se também vários aspectos da vida, como: dificuldades, incertezas e conflitos, oferecendo àqueles que se propunham fazer a travessia, a possibilidade de uma experiência única. Por isso, as tempestades, não eram vistas como um simples fortuito; o navegador via nela a própria mão do “Diabo”. Essa imagem é encontrada na descrição do primeiro círculo do Inferno da Divina Comédia de Dante Alighieri¹⁴.



Figura 2 - Pintura de Gustave Doré- O inferno da Divina Comédia¹⁵

¹² Ao longo da história, como demoníacos e portadores de infortúnios durante séculos, como pode ser visto nas obras de Shakespeare, Júlio Werner, Herman Melville entre outros clássicos. A praia, o pântano e as montanhas forravam o terceiro círculo do Inferno de Dante Alighieri e as imagens malélicas do mar foram igualmente descritas na literatura em quadrinhos na obra Robinson Crusoe, de Daniel Defoe. Este aspecto representa a imaginação de muitos escritores.

¹³ Na Bíblia encontramos águas que curam e inundam; mares que se abrem para travessia do Povo de Deus e ondas que desabam sobre o exército do faraó. São lugares de contradição, de anonimato, de solidão, do imaginário, da interioridade ameaçada, dos deslocamentos e das lacunas. Não é casual que o pensamento das artes e da religião se manifeste como fonte de esperança quando r o sentido da história humana.

¹⁴ ALIGHIERI, D. Divina Comédia. p. 7.

¹⁵ Disponível em <http://www.worldofdante.org/gallery_dore.html> Acessado em 10/08/2019.

Os navegadores, no início da Modernidade, estavam convencidos de que as tempestades não se acalmam por si mesmas, requerendo a intervenção divina. Tal perspectiva diz respeito à figura de Cristo que acalma as ondas do mar da Galileia. No entanto, a ira dos mares e oceanos pode encontrar seu papel no início da série de cataclismos descritos no Livro do Apocalipse. No Primeiro Testamento, a travessia do Mar Vermelho é uma imagem do conflito decisivo entre o povo eleito e o faraó, que tipifica o mal, com a vitória sobre a representação do monstro marinho. O povo de Israel, com seus temas e os seus motivos, aparece em vários pontos nas narrativas subsequentes¹⁶. Da mesma forma, o grande peixe que engole Jonas é outro desses monstros marinhos, sobre quem o domínio de Deus é demonstrado quando Jonas é, então, vomitado em terra firme. Pode-se considerar a figura do Leviatã¹⁷ como símbolo da provação no combate com as criaturas marinhas. Isso segue a lógica da Criação. A água do Mar Vermelho torna-se, em certas passagens do Primeiro Testamento, um conflito de *Iahweh* contra o Leviatã (Is 51: 9- 10). Entre os sinais de alerta do “advento

¹⁶ Há leves indícios de um emprego mais intenso das imagens da travessia do Mar Vermelho em vários lugares. Por exemplo, um número surpreendente de referências bíblicas a carruagens ocorre no contexto de libertações, julgamentos ou lavagens de água, e uma inspeção mais próxima pode revelar uma tipologia mais desenvolvida. De acordo com a imagem do Êxodo que encontramos na narrativa de Elias e Eliseu, o alinhamento de Acabe com o faraó pode ser sutilmente sugerido, pois Acabe é perseguido em sua carruagem pelos ventos, nuvens negras e chuva forte que acaba com a seca, enquanto Elias corre à frente dele pelo poder de *Iahweh* para Jezreel (1 Rs 18: 44-46), e também quando, em 1 Rs 22: 31-38, o carro de Acabe morto acaba sendo lavado em uma piscina, seu sangue lambido pelos cães. Em 2 Rs 5: 9-10, o oficial sírio, Naamã, vem a Eliseu em uma carruagem e é imediatamente enviado para se lavar no Jordão. O simbolismo da carruagem que se torna associado à água torna-se mais expansivo, como as carruagens divinas - e a carruagem do trono de *Iahweh* - estão incluídas na imagem. Em 1 Reis 7: 23, vemos dez “carruagens de água” (cf. v.33) que partem do mar de bronze no templo de Salomão. Em 2 Reis 2, diretamente após miraculosamente atravessar o Jordão de uma maneira que lembra a travessia do Mar Vermelho, Elias é arrebatado por uma carruagem de fogo. Vários salmos falam dos ventos e nuvens como a carruagem de *Iahweh* (2 Sam 22: 8-12; Sal 104: 3-4), da qual ele luta contra o mar, de maneira que lembram ou aludem ao relato do Êxodo. A associação da nuvem e do vento com a carruagem de *Iahweh* teria naturalmente moldado a leitura do vento do leste e a nuvem no relato do Êxodo. A íntima associação entre a presença da glória de *Iahweh* na arca da aliança, e a descrição do propiciatório como uma “carruagem” (1Cr 28:18), também é sugestiva para nossa leitura da travessia do Jordão em Josué 3, onde a arca da aliança e seus portadores desempenham um papel central. Essas primeiras descrições mais tarde adquiririam uma forma mais explícita na visão de Merkabah (Ezequiel 1). Talvez a mais intrigante de todas seja a possibilidade que tais imagens de carruagens sejam empregadas no Novo Testamento. Em Atos 8: 26-40, vários elementos da narrativa relembram eventos que já mencionamos: o profeta correndo, que ultrapassa a carruagem, quando Elias ultrapassa a carruagem de Acabe; o oficial estrangeiro que é instruído a lavar-se, como Eliseu instruiu Naamã; o profeta sendo levado pela carruagem Espírito/ trono depois de sair da água (v.39-40; 2 Reis 2: 9-11, 16; Ez 3: 12-14). Tais alusões têm forças diferentes. Essas são relativamente fracas, se estiverem presentes.

¹⁷ Leviatã é nome que se atribui a um “monstro marinho” citado na Bíblia em Jó 3.8 e Jó 40.25 (Bíblia de Jerusalém). Suas origens remontam à mitologia fenícia em que simbolizava o caos e possuía a imagem de um crocodilo. Na crença judaica, o Leviatã (também chamado de dragão em Ezequiel 29.3 e de crocodilo em Ezequiel 32.2) simboliza um poder contrário ao de Deus que, segundo o cristianismo, deverá sucumbir no Juízo Final. Disponível em: <<http://www.pantheon.org/articles/l/leviathan.html>> Acesso em 22/08/2019.

de Cristo” está a crença no mar que submergirá as montanhas antes de correr para os abismos da terra. Os peixes e monstros do oceano aparecerão na superfície, proferindo gritos. As águas rugirão com fogo do céu. Essa cosmologia sagrada, evocada aqui de forma ampla, impõe ao mar e às criaturas que nela habitam certos padrões de apreciação e lhes conferem um valor simbólico significativo. Por conta disso, o mar nunca foi compreendido como um lugar da “manifestação” de Deus¹⁸. Ao contrário, é talvez o espaço onde Sua presença seja menos palpável, ao mesmo tempo um lugar onde os assuntos humanos tornaram-se difíceis de discernir.

Desta forma, mares e oceanos conservam uma silenciosa lição que acolhe e, ao mesmo tempo, escondem as agonias que descem nas profundezas de uma realidade dúbia, revelada e ao mesmo tempo oculta. Essa apresentação sempre ocorre de forma acessível e inesgotável, oscilando entre o imaginário e o real. Ao contrário da terra que é o elemento árido, os mares e oceanos nunca retêm a marca da civilização humana, de modo que os marinheiros encontram uma sensação de infinitude e solidão de um lado e, de outro, confinamento. O mar faz de todos que ali estão um estrangeiro e, de todo estrangeiro, um homem ou uma mulher capaz de transcender o mundo físico para participar do metafísico, permitindo um conhecimento que por si só resiste à petrificação.

Do mar vêm “convidados da festa da vida” que se tornam ingratos, tal qual o drama pessoal, a fuga de si mesmo ou da circunstância, os enganados, os descaminhos e os sonhos dos imigrantes ilegais. Local da luta e de conflito sangrentos que a história política selou em seus abismos profundos no passado, tornou-se hoje um cemitério anônimo de migrantes refugiados. É possível perceber que: “aos olhos da Europa, suas vidas não carecem de valor. Morrem antes do tempo, afogados no Mediterrâneo por falta de hospitalidade, abandonados a sorte por conta de um capitalismo selvagem”.¹⁹ Só esse contexto já seria suficiente para chamar nossa atenção numa perspectiva comprometida com o equilíbrio social, natural e biológico. A água e seus fluxos podem

¹⁸ O livro de Gênesis fala da visão de um “grande abismo”, um lugar de mistérios insondáveis, massa líquida sem pontos de referência, imagem do infinito, do incompreensível, sobre a qual, na aurora da criação, flutuava o Espírito de Deus (Gn 1:2). Aí tem início a narrativa da criação: “no princípio, o Espírito de Deus movia-se sobre as águas. E Deus disse: faça-se a luz”. (Gn 3:1). Esse foi o primeiro ordenamento. Em seguida, Ele dividiu as águas e disse: “Que as águas debaixo do céu se juntem em um só lugar, e a terra seca apareça; e assim se fez” (Gn 1:6). Deus chamou de Terra o elemento sólido e a reunião das águas chamou de mar.

¹⁹ TAMAYO, J. *Las religiones monoteístas y el mar mediterráneo*. P. 159.

expressar apenas um movimento, uma mudança, uma repetição, uma conexão, uma separação e até uma mistura. Todas essas possibilidades indicam que a agitação das águas lembra um movimento brusco em oposição ao estado estático que costumamos tomar diante das perspectivas contrárias às nossas concepções relacionais.



Figura 3 - Imagem de um menino sírio morto na costa de uma praia da Turquia depois de uma embarcação naufragar quando tentavam chegar à Europa²⁰

Hoje fala-se que 90% da produção mundial circulam direta ou indiretamente pelos portos²¹, o que demonstra a relevância de tal abordagem. Contudo, em terra, vivendo em um dos períodos mais dinâmicos da história, essa realidade parece invisível, inclusive para a Teologia. Acaba tornando-se um espaço hermético e restrito a um grupo de especialistas e isso se expressa na escassa bibliografia encontrada.

Desse ponto de vista, se reconhece a falta de reflexão teológica sistemática sobre as implicações teóricas e, inclusive, empíricas sobre o espaço marítimo para o desenvolvimento e a compreensão da sociedade. Tal lacuna é particularmente significativa quando se pensa na relevância econômica, cultural e social do mar e dos oceanos para o funcionamento da sociedade, tanto numa perspectiva histórica como contemporânea.

²⁰ Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/canada-recebe-criticas-por-nao-ter-recebido-menino-sirio/>> Acessado em 24/07/2019.

²¹ FITZPATRICK, D. Criminalization of Seafarers. p. 212.

À luz desta observação, poderíamos fazer uma primeira pergunta: Seria a Teologia capaz de enfrentar a travessia de um mar revolto?

É verdade que nem sempre o “mar está para peixe”, ou seja, nem sempre o diálogo pode ser amistoso e cordial. Às vezes, os limites e dificuldades são mais proeminentes do que os pontos de convergência, uma vez que pensar numa Teologia marítima é, de fato, um tema de certa forma permeável e muito amplo. A revisão do assunto mostra uma gama de preocupações, diferentes quadros teóricos e muitos projetos políticos que pouco ou quase nada aludem à Teologia.

A Teologia, de maneira geral, foi concebida como uma ciência excessivamente “fixa”, dominada por um “pensamento forte”, até mesmo quando se aborda temas como territorialização e desterritorialização. Os teólogos tendem, com frequência, a se referir à ausência de “fundamentos sólidos”. As críticas radicais da sociedade foram aliadas a exigências surpreendentemente conservadoras para manter o *status quo* de uma ordem eclesiástica dada²². Talvez por isso, muitas das abordagens teológicas não conseguem ler, de forma eficaz, as novidades e as contradições do momento histórico atual, especialmente as que envolvem economia, os conflitos emergentes e os problemas gerados pela globalização.

Por isto, propomos um pensamento que convide a crescer na flexibilidade, tendo consciência de que, deste modo, mover-se-á entre as limitações da linguagem e das circunstâncias. A adoção de uma perspectiva de “pensamento fraco” e menos rígido poderá levar a resultados positivos, como mais participação de todos na tomada de decisões e no trabalho de cooperação em rede. Se tal perspectiva for concretizada, certamente contribuirá para uma autocompreensão e o aprofundamento das intuições do próprio Concílio Vaticano II, quando convida os cristãos a perscrutarem os “sinais dos tempos”.

Nessas condições, os cristãos têm a maior das oportunidades e uma grande vantagem. Uma vez que, pela fé, a partir da crença da “encarnação do Verbo”, há um discernimento e uma compreensão da realidade, da natureza, do significado e do valor da vida. Assim são capazes de fornecer um valioso contributo – onde quer que estejam envolvidos – na promoção de uma espiritualidade mais abrangente²³. A fé não apenas

²² TRACY, D. *Analogical Imagination*. p. 28.

²³ Afirma Paulo VI: “É neste ponto também que as organizações cristãs, sob as suas formas diversas, têm igualmente uma responsabilidade de ação coletiva. Sem se substituir as instituições da sociedade civil,

permite ao cristão se colocar “à margem”, vivenciando as situações de vicissitudes dos irmãos, como – também – admite personificar uma transição, pois estão sempre se dirigindo para novas fronteiras pela vocação missionária. São capazes de seguir uma promessa que não decepciona, colocando-se, de forma solidária, ao lado das vítimas desse mundo e mostrando Deus para a humanidade. Assim afirma o teólogo Agenor Brighenti: “conscientes das mudanças, já não podemos continuar os mesmos. Em primeiro lugar, é preciso aprender a enriquecer-se com a história. Em segundo lugar, há lições muito concretas a serem assumidas”²⁴.

Só através dessa postura poderemos trazer à tona a memória daqueles que foram esquecidos nas narrativas do progresso econômico, reconstituindo os lugares periféricos como opção pelas “margens”, como fez Jesus, compreendendo diferentes fragmentos e diferentes motivos de silêncio e anonimato em que se encontram muitos marítimos.

A realidade marítima como “lugar”, mas que é, ao mesmo, um “não lugar”, na concepção do antropólogo francês Marc Augé, veio, gradualmente, como um conjunto de práticas e circunstâncias que revelam, simultaneamente, desafios e oportunidades em dialogar com o próprio mundo. Considerando que esse, não somente está em constante mudança, mas também criou uma espécie de “ilhas de saberes”.

O Papa Francisco tem reiteradamente dito: “A Teologia depois da *Veritatis Gaudium* é uma Teologia em rede e em solidariedade com os ‘náufragos’ da história”²⁵ Esta tarefa de reescrever a Teologia não implica apenas em uma novidade no objeto, mas no novo tipo de teólogo, com uma nova consciência e nova postura diante da nova realidade. Ao levar estes ensinamentos para uma possível Teologia marítima, encontramos-nos diante de uma riqueza extraordinária, mas ao mesmo tempo frágeis nas experiências, seja pela situação de anonimato, seja pela precarização das relações de trabalho que caracterizam a vida do mar ou, ainda, pelo sofrimento e desesperança que existe. Nos mares e oceanos o ambiente físico e o imaginário se misturam, oferecendo um lugar privilegiado para reflexão.

devem elas refletir, à sua maneira própria e transcendendo a sua mesma particularidade, as exigências concretas da fé cristã para uma transformação justa e, por consequência, necessária, da sociedade” (OA, n. 51).

²⁴ BRIGHENTI. A. *Reconstruir a esperança*. p. 16.

²⁵ PAPA FRANCISCO. Discurso do Santo Padre por ocasião do Simpósio “*A teologia depois da Veritatis Gaudium no Contexto Mediterrâneo*”. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/june/documents/papa-francesco_20190621_tologia-napoli.html>. Acessado em 10/07/2019.

Compreendemos a Teologia marítima como a parte do conhecimento que trata de uma atividade pela qual os seres humanos relacionam sua fé em Deus (*Theos*), dentro e através da sua Palavra²⁶ viva, conhecida e comunicada, mediante os padrões históricos e culturais (*logos*), num espaço aberto, dialógico e polissêmico para um pensar e fazer criativo. Nesta compreensão, Deus é visto como um participante criativo em vez de uma figura autoritária estática, assumindo as contingências e as contradições dos processos históricos e culturais da vida humana. “Assim, a Teologia é hermenêutica situada (particular) da única e mesma fé (universal) elaborada a partir de uma perspectiva histórica”²⁷. Um trabalho comprometido para o qual são possíveis contribuições a partir da fé cristã, o que resultaria, segundo Agenor Brighenti, em um “verdadeiro Kairós, um novo sinal dos tempos, em que o Espírito Santo estaria dirigindo forte apelo de renovação ao Cristianismo, quem sabe já esclerosado em sua versão ocidental moderna?”²⁸. Para tanto, faz-se necessária uma Teologia enraizada na Tradição, que seja capaz de superar a sua autorreferencialidade, indo além dos seus muros para colocar-se no meio dos conflitos do mundo, prestando “atenção à realidade concreta, porque os pedidos e os apelos do Espírito ressoam também nos acontecimentos da história” (AL, n. 31).

Esse pensamento não tem a pretensão de estar no início, porque imaginamos esta tarefa como parte e atribuição da iniciativa do próprio Deus. Tampouco, se têm a aspiração de colocá-la ao fim, como se tivéssemos uma resposta completa e totalizante. Por isto é importante situar o pensamento da Teologia marítima no “meio”, isto é, uma Teologia contextualizada como um caminho, a partir de práticas comuns daqueles que vivem e fazem dos mares e oceanos um ofício. Isto abre uma perspectiva de redescobrimto do Evangelho de forma nova, deixando-se sempre ser surpreendido por Deus, que se revela em qualquer lugar. Revela-se nas periferias e nos lugares onde se encontram os sinais mais paradoxais e, ao mesmo tempo, mais criativos da história. Tal perspectiva elimina a homogeneidade própria dos discursos, preenchendo de tensão,

²⁶ Segundo Felix Alejandro Pastor: “o princípio substancial da Teologia coincide com a doutrina revelada na Palavra de divina, centrada em Cristo. O evento Jesus Cristo, na sua singularidade e universalidade, constituiu o *universale concretum* da história humana e o centro da *historia salutis*. O horizonte religioso do mistério cristão, como tensão causada pela Palavra divina revelada em Cristo e acolhida no dom da fé, condiciona fundamentalmente o trabalho teológico”. PASTOR, F. *Teologia e Modernidade: alguns elementos de Epistemologia Teológica*. p.72.

²⁷ CUNHA, C. *Encontros Decoloniais entre o bem viver e o Reino de Deus*. p. 173.

²⁸ BRIGHENTHI, A. *A Igreja do futuro e o futuro da Igreja*. p. 7.

movimento e possibilidade, em um processo que se dá, não apenas nos fóruns acadêmicos, mas na realidade daqueles que foram estigmatizados e que, aparentemente, não se enquadram nos modelos tradicionais religiosos.

A segunda pergunta, diante do que foi exposto é: Como, então, atuar nessa realidade?

Momentaneamente, será preciso “levantar a âncora das seguranças” do pensamento científico moderno para entender que a “busca” será mais importante do que as respostas definitivas. Será preciso ser capaz de navegar por meio de dispositivos que darão coordenadas parciais e, mais do que simplesmente apresentar argumentos abrangentes e totalizantes, dialogar com as diferentes esferas e interlocutores. Isso implica admitir que “nem sempre a Igreja terá uma resposta imediata para todos os problemas” (GS, n.33).

Sugerimos diálogos capazes de aproximar as diferentes ideias. Colóquios que não estejam limitados meramente ao fazer (como práxis), mas também adequados para interpretar os conceitos teológicos a partir de uma “perspectiva fraca” que, por sua situação contraditória e ambivalente, fora marginalizada do discurso teológico. Poder-se-ia dizer, metaforicamente, “expulsos do templo” por não se adequar aos esquemas religiosos rígidos. Fazemos isto porque almejamos recuperar as histórias alternativas de grupos marginalizados, como são os marítimos, justamente no momento em que as alternativas parecem estar desaparecendo, por conta da hegemonia do espaço global financeiro que acaba transformando a vida em lucro e mercadoria.

Esta abertura da visão para as “margens” será exatamente o espaço que dará à Teologia, um lugar virtuoso significativo ou, como diria Marc Augé, um “lugar identitário”, pois: “se existe um futuro para a humanidade, esse passa pelo reconhecimento da diferença dos de baixo, dos sem nomes, dos invisibilizados pelo sistema”²⁹. Esses lugares, muitas vezes, ficam fora do encontro e do alcance das Igrejas. Quase sempre isso ocorre por uma visão desfigurada de um cristianismo privatista e banal que acaba se tornando indiferente aos problemas alheios, ficando restrito a um conjunto de práticas autorreferenciais.

Como “não lugar”, os mares e oceanos misturam o empirismo da práxis com o acordo histórico, o produto mercantilizado com o autoconsciente, oferecendo assim um

²⁹ MENDOZA-ÁVALREZ, C. *Deus Ineffabilis*. p. 49.

modo construtivo de compreender a vida em seus contornos e suas alegorias. Os mares e oceanos, de certa forma, facilitam a propagação das novas ideias e de uma variedade de culturas e expressões, refletindo uma pluralidade de lugares que são representados pelos portos, onde um navio pode ancorar. Há inúmeras possibilidades para a inserção da Teologia neste contexto, capaz de romper as barreiras do fluxo natural da história. Pensando assim, nos propomos a construir pontes, entendendo que as águas mantêm um potencial, ao mesmo tempo, capaz de interagir e/ou excluir, contribuindo para o que chamaremos aqui de “maritimidade”.

1.2 O espaço marítimo como lugar de pessoas e horizonte para a reflexão

A realidade marítima ocorre em um ambiente heterogêneo e inseguro. Isso procede não apenas do espaço físico, fluido dos mares e oceanos, mas também do “lugar social” que representa. Essa situação provoca diferentes percepções que acabam por reunir elementos desiguais que se transformam em múltiplas perspectivas de enfrentamento de uma mesma questão-chave, na qual as situações dos seres humanos, que ali vivem, são expostas. Metaforicamente podemos descrever tal situação como as próprias ondas do mar, que vão e vêm, ou como a badalada de um sino estridente que segue tocando, o último tilintar, mesmo depois do derradeiro movimento. Esse quadro, frequentemente ofuscado pela dor, pela solidão e pelo isolamento, transforma o marinheiro em uma espécie de máquina, ou melhor, uma peça de engrenagem do navio. Esta é a questão-chave de partida. Entender que tal experiência se contrapõe à visão romântica do marinheiro que, isolado no mistério do reino do mar, descomprometido com a terra, possa a viajar livre e desapegado. Para tanto, propomos compreender essa realidade como uma categoria abrangente que designa uma tipologia complexa, exigindo um desdobramento maior. É preciso ter em mente, neste caso, que toda generalização não é apenas problemática, no sentido que desloca as diferenças individuais, mas também reitera preconceitos historicamente firmados.

De maneira geral, os marítimos costumam ser estigmatizados. Para os que “estão em terra”, parecem marginais, indignos e, às vezes, até mesmo desleais. A visão de fora é que são pessoas rudes, de pouca instrução, algo selvagens e amiúde promíscuos, vivendo sempre uma vida descompromissada. O imaginário sobre os “homens do mar” é assim alimentado por desconhecimento da realidade marítima. Essa concepção é

generalizada e cosmopolita. Nas paredes do museu Helsingor³⁰, na Dinamarca, está escrito: “existem três tipos de pessoas: os vivos, os mortos e os marinheiros”³¹.

Decerto o grupo de pessoas que vive nos mares e oceanos tem um conjunto de valores diferentes daqueles que vivem “em terra firme”. A bordo de diferentes tipos de navios, vivendo grande parte do tempo longe de suas famílias, alternando períodos no mar e períodos em terra, promovem um tipo especial de circulação, que produz uma forma de identidade social característica. Essa identidade pode ser chamada de um “ser marítimo”. É sempre um estrangeiro, porquanto é sempre migrante. É mais do que uma condição pessoal; é um feito, conquistado e mantido com dores e dificuldades. São indivíduos vulneráveis, preocupados com crescente criminalização, com o tédio, o isolamento e suas consequências como a fadiga, o estresse e o suicídio³². De certa forma, os marítimos, continuam trazendo à tona as vozes esquecidas de comunidades subjogadas no passado. Suas histórias estão fortemente marcadas pela exploração até ao ponto de ocultar sua própria identidade. Apresentam rostos marcados pelo cansaço e pela precariedade que revelam, ainda assim, alteridade e transgressão.

Para entender essa realidade é preciso reconhecer que o próprio mar já é uma fronteira, na qual é preciso reler o passado a fim de desconstruir o etnocentrismo consolidado no pensamento ocidental, sendo capaz de relativizar suas pretensões, abandonando as estruturas rígidas, para colocar-se em uma atitude de abertura. Esse processo é delicado: a fronteira é, ao mesmo tempo, não apenas um limite, mas um novo ponto de partida. Um lugar onde a diversidade entra em contato com a distância.

Após esta primeira consideração, é possível construir um modelo interpretativo capaz de reconhecer o marítimo como alguém que, por suas condições laborais, é “diferente”. O sociólogo polonês Zygmunt Bauman afirma que existe certo nexos entre o “ser estrangeiro” e a sociedade. Segundo o autor, toda sociedade é capaz de produzir pessoas “estranhas”, contudo sempre de maneira singular. Desta forma, trazendo para a condição marítima, geraria um contexto distinto. Ali, nos mares e oceanos, o estrangeiro que vive nesse lugar, “sem lugar”, acaba afastado não somente do mundo físico, mas

³⁰ Para maiores informações acessar < <http://mfs.dk/en/> >. Acessado em 10/03/19.

³¹ ZUDEIMA, J. *Seafarers' Ministry in Ecumenical Perspective*. p. 249.

³² Para uma melhor compreensão de tal realidade é interessante uma aproximação com o conceito de *Anomia*. Trata-se de uma palavra grega que etimologicamente significa anarquia, mas também “incomum” ou “anormal”. Este conceito tem uma conotação pejorativa implicando uma falta de propósito, identidade ou valores éticos, podendo também ser definida como colapso ou ausência de normas pessoais.

também de si mesmo. Por isso, podem ser considerados migrantes transnacionais, quando diferentemente do habitante continental, sua atuação dá-se num espaço dinâmico, em vez de um lugar definido e estático. Neste sentido, pode-se afirmar que o navio transforma-se em uma arena peculiar para a interação social, onde a vida dos marinheiros será marcada por uma dupla maritimidade. A primeira no que diz respeito à sua relação com o próprio mar como fruto de seu longo período de isolamento e a segunda produzida pelo contato com as diversas realidades e com os diferentes países onde os navios atracam. Assim estabelecem um *locus* de práticas sociais, culturais e religiosas diversas e híbridas³³.

O encontro, neste sentido, emprega um caminho de vai e vem que consiste em uma capacidade de ouvir e refletir sobre as questões em jogo, a partir de três implicações: primeiro que o diálogo está mais interessado nas perguntas do que nas respostas; segundo, questionar realmente provoca investigação e suscita outras perguntas; e terceiro, as perguntas promovem transformações em ambos os lados, onde as partes devem estar abertas a uma revisão permanente, onde é preciso alguns pontos de convergência que ajudem a superar o mero egoísmo ou enfraqueçam as pretensões totalitárias que visam impor a própria vontade ao outro. Tal reciprocidade leva ao desenvolvimento de novas formas de pensar, especialmente corroboradas pela práxis.

No ano de 2017, convivi mais intensamente com dois marinheiros que, ao caírem da escada de um navio (*gangway ship*), tiveram escoriações e fraturas expostas, necessitando de acompanhamento médico e cirurgia. Durante as tardes ia ao hospital para visitá-los; também levar algum gênero alimentício ou ajudar como intérprete. Depois de uma semana de contato foi possível um diálogo mais profundo que permitiu uma abertura e a exposição de alguns dramas pessoais e de sentimento de revolta em ambos. Essa situação caracterizava uma espécie de desconforto consigo mesmo, potencializada pelas condições de saúde que estavam atravessando naquele momento. Insatisfação geral e uso de álcool foram alguns dos problemas relatados. Mas, o que realmente chamou a nossa atenção foi a percepção de tempo e lugar, descritas por esses marinheiros. Eles foram capazes de levantar questões, não apenas das lutas e das perdas

³³ Segundo Bauman, os navios são espaços “regidos por lógicas drasticamente diferentes, moldam diferentes experiências de vida, geram itinerários divergentes e narrativas que usam definições distintas, muitas vezes opostas, de códigos comportamentais semelhantes. E, no entanto, os espaços se acomodam dentro do mesmo mundo- o mundo de que ambos fazem parte é o mundo da vulnerabilidade e da precariedade”. BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. p. 184.

existenciais, como também das condições precárias de trabalho. Confidenciaram que estavam, há algum tempo, sem receber seus salários. Desta forma é possível entender que a metáfora do naufrágio, como condição física e simbólica, é uma realidade muito mais real do que figurativa.

Neste sentido, os caminhos e os horizontes são marcados por uma complexa singularidade. O “povo do mar”, normalmente, atravessa fronteiras e limites que não são percebidos por aqueles que estão longe do mar. Há para eles a necessidade de desenvolverem estratégias para a solução dos muitos conflitos que se originam no seu espaço, onde “todo o mundo conhece tudo sobre todos, mesmo o que não se supõe que se pudesse conhecer”³⁴.

A maioria dos cientistas sociais, ao explorarem tais questões, perguntam-se sobre os motivos que levam homens e mulheres a optarem por uma profissão que traz tanto sofrimento e insegurança, sobretudo porque passam um longo tempo longe de suas famílias e, muitas vezes, ficam confinados em espaços pequenos com uma tripulação multiétnica. Para Zygmunt Bauman, a precariedade dos profissionais do mar é marca da condição preliminar da sobrevivência possivelmente reivindicada em termos de trabalho e emprego³⁵, onde os marítimos “tornam-se andarilhos e colocam os sonhos agrídoces da saudade acima do conforto do lar”³⁶. Talvez a explicação das escolhas esteja no provérbio latino que diz: “Navegar é preciso; viver não é necessário”. Na verdade se estabelece um problema no fato se tentar fazer generalizações, muitas vezes com o intuito de rotular essas pessoas, através de uma estrutura altamente repressora.

Torna-se necessário fazer uma aproximação contextual para estabelecer um diálogo, em vista de um projeto teológico que contemple os marítimos como interlocutores de sua própria história e, não simplesmente, como objeto de pesquisa. Por isto, a tentativa de tipificar cada um dos sujeitos envolvidos e suas crenças, não pode ser tratada apenas no aspecto quantitativo, mas envolve uma reflexão mais profunda sobre a natureza mutável das relações sociais presentes no contexto. Em outras palavras, construir uma Teologia marítima poderá contribuir para um diálogo entre as diferentes ciências sociais, oportunizando mudanças significativas nas relações entre os

³⁴ Por “Povo do Mar” reconhecemos todos os trabalhadores ligados ao serviço marítimo. Num amplo espectro, são eles: imigrantes ilegais, guardas costeiros, pessoas que trabalham na extração de petróleo, pesquisadores, militares, pescadores e agenciadores marítimos.

³⁵ BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. p. 184.

³⁶ BAUMAN, Z. *Globalização*. p. 100.

sentimentos entre a terra e o mar, nos dias de hoje, desde que estejamos abertos ao diálogo e às diferenças.

Além disto, é preciso considerar um grande número de fatores possíveis³⁷, sejam tecnológicos, econômicos, políticos ou sociais, presentes no processo de globalização e de acordo com os novos padrões do capitalismo. Esse entendimento passa pela compreensão de que a cultura marítima é marcada por traços muito emblemáticos, seja pelas práticas e valores transmitidos de geração em geração, seja pela própria resistência de acolher e de integrar aquele que é diferente. Três considerações são aqui importantes: A primeira é que é preciso entender uma embarcação como um espaço social delimitado por uma dimensão temporal. A segunda é que, ao mesmo tempo, é um lugar laboral e peculiar. A terceira consideração é a visão comunitária, pois todo o ato de navegar não é apenas uma atitude de deslocamento, mas também é a constituição de uma identidade profissional.

É preciso ter em mente que, ao assumir as três dimensões da cultura marítima, faz-se necessário superar o risco de uma abordagem paternalista. Ao tentar ouvir ou “dar voz” aos invisíveis, podemos incidir em uma postura tão autoritária quanto aquela que se quer questionar. Paulo Freire³⁸ nos lembra de que a conscientização não é apenas um subproduto das mudanças econômicas, mas de um processo crítico, não sendo suficiente apenas indicar problemas sem que haja um envolvimento real com aqueles que estão diretamente abrangidos nessa situação. Em outras palavras, é necessário incorporar tais perspectivas para uma Teologia que integre a realidade marítima como desafio e, ao mesmo tempo, como presença.

O conhecimento que estabelece a dinâmica do poder desempenha um papel importante na definição das prioridades e estratégias. É importante cautela, pois o esforço bem intencionado pode reforçar ainda mais os resquícios de uma antropologia conservadora. Desta forma, a Teologia marítima não apenas reflete questões pontuais, mas contribui para desenvolvimentos teóricos mais amplos, sempre mantendo uma perspectiva interdisciplinar e aberta.

³⁷ Poder-se-ia, a partir disto, elencar pelo menos quatro variáveis que se constituem em temas fundamentais, dos quais seria possível fazer uma tese sobre cada um: as profissões marítimas, a indústria da pesca, as cidades portuárias e a cultura marítima; isto sem levar em consideração as redes de comércio internacional, as migrações e a precariedade das relações trabalhistas.

³⁸ FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. p. 78.

Consideramos que toda viagem é uma saída de um território. No entanto, o marinheiro, que vive um contexto de mobilidade física e, inclusive, econômica, nunca sai da sua casa (o navio) e, de certa forma, tampouco de seu país (o mar). Acaba experimentando uma imutabilidade ao seu redor (o convívio com o mesmo grupo de pessoas) que contrasta com a mutabilidade “estrangeira” da costa. Os marinheiros são os primeiros trabalhadores globais que surgiram no mundo contemporâneo. Eles não são apenas colaboradores, mas conectores de uma realidade complexa que, coletivamente, desafiam as noções de espaço e geografia, de sistemas generalizados e a própria noção do tempo. Bauman chamou essa relação dos marítimos com o espaço onde vivem de qualidade dissolvente do tempo, do lugar e da memória. Como pessoas incapazes de responder aos atrativos do mercado, tornam-se “consumidores falhos”, pessoas redundantes e “objetos fora de lugar”³⁹. São figuras que estão à margem das narrativas do “progresso”, são subalternos por diversas condições, estão, muitas vezes, privados de contar suas histórias. É um grupo de “sofredores mudos” diante de inúmeros obstáculos e forças hostis, formado por pessoas que deixam suas casas para viverem em uma sociedade fechada, com normas comportamentais e valores diferentes do mundo externo, experimentando condições adversas em todos os sentidos. A imagem criada ao longo dos tempos é bastante ambígua, pois se costuma dizer que ser “marítimo” é muito mais do que uma profissão, é um estilo de vida, é uma mentalidade, seja por natureza ou por ofício.

Há, portanto, uma tendência à marginalização do “povo do mar”. Papa Francisco nos adverte que o pior de tudo isto é um sentimento de indiferença e uma espécie de descarte, onde: “quase sem nos darmos conta, tornamo-nos incapazes de nos compadecer e ouvir os clamores alheios, já não choramos à vista do drama dos outros, nem nos interessamos por cuidar deles, como se tudo fosse responsabilidade de outrem, que não nos incumbe” (EG, n.54). Essa condição marginal parece incompatível com o mundo das pessoas mais favorecidas, uma vez que o próprio ato de poder falar e ser ouvido nos espaços públicos, apaga os vestígios de subalternidade. A problematização das vozes marginais dos marítimos é um jeito de olhar para as situações comuns com um distanciamento quase necessário para que incida diretamente no estudo teológico e na perspectiva tomada pela missão marítima. Está de certa forma relacionada a uma

³⁹ BAUMAN. Z. *O mal estar da Pós-modernidade*. p. 24.

suposta benevolência do discurso concedido, uma vez que quem define ou determina as falas são os que detêm os meios de produção ou os que possuem influência política ou militar e, conseqüentemente, a fala concedida estabelece a dinâmica de poder.

As situações que ocorrem no mar só são importantes quando estabelecem desequilíbrios políticos. Damo-nos conta disso nas situações mais trágicas da vida humana. Por exemplo, quando cai um avião, em alguma parte do mundo, a imprensa noticia tal fato com muito destaque. O mesmo não costuma ocorrer no desaparecimento de um navio. Na maioria das vezes, somente os familiares das vítimas ficam sabendo. Exceção feita quando ocorrem acidentes com migrantes, pois quando se lançam ao mar, enfrentam terríveis desafios pela sobrevivência e contestam políticas estabelecidas.

Mas os dramas, dilemas, contrastes e incertezas que marcam a jornada marítima, certamente não são fáceis de entender, pois de um lado, tudo é imprevisível, por outro, é monótono e institucionalizado, de forma que, para alguns marinheiros, o único mistério é somente o próprio mar. Suas vidas são expressão da solidão e das longas jornadas de trabalho, buscando um maior desempenho, maximizando o lucro e minimizando despesas. Sua atividade exige uma autoalienação, em que acabam por modelar seus corpos de acordo com os aparatos técnicos das embarcações, quase que numa “escravidão maquina”⁴⁰, num processo que exige modulação, informação e eficiência como parte da dinâmica empresarial, onde são eleitas outras prioridades, especialmente financeiras, no manejo das questões referentes à “pessoa”.

Essa melancolia que a vida a bordo expressa leva a uma solidariedade ímpar. Usando uma metáfora, pode-se dizer que, para essas pessoas, a comunidade serve como âncora, dando estabilidade e impedindo que seus membros fiquem à deriva num mundo sem sentido, pois o mar pode também significar abismo de histórias incontáveis. Nesse abismo estão contidas as lágrimas que acolhem os infortúnios da humanidade. São relatos que percorrem as epopeias de personagens como Homero⁴¹ até as grandes navegações, no início da sociedade moderna: “esse lugar que antepassados construíram, que os mortos povoaram de signos que é preciso conjurar e interpretar, cujos poderes

⁴⁰ DELEUZE, G, GUATARRI, F. *Mil Platôs*. p. 114

⁴¹ A *mitopoeisis* de Homero e Hesíodo está enraizada em uma cosmologia baseada na contradição e no poder criativo da violência. Os deuses gregos fornecem ordem e estabilidade a um mundo aleatório, mas esses são instáveis, por isso o mar é parte de uma cosmogonia que se estabelece a partir de lutas brutais. O mar é, ao mesmo tempo, fonte de beleza e monstrosidade, de riqueza e perigo. Lugar enraizado no abismo onde os Titãs derrotados definhavam em sua escuridão turva.

tutelares um calendário ritual desperta e reativa intervalos”⁴². Esta negociação entre passado e a compreensão do seu momento interpretativo foi algo que nos ajudou a compreender o que Marc Augé chamou de “lugar antropológico”⁴³.

O compromisso com a temporalidade é produto da violência da história e da própria materialidade do mar, visto que, o movimento contínuo das correntes marinhas dissolve também as próprias narrativas. Por isto, há necessidade de uma abordagem que tome em consideração as raízes do passado com a presença do presente, para falar ao coração das pessoas de maneira pacífica, construtiva e geradora de esperança. A Fé, como remo ou motor, proporciona um impulso para os inúmeros questionamentos e contingência da vida, pois nas formas elementares da experiência religiosa está presente o caráter retrospectivo que decorre de uma forma alternativa.⁴⁴

Os pescadores, especialmente aqueles que permanecem no mar durante semanas ou meses, são vistos como homens e mulheres que desenvolvem duas identidades culturais; uma para a organização social mais ampla, baseada na terra, e a outra, centrada em sua estada e atividade no barco. Suas percepções de mundo, comportamentos e culturas são atribuídas ao fato de que permanecem isolados geograficamente de suas famílias e da sociedade por um longo tempo. Sua psicologia é dominada principalmente por tensão para uma boa captura, desejo de voltar para casa, ameaças e aptidões fatalistas. A pobreza, a drogadição e a vulnerabilidade são realidades assombrosas, que estão intrinsecamente relacionadas às condições socioeconômicas e, quanto mais pobres forem os pescadores, mais estarão expostos a múltiplos conjuntos de fatores de risco. Uma triste realidade com as quais milhares de pessoas enfrentam: exclusão e preconceito.

Dessa forma, o clamor da história dá lugar ao silêncio, pois são banidos para as margens da sociedade, para os “interstícios de identidades”. Os mares são tidos como lugares atemporais, sombrios e inescrutáveis de histórias, afetos, sonhos e projetos nunca alcançados. Tendo em vista essa realidade de desumanização a que muitos são submetidos, as Igrejas cristãs, na Inglaterra, ocuparam-se, de iniciar um trabalho de missão, que pudesse cuidar dos relacionamentos comunitários e do aprofundamento da experiência religiosa nos portos, procurando alternativas à sociedade moderna

⁴² AUGÉ, M. *Não lugares*. p. 53.

⁴³ AUGÉ, M. *Não lugares*. p. 43.

⁴⁴ AUGÉ, M. *Não lugares*. p. 57.

emergente, pois tão complexa quanto a realidade marítima, é a abrangência das tipologias daqueles que vivem e trabalham no mar⁴⁵. Isto exige uma aproximação mais cuidadosa ao tema.

Uma coisa é a pesca artesanal ou a de subsistência⁴⁶, outra é a pesca industrial⁴⁷. Mesmo aqui, há uma enorme diferença entre o tamanho e a finalidade de cada embarcação, pois isso define a distância e uma maior ou menor permanência em alto-mar. O mesmo se pode dizer dos navios mercantes: se eles são de carregamento de grãos, de contêiner, de produtos químicos, um cruzeiro turístico ou uma plataforma petrolífera. Tudo isso faz uma enorme diferença!

As embarcações, além de serem altamente restritas no que diz respeito ao espaço físico, é um universo social que contém um número limitado de pessoas, que possui posições dentro de uma hierarquia rígida e formal⁴⁸. Essas “zonas de contato” entre tripulações constituem um lugar onde culturas e horizontes se encontram, colidem e lutam, em um contexto de relações de poder assimétrico. Uma estrutura isolada do resto do mundo, onde a rotina é cadenciada por períodos de trabalhos que resultam em meses longe de casa; seguindo tal jornada, o marinheiro torna-se testemunha do colapso de uma comunidade para dar lugar um espaço de pessoas isoladas. O conceito de tempo difere do que é comum em terra. A isso se chama de “tempo organizacional”, pois dividido por escalas e funções na vida ordinária em uma embarcação é marcado pela alternância de turnos, onde tanto faz se é quarta-feira ou domingo à noite, o navio

⁴⁵ Sabe-se que, desde os primórdios, os mares desempenharam um papel crucial na história da humanidade. O peixe, recurso natural de fácil acesso, é um dos principais meios de subsistência para muitas comunidades na Ásia e em outras regiões costeiras do planeta. Em todo o mundo, uma grande parte da população está envolvida em diversas atividades marítimas que compreende setores pesqueiros, fluxo de cargas através dos grandes navios ou através dos investimentos petrolíferos.

⁴⁶ É uma das atividades econômicas mais tradicionais do Brasil, exercida por produtores autônomos, em regime de economia familiar ou individual, ou seja, contempla a obtenção de alimento para as famílias dos pescadores ou para fins exclusivamente comerciais. Esses pescadores atuam na proximidade da costa marítima, dos lagos e rios. Os próprios pescadores fazem artesanalmente seus barcos de porte menor, com motores de pouca propulsão, com capacidade para três ou quatro pessoas. ZAMBERLAM, J; CORSO, G; PINTO, R. *Pescadores e Pescadoras artesanais*. p. 17.

⁴⁷ É a pesca em média e grande escala, que utiliza embarcações de médio e grande porte, com o uso de tecnologia sofisticada eletrônica. Tem gerência política da empresa, bem como das rotas e espécies a serem capturadas. O controle do serviço é feito pelo rádio. Há uma infraestrutura portuária apropriada para o desembarque dos peixes e a relação de trabalho dos pescadores acontece por meio de vínculo empregatício com o responsável pela embarcação. ZAMBERLAM, J; CORSO, G; PINTO, R. *Pescadores e Pescadoras artesanais*. p. 17-18.

⁴⁸ KVERNDAL, R. *The Way of the sea*. p. XXV.

funciona vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana, onde a tripulação de bordo e a privacidade é muitas vezes compartilhada com colegas de cabine.

A bordo há apenas alguns poucos lugares onde se pode ir, pois os espaços físicos são limitados. As constantes ameaças de tempestade, acidentes e falhas mecânicas fazem da atividade marítima, uma das mais perigosas em qualquer lugar do mundo, onde as pessoas ficam suspensas entre a vida e a morte, à mercê das intempéries climáticas e dos interesses econômicos em jogo, forjando um estilo de viver muito característico e inusitado.

Essa é uma questão importante que afeta as relações nos diferentes níveis. Tal questão está implícita na visão de Bauman sobre como as pessoas podem viver juntas em uma comunidade⁴⁹ tecida pelo compartilhamento e cuidado mútuo, preocupação e responsabilidade pelo ser humano e a igual capacidade de agir sobre esse direito. Tal perspectiva refere-se a um ideal utópico, fornecendo um critério para avaliar a situação atual. Questões, essas, importantes porque não dizem respeito apenas aos aspectos metafóricos do mar, mas, sim, às condições reais que afetam diretamente a vida da tripulação.

Por exemplo, a indicação do capitão, de onde você deve sentar para fazer as refeições quando se está visitando uma embarcação, é um indício das relações de poder a bordo. Dois refeitórios, duas realidades diferentes que se cadenciam por horários e turnos de trabalho especializados. Contudo, uma coisa é comum e familiar àqueles que estão a bordo: a navegabilidade como condição física e existencial para sobreviver em condições adversas e inóspitas.

Os marinheiros trabalham de acordo com sua posição hierárquica no navio. Isso pode ser positivo em um lado por garantir a organizar a distribuição interna dos trabalhos, mas pode também ser a dissolução da individualidade, tanto do ponto de vista público como privado. Os marítimos não são um nome, mas uma tarefa a ser executada. Vivendo em um processo excessivamente rotinizado, as atividades são rigidamente reguladas em vista de uma maior eficiência e lucratividade do navio. Dentro dessa estrutura, o capitão é o “pai” sobre sua tripulação na regra original do patriarcado e do autoritarismo das “instituições totais”.

⁴⁹ BAUMAN, Z. *Comunidade*. p. 19.

Outra circunstância igualmente emblemática é o número, cada vez maior, de marinheiros de diferentes nacionalidades. Em vez de os navios serem tripulados por marinheiros nativos do país, as embarcações típicas do século XXI têm equipes de nacionalidade mista, trabalhando sob bandeira estrangeira. Às vezes, a razão de escolha dos componentes da tripulação é desencorajar ações coletivas contra os armadores⁵⁰. Nos navios de carga, os oficiais são, muitas vezes, de países como Inglaterra, Alemanha, Itália e EUA, mas os outros tripulantes, cada vez mais, da Rússia, Croácia, Polônia, Índia e Filipinas, onde a hierarquia está naturalmente associada aos papéis dentro de questões relacionadas ao controle de trabalho e também a lugares dos mesmos.

A causa dessa mudança é a crescente preocupação da indústria com os custos da equipe após um estado de intensa competição criada pela queda no comércio mundial e um excesso de navios na década de 1980 a 1990, a fim de se beneficiar do trabalho relativamente barato, disponível na Ásia e, mais tarde, na Europa Oriental. Esse regime dissocia as empresas marítimas de questões legais como o pagamento justo de impostos, respeito às leis trabalhistas e ambientais no país de registro.

Com base na monopolização do Capital, entendida como uma estrutura de controle de mercadorias, o capitalismo se manifesta como a colonialidade do poder, na medida em que articula todas as formas de controle e exploração do trabalho em torno da relação capital-salário e mercado mundial. Com isso, os proprietários declaram seus navios, para registros estrangeiros, conhecidos como “Bandeira de conveniência”⁵¹. Esses “paraísos fiscais”, juntamente com as já mencionadas disposições exclusiva, de onde as empresas têm sua sede operacional, faz com que essas migrem para regiões onde os encargos sociais sejam inexistentes e onde possam aferir um maior lucro imediato. Das novas nações de fornecimento de mão de obra barata predominam as Filipinas, Índia e mais recentemente China.

Essas mudanças, que ocorreram no mundo do trabalho marítimo em escala global nas últimas décadas, não podem ser apenas compreendidas como parte do desenvolvimento tecnológico e do intercâmbio e distribuição no mercado global, mas,

⁵⁰ KVERNDAL, R. *The Way of the Sea*. p. 141

⁵¹ Esse sistema significa que o proprietário de um navio pode optar por registrar seus navios sob a bandeira de um país, o que lhes oferece benefícios fiscais ou padrões mais baixos de segurança, justiça e bem-estar. Os proprietários podem fazer isso independentemente de sua própria nacionalidade. Sobre isso ler. KVERNDAL, R. *The Way of the Sea*. p. 25.

sim, mediante a imposição das elites políticas e econômicas, donde se depreende que a Indústria Naval é globalizada não apenas no seu escopo, mas também em seus aspectos estruturais, seja como processo desterritorializado ou como projeto neoliberal. Isso porque, em sua liberdade de regulamentação política, recrutar uma força de trabalho exclusivamente global, mediante três aspectos: a) a mobilidade do capital; b) a “Bandeira de Conveniência”; e c) a debilidade do regime internacional em regular o que acontece em águas internacionais⁵². Essa fraqueza do regime regulatório marítimo é um motivo de preocupação, não apenas no tocante às questões trabalhistas, como também questões ambientais.

Esse sentimento que paira sobre os desafios da vida marítima tem suscitado questões controversas que ultrapassam uma dimensão tradicional, sobretudo porque, de certa forma, os marítimos são varridos do imaginário social e expulsos do sistema econômico vigente ou, pior, tornaram-se peça de engrenagem de uma lógica que coloca o lucro acima da vida.

Neste sentido, consideramos a importância de dialogar sobre tal realidade com aqueles que se preparam para atuar no mar, visando valorizar o trabalho em equipe para desenvolver autoestima, respeito pelos colegas e pelo meio ambiente, contribuindo para uma verdadeira diversidade e acolhida.

A hospitalidade faz-se necessária, especialmente nos lugares onde a dor e o anonimato são reais, permitindo pensar e agir com responsabilidade escutando a voz daqueles que vivem em uma condição marginal. Reconhecemos que é difícil, em um espaço de negócios como o porto, pensar que alguém possa fazer algo simplesmente por gratuidade. Mas, aqui reside a capacidade do Evangelho de questionar a lógica da sociedade consumista, que transforma tudo em mercadoria.

Isto faz lembrar a visita a um navio, atracado no Porto de Rio Grande-RS, cuja tripulação chinesa estava proibida de descer. Inicialmente, o contato foi marcado por muitas dificuldades e resistências, primeiro pelo idioma, depois pelos traços culturais e finalmente pela desconfiança dos reais propósitos da abordagem. Depois de ouvi-los atentamente, disse que, se desejassem, levaria um modem para o acesso à internet de

⁵² Diante da ausência de uma legislação específica que protegesse o marítimo, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), na sua jornada mundial, em 2010, criou o *Seafarers Rights International* (SRI), como forma de evitar que os mesmos se tornassem mera mercadoria transnacional. A identificação dos abusos sofridos pelos marinheiros, a análise do recrutamento e contratação, situação precária a bordo e atraso ou não pagamento de salários são alguns dos aspectos que tangenciam esta análise.

forma que poderiam se comunicar com seus familiares. Na ocasião, levei também um *pendrive (USB)*, com alguns jornais em Mandarim e algumas orientações básicas de como poderiam utilizar o telefone no Brasil.

Ao término de sua estada no porto, quando o navio já estava quase que completamente carregado, eles me convidaram para tomar um café da manhã. Novamente me perguntaram sobre as minhas pretensões já que não fora cobrado nenhum valor pelo serviço prestado. Insistiram: quem pagava essas despesas? Estavam muito curiosos. Disse a eles que havia uma rede de cooperadores na cidade que, conosco, pensavam no bem-estar dos marinheiros e, por isso, nos permitia oferecer um serviço gratuito. Ao término da visita, quando já estava próximo à escada disse: “Muitos iam ao porto para fazer negócio, nós íamos para encontrar pessoas”. Tal perspectiva está em consonância com o discurso do Papa Francisco por ocasião do Simpósio de Teologia e o contexto mediterrâneo onde reiterou que os teólogos precisariam tornarem-se pessoas de compaixão, sobretudo com os mais pobres que vivem à “margem do mar comum”. Reforcei que a melhor forma de agradecer ao bem recebido, é fazendo dos espaços marítimos lugares de hospitalidade e acolhimento àqueles que supostamente não podem retribuir. Viver essa dimensão altruísta, “ser para os outros”, não pode ser confundida como paternalismo, mas, sim, unir-se para empreender a mesma jornada no caminho. O exemplo mais óbvio disso é o Jesus de Nazaré. Ele é a hospitalidade “que se fez carne”. Em seu amor pelo mundo, torna-se disponível, exortando os seus seguidores a fazerem o mesmo: “farei de vós pescadores de homens” (Mc 1: 17).

Sobre este tema, um fato interessante deu-se quando o Papa Francisco, durante o seu retorno de Myanmar e Bangladesh⁵³, foi perguntado por um repórter: “Por que ir a um país onde o percentual de cristãos é insignificante?” Com muita simplicidade, disse que não estava preocupado em fazer proselitismo religioso, mas que gostaria de ser um sinal, um testemunho de quem não se impõe pela força do convencimento, mas por “atração”.

A descrição desse relato pressupõe uma compreensão que rechaça duas posturas: primeiro de uma reivindicação de superioridade de uma religião em relação à outra; segundo de proselitismo religioso e imposição cultural. Trata-se de um respeito e uma aceitação mais ampla e inclusiva para abraçar um mundo mais interconectado e plural,

⁵³ *La conferenza stampa di Papa francesco sul volo di ritorno dal viaggio in Myanmar e Bangladesh.* Disponível em: <http://www.youtube.com.br/watch?v=QxBKBdhpAZ8>. Acessado em 22/01/18.

onde tanto a separação quanto a conexão podem ser vistas, no sentido de que unifica e, ao mesmo tempo, distingue, e se distingue apenas na medida em que une de forma dialética, como uma união de contradições e multiplicidade.

Tomando em consideração essa crítica, somos conscientes dos limites que uma tentativa de definição pode acarretar, porém nada dizer seria preguiçoso. O que nos propomos, é entender os marítimos como agentes e não como objetos desta pesquisa.

2 O LUGAR DA MISSÃO MARÍTIMA: A ORIGEM E O SURGIMENTO DO APOSTOLADO DO MAR

*A rede do meu destino parece a de um pescador,
Quando retorna vazia, vem carregada de dor.
Vivo num redemoinho. Deus bem sabe o que ele faz.
A onda que me carrega, ela mesma é quem me traz.*⁵⁴

PAULINHO DA VIOLA

A mobilidade humana, no contexto atual, traz uma questão complexa por tratar de um fato que opera por meio do silêncio das narrativas alternativas. A vida do marítimo acaba sendo expressão disso. Eles não são apenas “circuladores transculturais” como se pode afirmar, mas são metáforas do sofrimento humano, de certa forma, estabelecidas pelo capital neoliberal. A solidão e sua jornada de trabalho exaustiva são apenas facetas desse processo, onde sempre se busca um maior desempenho, maximizando o lucro e minimizando despesas. Muitas vezes, nesse processo, são eleitas prioridades, especialmente financeiras, em detrimento dos aspectos pessoais. É preciso propor uma reflexão na qual se aspira pôr em relevo as vozes, os corpos e as histórias dos marítimos que foram, enfim, marginalizados e privados de sua dignidade, de seus afetos, dos sonhos e projetos.

Vamos tomar como ponto de partida a odisséia de Cristóvão Colombo, em 1492. Envolvido em inúmeras controversas, atraindo admiração e raiva por parte dos diferentes interlocutores da época, Colombo pôs em marcha um espécie de “domínio histórico” cujo efeito se faz sentir até hoje. Foi nessa época e por essa ação que, de certa forma, iniciou um “colonialismo de poder”, baseado na conquista e no capitalismo moderno.

Durante esse período, a Europa testemunhou a renovação do nacionalismo, bem como a transformação do feudalismo em estados nacionais através da centralização das monarquias. Nessa conjuntura, a navegação marítima foi vista, pela primeira vez, como parte de um processo mais amplo. Do ponto de vista europeu, antes das saídas para o Oceano Atlântico, o mundo parecia mais estático e circunscrito. Essas novas rotas

⁵⁴ PAULINHO DA VIOLA. Música *Timoneiro*. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/paulinho-da-viola/162803/>>. Acessado em 3/02/19.

trouxeram diferentes perspectivas e desafios por meio de “imagens náuticas ambíguas”. Esse foi um ambiente propício para o surgimento de uma espécie de incerteza teológica, que surgia, frente à necessidade missionária das novas fronteiras que seriam desbravadas.

Quando se aborda a realidade marítima como um todo, não se pode desconsiderar o papel que ela desempenha na vida cotidiana, talvez porque a navegação forneça uma maneira ampla de compreender as realidades sociais, políticas e culturais. Essa contemplação tem sua própria temporalidade e singularidade, pois os oceanos e mares não são apenas um espaço de conquista das relações, mas, sim, de resistência, que ressalta a reflexão sobre as identidades marginalizadas nos processos políticos, compartilhando uma posição crítica em relação ao conjunto de histórias que foram sendo silenciadas ao longo do tempo. A partir dessa época, uma espécie de choque começou a se estabelecer entre os conceitos tradicionais das metrópoles e as novas unidades coloniais com culturas próprias.

Tendo em vista a realidade da crescente desumanização a que muitos são submetidos, as Igrejas cristãs, ao ocuparem-se do desenvolvimento dos relacionamentos comunitários e do aprofundamento da experiência religiosa, procuraram alternativas aos desafios da sociedade.

Consideramos a importância de dialogar com alguma profundidade sobre tais pressupostos com aqueles que, de alguma forma, pretendem atuar no mar, especialmente visando valorizar o trabalho em equipe para desenvolver a autoestima, o respeito pelos marítimos e pelo meio ambiente, contribuindo para uma verdadeira diversidade e acolhida. Com este pressuposto, neste capítulo, pretendemos apresentar o surgimento e a importância da missão marítima.

2.1 A história da fé e do surgimento das organizações de bem-estar marítimo

Cabe observar que a navegação não foi originária de culturas pastoris, nômades ou agrícolas. A cultura marítima sempre necessitou de duas coisas para seu desenvolvimento: a primeira, e condição *sine qua non*, a proximidade com o mar; e a segunda, a possibilidade de superação do medo de arriscar a sua própria vida.

Quando estive nas Filipinas, em 2014, visitando inúmeras comunidades longínquas, pude constatar que, naquele país formado por um arquipélago de mais de

7.000 ilhas, de culturas, hábitos e línguas tão diversas, foi possível obter uma melhor compreensão do ser “marítimo”. Mesmo pertencente a uma cultura asiática, a sua relação com o passado e futuro e o uso de determinadas tecnologias e habilidades possibilitavam a formação de um *ethos* pesqueiro próprio⁵⁵. Em uma praia, na Cidade de Cagaian de Oro, um pescador que possuía uma pequena embarcação me disse: “o futuro é como um pequeno barco, só se move para frente quando uma das pás se move para trás”. Sem nenhuma sofisticação acadêmica, esse homem conseguiu captar algo que é extremamente relevante para nossa pesquisa, ou seja, os processos históricos se dão através de um horizonte que convida a revisitar o passado e seus processos hegemônicos para, assim, aprender a vislumbrar o futuro. Esta é uma maneira que questiona as continuidades reconfortantes propostas por um historicismo linear, onde os fatores críticos irrompem contra as pretensões de neutralidade. Reconhecer e abster-se de tal questão é insuficiente, pois os mares são, de um lado, um arcabouço de memórias esquecidas e, de outro, um lugar de interesses econômicos e políticos, legitimando, ora posturas hegemônicas, ora dando voz àqueles que tiveram sua visibilidade ocultada.

Somente entrando nesta contingência é que seremos capazes de ouvir o fraco som, quase como de um eco, de histórias periféricas e marginais que, permanecem ainda hoje, operando em um padrão mundial de poder. Um espaço limiar entre a inteligibilidade e o apagamento, entre o passado colonial e um suposto futuro promissor. Para tanto, é imprescindível ouvir as histórias e vivências das comunidades marítimas para poder decifrar suas vicissitudes, que se relacionam com o passado e com o hoje, através de suas feridas e potencialidades⁵⁶.

O ato de retrospectiva não é uma virada nostálgica para buscar um passado idealizado, mas uma tentativa de revisitar eventos marítimos reconfigurados na perspectiva do presente, em meio a uma tensão criativa entre a memória e a esperança, entre a fadiga e a fé. A resposta a tais questões passa pela superação do “paroquialismo

⁵⁵ Anthony Giddens, na sua obra, *As Consequências da Modernidade*, distingue as sociedades tradicionais ou regionais, espaço temporalmente encaixadas, das sociedades modernas espaço temporalmente desencaixado. Nas sociedades tradicionais, a interação face a face é praticamente a única forma possível de realizar a comunicação. A economia encontra-se muito dependente das condições físicas onde a produção se instala e a significação aparece como uma qualidade das coisas profundamente enraizadas e encaixadas no território de uma dada cultura. HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização*. p. 156-157.

⁵⁶ PAPA FRANCISCO. Discurso do Santo Padre por ocasião do Simpósio “*A teologia depois da Veritatis Gaudium no Contexto Mediterrâneo*”. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/june/documents/papa-francesco_20190621_teologia-napoli.html>. Acessado em 10/07/2019.

obtusos” que se restringe ao âmbito meramente religioso e subjetivo, desconsiderando os temas que foram causas de opressão e ocultamento, dissociando-se dos campos sócio-político-culturais.

A alegação de que o mar contém suas próprias histórias pode parecer simples, mas apesar de toda evidência, há algo que não pode ser negligenciado, pois dentro desta perspectiva sempre houve e ainda há tensões, pois na verdade nunca existiu um capitalismo no singular, mas sempre no plural, multifacetado. Esse processo que transformou o mundo em um grande mercado, fez com que a globalização financeira fosse o principal vetor de diferentes fluxos e conexões mundiais. Uma convergência levou a um nivelamento das estruturas sociais e políticas aos níveis micro, meso e macro (global). Em uma lógica cada vez mais orquestrada pela perspectiva financeira de bens de consumo, de mão de obra e do domínio da informação, ocultando as relações desumanas, transformando pessoas em mercadoria e engendrando uma postura que coloca o lucro acima da vida. A “mercadorização” em vista da eficiência e da competição tem gestado um novo paradigma que se impõe nos tempos atuais e que se configura como afirma o sociólogo Boaventura Santos:

O que está em jogo não é uma decisão sobre a validade das novas descobertas, mas a exigência ou não de uma nova percepção da realidade. Assim, a questão será decidida, em última análise, através da força dos argumentos que os grupos utilizam, dentro da comunidade relevante, em defesa de uma determinada percepção global⁵⁷.

A globalização do comércio, o rápido movimento do capital e a livre concorrência são aspectos que dizem respeito a um melhor entendimento dos símbolos da mobilidade, transformando os mares e oceanos em lugares de circulação de bens e mercadorias. Tal postura, de alguma forma, tem representado um ideal compatível com a ideologia da globalização financeira⁵⁸. De fato, os limites têm se tornando rapidamente importantes em vários outros fenômenos: na imigração, no terrorismo, nas questões de segurança e nos desastres naturais.

Diante disso, partimos da premissa que a concepção marítima moderna fora fruto da conjunção de três aspectos importantes: o Imperialismo, o Colonialismo e o Capitalismo enquanto histórias da modernidade global. A ampliação dessas tipologias

⁵⁷ BOAVENTURA, S. *A Crítica da razão indolente*. p. 98.

⁵⁸ *Mutatis Muntantis*, assim como internet, hoje é um novo meio fluido que os seres humanos não podem habitar fisicamente, mas podem usar para comunicação e comércio, de forma semelhante, se deu com a navegação oceânica, permitindo usar um meio fluído que não poderia ser normalmente habitado como meio primário de comércio.

existentes exige uma reflexão mais profunda sobre a natureza mutável das relações sociais, analisando suas consequências. Visando tal propósito, neste capítulo nos propomos apresentar a trajetória do desenvolvimento da missão marítima e seus interlocutores como protagonistas de um processo real.

2.2 A origem da missão marítima

A realidade marítima esteve na gênese do movimento da comunidade cristã primitiva, dando-se pela escolha dos apóstolos às margens do lago de Tiberíades. Foi uma experiência genuína que os transformou em “pescadores de homens e mulheres”, fazendo dos encontros casuais, dos locais de pesca, espaços do anúncio evangélico da Boa Nova. Um ambiente pedagógico que aproximou a vida e os ensinamentos do Reino, seja em meio às tempestades de uma vida sofrida de opressão simbolizada pelo desafio de “lançar as redes para outro lado”, ou em vista, de “avançar para águas mais profundas”, (Lc 5:4) ao encontro do novo projeto de salvação. Logo no início, Jesus mostrou claramente que o mar não era apenas fonte de subsistência, mas de interlocução de um novo plano fronteiro e marginal, que faria dos pescadores protagonistas de uma mensagem de esperança.

Esta experiência é posteriormente retomada pelo apóstolo Paulo de Tarso, que utilizou as rotas marítimas do Mediterrâneo para difusão do Evangelho através de inúmeras viagens missionárias. Nesse período, pelo apelo à fé, foi possível o acolhimento e a difusão em pequenas comunidades portuárias, sobretudo entre os mais pobres, nas periferias do Império Romano.

No que diz respeito à ligação entre a Igreja e os marítimos, pode-se dizer que ela remonta a um tempo longínquo. Ao redor das pequenas capelas construía-se, nos portos, lugares de culto. E, ao longo dos séculos, nasceu a devoção aos “protetores”: Maria, também chamada de Estrela do Mar, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora dos Navegantes, São Pedro entre outros. A vivência da fé cristã marítima estava circunscrita ao Mediterrâneo⁵⁹, parte do Atlântico e norte da Europa. O marinheiro ou

⁵⁹ A religiosidade, ao redor do Mar Mediterrâneo, se radicava na expansão do Cristianismo, especialmente depois do Edito de Milão, quando o Imperador Constantino, concedeu liberdade de culto. Gradativamente a comunidade cristã foi sendo cooptada pela burocracia, de forma que em 390 D.C., tornou-se a única religião do Império. A partir disto a política social da Europa e do Cristianismo convergiu para uma dupla transformação: de um lado a cristianização da Europa e de outro a europeização do Cristianismo. Essa fusão entre Igreja e Estado, a qual se chamou de “cristandade”,

pescador, que, voltando do serviço, encontrava sua família, sua paróquia num contexto social estável.

Embora houvesse essas iniciativas, a proposta e a missão marítima Católica Romana deu-se bastante posteriormente, se comparada às outras denominações cristãs. Mas, a que se deve essa lacuna? Segundo o teólogo Carlos Palácio, infelizmente os problemas do mundo não entraram na Igreja pelo caminho da Teologia, pois não havia espaço no pensamento oficial, ainda muito configurado a um sistema doutrinal acabado, mas sim, pelo caminho da vida real, por intermédio da presença e do compromisso cristão nas mais diferentes áreas⁶⁰. Talvez, uma hipótese a ser considerada seja uma visão católica muito restrita, que limitava a paróquia apenas ao território local, sendo, portanto, mais estática. O mesmo ocorria na vida marítima. As iniciativas e a missão, inicialmente deram-se fora do espaço oficial, mesmo porque essa abordagem fora vista com desconfiança por tratar-se de um lugar de pessoas que deveriam se possível, ficar longe da cidade e confinados a uma área restrita normalmente degradada, à qual se chama porto.

Essa constatação não desconsidera as ações e projetos existentes, pois já em 1492, com a expansão marítima, o reconhecimento de novas terras e a ampliação de entrepostos comerciais, marca a presença da Igreja. Passo significativo, embora insuficiente, foi o serviço de Capelania religiosa prestado pelo interesse das potências marítimas da época, a bordo dos navios. O avanço deu-se por entender a paróquia para além do espaço geográfico-físico e seu limite por tratar de uma mera transposição do modelo paroquial para o mar. Nesse contexto, destaca-se atuação de inúmeros religiosos, entre eles: Pe. Pedro Claver, que acompanhou os escravos negros, o Rev. Francis Fletcher e o pastor Rasmus Jensen, que trabalharam na missão escandinava, para consolar os marinheiros que morreram no inverno de 1619-1620.

De igual importância, foi a atuação dos “capelães leigos” da marinha holandesa e toda literatura religiosa, tanto católica quanto evangélica, que alimentava a fé dos marinheiros. Inegavelmente foram gestos importantes e significativos. Tais iniciativas

trouxe uma compreensão de mundo, uma Teologia, estabelecendo as bases para uma nova “sociedade cristã”. Sua crescente institucionalização, especialmente a partir dos surgimentos das paróquias rurais, nos períodos subsequentes à queda do Império Romano, fez com que esta abordagem marítima fosse gradativamente esquecida.

⁶⁰ Cf. PALÁCIO, C. *Deslocamento da Teologia, mutações do cristianismo*. p. 22.

buscavam suprir as necessidades materiais e espirituais emergentes naquele momento sem, no entanto, questionar o sistema colonial que gerava tal efeito colateral.

O sistema moderno de produção capitalista, governado por múltiplos Estados soberanos, começou a promover clausulas, como meio de mercantilização e garantia de recursos através de proclamações e eventos, que geralmente eram concebidos como linhas demarcatórias de posse e gestão do espaço oceânico. Com o advento das navegações marítimas, o mar mudou gradativamente de fisionomia: a interação com o oceano passou a ser concebida como espaço de recurso e conexão, deixando de ser o lugar da pesca e do transporte para tornar-se o “continente líquido”.

Para fazer frente a essa realidade, um grande número de pessoas começaram a viver permanentemente nos mares para atender os interesses do capitalismo. Para os marinheiros, o navio começa a se transformar ao mesmo tempo em casa e destino. As leis eram duras para criar disciplina e submissão; os oficiais eram praticamente considerados como donos da tripulação. A bordo, espaços reduzidos, má alimentação, horas intermináveis de serviço, frequentes infecções e muita insegurança, demonstravam a precariedade sob a qual eram submetidos esses trabalhadores. As antigas associações de assistência procuravam atender e suprir as necessidades dos marítimos, a fim de minimizar os efeitos nocivos desse sistema quase escravagista.

Em 1779⁶¹, as Igrejas da Reforma iniciaram uma atividade nos portos da Inglaterra com a *Evangelical Revival*, da Igreja Metodista, que começou uma série de atividades religiosas e promocionais dentro dos navios e nos portos de forma mais sistemática e orgânica, o que serviu para questionar as estruturas eclesiais em terra. Ao mesmo tempo em que se celebrava a Palavra de Deus entregando a Bíblia, se promovia o fim da condenação aos trabalhos forçados, da obrigação a servir na marinha e a abolição da escravatura com o tráfico de negros. Praticamente todas as Igrejas Evangélicas do norte da Europa aderiram a esse projeto com maneiras diferentes de se organizar⁶².

⁶¹ Roald KVERNDAL, em sua obra *The way of the sea*, traça uma linha histórica demonstrando os diferentes momentos da missão marítima, mas, sobretudo, o alcance e a inovação que a Sociedade Bíblica, na Inglaterra, desempenhou na época.

⁶² Sobre essa temática, são muito significativas as contribuições de Roald Kverndal, especialmente em sua obra *The Way of the Sea*, onde ele recolhe e sistematiza uma vasta bibliografia sobre todas as iniciativas importantes, da influência dos primeiros impulsionadores, da rápida difusão das suas origens britânicas, da motivação das suas figuras-chave e do método de trabalho.

A primeira intenção foi se ocupar com a qualidade de vida dos marítimos⁶³ que, geograficamente, estavam distantes das paróquias territoriais. Do “Rio Tamisa para os confins do mundo” foi a motivação de inúmeros marinheiros ingleses que, no ano de 1817, confeccionaram uma bandeira para designar em qual navio ocorreriam os encontros bíblicos, sobretudo nos períodos do Natal, da Páscoa e de Pentecostes. O emblema incorporava uma estrela com cinco pontas (*Bethlehem*), a pomba de oliveira (símbolo da paz e da nova aliança) e as letras *Bethel*, dando origem a um movimento que rapidamente se difundiu nos portos ao redor do mundo. Nesse período os capitães eram responsáveis por levar a bandeira e, onde quer que fosse içada, tornava-se um ponto de encontro para a leitura do Evangelho a bordo, tornando-se um dinamizador para a organização da missão marítima. Os marinheiros logo reconheciam o emblema como seu. Precisamente, encontravam um meio altamente visível e bíblicamente significativo de pertencer ao Corpo de Cristo, sendo ao mesmo tempo internacional, assim propriedade potencial de todos, e supradenominacional, isto é, não era monopólio de ninguém.

Esse processo foi bem posterior na Igreja Católica Romana⁶⁴ quando, em 1920, foi fundado o Apostolado do Mar na Cidade de Glasgow⁶⁵, na Escócia, com o objetivo

⁶³ “Antes da Reforma, marinheiros tendiam a ficar perto da costa (marítimo de curta distância) e foram vistos como qualquer outro membro da Igreja sob a autoridade do seu bispo local. Não havia necessidade, portanto, para uma missão separada para os marítimos. A Reforma, no entanto, trouxe uma mudança dramática. O sistema paroquial ainda trabalhava para aqueles em terra e marítimos que ficaram perto de casa, mas os marinheiros que viajam para longe de casa eram vistos como peregrinos sem um bispo. As igrejas da Reforma e organizações sem denominação foram os primeiros a chegar a uma solução criativa: Igrejas flutuantes e serviços a bordo”. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/538493>>. Acessado em 19/06/19.

⁶⁴ Cabe reiterar que toda essa abertura ao mundo das Igrejas da Reforma, não se deu de igual forma à tradição Católica. Na Inglaterra, houve muita resistência à propagação da fé tida como romana. Tal limite foi imposto até 1829, sendo que com o serviço de Capelania marítima não foi diferente, somente liberado em 1877. Embora tímida, a atuação dos católicos, viu especialmente a partir de 1890, uma série de iniciativas por parte de diferentes membros de várias ordens religiosas, como: os Irmãos de São Vicente de Paulo, os Jesuítas e os Agostinianos de Assunção. A partir disso, houve um grande impulso especialmente na criação de centros e programas navais que gradativamente foram sendo difundidos especialmente na França, em 1894, quando se deu a fundação da “*Société des Oeuvres de Mer*”, por parte dos Agostinianos e assim, sucessivamente, para as diferentes partes do mundo como: Canadá e Inglaterra, atuando seja nos navios como nos portos (*Catholic Sailors’ Club*). PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DO MIGRANTES E ITINERANTES. *Manual para Capelães e agentes pastorais do Apostolado do Mar*. p. 13.

Contudo, um fato despertou a atenção para a realidade sofrida dos marinheiros católicos. Tratava-se de um acontecimento na Igreja St. Margaret, em 1899, na Escócia. Na ocasião, o padre relatou o acontecido para os colegas que procuraram os padres jesuítas do “*Mensageiro do Coração de Jesus*”. O diretor não somente publicou um artigo sobre o “*Marinheiro afundando no mar*”, mas fez também um editorial onde sublinhava o contraste entre acompanhamento dos protestantes e abandono dos católicos. E criou um setor do Apostolado da Oração com o nome de Apostolado do Mar, que logo conseguiu alistar milhares de membros. Os marinheiros foram convidados a se inscrever e se tornaram membros de uma confraria

de celebrar a riqueza da fé⁶⁶. Lentamente, essa atividade foi agregando, na Igreja Católica, líderes religiosos e leigos em torno da temática do mar. Hoje, mesmo depois de quase cem anos, vale a pena novamente perguntar: os sonhos e projetos que motivaram homens e mulheres a assumirem uma missão de bem-estar nos portos ainda tem alguma relevância para o mundo e para o futuro da humanidade?

Rapidamente espalham-se agentes da Pastoral do Mar em inúmeros portos. Em 1952, cria-se o Secretariado Geral do Mar ligado ao Pontifício Conselho das Migrações, onde foram normatizados procedimentos do Apostolado do Mar. Em 1997, o Papa João Paulo II atualizou as regras formuladas pelo Papa Paulo VI em 1970, com a

que enfocava a oração e motivava o apoio mútuo. Dados empíricos apontam para um número aproximado de 200.000 inscritos.

Em 1892 na Igreja St. Aloysius, em Glasgow, chegou um padre jesuíta suíço, chamado Joseph Egger, que impulsionou no Apostolado da Oração o setor do Apostolado do Mar. Ajudado pela Sra. Catherine Howden, trabalhou a conscientização da sociedade e o serviço nos navios. Catherine escreveu, em 1898, um artigo para o jornal *Glasgow Observer*, intitulado “O degrado espiritual do marinheiro católico” onde lançou a ideia de organizar a visita aos navios com um grupo de homens generosos. Pe. Egger encontrou um motorista irlandês Daniel Shields, que se encarregou de reunir os colaboradores para realizar o projeto. A casa da Catherine servia de depósito dos terços e da literatura religiosa que era distribuída. Quando Daniel se tornou irmão Jesuíta, foi mandado para África, o que fez com que a obra esmorecesse em Glasgow, mas por outro lado, abriu novas frentes de trabalho em, pelo menos 20 portos, desde a Inglaterra até Austrália, graças à dedicação e empenho da Sociedade São Vicente de Paulo.

⁶⁵ Terminada a Primeira Guerra Mundial, houve um esforço de reavivar a missão marítima do Apostolado da Oração. Em 1919, Mary Scott-Murray, líder da literatura do Apostolado do Mar há 25 anos e correspondente do *Work for Catholic Bluejackets*, convida Peter F. Anson, um Oblato Beneditino, como seu secretário e o encarrega de compilar a lista dos Oficiais Navais Católicos.

Filho de um Almirante inglês apaixonou-se pelo tema, além de escrever - foi famoso o artigo *The Universe*, em 30 de abril de 1920, quando começa a visitar os portos-. Chega a Glasgow em maio, onde encontra o Ir. Shields - que tinha retornado da África - e se inteira das atividades nos navios. Em agosto recebe uma carta de Arthur Gannon referente ao artigo sobre Súplica com o pedido de fazer algo para marinheiros com o apoio da *Catholic Young Men's Society* da sua paróquia. Concordam em fazer um encontro no dia 4 de outubro para retomar as atividades patrocinadas por Pe. Egger, SJ.

Na reunião compareçam 12 pessoas, que logo iniciaram a visitar os navios, como a imprensa local anunciou *Active Work Commenced*. Gannon como secretário chefia toda uma atividade de planejamento para entregar o texto ao Bispo de Glasgow, em 11 de outubro de 1921, com o distintivo da organização: o salva-vidas, a âncora e o coração, simbolizando: fé, esperança e caridade. Nascia desta maneira, o Apostolado do Mar, conservando o nome original, mas, ganhando outra estrutura: abandonando o modelo paroquial para tornar-se uma organização internacional, fazendo do marinheiro não somente um membro, mas um missionário, atendendo todas as suas necessidades. Anson é eleito secretário, indo para Roma para obter aprovação papal. Em 17 de abril de 1922 recebe a carta do Cardeal Gasparri em que o papa Pio IX abençoa a “missão destinada a alcançar as costas dos dois hemisférios”. Inicia-se, então, toda uma atividade para conectar os diferentes centros católicos para marinheiros.

Para além dos muros que separavam católicos e protestantes, o século XX, especialmente, a partir da conferência de Edinburg, em 1910, assistiu uma explosão de trabalhos, projetos e iniciativas ecumênicas em prol dos marítimos. Esse reconhecimento da diversidade individual e colaborativa fez com que em 1969, se fundasse *The International Christian Maritime Association (ICMA)*, contando em 2007, com 526 centros de marinheiros, 927 capelães, em 126 países, buscando construir juntos, o que seria difícil alcançar de forma tão efetiva isoladamente.

⁶⁶ Sobre essa temática ler: KVERNDAL, R. *The way of the sea*, p. 85.

promulgação da Carta Apostólica *Motus Próprio Stella Maris*, para que pudesse satisfazer as exigências de uma pastoral das pessoas envolvidas no mar⁶⁷.

Preocupados com essas pessoas que vivem e trabalham no mar⁶⁸, os centros de apoio *Stella Maris (Seaman's mission)* buscam por meio de uma atuação permanente de visita a bordo e às diferentes autoridades portuárias, prestar um serviço de auscultação individual, celebrações, acolhimento em um espaço adequado para lazer e comunicação (telefone e internet), acompanhamento às famílias e assistência jurídica, quando necessária⁶⁹. Especialmente nesses tempos onde as paradas são cada vez mais curtas, as novas leis de segurança e a distância com a cidade são maiores dificultando o desembarque da tripulação em terra. Portanto, mais do que nunca as visitas a bordo dos navios tornaram-se uma prioridade.

O agente do Apostolado do Mar pratica o serviço radical de hospitalidade com aqueles que precisam de ajuda ao longo de sua jornada. Nessa experiência, compartilha-se tudo, a vida nas suas diferentes facetas: alegrias e sofrimentos, seja nos hospitais ou nas refeições a bordo, ou nos nossos centros de acolhida, independentemente dos aspectos culturais ou religiosos. No entanto, tal ação não pode ser improvisada. É preciso tomar em consideração as fragilidades inerentes da vida marítima, fazendo-se necessário, num tempo exíguo, compreender os problemas que os marinheiros estão enfrentando naquele momento, a fim de dar-lhes uma resposta efetiva que os anime a reexaminar a própria vida e suas circunstâncias.

Cabe dizer que há diferentes níveis de serviço do Apostolado do Mar. Em alguns lugares o centro *Stella Maris* tem sede própria com atendimento explícito e organizado. Em outros, a estrutura paroquial dá atenção aos marinheiros, especialmente para o serviço religioso. Na Europa já existe um trabalho bem consolidado em alguns países:

⁶⁷ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E INTINERANTES. *Manual para capelães e agentes pastorais do Apostolado do Mar*. p. 14

⁶⁸ O Apostolado do Mar busca uma atuação permanente, com diferentes interlocutores, em situação esporádica dedicando-se a todos (as) que transitam nos portos, sejam eles: caminhoneiros, pescadores, portuários, marinheiros e agentes marítimos nas mais diferentes acepções, sejam os que estão em navios mercantes, os de cruzeiros turísticos, de rebocadores ou de barcos de pesca.

⁶⁹ O trabalho de missão desenvolve-se a partir de três (3) dimensões indissociáveis: Encontrar, Servir e Celebrar. Neste primeiro aspecto busca-se criar um espaço de escuta, diálogo e solidariedade. Os membros da equipe aprendem juntos para se comunicar de forma significativa, sem julgar ou impor suas próprias opiniões. No que toca ao servir, a equipe do Apostolado do Mar oferece atividades, instalações e assistência jurídica para responder as necessidades práticas e espirituais dos marinheiros. Por fim, o celebrar dá-se pelo acompanhamento e celebração de momentos significativos do ano ou sempre que solicitado pela tripulação ou autoridades portuárias.

Inglaterra, Alemanha, Espanha, Bélgica, França, Polônia e Portugal, como também na América do Norte (USA e Canadá). Na Ásia, África e América Latina há boas iniciativas que precisam ser levadas a frente. No Brasil, o Serviço Pastoral aos Marítimos (Apostolado do Mar) começou a ser organizado em 1971, no porto de Santos com a instalação do Centro *Stella Maris*, sendo este, um trabalho pioneiro que ainda hoje é referência na missão marítima, expandindo-se para os demais portos, sendo Rio Grande-RS o mais recente centro *Stella Maris* que foi fundado.

2.2.1 Contextualização histórica do Porto de Rio Grande- RS

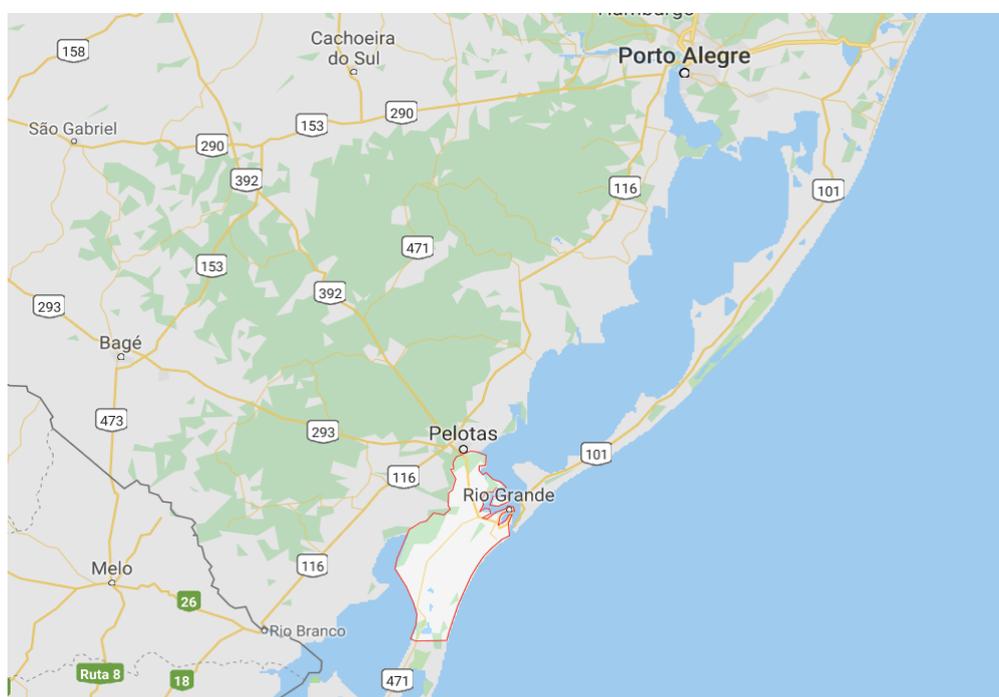


Figura 4 - Localização do Município de Rio Grande⁷⁰

A formação histórica da Cidade de Rio Grande-RS tem sua gênese vinculada à expansão lusa em direção ao Rio da Prata e ao interesse em ocupar as terras mais meridionais do Brasil para aproveitamento econômico do gado bravo, num quadro em que o papel estratégico militar foi predominante, bem como os interesses econômicos que subsidiaram a ocupação sul-rio-grandense. Após a invasão espanhola e consequente perda da função de centro administrativo colonial, a localidade marítima evolui

⁷⁰ GOOGLE MAPS. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Rio+Grande+-+RS>>. Acessado em 27/06/2019.

paulatinamente assumindo um novo significado na história gaúcha, servindo como atracadouro da produção pecuária e porta (porto) de entrada de mercadorias do Rio Grande do Sul⁷¹.

A dinâmica portuária na Cidade de Rio Grande-RS⁷² fora, nos seus primórdios, e continua a ser, o vetor econômico mais dinâmico e importante da região: “A questão do acesso marítimo passou a ser um condicionante histórico fundamental e, ao assumir seu relevante papel mercantil, esse fenômeno tornou-se ainda mais acentuado”⁷³. As atividades inicialmente estiveram vinculadas ao setor agropastoril, sobretudo com as Charqueadas no século XVIII, passando pela expansão atacadista no século XIX e, finalmente, a industrialização no início do século XX com as fábricas têxteis e a implantação de um grande frigorífico. Na ocasião, Rio Grande era conhecida como a “cidade das chaminés” e o “porto do progresso”, tamanha era a euforia que se vislumbrava nesse contexto histórico.

Outros dois fatos relevantes foram o ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial, transformando a cidade em uma “zona de segurança nacional” e, portanto, um ponto estratégico de presença militar e a construção do Porto Novo que introduziu um processo de industrialização marcado por ciclos de crescimento e estagnação.

A partir dos anos setenta, a cidade entrou novamente num processo de desenvolvimento. A consolidação do Super Porto e do Distrito Industrial trouxe novas luzes para setores da economia, como o comércio e a construção civil, frutos do grande contingente de pessoas que aqui aportaram, vendo em Rio Grande uma oportunidade de emprego e de uma vida melhor.

Com o advento da informática, o porto foi se adaptando à modernização e às novas tecnologias, o que sedimentou o processo produtivo de beneficiamento e circulação de produtos. Essa conjuntura ganhou nova configuração, especialmente a partir da “política dos Corredores de Exportação”, que agregou um sistema complexo de redes viárias: rodovias, ferrovias e o transporte marítimo.

Com esse alavancamento do processo industrial, a região portuária tornou-se atrativa comercialmente, instalando-se então inúmeras indústrias de fertilizantes, óleos

⁷¹ ALVES, F. *Porto e Barra do Rio Grande*. p. 10

⁷² O município de Rio Grande conta com 2.709 km², localizada na Metade Sul do Rio Grande do Sul, distante 350 km da capital, Porto Alegre é, juntamente com Pelotas, um dos principais municípios da região. Com uma população estimada de 210 mil habitantes tem no Porto seu principal vetor econômico.

⁷³ ALVES, F. *Porto e Barra do Rio Grande*. p. 10

vegetais e um dos maiores terminais de frigoríficos da América Latina. Indústrias de grande porte foram se expandindo ao longo da orla portuária, formando um complexo de silagem e estocagem de produtos para a exportação e para o mercado interno.

Subsequente a esse ciclo econômico, tem-se um período de estagnação econômica nessa região. Foi assim na década perdida (oitenta) marcada pela recessão econômica e pelo desastroso impacto ambiental gerado por essas empresas.

Durante anos, o Porto de Rio Grande sofreu um isolamento, causado pela pouca infraestrutura rodoferroviária, o que fez com que o porto da Capital do Estado, mais centralizado e com boa estrutura para a área comercial, se tornasse atrativo, embora não dispusesse do mesmo nível de calado e espaço para a atracação de grandes embarcações.

Com a lei de modernização dos Portos (1993)⁷⁴, a operação portuária acabou sendo feita somente por operários privados. Nesse período, expirou-se a cedência portuária para o Estado, mas esse prazo foi prorrogado até março de 1997. Um ano antes do término da concessão, (1996), o governo do Estado do RS desmembrou o porto da autarquia (DEPREC) criando a Superintendência do Porto do RG (SUPRG). Já em 1997, os Governos Federal e Estadual assinaram um novo convênio, concedendo ao Estado do RS a administração e exploração dos portos de Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre e Cachoeira do Sul, por 50 anos.

A década de noventa, com a abertura nacional ao mercado e à consolidação do modelo neoliberal, pôs em curso a privatização e a transnacionalização⁷⁵ do complexo portuário rio-grandino, marcada fortemente pela expansão dos setores logísticos, especialmente contêiner.

Esse conjunto de forças impulsionou um novo ciclo de expansão e investimentos, abrindo perspectivas para novos segmentos econômicos: a indústria de metalmecânica, de madeira, de papel e de celulose, seguida pela consolidação de parques eólicos.

⁷⁴ Em razão da obrigatoriedade da adequação à Lei Federal nº 8.630 houve uma substancial mudança na organização do trabalho. A lei propunha a formação de um órgão composto de empresas e trabalhadores, denominado Órgão da Gestão de Mão-de-Obra- OGMO, que deu competência para administrar e gerir um cadastro de trabalhadores avulsos.

⁷⁵ Essa temática poderá ser aprofundada a partir da leitura de: MALLAS, D. *Os portos brasileiros na globalização: uma nova geografia portuária?* Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiadeltransporte/17.pdf>. Acessado em 01/12/18.

2.2.2 O início da missão marítima na Cidade de Rio Grande-RS: retrospectiva⁷⁶



Figura 5 - Construção da Plataforma P53 em Rio Grande- Foto João Paulo Ceglinski

Em 2006 foram iniciados os primeiros levantamentos da realidade do Porto de Rio Grande, sendo coletadas informações e diversos estudos. Em 2008 duas pesquisadoras da URGS, orientadas pela Dra. Denise Jardim, visitaram a cidade.

Naquela ocasião, o município de Rio Grande era polo de atração devido à construção de grandes plataformas de petróleo para a PETROBRAS⁷⁷. Com uma posição geográfica favorável, boa infraestrutura logística, Rio Grande em 2003, tornou-se um lugar atrativo para implantação estratégica de tais investimentos que visavam,

⁷⁶ Este é parte de minha pesquisa de mestrado intitulada *A cidade como espaço de acolhida: o pensar teológico no contexto do Polo Naval na cidade de Rio Grande-RS*. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/5878>>. Acessado em 17/09/2018.

⁷⁷ Em 2003, com a finalidade de retomar a indústria naval brasileira e dinamizar os diferentes setores econômicos do país, o Governo Federal implantou a Política Nacional de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo para outras regiões brasileiras. Tal projeto visava descentralizar a cadeia produtiva, até então restrita ao sudeste do Brasil, gerando emprego e renda em outros locais, já que, por muitos anos, esse setor foi perdendo a competitividade no mercado global por falta de tecnologia e altas tributações. Fato que resultou em abandono desse segmento, levando à importação de navios e plataformas, sobretudo da Coreia do Sul. A retomada da Indústria Naval devolveu ao país, não somente a competitividade mundial, mas um “capital social”, que demandou em mão de obra e investimentos nas áreas estratégicas, das quais Rio Grande faz parte.

Esse ciclo, que fora marcado por muita esperança para toda região, pois prometia agregar diversos segmentos industriais, teve um desfecho desolador em 2014. A transferência das plataformas para a China deu lugar à recessão, desemprego, estagnação e o abandono de um projeto que estava se consolidando em todo país.

não somente a competitividade social, mas o desenvolvimento de um “capital social” que demandou o aumento de mão de obra e investimentos em áreas periféricas.

O Polo Naval⁷⁸, no seu auge, chegou a gerar mais de 20 mil empregos diretos, sabendo-se que para cada um (1) emprego direto, geravam-se outros quatro (4) indiretos. Na ocasião, as inúmeras pesquisas (dissertações e teses) da Fundação Universidade Federal de Rio Grande- FURG alertavam para a deterioração da questão social e ambiental, embora os indicadores revelassem crescimento econômico e populacional.

É em meio a esse contexto que o Pe. Giovanni Corso veio a Rio Grande para dar início a um projeto de missão marítima. Foi um longo processo de diálogo e estudo até a consolidação do Apostolado do Mar, no ano de 2010.



Figura 6 - Trabalhadores do Polo Naval em Rio Grande- Foto João Paulo Ceglinski

Muitos foram os fatores que justificaram a relevância do início desta missão. As expansões das atividades portuárias exigiam uma reestruturação do espaço. A remoção de moradias, especialmente das comunidades periféricas mais pobres, deram início aos inúmeros conflitos por conta do deslocamento. A modernização do porto estava gerando novas demandas para a cidade, como a ampliação da rede escolar e qualificação de mão

⁷⁸ FAÉ, R. *Cidade de Rio Grande: implementação do Polo Naval e reorganização do espaço geográfico*. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/159290/001013585.pdf?sequence=1> < acessado em 29/05/2019.

de obra, ampliação dos serviços básicos de saúde, saneamento adequado, aumento da rede viária e segurança (policial) face ao crescimento da violência contra as pessoas e o patrimônio.

Esse processo de modernização estava inserindo a região num projeto estratégico nacional e internacional, introduzindo a mecanização e automação com intensa presença de trabalhadores migrantes temporários e relativa estabilidade atraídos pela sua qualificação, gerando forte impacto cultural numa comunidade com base na tradicional cultura portuguesa com a presença de pessoas de diferentes sotaques e costumes.

Em 2009, Pe. Giovanni Corso fez os primeiros contatos com a Superintendência do Porto, onde foram apresentados os impedimentos jurídicos para o acesso aos terminais e navios. Contudo, as frequentes visitas à Polícia e à Receita Federal permitiram uma licença para adentrar aos terminais portuários, condicionada, porém, a relatórios pormenorizados. No final de 2010, a licença passou a ser renovada de três em três meses.

A segurança portuária⁷⁹, segundo as exigências do *ISPS Code* (que visa à proteção de portos e aeroportos contra eventuais ataques de “terroristas”)⁸⁰, tornou-se mais restritas, permitindo, somente o acesso de pessoas que tivessem atividades diretamente ligadas a trabalhos específicos, o que gerou grande dificuldade de acesso, exigindo uma objetividade na definição dos reais motivos e uma maior transparência no serviço de bem-estar *Seamen's mission* (Missão de Marinheiros).

Dom José Mário Ströeher, bispo naquela ocasião, assinou o decreto de fundação do Apostolado do Mar como atividade da Diocese, segundo as orientações do *Motu Proprio Stella Maris*, do Papa João Paulo II e nomeou o Pe. Giovanni Corso como Diretor e Capelão, dando origem a uma equipe formada por leigos e religiosos que, de imediato, passaram a se reunir para estudar as diretrizes e propor ações concretas.

⁷⁹ Frequentes contatos com as autoridades para conseguir autorização para entrar no porto e visitar os navios. O *ISPS Code*, documento criado após a queda das Torres Gêmeas de Nova York para proteger portos e aeroportos, criava grandes dificuldades. A visita ao porto e navios era possível somente com a autorização da Polícia Federal e da Receita Federal. Aprender os trâmites para conseguir a licença revelava a complexidade da vida portuária e os seus desafios pastorais.

⁸⁰ O código Internacional de Segurança de Navios e Instalações portuárias (*ISPS Code*) foi introduzido após o ataque do onze de setembro nos Estados Unidos no ano de 2001. A Organização marítima Internacional, em cooperação entre governos, agências marítimas e administrações portuárias, desenvolveu um novo regime de segurança para detectar ameaças e adotar medidas preventivas contra incidentes que afetam a navios e instalações portuárias.

Em 2010, iniciou-se uma nova etapa do trabalho. Elaborou-se o primeiro plano de Ação. A fundação do Centro *Stella Maris*, em 18 de dezembro, gerou conflito e certo desconforto aos proprietários de “casas noturnas” e de taxistas, que se consideravam lesados em seus interesses, pelo fato de os marinheiros encontrarem abrigo desinteressado no Centro *Stella Maris*. Naquele mesmo ano, foi publicado um livro que resgatava a passagem de Dom João Batista Scalabrini em Rio Grande, *Passagem de Dom João Batista Scalabrini na cidade portuária de Rio Grande (1904): os relatos da Imprensa*⁸¹. Houve também inúmeras atividades alusivas aos os noventa anos de fundação do Apostolado do Mar.



Figura 7 - Inauguração do Centro Stella Maris- Rio Grande-RS. Padres Giovanni Corso e Heitor Di Domenico; equipe de voluntários leigos e leigas.

Nesse período aconteceram dois fatos significativos: a liberação pela Superintendência do Porto de uma sala dentro do complexo portuário para acolher marinheiros (unidade administrada pela Igreja Católica e Igreja Luterana) e a fundação do centro *Stella Maris Seafarer's Center* nas dependências da paróquia de São Judas, constituindo assim dois espaços adequados para acolhimento aos marinheiros.

Um sério problema aconteceu em janeiro de 2011, quando, por questões burocráticas e por diferentes interpretações das normas de acesso ao porto, o delegado da Polícia Federal da época, exigiu que os agentes da missão marítima (capelão) apresentassem, antes de ir a bordo, um pedido ao capitão de cada navio para conceder a

⁸¹ ZAMBERLAM, J; CORSO, G; PINTO, R. *Passagem de Dom João Batista Scalabrini na Cidade portuária de Rio Grande (1904): os relatos da imprensa*. Porto Alegre: Solidus, 2012.

licença. Esse fato constituiu um obstáculo importante, pois dificultava em muito o serviço, provavelmente ocasionado pelo pouco conhecimento das autoridades, ou mesmo pelo rodízio dos delegados, que acabavam não conhecendo os capelães. Aconteceu que, num período de nove meses, praticamente não houve visitas aos marinheiros a bordo dos navios. Embora o Apostolado do Mar continuasse no porto, nas dependências concedidas pela administração, em agosto, também esta licença foi suspensa. Mais tarde foi possível estabelecer um diálogo com a Delegacia da Polícia Federal, esclarecer os pontos problemáticos, especialmente quanto ao uso da sala dentro do porto e, os representantes da Igreja Católica e da Igreja Luterana receberam uma nova licença, agora trimestral, para entrar no porto e navios, sem a necessidade de convite do capitão do navio.

Durante o período no qual houve impedimento de visita aos navios, para que a missão não fosse esvaziada, iniciamos um serviço de atendimento aos caminhoneiros que chegavam ao porto trazendo produtos de exportação e movimentando contêineres⁸². Com os caminhoneiros foi iniciado um projeto de acolhimento através da distribuição de revistas, serviço de encaminhamento de mensagens, contato pessoal, fornecimento de alimentação e celebração da missa, atividades que hoje ocorrem semanalmente. Paralelamente foi criado, também, um projeto de visita aos barcos pesqueiros no chamado Porto Histórico (Porto Velho).

O trabalho do Apostolado do Mar da Diocese do Rio Grande sempre foi realizado de forma ecumênica com distintas Igrejas cristãs⁸³, com a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), com a Superintendência do Porto, com as agências marítimas e com os demais segmentos que atuam na área portuária, buscando apresentar um serviço humanitário de alta qualidade, respeitando os diferentes credos e culturas, favorecendo uma perspectiva solidária. A atuação se dá em um contexto onde as condições sub-humanas são reais, sobretudo em meio à exploração salarial,

⁸² O envolvimento da equipe em tais atividades foi de extrema importância para justificar, aos órgãos competentes, a pertinência e benefícios da proposta. O grupo organizou-se de maneira a atender os diferentes setores: os marinheiros (agentes e vigias), os portuários (estivadores), os caminhoneiros e pescadores. A capacitação com o estudo e de línguas (especialmente o inglês) bem como o entendimento das diferentes culturas (incluindo estudo de religiões) foram e continuam sendo fundamentais para a missão. As agências de navegação, pelo serviço que realizam junto aos capitães e às tripulações, têm nos oportunizado um trabalho em rede, constituindo-se em um caminho de entreatajuda, sobretudo quando os marinheiros estão hospitalizados ou falecem.

⁸³ A cooperação com as Igrejas anglicanas, luteranas e ortodoxas continua se firmando, especialmente diante dos problemas de sustento e manutenção dos centros de atendimento.

particularmente às horas excessivas de trabalho e as rescisões unilaterais de contratos, entre tantos outros fatores que poderíamos elencar.

É importante destacar o bom relacionamento com as autoridades portuárias, o que certamente tem contribuído para receber as licenças trimestrais da Polícia e da Receita Federal. Também, a parceria com as Igrejas Luterana e Anglicana deu ao serviço uma autenticidade exemplar por visar a promoção da pessoa humana em sua dignidade sem restrições de correntes religiosas ou ideológicas. A nossa atitude é de total respeito com as diferentes posições religiosas e culturais. Há grupos que nos pedem celebrações religiosas (especialmente os filipinos e italianos). Para os marinheiros dos rebocadores normalmente rezamos uma missa por mês. Para os caminhoneiros, no estacionamento de um posto de gasolina próximo ao complexo portuário, rezamos uma missa semanal. Há, ainda, celebração mensal da Missa do Migrante na Catedral com reflexões sobre a realidade marítima.

É-nos motivo de orgulho reproduzir o que disse, certa vez, um capitão de navio: “O Centro Stella Maris é importante para nós por ser um ponto seguro de acolhida, de informação e de apoio desinteressado”. Através de cooperação com a unidade *Stella Maris* italiana é possível o fornecimento de notícias e mensagens, aos marinheiros, em quinze idiomas diferentes. Para os Filipinos acrescentamos, ainda, a *Newsletters* de Manila. Muito apreciado pelos marítimos é o material religioso que oferecemos gratuitamente, assim como os pequenos presentes que amigos nos preparam (canetas, lembranças, bonés). A confecção do material instrutivo para os portuários e caminhoneiros tem surtido um bom efeito. São folhetos simples com apólogos universais. Muitos já os levam para casa para partilhá-los com os familiares. Tudo isso em língua portuguesa. As camisetas que confeccionamos com a imagem de “Cristo Piloto” e da *Stella Maris* também sempre são bem acolhidas.



Figura 8 - Foto das dependências internas do Centro Stella Maris- espaço para recreação e convivência- tripulação filipina.

2.2.3 O Apostolado do Mar e os pescadores

Na Diocese de Rio Grande, a Pastoral do Pescador sempre teve uma longa e profícua história. Até a década de sessenta, no século passado, esteve presente na vida da família dos pescadores, mas não se envolvia na organização e reivindicações de melhoria da atividade profissional. Dedicava-se unicamente à sacramentalização à vista, às famílias e às festas dos padroeiros protetores dos pescadores⁸⁴.

Na década de oitenta, porém, sobretudo pela percepção criativa do Concílio Vaticano II, vários setores da Igreja Católica começaram a se inserir com as categorias mais pobres e marginalizadas, atingindo atividades sociais além da proposta religiosa. O primeiro passo deu-se pela visitação e articulação pública, dando origem às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁸⁵. Fundamentado na missão de Jesus e na “opção preferencial pelos pobres”, desencadeou-se o processo participativo e de conscientização sobre os problemas que permeavam o universo dos pescadores e pescadoras⁸⁶. Naquela ocasião, entendeu-se que o “pobre” não era apenas um conceito ético, mas também uma categoria teológica que tinha consequências diretas com a missão e a identidade cristã, o que resultou em inúmeras ações e planejamentos

⁸⁴ ZAMBERLAM, J; CORSO, G; PINTO, R. *Pescadores e Pescadoras artesanais*. p. 56.

⁸⁵ BOFF, L. *Eclesiogênese*. p. 47.

⁸⁶ ZAMBERLAM, J; CORSO, G; PINTO, R. *Pescadores e Pescadoras artesanais*. p. 57.

estratégicos que visavam “ler” e “escutar” as demandas reais daqueles que estavam à margem.

Diante deste quadro, a Igreja do Rio Grande decidiu apoiar fortemente os pescadores artesanais por ser uma categoria vulnerável. Após várias reuniões, inúmeros leigos foram aderindo fortemente à proposta. Foi assim que, no final da década de oitenta, um setor da Igreja começou a trabalhar com a categoria dos pescadores artesanais da Lagoa dos Patos, iniciando a primeira luta: passar da pesca por pesquisa à pesca por período.

Na época, a espécie mais cobiçada na pesca artesanal era o camarão e tal pesca era liberada através de pesquisa. Isso criou uma enorme polêmica, já que o camarão tinha de ter um determinado tamanho para poder ser liberado (nove centímetros), mas os pescadores artesanais não concordaram. Eles afirmavam que o camarão entra na Lagoa e cresce para depois sair para o oceano e poder se reproduzir; mas essa atividade não se faz num período só, mas ao longo de três ou quatro meses. Todavia, o camarão encontra-se nos chamados “sacos”, ou seja, dentro da Laguna, podendo ser encontrado com seis centímetros, outros com sete centímetros, e outros com oito centímetros. Dessa maneira poder-se-ia liberar a pesca em algumas zonas.

Assim foi que se chegou à formação do “Foro da Lagoa”. Fundado no ano de 1996, com os esforços conjuntos do Centro de Pesquisas e Gestão de Recursos Pesqueiros Lagunares e Estuários (CEPERG) e as Colônias de Pescadores unidos com a Pastoral do Pescador. O Foro começou pela necessidade de um espaço aonde as entidades públicas relacionadas com a pesca artesanal e as comunidades pesqueiras pudessem discutir as temáticas relacionadas à captura e comercialização, inclusive ao lado das universidades e governos, pois havia muitos setores trabalhando, no entanto cada um isoladamente.

Naquela época havia algum receio por parte das Colônias de Pescadores em relação à Pastoral, uma vez que pressentiam a possibilidade de que esta viesse a apoderar-se de seu espaço. Isso ocorreu porque as Colônias de Pescadores foram entidades apoiadas pelo governo⁸⁷ para discutir as situações da pesca artesanal em

⁸⁷ Em 1923 as primeiras Colônias de pescadores receberam um Estatuto outorgado pela Marinha e criado não como associações, mas como simples agrupamento de pescadores. Em 1943, transformadas compulsoriamente, em cooperativas. Em 1988, o artigo 8º da Constituição Federal equiparava Colônias, Associações, Cooperativas de pescadores aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Mas somente em 2013 é que as diferentes instâncias passaram a ter direito de receber a Carta Sindical do Ministério do Trabalho. ZAMBERLAM, J; CORSO, G; PINTO, R. *Pescadores e Pescadoras artesanais*. p. 23.

diferentes pontos do Brasil; mas a Pastoral compreendeu, muito antes deste apoio, que a pesca tinha de ser discutida em suas bases. Assim, mais que do que antagônicas, as Colônias de Pescadores e a Pastoral do Pescador, na verdade, deveriam e conseguiram se unir para um trabalho em conjunto.

Atualmente a região de abrangência do Foro compreende os municípios de Rio Grande, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Pelotas, como uma organização não governamental de cooperação no âmbito pesqueiro. O Foro tem como missão principal reunir instituições de governo, entidades da sociedade civil organizada e pescadores, para buscar novas perspectivas para o ofício (a pesca) e os pescadores da região, tendo como finalidade a defesa, a preservação e a conservação do meio ambiente no setor pesqueiro, assim como a promoção do desenvolvimento econômico, social e do combate à pobreza. Pouco mais tarde surgiram iniciativas públicas mais específicas para a pesca artesanal, evoluindo para uma legislação que estipulou um período de proibição da pesca, renovando os incentivos fiscais, adotando uma conduta frente aos meios naturais, sobretudo em situação de sobrepesca ou ameaça de exaustão do pescado.

Além da ação direta sobre o “Foro da Lagoa”, outras atividades que a Pastoral tem realizado ao longo do tempo têm sido: a gestão de casas para pescadores na periferia da cidade e a formação de equipes de evangelização e acompanhamento eclesial em diferentes comunidades, inclusive com construção de capelas e salões de encontro comunitários. Não se pode esquecer que a evangelização foi sempre o eixo central da Pastoral do Pescador.

2.2.4 A retomada das atividades da Pastoral do Pescador

Depois de um longo período de inatividade, em 2013 foi novamente formada a equipe da Pastoral do Pescador, tendo como apoio um grupo de agentes de pastoral da Catedral São Pedro, na cidade do Rio Grande/RS.

Essa retomada começou, na verdade, a partir das diretrizes estabelecidas pela Convenção Internacional do Trabalho (OIT) em 2006, quando se formulou uma legislação própria para a pesca (Convenção 188 e a Recomendação 196, ambas de 2007). Surgiu como uma resposta à preocupação de promover o bem-estar e a dignidade do pescador, já que até então, todas as ações ainda estavam muito voltadas aos

marinheiros⁸⁸. Para tanto foi necessário implantar uma proposta específica com uma abordagem e metodologia própria.

No município de Rio Grande já havia um diálogo e algumas ações comuns com diferentes grupos, tendo como interlocutores principalmente a Secretaria Municipal da Pesca, a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), a Colônia de pescadores, as associações de pescadores e a comunidade católica representada pela Catedral de São Pedro.



Figura 9 - Festa de São Pedro e do Pescador- Rio Grande.



Figura 10 - Comercialização da Anchova, peixe típico da região.

Este trabalho foi fruto de um longo processo que buscou a cooperativar os pescadores, apoiando-os em ações como aquisição de caminhões para o transporte do produto, comercialização nas feiras populares, em diferentes dias e locais da cidade e distribuição de peixe na merenda escolar da rede pública do município. Estas ações foram importantes, pois sozinho o pescador não teria agilidade para venda do produto nem local adequado para conservação. Além disso, foi possível estabelecer uma política para o tempo de reprodução das espécies, quando não se pode pescar, chamado de “período do defeso”. Durante este período foram desenvolvidos programas de comercialização de artesanato e produtos orgânicos, confeccionados pelas mulheres pescadoras. O objetivo de tais iniciativas é reduzir o risco e a vulnerabilidade social nas comunidades pesqueiras⁸⁹, obtendo preços mais justos e acessíveis à população em

⁸⁸ Considerando que a “Convenção 2006 da OIT deixa de englobar na legislação os pescadores para formular uma legislação específica (Convenção 188 e a Recomendação 196, ambas de 2007) confirma a necessidade de desenvolver uma pastoral própria para o mundo da pesca”.

⁸⁹ O poder público tem dinamizado diversos programas visando melhorar as condições de vida dos pescadores e que propõem a inclusão social como: Pescando Letras, PRONATEC, Pesca e Aquicultura,

geral, gerando renda e oportunidade àqueles que normalmente estão à margem. As cooperativas foram idealizadas para manter a independência dos pescadores, quanto à produção e ao controle da distribuição, a fim de obter preços competitivos e, também, operam no sentido de conservação do pescado.

Apesar das vantagens potenciais, algumas cooperativas foram bem sucedidas, mas outras não. O sucesso ou fracasso ocorreu em consequência de diferentes fatores. O êxito de algumas delas aconteceu quando os pescadores ganharam benefícios em termos de melhores preços, empréstimos, serviços e taxas razoáveis. Conseguiram manter seus estoques de peixes e preços mais estáveis, especialmente quando a cooperativa estava organizada de forma que os pescadores se sentiam proprietários e, de certa forma, independentes. A independência é uma característica psicocultural dos pescadores em pequena escala. O sucesso da cooperativa deve-se, em parte, ao fato de estar organizada em uma maneira comunitária sem esquecer o indivíduo. Por outro lado, o fracasso sobreveio quando não se levou em consideração as inconsistências dos sistemas socioculturais. A falha pode se dar pela má gestão e por não tomar suficientemente em consideração a cultura da pesca, como um todo. Ao lado desses fatores, tem ainda a posição de sabotagem praticada por aqueles que não querem abrir mão dos seus privilégios e, de forma sobredeterminante, de um mercado que é altamente lucrativo.

Em 2017, em Kaoshiung - Taiwan - O XXXIV *World Congress of the Apostleship of the Sea* (XXXIV Congresso do Apostolado do Mar)⁹⁰, apontou o tráfico humano, na realidade pesqueira e a precarização das condições laborais, como uma das chagas da qual a Igreja precisava se aproximar, sendo esse um universo extremamente complexo e desafiador. Trata-se de uma dimensão muito concreta e real, uma oportunidade para a Igreja se colocar definitivamente ao lado daqueles que, muitas vezes, são os mais pobres entre os pobres: os pescadores⁹¹. O congresso buscou analisar

Projeto de Apoio a Pequenos Empreendimentos na Pesca Artesanal, a Parceria Cozinha Brasil e os Telecentros. Há o programa do crédito garantido pelo Plano Safra da Pesca e Aquicultura; e o Subsídio para o óleo diesel usados nos barcos de pesca.

⁹⁰ AOS CONFERENCE: 18/09/2017. Disponível em: <<http://vimeo.com/234354774/2e59e93947>>. Acessado em 12/01/2019. *Thailand's seafood slaves: Human trafficking, slavery and murder in Katang's seafood Industry*. Disponível em: <<http://vimeo.com/145419434>>. Acessado em 12/01/2018.

⁹¹ A pesca é uma das atividades laborais mais antigas da humanidade. Segundo dados da Organização das Nações Unidas apresentados neste congresso, afirma-se que cerca de 820 milhões de pessoas em todo o mundo trabalham direta ou indiretamente neste setor. Quase 90% destes trabalhadores estão em países como: Índia, China, Myanmar, Filipinas, Indonésia e Brasil, sendo esta atividade, responsável pelo emprego de 50% de mulheres no seu efetivo.

as reflexões do Papa Francisco sobre a preservação dos recursos naturais que oferecem os oceanos e mares, bem como os desafios que vivem os pescadores, sobretudo pela precarização das condições de trabalho, tidas como desumanas, entre eles o tráfico de pessoas pela indústria pesqueira, especialmente nos países asiáticos.



Figura 11 - Cartaz de divulgação do congresso

Essas ações visam desenvolver uma ampla variedade de apoio em um trabalho de rede que deseja amenizar os riscos, obtendo informações com instituições de pesquisa, discutindo critérios para que a pesca indiscriminada não resulte no aprofundamento da pobreza, especialmente dos pescadores artesanais que dependem de pequenas embarcações e, por isso, pescam sempre próximos à terra.

A principal resposta é a formação de cooperativas de pescadores e aprofundamento do debate em um nível de políticas públicas, na tentativa de reservar o acesso aos recursos, estabelecendo critérios para resolver disputas de mercados, especialmente no que diz respeito aos “atravessadores”.

Hoje, cresce a consciência de que se trata de um espaço frágil e vulnerável. A pesca predatória, as invasões marinhas trazidas nos lastros dos navios, o aquecimento global, o descarte de lixo nos mares e oceanos são alguns dos desafios diante da arrogância humana frente a esse ecossistema. Tal fator diz respeito aos regulamentos que não levam em consideração as necessidades reais das comunidades pesqueiras, exercendo forte pressão sobre aqueles que exercem tal tarefa e sobre o ambiente social.

Porém, para uma melhor compreensão das experiências de marinheiros e pescadores, hoje é preciso aportar na Modernidade do século XV, revistar o passado e seus movimentos mais profundos, para compreender a lógica e os mecanismos do poder constituintes do capitalismo marítimo.

3 NAVEGANDO NO MAR DA MODERNIDADE: O LUGAR DE APROPRIAÇÃO E HEGEMONIA EUROPEIA

*Esta tese nada é além de uma festa depois da longa privação e impotência, o júbilo das forças que retornam, da crença, novamente desperta, em uma manhã e depois de amanhã, do súbito sentimento e pressentimentos do futuro, de aventuras próximas, de mares novamente abertos, de coisas novamente permitidas e metas novamente críveis*⁹².

FRIEDRICH NIETZSCHE

A complexidade de nosso tempo representa um risco ambicioso, mas também uma oportunidade. Crises são desafios que se colocam ao condicionamento da história e convidam a vasculhar, no turbilhão dos acontecimentos atuais, os sinais reveladores de novas composições do pensamento⁹³. Um tempo fácil não é necessariamente bonito, se é que houve algum processo histórico neutro e sereno. Entendemos que o belo é um momento difícil para navegar, mas para isto, um primeiro e importante passo é questionar o entendimento normativo da Modernidade em seu contexto global e o papel desempenhado pelos mares como vetor e propagação de visões coloniais de mundo. Um processo dialético no seu sentido original, como um caminho entre diferentes ideias que se propagaram pelo mundo.

Pensando em tais aspectos, nos propomos, neste capítulo, refletir sobre o desenvolvimento humano com o mar, a partir de uma abordagem marítima moderna, apontando que, para além de um lugar esquecido ou invisível, os mares e oceanos transformaram-se em lugares dos interesses e da hegemonia europeia sobre as demais culturas.

3.1 Uma abordagem marítima

Quando se aborda a realidade marítima, não se pode desconsiderar o papel que o mar desempenha na forma da vida cotidiana. Seu contexto histórico envolve uma variedade de elementos náuticos relevantes, como: (a) a ascensão do Estado-nação

⁹² NIETZSCHE, F. *A Gaia Ciência*. p. 22.

⁹³ BRIGHENTI, A. *A Igreja perplexa*. p. 10.

burguês; (b) a expansão ultramarina europeia; (c) a apropriação colonial das potências; (d) a transição do capitalismo mercantil, baseado na troca para o capitalismo industrial, fundamentado na produção; e, finalmente, (e) o desenvolvimento da construção naval como vetor da modernidade tecnológica. Isto porque os mares e oceanos fornecem uma maneira de compreender as realidades sócio-político-culturais e as suas conexões, percebendo os novos *insights*, em vista de um diálogo entre teoria e prática.

Hoje se sabe que a realidade marítima é muito mais do que uma vasta fronteira líquida. Trata-se de um espaço aberto aos constantes movimentos e discursos, em um processo que envolve histórias, ecologia e sociedade. Palavras de mobilidade como: navegar, atravessar e ancorar surgiram de culturas marítimas que vão dos mares figurativos e literários aos mares históricos (o “descobrimento de novos territórios”, as batalhas, conquistas dos grandes impérios marítimos). Saem do domínio político (crise migratória, naufrágios de uma sociedade egoísta), passando pelas questões econômicas (a lógica neoliberal), até uma coalizão entre água e terra, montanhas e abismos, ziguezagueando entre palco de conflitos políticos e religiosos. São mares impregnados de significados sociais que vão do heroísmo à sujeição, das necessidades aos desejos, que oferecem oportunidade para navegar entre o real e o imaginário, tanto como um ponto de partida quanto um de chegada.

Entendemos o mar como uma realidade plural que não pode ser reduzido a um conceito estático. Seu valor reside precisamente nesta polifonia de vozes confinadas nas áreas restritas dos portos ou em regiões pesqueiras. São mares de vozes impessoais, lugares cinzentos e lúgubres que sintetizam o medo e a esperança. São corpos entregues às ondas, sem possibilidade de sepultamento, onde os naufragos não conhecem descanso, e - somente assim - podem seguir o caminho e não apenas passear pelas correntezas da inércia. Essa simbiose entre imaginação e experiência é rica, mas ao mesmo tempo, é tênue e cheia de interações e complexidades, pois a paisagem marinha evoca lugares de adaptação, representatividade e processos mentais.

Essa percepção desafia a permanência nos lugares comuns em direção à margem que é, ao mesmo tempo, repercussão do surgimento de novas formas alternativas para propor um novo horizonte de reflexão, colocando aquilo que é periférico e marginal no centro, buscando uma nova maneira de olhar o passado, em que os traços de sangue, invasão, desembarques, conversões e massacres sejam, finalmente, relidos e ressignificados.

3.2 A reinvenção da Europa como grande potência econômica

Na antiguidade clássica, os gregos, e depois os romanos, desempenharam um papel relevante no sistema político de controle do mar Mediterrâneo. Ambos possuíam uma estratégia sofisticada de navegação para a época. Eles afirmavam que os mares estavam “abertos e disponíveis a todos”, justificando uma postura expansionista, já que o imperador poderia, sob o pretexto de “*Mare Liberum*” (liberdade do mar), ampliar seu domínio sobre outras regiões. A República Romana tornou-se o centro de uma vasta rede comercial do Oriente e Ocidente, fornecendo cargas gratuitamente como tributo ou como subsídios aos seus mercadores. A Cidade de Alexandria fornecia papiros, pergaminhos e vidros coloridos. O mármore era trazido de Atenas, a púrpura do Mar Egeu ocidental, e o marfim e pedras preciosas eram provenientes da Índia.

A importância crescente do comércio, do transporte marítimo, do rápido aumento do poder político, da classe comerciante e do efetivo controle de circulação de mercadorias tornou-se uma questão vital, sendo tratadas como princípio fundamental de política pública, uma vez que, nesse período, não havia um direito internacional para legislar sobre o assunto⁹⁴. Uma razão óbvia para isso era a superioridade econômica e militar do Império Romano, e também porque as áreas ao redor do Mediterrâneo eram colônias suas, portanto desnecessário reivindicar jurisdição sobre elas.

Com a implosão do Império Romano, na Idade Média, houve inúmeros problemas por conta da insegurança e do caos gerado pela falta de uma instância protetiva que, de alguma forma, era exercida por Roma. Em um esforço de combater esses perigos, os comerciantes desenvolveram uma associação para pleitear seus interesses e alcançar maior lucratividade, levando à progressiva libertação da economia de seus laços políticos, éticos e culturais.

A partir do século XIII, surgem reivindicações soberanas por parte de vários Estados em relação ao uso do espaço marítimo, com o desejo de proteger o monopólio comercial, o aumento das receitas, a taxação de embarcações estrangeiras e o direito de

⁹⁴ A primeira lei que detalhou esse tipo de regime foi o *Corpus Iuris*, do Imperador Justino, que afirmava que o mar e suas margens se enquadravam no conceito legal de *Res Communis*, isto é, o que pode ser livremente usado por todos. Num momento, em que a economia monetária se firmava, a Europa apresentava grande escassez de moedas e seus recursos metálicos estavam praticamente esgotados. Levando em consideração que o comércio via Mediterrâneo provocava uma considerável drenagem dos estoques europeus para o Oriente, parecia evidente, para a burguesia mercantil, que a solução para o problema do esgotamento metálico seria encontrada fora dos limites de circunscrição do Mar Mediterrâneo.

exclusividade dos recursos pesqueiros das regiões. Nesse mundo de conexões limitadas, o único acesso aos bens cobiçados no Oriente dava-se através das rotas já controladas pelo Império Otomano. Por outro lado, o leste do Mediterrâneo era controlado pelas Cidades-Estados italianas, entre elas, Veneza. O difícil acesso e o avanço dos mulçumanos não foram os únicos obstáculos que os europeus enfrentaram. A idiossincrasia da Europa parecia ainda mais aguda, quando comparada com outros modelos sociais como, por exemplo, os chineses, que tinham um desempenho imperial em nível ainda mais amplo. Assim, quando os europeus iniciaram seus empreendimentos marítimos de longa distância, o comércio marítimo já existia e estava muito bem consolidado em outras regiões do planeta, como no Oceano Índico. O que de fato fora novo, neste contexto, foram as reivindicações políticas transoceânicas que realinharam a hegemonia de poder frente aos vizinhos mulçumanos, que dominavam grande parte do Mediterrâneo, do Mar Vermelho, do Golfo Pérsico e do Mar Negro.

Nesse período, diferentemente do que se possa pensar hoje, a Europa era uma das civilizações mais atrasadas e pobres. Estava-se acabando de empurrar o “Islã” para fora da Península Ibérica e se recuperando da dizimação de mais de um terço da população que fora morta pela Peste Bubônica. Por outro lado, os turcos tinham acesso a recursos madeireiros do Mar Negro e uma boa quantidade de entrada em portos no Mediterrâneo, e isso lhes dava capacidade para construir frotas e desafiar a hegemonia das Cidades-Estados italianas.

Nessa situação, em 1453, a Cidade de Constantinopla, que era centro espiritual da Igreja Cristã do Oriente, caiu nas mãos dos mulçumanos. Uma inquietação crescente se fez sentir no Ocidente e culminou com a chamada era dos “descobrimientos”. Esses eventos inauguraram um período completamente novo na história do mundo. Tais fatos não aconteceram por acaso. Poder-se-ia argumentar que as raízes desse fenômeno residiram nos ensinamentos medievais da “guerra justa”, ou seja, o conflito seria justificado em nome de Jesus, como foram as “Cruzadas”. De fato, pode-se considerar a colonização como um desdobramento moderno das Cruzadas que, embora tenha fracassado enquanto pretensões econômicas de hegemonia, a mentalidade perdurou por muito tempo.

A Europa do século XV, fraca, isolada e sitiada, rapidamente subiu à hegemonia mundial, especialmente a partir de 1492, com a expulsão dos mouros e judeus da Península Ibérica. O advento das grandes navegações abriu novas rotas para as Índias e

Américas⁹⁵, provocando inúmeras transformações que foram fundamentais para a passagem do Feudalismo ao Capitalismo. A politização do espaço oceânico, quanto a sua globalização, distinguiram a expansão europeia a de outros povos marítimos. Esse fenômeno constitui-se em uma “revolução comercial” caracterizada por diferentes aspectos: (a) a incorporação de novas áreas às rotas tradicionais de comércio; (b) a ascensão de novas potências mercantis (Portugal, Espanha, Inglaterra e Holanda); (c) a perda do monopólio do comércio de especiarias por parte das cidades italianas; e (d) o grande afluxo de metais preciosos da América para a Europa, possibilitando um grande acúmulo de capitais nas mãos da nobreza e da burguesia. Desta forma, o desenvolvimento oceânico expandiu vastamente o olhar provincial europeu, tendo sua origem em Portugal, um pequeno reino na periferia da cristandade.

Eruditos e pesquisadores expuseram suas ideias, muitas vezes financiadas pelas grandes casas comerciais e esses conhecimentos foram confirmados, corrigidos ou substituídos pelas descobertas empíricas de capitães e pilotos de caravelas, dando origem à Modernidade ocidental. Esse processo de retroalimentação foi crucial na resolução de desacordos geográficos e científicos, possibilitando o surgimento do método científico moderno. Pensadores como Nicolau Copérnico, após as “descobertas” das ilhas e das terras no “novo mundo”, assim como os estudiosos da Astronomia (onde devem ser citados Johannes Kepler, Galileu Galilei, René Descartes), passaram a questionar a teoria geocêntrica de Ptolomeu⁹⁶, tornando-a, gradativamente, um pensamento obsoleto.

⁹⁵ TODOROV, T. *A conquista da America: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

⁹⁶ Calcular a latitude foi uma herança do cientista grego Ptolomeu, no século II, baseando-se em marcadores naturais como a posição das estrelas ou do sol. Esse mapeamento foi levado a cabo pelos comerciantes portugueses ao largo da costa oeste da África.

No início do século XV, o globo foi dividido em latitude. Historicamente, não se sabe quando a latitude no mar foi aferida pela primeira vez. Como o comprimento de um grau era medido do mesmo modo, independente da longitude, os problemas e os limites se agravaram, quando as viagens de Leste-Oeste começaram a acontecer. A partir disso, os navegadores buscaram um novo critério, relacionando a distância do eixo na superfície da Terra, pois as imprecisões e as diferenças na hora da aferição levaram a enormes distorções, dificultando a padronização dos mapas.

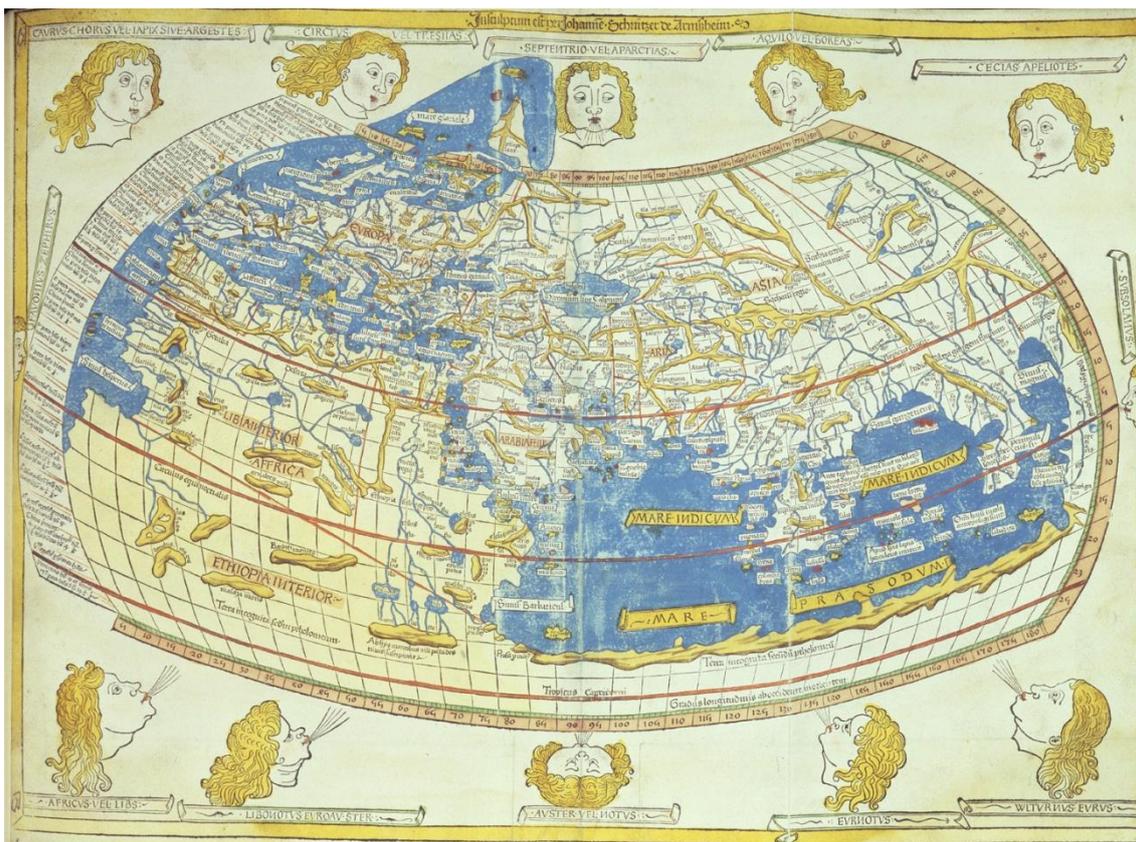


Figura 12 - Mapa mundi europeu do final do século XV onde as especificidades da geografia ptolomaica já estavam enfrentando severas críticas por parte dos estudiosos modernos.⁹⁷

As caravelas e os sistemas de exploração marítima alçaram os europeus numa condição social privilegiada, como já não era observada desde a queda do Império Romano. Somado ao desenvolvimento histórico vertiginoso veio também o controle fiscal, o sigilo e apropriação das técnicas marítimas, bem como a necessidade de um aparato de segurança do Estado. O expansionismo europeu representou a superação das rotas tradicionais de comércio devido ao deslocamento do eixo econômico para o Atlântico. Acordos de sociedades aparecem nas cidades do norte da Itália já no século XIV, onde os riscos e as recompensas por negócios eram suficientemente grandes para criar oportunidades empresariais. Os seguros marítimos e as transferências de créditos começaram a ser uma prática recorrente, consolidando mais tarde o que viria ser uma peça de engrenagem do sistema capitalista.

É bom lembrar que a crise econômica dos séculos XIV e XV originou uma política que se desenvolveu, paralelamente, ao fortalecimento monárquico. A base desse intervencionismo constituiu, para a nobreza, uma alternativa às convulsões sociais que

⁹⁷Disponível em: <<http://www.bl.uk/learning/timeline/item126360.html>> Acessado em 23/03/2019.

ocorreram no campo e na cidade e, para a burguesia, uma forma de unificação de mercados e expansão das atividades mercantis. É dentro desse contexto que se deve analisar o expansionismo, que não foi apenas marítimo, mas principalmente econômico, pois se, no passado, o termo comércio internacional queria apenas dizer relações entre europeus com uma parte da Ásia, agora a expressão se aplica a uma área muito mais extensa, tendo as rotas marítimas como estradas.

Se pensarmos nos espaços vazios da cartografia medieval, pode-se dizer que as viagens no Atlântico tornaram o mundo mais disponível e abrangente aos interesses das metrópoles europeias, não só ao comércio em escala global, como também ao entendimento daquilo que poderia ser conhecido. Essa matriz de poder não só estabeleceu hierarquização entre línguas e categorias de pensamento, mas também construiu estruturas econômicas de dominação geopolítica do conhecimento.

As viagens marítimas representaram uma bem sucedida empresa mercantil, associadas aos interesses do Estado e da burguesia. A diferença que se estabeleceu entre o colonialismo moderno e o período que o antecedeu foram de que, a partir do século XVI, o capitalismo mais do que extrair recursos e bens dos países conquistados, reestruturou uma economia complexa, na qual o comércio e a apropriação indevida de matéria-prima nas antigas colônias possibilitaram o surgimento de instituições modernas e a reinvenção da Europa como grande potência econômica da época.

Com a expansão dos mercados, as novas descobertas foram legitimadas pelo desenvolvimento científico. Conceitos geopolíticos como *mare nostrum*⁹⁸ descreveram os mares como um espaço de usurpação europeia. Um modelo de “modernidade marítima” que se lançou para ampliar seus interesses mercantis, impondo uma nova “centralidade” (eurocentrismo) através da apropriação e do “colonialismo”⁹⁹.

Em síntese, o desenvolvimento marítimo do século XV esteve estreitamente vinculado a uma nova estrutura de Estado, às práticas mercantis e a aparelhagem de sistema colonial que garantiu o acúmulo de riquezas e o surgimento do capitalismo europeu.

Apontar esses fatos não é simplesmente trazer de volta um passado, mas é, antes, um convite para revisitar tais situações, problematizando as formas narrativas e as políticas que governaram esse período da história.

⁹⁸ TAMAYO, J. *Las religiones monoteístas y el mar mediterráneo*. p. 157.

⁹⁹ SANTOS, B. *Epistemologias do Sul*. p. 39.

3.3 Um tempo de efervescência: o advento da navegação e o “encobrimento”¹⁰⁰ dos povos originários”

As motivações econômicas e imperialistas sacralizadas pela religião¹⁰¹ que, ora contribuíram para o genocídio¹⁰² de “povos originários”¹⁰³, ora os defenderam¹⁰⁴, pretendiam expandir suas fronteiras geográficas e implantar a cristandade. Esse projeto, que hoje é questionável, outrora fora eficiente, lucrativo e pragmático para ambos os lados, não somente porque procurava dominação política e cultural, mas também do ponto de vista econômico¹⁰⁵. Esse domínio produziu vítimas, escravidão e violência que foram interpretadas como inevitáveis frutos de um sacrifício salvador. Uma fantasia consonante com o espírito europeu da época, cuja missão de implantar colônias pelo mundo era um caminho inevitável. A retórica da cristianização, civilização,

¹⁰⁰ DUSSEL, E. **1492**: O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Petrópolis, 1993.

¹⁰¹ A suposta descoberta do Novo Mundo trouxe consigo inúmeros dilemas sociais, culturais e religiosos que colocaram em xeque o edifício da Teologia cristã. No fundo o problema gravitava em torno da difícil conciliação entre a visão do conquistador de direito natural, segundo a qual toda pessoa era possuidora, por força de sua natureza racional, com os costumes e práticas religiosas das populações autóctones.

¹⁰² Ao propor a “guerra justa” como modelo, o teólogo medieval Juan Gines Sepúlveda aproximou sua teoria a outras teorias xenófobas da época. Ele reproduziu o pensamento oficial e reinante da elite cultural hispana ao afirmar: “Existem outras causas de guerra justa menos frequentes, mas nem por isso menos justas, fundadas no direito natural e divino; e uma delas é a permissão para submeter com as armas, se outro caminho não for possível, aqueles que por condição natural devem obedecer a outros, mas se recusam a fazê-lo. Os grandes filósofos declaram que esta guerra é justa por lei da natureza”. SEPÚLVEDA, J. *Tratado sobre las justas causas de la guerra contra los índios*. p. 81. Segundo o referido autor, os índios como tais, se encontram em situação de barbárie total, por isso era necessário livrá-los desse estado. Na verdade, aqui reside a gênese da discussão. Para isso, lançou mão da teoria aristotélica da escravidão natural. Sepúlveda estabeleceu a diferença entre escravidão legal e natural, com a finalidade de dizer que a violência não era o fundamento da escravização dos índios, mas sim uma condição nata.

¹⁰³ GUTIÉRREZ, G. *Em busca dos pobres de Jesus Cristo: o pensamento de Bartolomeu de Las Casas*. São Paulo: Paulus, 1995.

LAS CASAS, B. *O Paraíso Destruido*. Porto Alegre: L&PM, 1984.

¹⁰⁴ Apesar de toda opressão, houve inúmeros missionários que se colocaram ao lado dos índios, entre eles: o jesuíta José de Acosta (1540-1600), o sacerdote Miguel Cabello de Balboa (1585), o agostiniano Alonso Ramos Gavillán (1621), o bispo Alonso de La Peña (1668) e frade dominicano Bartolomeu de las Casas.

¹⁰⁵ Segundo o sociólogo Boaventura Santos, os humanistas dos séculos XV e XVI chegaram à conclusão de que os selvagens eram sub-humanos. A questão que se colocava na época era a seguinte: os índios têm alma? O Papa Paulo III respondeu afirmativamente na bula *Sublimis Deus*, em 1537, concebendo a alma dos povos selvagens como receptáculo vazio, uma anima nullius, muito semelhante à *terra nullius*, o conceito vazio jurídico que justificou a invasão e ocupação dos territórios indígenas. Com base nestas concepções abissais de epistemologia e legalidade, a universalidade da tensão entre regulação e a emancipação, aplicada deste lado da linha, não entra em contradição com a tensão entre apropriação e violência aplicada do outro lado da linha. SANTOS, B. *Epistemologias do Sul*. p. 37.

desenvolvimento e progresso serviram como base para os interesses do poder econômico ocidental, construindo-se a partir de uma normatividade epistêmica e política em três categorizações distintas: raça, gênero e trabalho¹⁰⁶.

Paralelamente, as mudanças experimentadas na metrópole exigiram profundas alterações e o aumento das populações mestiças (*criollo*) trouxeram enormes desafios. Tais posturas geraram contestações e fissuras entre o humanismo renascentista e a economia política. Para fazer frente a tal demanda, as reivindicações coloniais buscaram um aporte jurídico nos decretos papais que autorizavam o domínio espiritual sobre o “novo mundo” e as pessoas que lá viviam. A invenção do Direito Internacional, no século XVI¹⁰⁷, contribuiu na jurisprudência que legislava o domínio europeu sobre os povos conquistados¹⁰⁸. As populações autóctones (índios) foram consideradas humanas (*ius gentium*), embora fossem inferiores, pois não eram racionais. Um aporte teológico embasado no conceito judaico-cristão de “eleição”, algo semelhante a um messianismo temporal em que se acreditava que o destino da Igreja e do Estado estava unido.

Os direitos e poderes da coroa portuguesa foram declarados não apenas espirituais, mas também políticos e econômicos, e esses tornaram-se a base do colonialismo em franco desenvolvimento. O Papa cedeu aos reis de Portugal o direito e a responsabilidade de propagar a fé em terras “recém-descobertas” (essa foi a primeira vez que o papado deu a uma nação a dupla autoridade de colonizar e evangelizar). Aqui, não será exagero dizer que, em grande medida, essa teologia foi realmente um grande projeto ideológico, pois se pensava que o Cristianismo ibérico seria um instrumento de salvação para o mundo, tendo sido incapaz de ver os interesses escusos¹⁰⁹. Foi necessário um aparato teórico que justificasse tal empreendimento. Deus foi compreendido como Aquele que, por meio de uma sequência de eventos, elegeu um

¹⁰⁶ QUIJANO, A. *Colonialidad del poder y clasificación*. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506032333/eje1-7.pdf>>. Acessado em 10/07/2019.

¹⁰⁷ PIRES, S. O aspecto jurídico da conquista da América pelos espanhóis e a inconformidade de Bartolomé de Las Casas. In: WOLKMER, Antonio Carlos (org). *Direito e justiça na América indígena: da conquista à colonização*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998, p. 55-74.

¹⁰⁸ Francisco de Vitoria fora um renomado jurista do século XVI. Seu tratado *Relaciones teológicas* é considerado um divisor de águas por colocar povos originários e espanhóis no mesmo nível de humanidade. VITORIA, F. *RELECCIONES TEOLOGICAS*. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1960.

¹⁰⁹ Somente os jesuítas, sob a proteção direta da Santa Sé, enquanto *territorium nullius Diocesis*, puderam construir um projeto alternativo as interesses da metrópole, como o que aconteceu nos Setes Povos das Missões, no sul da América do Sul.

povo para si, legitimando uma postura de conversão que sacralizou a violência e a exploração de populações “não europeias”.

A ideia de Europa surgiu, aqui, dos discursos que invocavam um contexto socialmente reconhecido como válido como, por exemplo: uma tradição historiográfica, um cânone filosófico e uma narrativa religiosa com pretensões universais. Isso convida olhar para fora dos conceitos eurocêntricos (político-econômico-religioso), tarefa que não teve êxito, pois foi “ensimesmada” e autorreferente, a Europa criou um “*alter ego*” tão moderno quanto o próprio Ocidente. Como consequência, uma forma específica de subjetividade branca, racional, masculina e secular se consolidou, bem como uma ordem política com Estados soberanos como *locus* de autoridade foram normatizados como única forma de existência social. Se no período medieval usava-se a expressão “bárbaro” para designar todos(as) aqueles(as) que não faziam parte do Sacro Império Cristão agora, na Modernidade, o conceito “primitivo”, servia para catalogar as civilizações que não compartilhavam com o conjunto de crenças estabelecidas. O reconhecimento dessa postura colonial é a chave para desfazer o apagamento das histórias dos povos submetidos ao regime político europeu, sendo a “descoberta” uma relação de poder e conhecimento, sobretudo para aqueles que disponham de uma posição privilegiada. O “não europeu” foi visto como inimigo e selvagem (inferior).

Ao suprimir a cultura dos “povos originários” em favor da governança, dos valores e das culturas ocidentais, o colonialismo aprofundou as tensões entre grupos, reafirmando as hierarquias raciais para manter o domínio e exploração. Simultaneamente, impôs uma visão de mundo homogênea, de forma que os colonizadores mantinham a essência das diferenças entre as pessoas e, por outro lado, tentavam unificar grupos díspares sob um duplo aspecto: a religião e o sistema econômico.

Essas posturas geraram práticas discriminatórias e injustificáveis, pois na medida em que o encontro entre os diferentes mundos tornaram-se efetivas, os “povos originários” foram vistos como objetos passivos de apropriação. Sua marca distintiva foi a política de tutela, uma mescla de assimilação e domínio, estabelecendo uma cidadania própria com diferentes normas legais para nativos, europeus e “assimilados”. Por trás do que viera posteriormente chamar-se de Modernidade, estava o discurso de progresso como forma de dominação. Nesse propósito, os europeus assumiram o

controle do comércio e das rotas marítimas, em uma escala sem precedentes, promovendo o alargamento das fronteiras e a redefinição de força e hegemonia.

A nomenclatura geográfica foi um estágio em que a fusão da língua e território carregou uma história intencional, num claro exercício de poder, apagando os vestígios das comunidades autóctones. Como qualquer categoria política, a América latina nasceu de um debate com outras construções geopolíticas de nomear o território. O caráter de algumas regiões periféricas, como do Brasil, África e Ásia, representados como “atrasados”, deu-se mediante a espoliação e o aniquilamento de sua cultura, exigindo a teorização de uma forma de alteridade com a qual ela poderia ser definida, pois dentro dessa concepção, o “não europeu” representava um mundo a ser apropriado indevidamente. Nesse contexto, a Europa se: “autodenomina centro descobridor e joga para as periferias do mundo o outro, encobrendo o ‘não europeu’ como negação de si”¹¹⁰. É essa genealogia antiética que o teólogo Aníbal Quijano chamou de modernidade-colonial e “colonialidade do poder”¹¹¹, que aos olhos do colonizador era tida como oportunidade levar a civilização, a religião e a cultura para outras partes do mundo. Uma divisão que servia para legitimar um modelo societário: “Ocidente versus o resto”. Uma cosmovisão que impôs a hegemonia europeia frente a outras comunidades tidas como “subalternas” e pobres, donde se popularizou a seguinte máxima: “para além do Equador não há pecado”¹¹². Desta forma, o controle social foi realizado por um aparato teórico e por um discurso hegemônico que se tornou objeto de desejo dos “novos” intelectuais colonizados.

Além do ouro e das especiarias, que haviam atraído portugueses nas suas caravelas para além-mares, agora despontava um novo comércio, o de escravos, açúcar, prata, tecido de algodão, café e chá. O rápido crescimento teve como contrapartida a formação de novas sociedades nas quais a apropriação massiva da terra criou as condições para a destruição de outras civilizações existentes, bem como o transporte de escravos africanos para substituir a força de trabalho indígena.

As assimetrias nos padrões de comércio, nas quais as riquezas minerais e produtos primários das regiões periféricas foram trocados por bens manufaturados,

¹¹⁰ CUNHA, C. *Encontros Decoloniais entre o Bem viver o Reino de Deus*. p. 317.

¹¹¹ QUIJANO, A. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf>. Acessado em 10/07/2019.

¹¹² SANTOS, B. *Epistemologias do Sul*. p. 36.

produziram um excedente econômico que levaram os países da Europa ocidental à industrialização e a padrões de vida mais altos, enquanto as colônias se transformaram em lugares de monocultura e de baixa renda *per capita*, gerando uma sociedade altamente segregada. Tal sistema regulamentado pelo Estado e executado através do comércio, desempenhou um papel primordial na política econômica em uma era de acumulação. Esse arranjo social promovido pelas práticas modernas visava a perpetuação do controle comercial, pois o que estava em jogo nessa guerra era o direito de controlar o ofício de cartógrafo¹¹³.

Para além dessas questões, as navegações lançaram dúvidas sobre a credibilidade dos conhecimentos científicos. As projeções cartográficas tiveram que ser refeitas, pois o mundo conhecido se resumia ao Mediterrâneo e algumas ilhas. A expressão “costear”, que significava evitar o mar aberto, foi traduzida como sinônimo de ir com cuidado, isso porque, no Mediterrâneo, não necessariamente, se precisava ficar longe da terra, pois o percurso de uma cidade portuária a outra era menor e mais seguro. Dessa forma, a prática de navegação costeira permitiu que o espaço marítimo fosse compreendido como uma rota linear entre portos e comércio, onde o Mediterrâneo era visto como um grande rio alongado.

Os marinheiros do Atlântico tiveram que desenvolver tecnologia de navegação e de construção civil mais sofisticada. Como não tinham acesso a tantos recursos, porque não estavam nas bordas do continente, precisaram enfrentar mares opacos, ora profundos ora rasos, neblinas e ondas gigantescas, utilizando embarcações frágeis que ofereciam pouca segurança, demonstrando que aquilo que estava sendo “descoberto” era mais extenso e complexo do que se conhecia ou do que estava catalogado.

Tal desenvolvimento somente foi possível porque os marinheiros italianos e catalães ensinaram aos portugueses como elaborar mapas das relações entre terra e mar. Por volta de 1509, esses já possuíam a descrição do Mar da Arábia e do Oceano Índico, mas tais segredos náuticos foram usurpados pela Espanha que se tornou a grande potência marítima da época. A guerra anglo-espanhola, deflagrada no ano de 1585, impulsionou o desenvolvimento de novas técnicas de localização do mar.

Outro fator importante que não pode ser ocultado, diz respeito ao surgimento da imprensa. Antes, os relatos e a aferição do tempo eram remotos e as informações

¹¹³ BAUMAN, Z. Globalização. p. 37.

estavam circunscritas a um grupo seleto de marinheiros. Já no século XVII existia uma vasta literatura sobre os reais naufrágios, manuais práticos para pilotos e um atlas dos mares. No diário de bordo, que depois foi publicado, a ocorrência notável dos eventos incomuns e dos perigos extraordinários revelava o quanto era desafiador navegar em circunstâncias adversas. Os perigos reais serviam de bússola para os incautos viajantes que navegavam pelas mesmas águas.

3.4 O renascimento e a expansão moderna

O início do período renascentista teve suas raízes na Itália. Muitos estudiosos olharam para trás, para a cultura Greco-romana, para reaprender o que fora perdido, e simultaneamente os grandes empresários e banqueiros olharam para frente, para um futuro de negócios promissores, constituindo uma política global de ocidentalização do mundo. De modo geral, pode-se dizer que o Renascimento pretendeu promover os valores ocidentais, numa época em que a Europa, colonizou o tempo e o espaço, ultrapassando de modo decisivo as civilizações que lhe eram paralelas, tornando-se sinônimo de salvação e novidade para os povos “não europeus”. Isso foi possível através de dois pilares interconectados: a colonização interna da Europa mediante a reconciliação com seu passado e a colonização externa que se deu pela ocupação de novas terras.

Essa política deu-se pela intensa produção intelectual, artística e literária acompanhada do *boom* oceânico, marcado pela ausência de boias náuticas, numa sociedade que estava sendo plasmada em águas desconhecidas. Essa aparente perda de controle forjou pensadores como: Thomas More¹¹⁴, Leonardo da Vinci e Lutero, para

¹¹⁴ Segundo Antônio Carlos Diegues, no século XVI, surgem frequentes descrições de sociedades utópicas. A mais conhecida é a obra *Utopia*, de Thomas More, publicada em 1516. O filósofo fala de uma ilha fictícia aproximadamente a 15 milhas da América do Sul, que apresentava uma sociedade complexa, bem organizada e planejada. Teria sido idealizada pelo rei Utopo, que teria também separado o espaço insular do continente. A sociedade estaria baseada no trabalho agrícola e artesanal e a produção era planejada cuidadosamente, gerando um bem-estar que nenhuma sociedade teria alcançado até então. A produtividade do trabalho era alta e cada cidadão não precisava trabalhar mais que seis horas. Ao contrário das sociedades mercantilistas do século XVI, ali o ouro não tinha valor algum. Utopia era uma república na qual os responsáveis políticos eram eleitos por voto direto, não existindo propriedade privada. Apesar de ser uma sociedade igualitária, havia escravos, constituídos, principalmente, pelos delinquentes. Havia liberdade e tolerância religiosas. Uma grande parte das atividades era comuns, como as refeições, a educação das crianças. Na ilha Utopia, havia um grande avanço das ciências, capaz de transformar um solo estéril em extremamente fértil. DIEGUES, A. *Ilhas e Mares: simbolismo e imaginação*. p.186. Disponível em:

citar alguns, que navegaram em um mar agitado pelo rompimento com a cosmovisão medieval.

Junto com a batalha por uma nova cosmologia havia uma enxurrada de dados que desacreditavam os pilares epistemológicos da antiga ordem, tanto dentro dos círculos intelectuais como entre as instituições. A Europa da Renascença parecia estar em um ciclone, onde as tentativas por estabelecer a hierarquia do mundo estavam à deriva num mar de incertezas. O humanismo, isso é as preocupações com as letras e a retórica ajudaram na transição entre a visão teocêntrica medieval e a posterior ênfase moderna.

A tecnologia de ponta e produção de riqueza no início do período moderno deu-se por um conjunto de fatores, entre eles o expansionismo marítimo. A formação dos Estados Nacionais foi um desses. Somente um Estado forte e centralizado seria capaz de prover os recursos necessários para tal empreendimento. Durante esse período, os obstáculos intransponíveis foram transformados em comércio e também em campo de batalha entre os diferentes interesses nacionais. As vantagens tecnológicas de um país em relação ao outro poderiam significar vantagem econômica, bem como estrangulamento do comércio adversário. Conhecedores de tal realidade, as elites nacionais desse período buscaram ativamente salvaguardar seus próprios interesses. Essa competição marítima foi conduzida entre guerra tanto no exterior como dentro de suas fronteiras fragmentadas.

A obra *O Elogio da Loucura*¹¹⁵, de Erasmo de Roterdã, estava profundamente preocupada com a *Renovatio Christianismi* (renovação do Cristianismo), recuperando seu potencial humanista que estava soterrado na história esquecida da hegemonia medieval. Sendo uma obra sintomática de um período no qual a bússola parecia estar desorientada pela falta de sinais legíveis, sinalizando a perda de controle e a ruína de um mundo antigo e confortável. Essa aparente desordem permitiu vislumbrar o potencial dos espaços, cuja falta de autoridade proporcionou um tipo diferente de existência em

<<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Ilhas%20e%20Mares.pdf>>. Acessado em 08/08/19.

¹¹⁵ ROTERDÃ, E. O Elogio da Loucura: in: *Os grandes clássicos da Literatura*. Vol. III. Editora Brasileira: São Paulo, 1984.

um novo mundo, marcado pelo otimismo gerado pelas viagens marítimas no início da era moderna¹¹⁶.

Após longos séculos de sucesso no comércio do Mediterrâneo e também no Mar Negro, houve um excedente econômico que permitiu às Cidades-Estados italianas investirem maciçamente em bolsas de estudo tanto no âmbito cívico e religioso como também individual, numa proporção não mais vista desde a queda do Império Romano. Apesar do cataclismo demográfico com uma taxa de mortalidade urbana superior a 50%, não esmoreceram os esforços de empresários e banqueiros a “embarcarem em uma ideia”, que era altamente lucrativa, mas onde os riscos eram da mesma forma proporcionais, estimulando e assumindo os custos das empresas marítimas portuguesas e espanholas.

Mais amplamente, a existência dessas terras, até então invisíveis, lançaram perguntas sobre a confiabilidade dos limites e da cosmovisão vigente. Ironicamente, o apogeu do sucesso das caravelas náuticas foi também o seu eclipse, abrindo portas para o início da era moderna, quebrando a hegemonia de insumos, servindo como estradas oceânicas que interligavam os interesses dos projetos hegemônicos das potências marítimas. A revolução vivida a partir de uma busca crescente por mercadorias fez com que se projetassem navios maiores e mais pesados que, posteriormente, transformou em plataforma para o desenvolvimento futuro.

Os oceanos e mares de águas turvas e perigosas, onde os marítimos precisavam navegar usando apenas alguns recursos limitados, simbolizaram também um universo: “sem limites acessíveis, misteriosos, tornando-se a expressão de um mundo sem temporalidade real. A incapacidade humana diante daquela ‘massa líquida’ fortalecia a imagem do mar como caos”¹¹⁷. Essa evidência prática foi expressa na Modernidade pela necessidade de pontos claros e distintos, que pudessem nortear a sociedade por meio de algumas certezas.

Desenvolvendo um sistema de ciência aplicada, tornando o exótico em algo prático, as potências marítimas treinaram um grupo de pilotos, que não somente

¹¹⁶ As viagens marítimas foram importantes para a descoberta e exploração de novas terras e culturas. Isso, contudo, não ocultou questões controversas sobre as motivações, crenças religiosas e sobre a própria estrutura do mundo.

¹¹⁷ DIEGUES, A. *Ilhas e Mares: simbolismo e imaginação*. p. 72. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Ilhas%20e%20Mares.pdf>>. Acessado em 08/08/19.

aplicavam suas experiências ao mar, como também coletavam dados de décadas de exploração.

Numa época de enormes mudanças e efervescência de ideias, as “descobertas marítimas” tiveram um impacto vertiginoso consistindo na compreensão de um espaço infinitamente aberto. Essa capacidade de navegar sem referência foi um fator decisivo no início das viagens de longa distância. As mudanças paradigmáticas, não mais foram entendidas como “cosmo restrito”, mas como “universo amplo”; não mais regido por um tempo sagrado, mas – agora – profano, emprestando uma espécie de textura que abalou os alicerces da sociedade da época, acabou tornando-a mais diluída ou “liquefeita”.

Astrônomos e navegadores portugueses, inicialmente concentraram-se na observação e na análise das estrelas como ponto de referência, conforme fora feito desde a antiguidade no hemisfério norte. À medida que navegavam para o sul, esses sinais se tornavam quase imperceptíveis, especialmente quando cruzaram o Equador, quando precisaram de um novo método para aferir a latitude e a altitude, sua localização e a posição do sol. Descobrir, reconhecer e proteger o conhecimento náutico não fora apenas uma questão econômica ou de prestígio e, sim, um imperativo que garantiria a hegemonia dos interesses das potências econômicas do Ocidente, desenvolvendo instituições financeiras para sustentar o comércio global, criando dispositivos capazes de gerenciar riscos, diversificando perdas e mobilizando o capital num processo de ascendência econômica.

3.5 Movimentos contestatórios

No início do século XVI, as instituições governamentais e religiosas do Sacro Império Romano-germânico estavam completamente envolvidas em um imbróglio peculiar, no qual o papado era uma instituição teocrática com uma soberana estrutura de poder secular acima e além do Império. O poder financeiro e político havia se transformado em um sistema arcaico, com maquinário de guerra defasado, um clientelismo difuso e uma administração financeira duvidosa.

Diversos movimentos contestatórios começaram a surgir, não apenas com motivações religiosas, mas também políticas, econômicas e sociais. Nesse cenário, a Reforma protestante foi um desaguadouro das transformações que estavam em curso, levando a uma espécie de desencantamento do caráter sagrado da Igreja como mediadora indispensável para a salvação religiosa e secular.

O advento do capitalismo moderno e a Reforma de Martinho Lutero¹¹⁸ fizeram ruir uma ordem estática do mundo, representando uma nova experiência religiosa alternativa, enfatizando, entre outras coisas, a possibilidade da construção de uma subjetividade alicerçada na liberdade da consciência. Sua ênfase no valor do indivíduo desentrincheirado de um cristianismo monolítico contribuiu mesmo que, inadvertidamente, para estabelecer as bases do imaginário social moderno ocidental. A suposta relação imediata e direta do indivíduo com Deus levou a um estado divergente e conflituoso. Assim, foi possível mudar da “liberdade de religião” para uma espécie de “liberdade da religião”, acompanhando a mudança da ciência moderna para o cientificismo. Em 1517, quando Lutero pregou as suas 95 teses no portão da Igreja do castelo de Wittenberg e declarou que todas as instituições intermediárias de salvação entre Deus e os humanos eram supérfluas, não estava apenas questionando o *status quo* do clero católico, mas também ameaçando a estrutura do governo no Império e, com ele, a hegemonia de Roma. Seu chamado para a reforma da Igreja Católica, não apenas iniciou o que se tornariam novas denominações do Cristianismo, mas desencadeou um século e meio de conflitos religiosos e políticos dentro e nos arredores da cristandade.

¹¹⁸ Max Weber abordou as origens do Capitalismo moderno em vários artigos publicados pela primeira vez em 1904 e 1905, sendo publicada em forma de livro intitulado a *Ética do Espírito Capitalista*, onde analisa a cultura religiosa do protestantismo puritano como um dos ingredientes indispensáveis para o *ethos* do capitalismo e do racionalismo moderno, impulsionando as mudanças paradigmáticas de seu tempo.

Ao mesmo tempo se observava a proliferação de novas tecnologias para a reprodução de textos e imagens no final do século XV e início do século XVI, o que permitiu a disseminação em massa da propaganda política e religiosa que se deu a partir da invenção da imprensa, gerando o que poderíamos chamar de uma guerra midiática pré-moderna.

O século XVI foi uma época de pestilência em saúde, conflitos civis e guerra aberta. Nessa época os protestantes acreditavam que o fim do mundo estava próximo. As artes religiosas usavam, com frequência, embarcações como símbolo da Igreja que era vista como um navio à deriva. As pretensões católicas eram imaginadas como barcos cujas velas estavam fixas em um duplo movimento: subiam aos céus ou navegavam em direção a um porto seguro representado pelo papado. Essa era a imagem da cristandade como uma forma de demarcar os dogmas centrais para a salvação e aos seus inimigos e hereges ficava reservado o banimento para “águas perigosas”. Os católicos retratavam a nave da Igreja cheia de clérigos e monges que poderiam, na melhor das hipóteses, lançar uma tábua de salvação para os governantes e seus súditos tornando-se um veículo de instrução religiosa. Os reformadores, por sua vez, propuseram uma versão mais inclusiva do que a doutrina católica, desafiando o poder político abrangente do clero, espalhando suas ideias entre os príncipes territoriais e as pessoas comuns do Império. Eles foram mais rápidos em usar o poder das novas tecnologias que surgiam e, através da impressão de panfletos ou livros, espalhavam facilmente as suas ideias.

Aconteceu que a Igreja Católica Romana acabou ficando presa em sua própria doutrina hierárquica e demorou a compreender o novo *modus operandi* de uma guerra midiática que se desenrolou na esfera pública. O processo de alfabetização, os círculos humanistas, o surgimento das universidades e a consolidação da liberdade individual foram alguns dos fatores que acabaram contribuindo para a Reforma. A presença da Igreja acabou mais circunscrita aos territórios periféricos do Império e das nações vizinhas. Se no passado a Igreja e o Estado eram confundidos, na segunda metade do século XVI, começaram a ser vistas como entidades separadas.

Os reformadores estavam muito interessados em obter o apoio dos príncipes territoriais. Os leigos foram protagonistas dos conflitos do século XVI, subindo a bordo da nave da Igreja e quebrando o monopólio do clero sobre o poder na esfera religiosa. Embora os príncipes territoriais permanecessem no comando, a Reforma, como um

modelo mais descentralizado, definiu o curso para a democratização do poder secular. A partir desse momento, a liderança foi deslocada dos centros anteriormente circunscritos às Cidades-Estados italianas e aos países ibéricos católicos para os países protestantes do norte. É possível que tal fato tenha tido menos a ver com Teologia e mais com o pragmatismo imposto pelos interesses e prioridades da burguesia nascente sobre o estado, uma vez que os burgueses não possuíam sofisticados aparelhos de controle (a usura), deixando o mercado entregue a si mesmo.

Com a assinatura do tratado de “Paz de Augsburg”, em 1555, católicos e luteranos concordaram em permitir duas religiões dentro do Sacro Império Romano: o Imperador seria imparcial na escolha da religião nos territórios e os príncipes, livres, para escolher as religiões de seus Estados. Os súditos que não desejassem cumprir essas escolhas teriam permissão para emigrar para outro território. Legalmente, o acordo introduziu pela primeira vez o conceito de escolha religiosa a nível institucional, mesmo que apenas para luteranos e católicos, mas também levou a um aumento do sectarismo entre os príncipes e a população do Império.

3.6 O surgimento da Modernidade

No século XVI iniciou-se uma trajetória que terminou em um processo secular que desafiou as Igrejas a absterem-se de todas as reivindicações teocráticas e a redefinirem sua identidade. As condições de crença foram radicalmente alteradas e o sagrado começou a ser gradativamente suprimido da esfera pública. Em lugar de um sentido de comunidade de relação e responsabilidade compartilhada tem-se, a partir de então, o indivíduo autônomo em um “mundo desencantado”.

Cientistas como Descartes, Leibniz, Newton acreditaram que a razão humana poderia perscrutar a realidade como instrumento para a fundação da certeza, mediante uma linguagem clara e distinta que radicalizava a dúvida metódica. A crença moderna na razão e o otimismo sobre as possibilidades epistemológicas dos seres humanos fizeram com que a Teologia buscasse uma linguagem inequívoca para se tornar mais apropriada ao método científico moderno. Deus passou a ser estudado em termos de matemática e geometria, uma mudança do reino do entendimento para o campo explicativo. Com isso a própria Teologia foi envolvida na tentação de tratá-lo em termos totalizantes.

A racionalidade científica¹¹⁹ que resultou disso, baseou-se em dois critérios. Primeiro, de que todos os enunciados deveriam se basear em evidências claras e distintas que pudessem ser verificadas e mensuradas (empirismo). Em segundo lugar, de que quaisquer deduções obtidas a partir dessas evidências, deveriam ser feitas de forma logicamente consciente, de modo que qualquer outra pessoa racional pudesse repetir de maneira similar o processo de dedução (reprodutividade).

Uma visão secularizada trouxe uma nova historicidade para a existência humana e assim marcou o advento da própria história. Tais possibilidades abriram uma inovação da consciência em relação ao tempo. O futuro tornou-se um território a ser colonizado no presente por meio do planejamento e da racionalização dentro da tradição ocidental, problematizando a maneira pela qual se concebeu tanto o passado quanto o presente.

Muitos aspectos regulatórios centrais da vida humana tornaram-se autônomos, desenvolvendo uma lógica interna de ação sem a mediação do poder do discurso religioso. Foi onde as características da Modernidade ficaram mais claramente evidentes, pois na base dessas concepções está o princípio do racionalismo que, como um mar furioso, se choca contra as estruturas rochosas da ordem tradicional. Assim os seres humanos começaram a experimentar a realidade, não mais como natureza misteriosa e incontrolável, mas, sim como história na qual homens e mulheres são mestres da criação, dando lugar ao antropocentrismo moderno.

O indivíduo liberto ousou viver em um espaço desprovido de Deus, que o “Iluminismo” chamou de virada secular¹²⁰, colocando o sujeito *solipscista*¹²¹ autossuficiente no timão do barco da Modernidade. Uma conclusão que mais tarde aceita e corroborada deificou o “eu europeu”, proclamando que a humanidade estava no centro do mundo criado, inspirando os cientistas a desenvolverem uma teoria que permitisse o uso indiscriminado da natureza para fins mercadológicos. Essa expansão moderna, expressa na formulação do *Cogito ergo sum* cartesiano, teve como

¹¹⁹ “A reflexão sobre os fundamentos, a validade e os limites do conhecimento científico transformou-se num dos ramos essenciais da filosofia a partir do século XVII. A época moderna pode ser definida pela emergência de uma concepção de ciência e de método, e tanto Locke como Descartes constituem a consciência filosófica dessa situação”. SANTOS, B. *Introdução a uma Ciência Pós-moderna*. p. 22

¹²⁰ O projeto Iluminismo foi intencionalmente explicado por muitos como uma tentativa de banir a força opressiva, da religião. “Esmague a coisa repugnante”, dizia Voltaire, se referindo a Igreja Católica Romana.

¹²¹ Conceito filosófico no qual só existem, efetivamente, o eu e suas sensações, sendo os outros entes (seres humanos e objetos), como partícipes da única mente pensante, meras impressões sem existência própria.

antecedente histórico o “eu conquistei”, uma versão do que hoje se chamaria de *self made man*¹²². Um racionalismo enraizado no otimismo das invenções e da tecnologia, fazendo com que se acreditasse que a natureza poderia ser administrada para suprir as necessidades e os interesses econômicos. Em certo sentido, tratou-se de dizer que a humanidade ascendeu ao céu, atribuindo a ela o mesmo papel que o Deus judaico-cristão desempenhou em tempos outrora. Essa sociedade se descobriu autônoma buscando entender seu funcionamento, não através de uma força extrínseca, mas sim, mediante a um método empírico.

O sujeito europeu “esclarecido” foi considerado capaz de se libertar do provincialismo da autoridade religiosa. Definindo-se como moderno, sentia-se em uma espécie de estado interino, livre da autoridade das tradições que antes asseguravam a vida no mundo. Em seu anseio emancipador buscou suplantar aquela religião que, aos seus olhos, avassalava o pensamento e a sensibilidade, rejeitando a noção medieval de racionalidade que se pautava no paradigma transcendência-imanência¹²³.

O conhecimento produzido no Ocidente resultou em um regime de representação que subjugou culturas, estabelecendo lugares específicos para os que eram detentores do conhecimento e os colonizados. Considerava-se “primitivo” os povos que, segundo esses critérios, não eram capazes de superar a consciência do sobrenaturalismo do mundo exterior. Essas distorções produzidas pelo racionalismo refletiu-se nos diferentes argumentos filosóficos de Descartes, Voltaire e Hegel dando origem a um projeto monocultural.

Mediante isso, esses pensadores buscaram estabelecer os fundamentos filosóficos para a possibilidade do conhecimento por meio de uma atividade crítica, sistemática e metódica. Isso ficou muito explícito no Opúsculo de Immanuel Kant, *was ist aufklärung?* (o que é o Iluminismo?)¹²⁴, onde ele diz: *Sapere Aude* (ousa saber), isto

¹²² A expressão americana *Self Made Man*, criada no século XIX e expressão máxima do capitalismo moderno, corresponde ao homem que conseguiu sucesso por si mesmo, por seus próprios esforços e sua própria dedicação, traduzindo para o português, seria aquele homem que “se fez”.

¹²³ O Iluminismo kantiano, ao questionar a legitimidade da realidade metafísica para o conhecimento científico e para o pensamento racional, desferiu um golpe duro à Teologia, enquanto horizonte capaz de explicar a realidade. Frente a isso, duas posturas poderiam ser assumidas. A primeira, na qual a Teologia simplesmente adequaria-se às propostas feitas pelo pensamento moderno como uma ciência racional, ou então, buscaria um caminho alternativo e, com isso, aceitaria a marginalidade de estar ausente do banquete das ciências modernas.

¹²⁴ Com Kant a razão pretendeu alcançar sua maioridade. Para o filósofo, é o ser humano quem cria o universo científico e moral fundamentado na própria razão. O conhecimento é, na visão do autor, uma articulação dos dados da Sensibilidade (espaço e tempo) e do Entendimento. Ficando vedada toda e

é, trata-se da saída da minoridade e da autossuficiência humana, chamando a atenção para tarefas dos quais os seres humanos podem executar. Os povos e indivíduos que resistissem a seguir esse itinerário foram vistos por Kant como autoculpáveis e merecedores de sua própria miséria, uma vez que as condições de esclarecimento já haviam sido dadas pelo pensamento ilustrado do século XVIII.

Os princípios normativos e universais foram entendidos como possibilidade de prosperar. Deus fora empurrado para as margens da vida humana, sendo apenas solicitado quando o conhecimento humano era insuficiente para fornecer as respostas (Deus tapa buraco). A negação do humanismo positivista, marxista e nietzschiniano entendeu Deus como desumano, distante, opressor e obstáculo ao cumprimento da condição humana¹²⁵. *O Grande Inquisidor* do literato russo Dostoiévski é o símbolo de como a Igreja se tornou opressora da liberdade humana, reforçando uma suspeita também sobre autoridade divina.

3.6.1 Modernidade e o advento da ciência mecânica

Todo modelo civilizacional busca apresentar uma história com suas próprias marcas de universalismo, duplicando seus valores locais em nível global, onde em cada uma das etapas se desenvolvem relatos parciais, fornecendo fundamentos, supostamente sólidos ou no mínimo sedutores, para legitimar uma ordem que se pretende inaugurar.

Partimos do pressuposto de que o senso de modernidade é tão amplo e heterogêneo quanto são os símbolos que o representam. Pensemos, por exemplo, na Renascença, nas Revoluções Francesa e Industrial, nas Enciclopédias, nas descobertas científicas dos séculos XVIII e XIX, todas evocam uma variedade de notas dissonantes que, além de múltiplas e desiguais, pode, ser contraditórias.

Anthony Giddens, no último capítulo de sua obra intitulada *As Consequências da Modernidade*, faz o seguinte questionamento: a Modernidade é um projeto ocidental? Para o referido autor, sim. Ele considera que o Estado-nação e a produção capitalista¹²⁶ foram os alicerces para um projeto que almejou ser compreendido como

qualquer forma de saber de ordem meta-empírico. Ao contrário da cristandade, onde tudo era explicado por atributos divinos, na Modernidade, o ser humano descobriu que ele é capaz de interferir na sociedade.

¹²⁵ QUEIRUGA, A. *Creio em Deus Pai*. p. 30.

¹²⁶ GIDDENS, A. *As Consequências da Modernidade*. p. 189.

uma etapa de transição de uma ordem socioeconômica para outra, uma forma de pensar e uma nova concepção de método e de ciência, onde Descartes e John Locke foram expoentes e consciência filosófica desse momento¹²⁷.

As bases para o surgimento e expansão do capitalismo já estavam presentes nas condições filosóficas que possibilitaram as bases para o Iluminismo. O apogeu desta humanidade firmemente posta no centro do universo, pela primeira vez desde a antiguidade clássica, produziu enormes revoluções que, enraizadas na mobilidade social deram origem ao desenvolvimento da indústria, o surgimento do Estado-nação, a partir de uma concepção de indivíduo autônomo e reflexivo. Na genealogia desse conceito está implícita a evolução e a dinâmica da hegemonia do colonialismo europeu baseado na crença etnocêntrica de que a moral do colonizador é superior à do colonizado. Autores como Boaventura Santos ligam esse pensamento ao racismo e s teorias pseudocientíficas modernas¹²⁸ que se constituíram aproximadamente no século XVI, com o Renascimento, até os meados do século XVIII, com o advento do capitalismo, atribuindo poderes emancipatórios à *episteme* ocidental. Para Boaventura, a história da Modernidade é a extensão do capitalismo, enquanto modo de produção, que estabeleceu as bases para a relação entre capital e trabalho.

Sendo assim, a cultura ocidental moderna foi sustentada por um grande e ambicioso projeto cultural, econômico, político e social, amparado por uma grande confiança na capacidade da Razão Instrumental¹²⁹ e nas formas produtivas do mercado. O progresso humano foi visto como o resultado inevitável: “a inúmeras descobertas científicas, os avanços tecnológicos fizeram a humanidade sonhar com um futuro crescente melhor. Acreditou-se como nunca no poder das utopias, dadas as capacidades e possibilidades do ser humano”¹³⁰. A ideia de história, como registro do progresso,

¹²⁷ SANTOS, B. *Introdução a uma ciência Pós-moderna*. p. 22.

¹²⁸ Por paradigma, entende-se não somente uma referência teórica global da realidade, mas também um indicador de um modelo diferenciado da realidade.

¹²⁹ Para Giovanni Reale, “a razão é agora *ancilla administrationis* e, tendo renunciado à sua autonomia, tornou-se um instrumento. No aspecto formalista, a razão subjetiva, destacada pelo Positivismo, põe em relevo sua independência em relação ao conteúdo objetivo, no aspecto instrumental, destacado pelo pragmatismo. Põe-se em relevo, também, a sua submissão ao conteúdo heterônomo. A razão encontra-se agora completamente subjugada pelo processo social; o seu valor instrumental, a sua função de meio de dominar os homens e a natureza, tornou-se o único critério”. REALE & ANTISERI. *História da Filosofia*. p. 848.

¹³⁰ BRIGHENTI, A. *Reconstruir a esperança*. p. 14.

tornou-se atraente em um tempo em que a periodização virou sinônimo de mudanças e avanços tecnológicos.

Na Modernidade, a ascensão de uma nova classe social, especialmente quando se trata de uma luta por reconhecimento social, estava ancorada no desenvolvimento de uma religião específica. Essa desempenhou um papel de unificação do discurso e na defesa dos valores e estilo de vida buscando um espaço na sociedade

Segundo o sociólogo Max Weber, o individualismo calvinista permitiu interpretar a acumulação de riqueza como parte da predestinação e bênção, cujo objetivo era demonstrar a predestinação como fim da história. A partir dessas ideias, a história do Ocidente projetou a Europa como centro em relação ao passado e aos demais povos tidos como “primitivos”. Esse movimento impôs um duplo movimento: os construídos e os destruídos, onde a colonialidade serviu de retórica para os diferentes cantos do planeta.

Na cosmovisão do período medieval, dominada por uma geografia religiosa, as pessoas não só estavam ligadas aos lugares em que viviam, mas condicionadas a ver o mundo a partir do calendário litúrgico e das peregrinações à Terra Santa. Tratava-se de um período em que o espaço vertical representava o poder, quer espiritual de Deus ou econômico da Igreja. Os cofres das catedrais tinham a intenção de evocar o esplendor e servir de fonte de supremacia do poder político e econômico. Grandes catedrais ergueram-se de mãos dadas com o estilo gótico e o impulso visual das torres que apontavam para o céu, lembrando os espectadores tanto da glória divina quanto humana. O tempo era entendido como *Kairós*, isto é, a eternidade que rompia o tempo homogêneo e vazio do *Cronos* humano, envolvendo uma dialética entre ordem-desordem entre o tempo comum e o carnaval¹³¹.

A natureza estava presente não como ideia, mas como limite a ser observado através da cadência dos dias, meses, anos e estações que eram marcados por ritos. O calendário litúrgico, que regulava a vida e as ações humanas ficou obsoleto com as novas configurações dos mapas marítimos. O deslocamento do espaço gerou um conjunto formal de lugares abstratos. O mapa foi definido como um estágio totalizante

¹³¹ Nesse caso, a noção de “tempo reversível” pode ser interessante para o entendimento das crenças e atividades tradicionais. Trata-se de uma temporalidade governada pela lógica da repetição, contribuindo para a segurança ontológica na medida em que mantém a confiança na continuidade do passado, presente e futuro e, vincula esta confiança a práticas sociais rotineiras. GIDDENS, A. *As consequências da Modernidade*. p. 117-118.

em que os elementos deram origem a um quadro de um conhecimento geográfico. O ambiente tornou-se racionalizado e homogêneo, onde cada item ocupava um lugar específico. O que difere drasticamente das representações religiosas pré-modernas que ilustravam itinerários, rotas de peregrinação, onde as pessoas se moviam por espaços particulares, traçando uma narrativa por meio de movimentos a lugares sagrados.

Com isso, a Modernidade rompeu essa cumplicidade entre religião e sociedade, construindo um “edifício sem precedentes na história”¹³², acreditando demasiadamente na superioridade do poder explicativo do conhecimento racional e empírico, como bússola capaz de orientar a humanidade nas diferentes esferas da vida, na arte, na ciência e na economia:

Quando Galileu fez com que as esferas de peso previamente determinado, rolassem em planos inclinados; ou quando Torricelli deixou o ar carregar um peso que ele mesmo representara de antemão como sendo igual ao de uma coluna de água conhecido por ele (...) isso foi uma revelação para todos os pesquisadores da natureza. Eles compreenderam que a razão só vê o que ela mesma produz¹³³.

No mundo ocidental, um regime particular emergiu, deslocando mecanismos previamente estabelecidos, onde a ordem passou a ser cada vez mais justificada com base em uma racionalidade científica e técnica. A ciência, na melhor das hipóteses, esclareceu essa relação. Para esses teóricos, o progresso era inevitável porque o pensamento humano é basicamente bom. Acreditavam que, quanto mais a razão fosse livre para articular sua visão, melhores seriam as coisas. Nisso havia um importante ponto de partida para o problema e o exame da relação entre as descobertas científicas e a experiência moderna da dúvida. A invenção do telescópio por Galileu, efetivamente demonstrou a presente possibilidade de engano no campo da experiência sensorial. Da mesma forma, Nicolau Copérnico teorizou sobre o que se havia imaginado antes, a saber, que a Terra girava ao redor do sol, e não ao contrário. A importância do pensamento copernicano transformou o que não passara de uma experiência de pensamento filosófico, isto é, a busca de uma perspectiva fora do mundo humano a partir da qual pudesse entender tanto o universo quanto a humanidade.

O conhecimento científico, através dos métodos indutivos de investigação, ganhou importância sobre as afirmações teológicas dedutivas sobre o mundo. Tanto as entidades estatais como as formas capitalistas de organização econômica que surgiram

¹³² SANTOS, B. *Introdução a uma ciência Pós-moderna*. p. 65-66.

¹³³ MORIN, E. *Ciência com Consciência*. p. 18

nessa época dependiam da racionalização de processos e interações sociais. As considerações de eficiência e os cálculos de custo-benefício ou lucro suplantaram a tradição, onde os fundamentos como o princípio ordenador da organização social promoveu uma divisão de trabalho sistemática e complexa.

Como a filosofia e a ciência dominaram o pensamento europeu ao longo dos séculos XVII e XVIII, o uso da metáfora como um símbolo da ordem, da regularidade e do universo, e dos corpos naturais, serviu como ferramenta e objeto de estudo, representando tanto a ordem desvelada do mundo físico quanto um ideal prescrito nos assuntos humanos. O mecanicismo¹³⁴ em muitos aspectos estabeleceu o modelo para o desenvolvimento futuro da ciência. Sob tal teoria, o universo passou a ser analisado como um sistema composto inteiramente de matéria em movimento sob um conjunto complexo e regular de leis naturais formuladas por Newton.

Na florescente comunidade científica do final da Idade Média e da era dos primeiros tempos, a mecânica ocupava uma posição central nos debates acadêmicos sobre os movimentos dos céus. A regularidade dos relógios era comparada aos corpos celestes. Dispositivos astronômicos estavam entre as primeiras aplicações, onde se tornou costumeiro conhecer Deus como relojoeiro final e projetista de um mecanismo perfeito que executaria sua divindade até o final dos tempos.

Na primeira metade do século XVI, Copérnico simplificou enormemente o movimento dos corpos celestes com sua teoria heliocêntrica, colocando o Sol no centro do universo, derrubando o sistema geocêntrico ptolomaico, que tinha a Terra como seu centro. O cientista Johannes Kepler¹³⁵ logo acrescentou um novo rigor matemático e elegância à teoria. Seu objetivo declarado era mostrar que a máquina celestial não era um tipo de ser vivo divino, mas uma espécie de mecanismo de relógio, na medida em que quase todos os movimentos múltiplos são causados por uma força mais simples, magnética e material, assim como todos os movimentos do relógio são causados por um peso simples.

Embora as observações telescópicas de Galileu confirmem a validade da hipótese heliocêntrica, uma teoria unificadora do movimento terreno e celestial para substituir a desacreditada física aristotélica ainda estava faltando. A coroação da

¹³⁴ Sobre esta temática ler: CAPRA, F. *O Ponto de Mutação: a Ciência, a Sociedade e a Cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1982.

¹³⁵ Kepler corrigiu e aperfeiçoou o sistema de Copérnico, provando que os planetas se movem numa órbita elíptica, e não circular em torno do sol.

revolução científica foi o trabalho de Isaac Newton, expondo sua concepção do universo e as leis que o governam em seus *Princípios Matemáticos*, publicados em 1687 e destinados a se tornar o texto científico que estabeleceria o padrão para todos os outros que se seguiriam.

De acordo com Newton, o mundo natural funcionava de uma maneira completamente racional e previsível, que poderia ser descrita apenas através da linguagem da Matemática e da Geometria. O movimento de todos os corpos foi explicado pela atração física exercida um sobre o outro, denominada de gravidade e cuja força é uma função de suas respectivas massas e da distância entre elas. Embora, ele próprio nunca tivesse utilizado explicitamente a metáfora mecânica em seu trabalho sobre o movimento dos corpos físicos, sua descrição regular e ordenada dos planetas dentro de um único sistema gravitacional reforçou a noção popular de um universo do relógio.

Newton também descobriu que a aceleração exercida pela gravidade é idêntica àquela experimentada pelos corpos postos em movimento, de modo que a taxa de mudança de um objeto é diretamente proporcional à quantidade de força que age sobre ele e na direção em que está sendo aplicada. Assim, ele havia descoberto o princípio por trás dos movimentos de todos os corpos físicos e formulara em uma relação matemática. O mundo passou a ser entendido como matéria em movimento de acordo com as leis fixas que poderiam ser expressas matematicamente.

Outra implicação das descobertas de Newton foi que, equipado com o conhecimento das leis fundamentais que o governavam, era possível, pelo menos teoricamente, prever o futuro e explicar o passado de todos os sistemas físicos. De fato, se o estado de um sistema em um dado momento é conhecido com precisão, o passado e o futuro do sistema poderiam ser elucidados com total confiabilidade.

Em síntese, a metáfora de um relógio propôs um mundo de harmonia, ordem e previsibilidade, como movimento originado de um único impulso e transmitido perfeitamente por todas as rodas e engrenagens do mecanismo subjacente. Essa cosmovisão ressoou mais fortemente com as aspirações da doutrina do Absolutismo Esclarecido: a de um sistema racional e ordenado de governo no qual um monarca todo poderoso determinava os impulsos a serem dados à maquinaria do Estado.

3.6.2 A Revolução Francesa e o Iluminismo

A partir do século XVIII, a Revolução Francesa e o Iluminismo trouxeram esperança de um progresso ilimitado, pelo qual o triunfo da razão pareceria perscrutar toda a realidade. Essa ideologia apoiava-se na convicção de que a “racionalidade era o motor de uma revolução que destruiria o passado, libertando os seres humanos das desigualdades herdadas, dos medos irracionais e da ignorância”¹³⁶, oportunizando um extraordinário desenvolvimento da ciência, entendendo que todo o conhecimento do mundo natural deveria ser baseado em fatos mensuráveis.

Para Kant, a ciência foi reduzida à experiência “sensível” e ao “entendimento”, ficando verdade toda e qualquer forma de saber de ordem meta-empírica¹³⁷. Esse procedimento epistemológico antecipou, de certa forma, as bases para uma visão positiva de ciência. Sua obra *Crítica da Razão Pura* serviu como fundamento filosófico sobre as condições de possibilidades do conhecimento humano. Tratava-se da vitória do saber científico¹³⁸ sobre a superstição, da revolução científica e novos métodos racionais de investigação, transformando o conhecimento em tecnologia, impondo a especialização como norma de produtividade¹³⁹.

O filósofo prussiano Kant não era um pensador ateu; ele assumiu e aceitou a existência de Deus e a relevância da fé, contudo, essa deveria estar limitada e circunscrita ao nível da moralidade e do dever. Dessa forma, a Teologia era uma abordagem ética sobre a alma, Deus e mundo (*noumenon*), não podendo ser objeto de investigação, pois segundo o mesmo autor, a razão só vê o que ela mesma produz (o fenômeno), o que resultou numa passagem dos critérios de Deus à humanidade, da Teologia à Antropologia. Nesse contexto, o pensamento teológico ainda dominava o

¹³⁶ BARRERA, P. Fragmentação do Sagrado e crise das tradições na Pós-modernidade. p. 452.

¹³⁷ Kant tentou derrotar o ceticismo cartesiano interrogando as condições *a priori* pelas quais podemos conhecer o mundo. Sua ambição era, em algum sentido, terapêutica; procurando restaurar o senso epistemológico que se perdeu com o advento da dúvida cartesiana e fornecer o refúgio para assentamento permanente. A epistemologia kantiana, ao circunscrever o conhecimento humano ao “fenômeno”, isto é, aquilo que aparece.

¹³⁸ Essa é uma autocompreensão iluminista da humanidade que não se reconhece como parte do tempo e da criação, mas, sim, como donos e senhores absolutos do mundo, foi propagado por Nietzsche através da “vontade de perder”.

¹³⁹ A Modernidade caracterizou-se por uma retificação do pensamento científico combinada com tecnologias aceleradas, democratização política e o livre mercado, dominando os vários sistemas sociais, políticos e econômicos. Isso facilitou avanços sem precedentes, mas também nos deixou problemas aparentemente insuperáveis e poucas ferramentas teóricas com as quais resolvê-los.

cenário epistêmico. A Europa, em plena expansão imperial, necessitava de um padrão que legitimasse seu domínio sobre os diferentes continentes, o que exigiu uma reação da Teologia, na busca de elaborar um estatuto para se tornar credível e palatável aos tempos modernos e ao projeto civilizatório.

Tal esforço não logrou muito êxito, pois o mundo moderno já não necessitava mais da religião como um dispositivo explicativo da realidade, posto que a Física e a Matemática pretendiam abarcar a totalidade das ciências e, portanto, eram mais oportunas e eficazes para a compreensão do mundo. E o que resultou disso? A privatização da religião, pois sendo expulsa “do banquete da ciência”, já não podia mais oferecer nada à sociedade no espaço público. Talvez ainda tivesse algo a propor no mundo interior e na consciência do indivíduo, o que, por um lado, abriu porta para um diálogo com o Romantismo, mas, por outro, circunscreveu a religião a uma dimensão privatista.

O pensamento kantiano tornou-se catalisador dos anseios modernos, expondo tanto o poder quanto as limitações da razão humana. Assim, a figura do homem moderno e ilustrado tornou-se parâmetro de uma sociedade que detinha o conhecimento e o poder político e econômico. Entre os pressupostos assumidos por esses teóricos estava o entendimento de que a razão serviria como parâmetro e critério para julgar o que se chamou de “civilizado”, “culto”, “ignorante” e “não dotado de dignidade”, impondo uma dicotomia entre os que estão “dentro e fora”, “pertença e não pertencimento”.

A existência ou direito de viver dependia de uma chancela ou legitimidade legal, onde o Estado moderno buscou resolver o problema do “estranho” de duas maneiras; primeiro pela assimilação das culturas “não europeias” e a segunda pelo extermínio cultural, político e religioso. Assim sendo, a Modernidade serviu como base para o colonialismo, enquanto “descarte de lixo humano”, cometendo inúmeras atrocidades no curso da história: como extermínio de comunidades nativas, o transporte em massa de negros com o propósito de escravidão, discriminação religiosa, étnica e cultural em diversas partes do globo. Uma retórica que prometera prosperidade, mas ocultava um lado obscuro:¹⁴⁰ a mercantilização da vida, onde o impulso que dera origem ao livre comércio, fora também aquele que concedeu liberdade para o tráfico de escravos.

¹⁴⁰ Sobre tal temática ler: MORIN, E. *Ciência com Consciência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

Como constata Boaventura Santos: “já no início do século XIX, a ciência moderna já tinha sido convertida numa instância moral, para além do bem e do mal”¹⁴¹. Acima de tudo a Modernidade buscou ativamente uma ruptura com a história e com a tradição pré-moderna, constituindo-se em um movimento secular que dessacralizou o conhecimento e a organização social da época. Algumas dessas ideias e convicções impactaram o edifício sólido da cristandade medieval, pois libertando os indivíduos da tutela religiosa, transformou todas as outras formas de pensamento não apenas em erro, mas em algo irrelevante, ilusório, falso, arcaico e – até – impreciso, lançando todos esses fenômenos na vala comum da irracionalidade.

Esse modelo tornou-se autoritário no momento em que pretendeu negar o caráter racional de outras formas de conhecimento. A crença que se instaurou era de que a ciência poderia realizar criteriosas observações acerca das várias dimensões da vida¹⁴². O positivismo lógico foi o expoente desse período, vendo na ciência um aparato privilegiado para representação da realidade, que se constitui como instância ora dominadora, ora ébria, autoritária e destrutiva. Isto impactou decisivamente a Teologia, de tal maneira que se acreditou que já não mais se poderiam formular princípios sem a concepção clara do crivo da Razão Instrumental. Desta forma, o Iluminismo passou a ser lido no contraste com a hegemonia do poder religioso e teológico, refletindo a espacialização do discurso numa gramática linear.

Baseado na ideia de progresso como eixo fundamental de desenvolvimento em direção ao mais alto estágio da civilização que Hegel chamou de Europa (Alemanha, França e Reino Unido) foi desenhada como uma linha evolutiva que cruzou os caminhos da história (Greco-romano Medieval, Renascimento) culminando no Iluminismo. Nesse contexto, o passado tornou-se objeto de interpretação que teve na Europa seu fim e centro, estabelecendo as bases para os espaços geográficos e

¹⁴¹ SANTOS, B. *A Crítica da Razão Indolente*. p. 51.

¹⁴² O trabalho inspirador de Thomas Kuhn sobre paradigmas e revoluções científica desafiou a visão estabelecida de uma progressão linear na aquisição do conhecimento, demonstrando que a maior parte do esforço científico ocorreu dentro de paradigmas bem estabelecidos, definidos como um conjunto de ideias e práticas que determinam quais fenômenos devem ser observados e examinados, que tipo de perguntas devem ser feitas, o que constitui um meio válido de interrogação e como os resultados devem ser apresentados e interpretados. Períodos de estabilidade são pontuados por violentas revoluções intelectuais e episódios de intensa controvérsia, em que se descobre que um paradigma existente não é mais adequado e é substituído por um novo paradigma. Embora o trabalho de Kuhn tenha sido frequentemente, legitimamente ou não, chamado a minar as alegações de verdade e positivismo de conhecimento da ciência, ele também serve para demonstrar uma das forças fundamentais do discurso teológico, ou seja, sua capacidade de transformar suas teorias e estruturas constitutivas.

epistemológicos onde não-Occidente fora conceituado como região povoada por populações sem histórias. A delimitação nas sociedades coloniais anulava sua ligação com o mundo, já que se “não pensavam, logo também não existiam”.

As “luzes” da Modernidade trouxeram inúmeras sombras como: controle expansionista, racismo e violência epistêmica (colonialismo). Afirma Boaventura Santos: “hoje começa-se a pensar no maniqueísmo em que opera modelo demasiado simplista para ser, ele próprio racional”¹⁴³. Dessa maneira, a Modernidade pode ser entendida não apenas nos seus aspectos supostamente racionais, mas também em seu rosto oculto marcado por irracionalidade. A partir disso criaram-se condições para compreender as motivações sociais modernas como uma história de separação, desintegração e violência.

Assim, a ideologia que no século XIX “transportou aos píncaros da aceitação, começou a receber os primeiros golpes significativos”¹⁴⁴. A tradução desse impulso, ou seja, a ideia de domínio até então considerada incógnita, demonstrou que a utopia de seu projeto não apenas foi o embarque de uma proposta, mas também, foi a consolidação de uma hegemonia colonialista e predatória.

Os processos de construção da Modernidade na América, África e Ásia coincidiram com o surgimento do Império britânico¹⁴⁵ como única potência hegemônica global. O Iluminismo, mas acima de tudo a Revolução Industrial, levou a construir uma nova ordem. Em 1815 as guerras napoleônicas interromperam o avanço do imperialismo impondo uma nova pauta para as relações internacionais na Europa. Nesse contexto “os mundos periféricos” foram alinhados pela Modernidade imperialista e depois por outros ideais como progresso, mercado e nação.

O pensador Walter Mignolo¹⁴⁶ forneceu as bases para uma visão crítica do projeto moderno e o papel que o Mediterrâneo desempenhou no período que antecedeu o século XVIII. Segundo o autor, a origem de tal pensamento, não está no Iluminismo,

¹⁴³ SANTOS, B. *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. p. 30.

¹⁴⁴ BOAVENTURA, S. *Introdução a uma ciência Pós-moderna*. p. 122.

¹⁴⁵ O termo império historicamente foi utilizado para conceituar uma estrutura burocrática estatal que tinha por finalidade estabelecer o controle e hegemonia sobre outras terras, distinguindo-se por dois vetores complementares: o imperialismo que pode ser entendido como estrutura financeira de dominação e o colonialismo que, é o conjunto diversificado de práticas que visam estabelecer assentamentos e poder comercial. Contudo, estas três categorias são utilizadas de forma aleatória para conceituar um modelo hegemônico de poder.

¹⁴⁶ MIGNOLO, W. *La idea de América latina. La herida colonial y La opción decolonial*. Barcelona. Gedisa, 2007.

mas na consolidação da Espanha como grande potência econômica do século XV, sendo o século XVIII uma segunda etapa colonial que já estava em curso no Atlântico sul. O excedente de capital permitiu à Europa intensificar o comércio com a Ásia e, progressivamente usurpar sua posição como centro econômico do mundo. Com a virada para as Américas, concebida como expansão moderna, o velho mundo do Mediterrâneo tornou-se um passado teleológico, uma herança que os países ibéricos estavam dispostos a deixar para trás, a qual Mignolo chamou de segundo estágio da Modernidade, uma supremacia agora do norte europeu, onde postula que a “descoberta” (na verdade invasão) das Américas trouxe consigo um imaginário global específico, a qual chamou de “ocidentalismo”.

3.6.3 O advento do navio a vapor: um vento favorável aos interesses econômicos europeus

Já na primeira metade do século XIX, o simbolismo dos portos contrastava com a relativa segurança das ferrovias em terra. As cidades foram se expandindo e o assentamento de trabalhadores e o comércio marítimo foram surgindo ao seu redor. Rios e áreas portuárias constituíram-se num caminho para a glória e a riqueza, pelos quais as grandes potências marítimas precisariam lutar, antes que pudessem imigrar e explorar. Este processo só foi possível mediante o contato com tecnologias náuticas de origem africanas, árabes e asiáticas, as quais - na ocasião - eram mais avançadas.

Os mares e oceanos passaram a ser espaços rastreáveis conhecidos e ocupados pelos interesses das grandes potências, fazendo-se necessário produzir gráficos mais confiáveis que levassem a traçar um curso aberto, aferindo com precisão as distâncias, em latitude e longitude¹⁴⁷ dos destinos costeiros.

Os procedimentos adotados para avaliação eram parte integrante do sistema econômico global. O tamanho e a complexidade dos navios modernos, assim como os custos para construir, projetar e tripular eram proporcionais às ambições de domínio das grandes potências. As despesas tornaram-se exorbitantes, permitindo somente aos

¹⁴⁷ Em 1707, uma frota de navios britânicos se perdeu em um nevoeiro enquanto retornavam pelo estreito de Gibraltar. Tal acontecimento resultou na perda de quatro navios e na morte de mais de dois mil homens. Como resposta a esse desastre, o governo aprovou um projeto de lei que oferecia uma recompensa de vinte mil libras, uma quantia muito considerável, a pessoa que fizesse um estudo capaz de estabelecer um parâmetro para longitude. A recompensa foi oferecida em 1714, mas foi somente em 1761 que o cientista Harrison recebeu o cobiçado prêmio.

estados mais ricos ou aqueles que estivessem verdadeiramente dispostos a um comprometimento com a realidade marítima dispor e manter frotas por um longo período de tempo. Quase sempre era necessário um financiamento público em longo prazo. Era também necessário investir em navios cada vez maiores e mais rápidos, permitindo estabelecer postos comerciais, redes mercantis e possibilidades de expansão comercial.

O advento do navio a vapor representou uma mudança paradigmática, pois a partir de então foi possível navegar sem precisar contar com as forças da natureza. As viagens foram mais rápidas, tornaram-se expoente da circulação de capital, informação e poder. A ambivalência do referido contexto gerou um desejo universal ambíguo¹⁴⁸. Nesse período, enquanto alguns saudaram a perspectiva de uma nova era e viram as mudanças rápidas como libertadoras, outros se preocuparam com o deslocamento e a desorientação nos mares. Como toda mudança acarreta, houve embates que acabaram por criar insegurança às tradições e valores que, antes, pareciam imunes às mudanças forjando no ocidente uma nova perspectiva.

Duas imagens corroboraram com tal ideia. A primeira é de que a Inglaterra amansou a fúria dos mares com seus projetos mercantis através da construção de grandes navios e, a segunda, é que a abertura dos seus portos possibilitou um excedente econômico que foi fruto das relações comerciais e permitiu um afluxo importante de riqueza. Tal situação deu origem a Marinha Inglesa.

Como grande potência mundial, a Inglaterra emergiu de uma grande vitória na guerra contra a Espanha, compreendendo que, para alcançar uma maior prosperidade econômica e hegemonia militar, seria necessário se voltar para o mar de forma estratégica. Para isso, foi preciso à Inglaterra abandonar de vez os seus interesses agrários feudais. O novo posicionamento proporcionou as bases e os mecanismos para uma organização racional, capaz de conectar o espaço local ao contingente global, o que era inconcebível nas sociedades tradicionais¹⁴⁹. Até mesmo as duas grandes universidades inglesas (Cambridge e Oxford) se empenharam na busca de soluções para problemas marítimos no que dizia respeito à astronomia, à geografia e à matemática, a fim de que se pudessem estabelecer critérios de cientificidade às rotas e aos interesses mercantis ingleses.

¹⁴⁸ GIDDENS, A. *As consequências da Modernidade*. p. 29.

¹⁴⁹ HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização*. p. 159.

Ficou claro que, ao mesmo tempo em que institucionalizava a ciência, a Inglaterra a aplicava diretamente a seu programa marítimo, mostrando uma simbiose dos interesses entre o Estado, a ciência e a burguesia consolidada como vetor do desenvolvimento estratégico econômico. A profusão de iniciativas bem sucedidas, aliadas à posição geográfica favorável, acabou por reforçar a imagem de um país abençoado. A prosperidade de sua frota e a audácia dos seus ricos armadores conferiu, além de tudo, uma espécie de valor religioso ao elo que unia a Inglaterra ao mar. Para entender a origem desse tipo de cultura, é preciso olhar para a compreensão moderna de Deus e da humanidade. De acordo com tal entendimento, Deus é infinitamente poderoso e presumivelmente criou o mundo para mostrar esse poder infinito. O ser humano, por participação, criou a “sua imagem e semelhança” tenta, da mesma forma, imitar essa onipotência.

3.7 A temporalização e o pragmatismo marítimo moderno

A invenção do relógio mecânico no século XVIII representou uma nova concepção de domínio sobre tempo e espaço. Segundo Anthony Giddens: “o relógio expressava uma dimensão uniforme do tempo ‘vazio’ quantificado de uma maneira que permitisse a designação precisa de zonas do dia”¹⁵⁰, ou seja, a fluidez do espaço marítimo facilitou a homogeneização do tempo. Os cronômetros e ampulhetas que mediam as distâncias e as unidades de trabalho cadenciaram o ritmo de atividade dos marinheiros, com uma precisão, até então desconhecida pelos demais trabalhadores modernos, de maneira que a semântica do relógio passou a refletir sua atribuição laboral e, também, controle sob os seus impulsos primários.

A temporalização do espaço marítimo passou a ser um objetivo estratégico do Império Britânico, porque as imprecisões resultavam em perdas avassaladoras de mão de obra e recursos materiais. Tratava-se de uma forma de dominação que o mundo ocidental nunca havia conhecido antes; a subordinação do espaço ao tempo ou o que chamamos de “tempocentrismo”. As coisas passaram a ser concebidas de tal forma que tudo mais se tornou subserviente a tempo, pois um erro no cronômetro de um navio

¹⁵⁰ GIDDENS, A. *As consequências da Modernidade*. p. 27.

poderia resultar em uma sequência de imprecisões nos cálculos espaciais, e isso poderia ser desastroso para os navios que serpenteavam a costa rochosa da Grã-Bretanha.

O meridiano de Greenwich¹⁵¹ foi parte dessas referências, desse sistema de demarcação do mundo moderno em uma rede de coordenadas geográficas. Os erros introduzidos pela variação da bússola tiveram que ser rapidamente corrigidos; ao lado disso, desenvolveram-se pesquisas sobre as correntes marítimas e seu impacto na navegação¹⁵². O cronômetro marítimo permitiu o cálculo da longitude no mar; com isso, a navegação tornou-se mais precisa. Os marinheiros e cientistas, obcecados por resultados, preenchiam relatórios e gráficos de todos os oceanos conhecidos na época. Eles desenvolveram uma ciência utilitarista, descritiva que cataloga e media o mundo a partir de informações a serem repassadas às metrópoles, estabelecendo um “eurocentrismo” cognitivo global.

Esse pragmatismo garantiu as descobertas científicas e sustentou o progresso dos países ocidentais, reivindicou um método científico de observação empírica¹⁵³, onde conceito de “ciência neutra”¹⁵⁴ serviu aparato ideológico para encobrir os interesses políticos, econômicos e religiosos em jogo, ocultando a injustiça que estava no bojo do referido modelo.

Dessa forma, a destruição ambiental, a crise econômica e a fluidez da sociedade foram problemas que surgem de uma cultura baseada na mentalidade economicista e predatória. Isso se deu mais fortemente na Inglaterra, onde as necessidades da Marinha

¹⁵¹ A longitude, particularmente o meridiano zero de Greenwich, foi uma construção política criada para proteger o comércio colonial, com base na diferença de tempo entre o ponto de partida de um navio britânico e sua chegada ao porto de destino. Uma medida náutica calculada com precisão, permitindo a homogeneização global do tempo-espaço.

¹⁵² O estudioso inglês Edward Wright resolveu o maior problema cartográfico de seu tempo, desenvolvendo um método para traçar a curvatura da superfície da Terra. No ano de 1620, na Inglaterra, foram inventados três tipos de régua: reta, circular e espiral, tornando-se uma ferramenta para artilheiros, navegadores e outros que precisavam executar cálculos matemáticos.

¹⁵³ Para o sociólogo português Boaventura Santos, no mundo Ocidental há uma linha demarcatória que, não é somente geográfica, mas geopolítica, separando os países do norte tidos como civilizados e ricos das demais regiões do planeta. Segundo o referido autor, essa linha é tão básica quanto invisível, pois escamoteia as relações de hegemonia e poder. Aqui reside o que denominou de “epistemologias do norte” em contribuir para a reprodução do capitalismo economicista e do patriarcado; concebendo o norte euro-norte-americano como única fonte de conhecimento válido, ao passo que o sul é o reino da ignorância, da pobreza e da exploração. Sobre isso ler SANTOS, B. *The end of the cognitive Empire*. p. 5-8.

¹⁵⁴ Segundo Boaventura Santos esta corrente epistemológica baseia-se em duas premissas básicas. A primeira, de que a ciência empírica baseada na observação sistemática é uma invenção Ocidental. A segunda é de que o conhecimento científico, em vista de seu rigor instrumental, difere radicalmente de outras formas de conhecimento, sejam elas leigas, populares, intuitivas ou religiosas. Ambas as premissas contribuíram para reforçar o excepcionalismo do mundo Ocidental em relação ao resto do mundo. SANTOS, B. *The end of the cognitive Empire*. p. 5.

e da cultura comercial marítima estavam fomentando a criação da maior rede fabril do mundo. Aqui, não só trabalho era altamente complexo e apoiado por uma rede logística, mas também os ritmos sazonais das atividades agrícolas estavam sendo suplantados pelo relógio, daquele que detinha os “meios de produção”, e pela venda da mão de obra, gerando grande soma de dinheiro e recursos em escala global, a qual Karl Marx chamou de “trabalho alienado”.¹⁵⁵ A origem de tais fenômenos estava dispersa ao redor do globo exigindo uma variedade de formas e processos sociais: produção baseada em mão de obra escrava, portos, assentamentos coloniais, genocídio, mercado internacional e o poder de um estado central para garantir concessões e segurança aos investidores e do uso dos “meios de produção”.

Na Grã-Bretanha, a campanha pela reforma imperial foi projetada para fortalecer os laços econômicos entre o centro e a periferia colonial tornando o sistema britânico mais lucrativo e versátil. Temerosos de que o tamanho geográfico determinasse o poder nacional, as principais potências econômicas imperiais embarcaram literalmente em uma luta pela hegemonia de outras regiões do planeta. Seguindo a prática de traduzir a geografia em um espaço moral, esses países começaram a mapear as fronteiras do hemisfério sul a fim de estabelecer os limites entre a “civilização e a barbárie”, entre “progresso e o atraso”. Uma postura que entendeu Europa como centro do planeta, que mediante a modernidade tecnocientífica alçou aos níveis mais elevados de desenvolvimento e expansão.

Com o surgimento de novas potências econômicas, no final do século XIX, o acesso ao comércio oceânico deu-se pela criação de novos impérios e pela corrida armamentista, como peça central a definir a hegemonia de poder. Enquanto a Alemanha adquiria colônias, a Grã-Bretanha reagia criando novos protetorados, o que elevou as tensões internacionais sobre o controle marítimo. Tais disputas não desapareceram, nem o domínio e as pretensões das “potências do norte” terminaram. Assim, no crepúsculo do império europeu, os mares e oceanos continuam a servir de mapa colonial, lugar e arena para hegemonia dos interesses capitalistas.

¹⁵⁵ A alienação do trabalho faz com que o operário se torne tanto mais pobre quanto maior é a riqueza que produz, quanto mais a sua produção cresce em potência e extensão. O operário torna-se mercadoria tanto mais vil quanto maior é quantidade de mercadoria que produz. Mas as coisas não param por aí, já que a alienação do operário em seu produto significa não apenas que seu trabalho se torna objeto, algo que existe fora dele, independente dele, estranho a ele, tornando-se diante dele como que um poder em si mesmo, o que significa que a vida que ele deu ao objeto agora lhe contrapõe como hostil e estranha. REALE, G; ANTISERI, D. *História da Filosofia*. p.194.

Em resumo, esses postulados tiveram o seu vetor na expansão do século XV, onde a “colonialidade do poder” e do conhecimento forneceram pistas como o domínio consolidado nas diferentes esferas das relações sociais. Uma abordagem que buscou explicar a dominação a partir de um aporte marítimo. Tal projeto de supremacia hegemônica, não apenas subjugou populações locais, mas também transformou os mares em repositório de pessoas marginais que fizeram dos barcos suas casas e do mar sua pátria.

4 O MAR COMO “NÃO LUGAR”

Por não lugar designamos duas realidades complementares, porém distintas: espaços construídos em relação a certos fins (transporte, comércio, lazer) e a relação que indivíduos mantêm com esses espaços¹⁵⁶.

MARC AUGÉ

A realidade marítima pode revelar, simultaneamente, nossas falhas e nossos sucessos. Representa as relações que mantemos com as ideias e as coisas, com os significados e os ocultamentos de nossas próprias histórias marginais. Em sua singularidade e presença sistêmica, a realidade pode ser compreendida como um fato estranho de perspectivas ferozes, reclusivas, e reabilitadoras. Os portos e as regiões pesqueiras não apenas representam a vida cotidiana, mas visitam os enigmas da existência. Mostram muitas vozes de biografias sofridas, marcadas por diversos deslocamentos, muita subjugação e violência que acabam denunciando uma verdade que, quase sempre, fica oculta nas narrativas oficiais.

Essa visão de mundo, manifesta um mar repleto de seres anônimos, numa multiplicidade de devires e transgressões. É nesse encontro com as forças hostis que os marítimos redefinem a vida como um processo contínuo de transformação. Mas a existência marítima não é uma história trágica em um sentido negativo, que termina em fracasso e frustração; ao contrário, é afirmativamente frágil ao delinear que não são preestabelecidas, mas um processo de crescimento. São pessoas que regularmente lançam-se ao mar, enfrentando terríveis desafios pela sobrevivência, como se estivessem sempre diante do terror que avulta em meio às tempestades da navegação. Habitando em um mundo frio e às vezes desumano, estão “desacompanhados” e não apenas figuram como vítimas de uma desorientação ou de um grupo de “sofredores mudos”. A hegemonia do poder econômico tem, afinal, relegado a uma parcela das pessoas o que podemos chamar de “zona do não ser”. Esses seriam os que, enfim, legitimam a supremacia do mercado sobre as condições reais da vida.

Tomando em consideração esses aspectos da realidade marítima, estudaremos o conceito de “não lugar”, cunhado pelo antropólogo francês Marc Augé, para descrever

¹⁵⁶ AUGÉ, M. *Não lugares*. p. 87.

aquilo que não é um destino, mas, sim, uma passagem diária: um espaço intermediário. O “não lugar” como projeto teológico periférico e marginal acabou sendo a razão desta pesquisa. Esta figura metafórica está na origem dos argumentos, da experiência e das opções que seguem como momento originário da qual tudo decorre. As nuances e relações do que entendemos por “não lugar” são indispensáveis aportes teóricos para rastrear as dinâmicas e percepções dos lugares, constituindo-se em uma chave de leitura importante para entender os fenômenos globais que tentaremos explicar.

O “não lugar” é um campo atravessado por aqueles que cruzam fronteiras sempre de passagem, incorporando fragmentos, posicionando-se subliminarmente entre a exclusão e a inclusão, num mundo difuso e desfocado, convertendo cada ponto de sua jornada em um espaço que é, ao mesmo tempo, nenhum lugar específico.

O “não lugar” descreve esses ambientes intermediários para falar de identidades fluidas, fixas e socialmente determinadas. Quando se trata dos marítimos, sabendo-se que se trata de uma realidade claramente distinta de outras formas laborais, pois são “circulantes transversais”, vivendo em um espaço intermediário e fronteiro, que se torna base de um modelo de globalização. Esse espaço é capaz de gerar riqueza e oportunidades para um pequeno grupo detentor dos “meios de produção” e de prestígio, em meio ao preconceito e à pobreza dos maiores protagonistas que representam a verdadeira força de trabalho. Desta forma, a realidade marítima é desafiadora por uma espécie de “desvio metodológico” que, de um lado, não pode perder de vista o lugar imediato de observação e, de outro, deve manter as novas fronteiras e seus limites exteriores para estabilizar o senso de segurança, à medida que se move em direção a um horizonte dinâmico¹⁵⁷.

4.1 O “não lugar”

No prólogo do livro *Não lugares: introdução a uma Antropologia da supermodernidade*, Marc Augé¹⁵⁸ retrata a experiência de uma viagem contemporânea,

¹⁵⁷ RIEGER, J. *Faith on the Road: a short Theology of travel & justice*. p. 15.

¹⁵⁸ Uma preocupação da teoria social é capturar as principais dinâmicas que caracterizam as sociedades modernas, especialmente em comparação com etapas anteriores. Com esse objetivo em mente, Augé salienta os paradoxos do mundo contemporâneo afetados pela globalização em vários graus, pela homogeneização das culturas e sociedades.

O autor refere-se à interdependência dos mercados, ao aumento da velocidade de transporte, ao imediatismo da comunicação e à criação de um imaginário comum pelo consumo de imagens por meio da

com o exemplo de um empresário francês. Seu objetivo é estabelecer uma justificativa antropológica para a análise da sociedade, a qual chamou de supermodernidade;¹⁵⁹ isso, em parte, exige repensar os conceitos centrais da Antropologia e seu sentido tradicional.

Na obra são descritas operações comuns, como tirar o dinheiro em um caixa automático, dirigir um carro na autoestrada e fazer o *check-in* para um voo. Nada do que está representado surpreenderá aqueles que fazem disso um hábito. Pelo contrário, reconhecem essas ações como partes integradas das práticas do cotidiano ao redor do mundo. Ainda assim, para Augé, o que compreende a experiência do “não lugar” são exatamente essas ações uniformes de seguir procedimentos pré-determinados, muitas vezes se comunicando com uma máquina ou uma pessoa que usa um uniforme, cumprindo uma função de trabalho. O “lugar” não é um cenário inerte, nem espaço localizado de fluxos e trocas comerciais, mas, sim, um modo de existência em um “lugar antropológico”. Ao transformar a realidade marítima em um tipo de lugar, estamos nos posicionando para descrevê-la como espaço dito “abissal”, com suas qualidades e limites, vendo-a como lugar onde a experiência religiosa possa ser concebida e compartilhada. As temáticas que serão estudadas pela Teologia marítima terão de estar acopladas e presas tais quais contêineres fixos nos navios que atravessam águas às vezes serenas e, ocasionalmente, obscuras.

Por “não lugar”, entende-se o lugar que facilita o acontecimento dos aspectos significativos da vida moderna, mas não permite que satisfaçam necessidades humanas importantes. É como se tudo fosse colocado para que as pessoas possam sentir-se livres. Contudo, em um “ambiente desregulamentado e privatizado que se concentra nas preocupações e atividades de consumo, as responsabilidades pelas escolhas e as consequências dessas ações recaem sobre os ombros de atores individuais”¹⁶⁰.

Marc Augé afirma que as viagens modernas criam paisagens rasas e diluídas de autenticidade. São estradas, ferrovias e aeroportos que impõem o movimento e massa com todos os seus hábitos e modos; a isso se chama de “não lugar”¹⁶¹, os shoppings, os

mídia. Ao considerar a globalização como um fato, admite que o processo possa ser avaliado de diferentes maneiras: ressurgimentos do particularismo, do nacionalismo e do fundamentalismo religioso.

¹⁵⁹ AUGÉ, M. *Não lugares*. p. 73.

¹⁶⁰ BAUMAN, Z. *Vida para o consumo*. p.116.

¹⁶¹ A noção de “não lugar” de Augé transformou este termo em um aspecto estabelecido, pelo menos nos discursos recentes sobre modernidade tardia, onde estruturas como: portos, supermercados e lugares temáticos para recreação e turismo são reformulados. Segundo Augé, o conceito de “não lugar” é

centros de trânsito, os edifícios terminais, as salas de espera e os postos de gasolina que estão em toda a parte, prejudicando as oportunidades para outras formas de contato do que as não vinculativas e superficiais. Uma passagem feita para o lucro, mas também para escapar; uma jornada cheia de horas vazias, com nostalgia e alívios confusos, com dormência e júbilo. Isso ocorre porque uma das funções mais importantes desse tipo de “não lugar” é manter a sociedade de consumo: “sozinhos, mas semelhantes aos outros, o usuário do ‘não lugar’ está em relação contratual: a passagem que ele comprou, o cartão que deverá apresentar no pedágio, ou mesmo o carrinho que empurra nos corredores do supermercado”¹⁶².

Tais percepções representam um crescente protesto contra os efeitos desumanizadores do evento de ignorar o lugar na sociedade ocidental. A questão levantada por Marc Augé parte da análise de que, desde a Segunda Guerra Mundial, a importância do lugar tem sido ignorada tanto na prática quanto na teoria, em prol de valores econômicos como a mobilidade, a centralização e a racionalização. Os modernos terminais portuários, rodoviários e ferroviários acabam se tornando componentes estereotipados e símbolos de uma sociedade que, desprovida de expressões de relações identitárias, tornam-se autorreguladores. Aqui, tem-se o paradoxo do “não lugar” como afirma Augé:

O estrangeiro perdido num país que não conhece, só consegue se encontrar no anonimato das autoestradas, dos postos de gasolina. O *outdoor* de uma marca de gasolina constitui para ele um sinal tranquilizador, e ele encontra alívio nas gôndolas do supermercado onde encontra os produtos consagrados pelas firmas multinacionais¹⁶³.

Diante disso, é imprescindível não descuidar das diversas singularidades existentes, sejam os objetos, os grupos e a recomposição da ordem, que estão na contramão paradoxal dos processos de homogeneização das culturas¹⁶⁴, pois: “Os passageiros dos ‘não lugares’ só reencontram sua identidade no controle da alfândega, no pedágio ou na caixa registradora”¹⁶⁵. E, por isso, a imagem que se esboça é de rostos

fabricado mais como uma resposta ao fato de que virtualmente não existem lugares verdadeiros em um sentido antropológico, especialmente na sociedade atual marcada por rápidas e aceleradas transformações.

¹⁶² AUGÉ, M. *Não lugares*. p. 93.

¹⁶³ AUGÉ, M. *Não lugares*. p. 98.

¹⁶⁴ AUGÉ, M. *Não lugares*. p. 41.

¹⁶⁵ AUGÉ, M. *Não lugares*. p. 95.

anônimos e vozes silenciosas que se expressam em uma solidão ainda mais desconcertante porque evoca outras tantas.

Para Marc Augé, o “não lugar”, mais do que a realidade objetivamente verificável, é uma ferramenta conceitual para descrever o que inúmeros pensadores como Harvey, Castells, Baudrillard, Debord entre outros, que chamaram de “pós-modernidade”, “modernidade tardia”, “sociedade em rede” ou “sociedade do espetáculo”. Esses autores anunciaram um desenvolvimento significativo no espaço e na sociedade, a partir das mudanças impostas pela nova forma de capitalismo. Para Stuart Hall: “quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens (...) mais as identidades se tornam desvinculadas, desalojadas de tempos, lugares, histórias e tradições específicas”¹⁶⁶.

É preciso olhar para além dos conceitos progressista e reacionário, embora possa ser tentador considerar o lugar e o “não lugar” como opostos binários, pois é evidente, pelo argumento de Augé, que se trata de um espectro. As múltiplas maneiras pelas quais as pessoas se relacionam com o lugar, não necessariamente produzem uma pertença ou qualquer vínculo mais sólido. Portanto, tais conceitos não existem em forma pura: “O lugar e o não lugar são antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente sem cessar o jogo embaralhado da identidade e relação”¹⁶⁷.

Segundo o autor, as raízes periféricas e centrais são sistemas de ramificações múltiplas, circulares e complexas, ao invés de dicotômicas; possibilitando a conexão entre as diferentes realidades heterogêneas. Desta forma, funciona como uma configuração aberta em que as diferentes associações impulsionam os diferentes componentes. Sendo assim, de forma análoga, o mar pode ser entendido como “espaço suave” por excelência, tornando-se um arquétipo das demais formas, constituindo-se como um instrumento útil para compreender as relações no nível micro: as áreas costeiras, as docas, os portos e os navios; associados às dimensões macros da realidade marítima: os métodos e dispositivos de navegação e os sistemas de posicionamento globais de mercado.

As paisagens portuárias, trazem seus ambientes heterogêneos, seu comércio em constante mutação, fluxos de bens e pessoas que passam expondo suas tensões

¹⁶⁶ HALL, S. *A identidade cultural na Pós-modernidade*. p.75.

¹⁶⁷ AUGÉ, M. *Não lugares*. p. 74.

específicas, apresentando culturas tangíveis através de uma ampla gama de artefatos, de valores coletivos, costumes e práticas tão diversas quantas são as particularidades de cada cidade portuária. Essa expansão relacionada ao comércio, não apenas ao manuseio físico de cargas ou armazenamento, mas também as emergentes empresas especializadas em financiamento e seguro comercial (para consignação de serviços e transportes marítimos) implicaram em uma nova maneira pela qual experimentamos o lugar e as relações espaço-tempo.

Marc Augé, ao falar de supermodernidade¹⁶⁸ (*surmodernité*), aborda questões que dizem respeito aos destroços deixados pela Modernidade, especialmente em tempo de rápidas e profundas transformações, pelas quais as pessoas são desafiadas a refletirem sobre suas experiências, costumes e práticas. Diz que: “No ‘não lugares’: da supermodernidade, sempre há um lugar específico (na vitrine, no cartaz, à direita do aparelho, à esquerda da autopista) para curiosidades apresentadas como tais- abacaxis da Costa do Marfim; Veneza e o sítio de Alésia”¹⁶⁹. Isto é real como fonte e tomada de decisão, em um mundo onde as estruturas que limitam as escolhas individuais e forjavam padrões de comportamento expressam uma pluralidade de significados onde a soma das partes é maior que o todo. Tal entendimento não tem a pretensão de operar qualquer síntese: “(...) não integra nada, só autoriza, no tempo de um percurso, a coexistência de individualidades distintas, semelhantes e indiferentes uma às outras”¹⁷⁰. É o que se chama de excesso de “individualização de referência”, no qual os indivíduos procuram definir seus próprios sistemas, em vez de confiarem em pontos de convergência. Para tanto, se coloca, hoje, ao cientista social, a questão de como integrar sua análise à subjetividade daqueles que ele observa, isto é, considerando os novos estatutos da sociedade, como saber redefinir suas condições de representatividade?¹⁷¹

O autor¹⁷² levanta a questão no que diz respeito aos excessos e paradoxos, num mundo onde supostamente se fortalecem as grandes redes transnacionais, cujo clamor

¹⁶⁸ Para Marc Augé a “supermodernidade não é o todo da contemporaneidade (...) ela faz do antigo um espetáculo específico- como de todos os exotismos e particularismo locais”.

¹⁶⁹ AUGÉ, M. *Não lugares*. p. 101.

¹⁷⁰ AUGÉ, M. *Não lugares*. p. 101.

¹⁷¹ AUGÉ, M. *Não lugares*. p. 40.

¹⁷² Marc Augé descreve a sociedade global contemporânea, não por meio de princípios pós-modernos, mas pelo conceito de “supermodernidade”, argumentando que a superabundância de eventos e o excesso de informação, em um emaranhado de interdependências, têm dificultado uma definição sobre o contexto

de particularismo tem se tornado sintomático e onde pessoas se tornam clientes que são reconhecidos quando precisam apresentar um cartão para efetuar uma compra ou um documento para ingressar em um novo país.

Augé examina tais mudanças a partir de três características fundamentais: tempo, espaço e individualidade¹⁷³ em um mundo marcado por excessos de um tempo que deixou de ser cronológico e tornou-se instantâneo, em uma aceleração crescente de conectividade que resultou em “encolhimento do planeta”, transformando-o em “aldeia global”. Esse processo tem a ver com um crescente individualismo, mesmo que se abra a possibilidade de maior comunicação, ao mesmo tempo ocorre uma espécie de enclausuramento, produzindo sujeitos solitários entre fragmentos de estruturas que já não mais se agrupam: “Onde nem a identidade, nem a relação, nem a história fazem realmente sentido, onde a solidão é vivida como superação ou esvaziamento da individualidade”¹⁷⁴.

Na visão de Augé, há um contingente de pessoas vivendo em um planeta estressado com informações e muitas coisas acontecendo simultaneamente. A velocidade dos fatos tem afetado significativamente a sensação de estar no mundo que acaba se tornando “comprimido” pelo encolhimento das distâncias. Tudo se move tão rápido e é tão fugaz que se torna difícil encontrar significados mas, apesar disso, argumenta que, mais do que nunca, as pessoas sentem uma necessidade intensa e explícita de dar sentido ao presente. Tal experiência foi retratada por Anthony Giddens¹⁷⁵ na sua obra: *As consequências da Modernidade*. Esse ensaio foi chamado de desencaixe¹⁷⁶, marcado pela crescente exclusão social aliada aos processos de financeirização do capital (predomínio excessivo do setor financeiro sobre o capital empresarial): onde: “Grande parte dessa massa divide os mesmos anseios, a mesma

atual. A condição de supermodernidade é uma nova construção cultural global, onde os eventos e a vida humana de forma mais ampla são fugazes e não permanentes.

¹⁷³ AUGÉ, M. *Não lugares*. p. 32-38.

¹⁷⁴ AUGÉ, M. *Não lugares*. p. 81.

¹⁷⁵ À medida que se estabeleceu uma maneira mais abstrata de ver a realidade, métodos mais sofisticados de viagem também estão sendo descobertos; a ciência está se movendo tão rapidamente além dos limites do espaço que, no final do século XVIII e meados do século XX, as propriedades do espaço se tornaram inextricavelmente dependentes do tempo. Essa ênfase levou a fugir das fronteiras espaciais. As novas tecnologias têm oferecido dados mais rápidos e precisos, a comunicação, a mobilidade e a democratização da informação criaram condições na Pós-modernidade conhecida como “compressão tempo-espaço”.

¹⁷⁶ GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. p. 29.

ideologia da sociedade de consumo efetivamente acessível apenas às camadas mais privilegiadas”¹⁷⁷.

A globalização economicista, aliada aos avanços da tecnologia, tem produzido inúmeras questões. Voltar a tais pontos é algo importante, porque o “não lugar”, de fato, tem um rosto encoberto, ou melhor, “um dote oculto que o capitalismo financeiro paga”. Da mesma forma, cresce o fundamentalismo, em todos os aspectos, por conta do medo das identidades e das diferenças que são colocadas em xeque. Em todos esses aspectos, as fundações estão cada vez mais fluidas e precárias onde as pessoas têm sido forçadas a caminhar sobre um mar tão fustigado e sacudido por ventos, quanto o mar da Galileia descrito no Evangelho de Mateus.

Zygmunt Bauman, na sua obra *Identidade*, esboça um mundo onde a classe fixa e os limites do status estão desaparecendo. A realidade é perturbadora e se opõe à visão de continuísmo como cantava Dorival Caymmi nas décadas de setenta e oitenta: “Eu nasci assim, eu cresci assim: eu sou mesmo assim”¹⁷⁸. Aquela posição tornou-se algo quase impossível, por conta das mudanças vertiginosas, quando as identidades - nos tempos atuais - só existem enquanto processo de negociações. Em uma modernidade sólida, as pessoas foram determinadas pelo seu papel no processo de produção. No entanto, na “Modernidade líquida”, são determinadas pela sociedade de consumo. O mercado tornou-se mais poderoso do que o Estado, do que a Igreja e do que a Família.

Ao lado e, agravando esse impulso para criar um significado individual em face da instabilidade, existe um excesso (chamado de “não lugar”): são espaços homogêneos, sem história ou relações estabelecidas. São aeroportos, caixas automáticos e supermercados. São locais às vezes globalmente difusos, outras vezes uniformes e quase sempre transitórios, nos quais as pessoas convergem de forma anônima e por breves momentos. Esses lugares não têm a história, o conteúdo cultural e a identidade dos espaços que caracterizam a Modernidade.

O sociólogo Bauman argumenta que a humanidade está, na verdade, em uma fase de transitoriedade universal - nada está destinado a durar. Para ele, o mundo pós-moderno é uma cultura do desprendimento, de descontinuidade e do esquecimento.

¹⁷⁷ HAESBAERTS, R. *O mito da desterritorialização*. p. 149.

¹⁷⁸ CAYMMI, D. *Modinha Gabriela*. Disponível em: < <http://www.lettras.mus.bt/dorival-caymmi/356571/>>. Acessado em 23/08/19.

Além disso, as conexões existentes parecem ser tratadas apenas como mercadorias, valorizadas quantitativamente mais do que qualitativamente.

De fato, a “Modernidade líquida” pensada por Bauman e o “não lugar” de Augé se constituem em um ensaio dessa transitoriedade universal, onde tudo é processo, em um momento de fluxos, de migrações, de globalização e disseminação da internet. As instituições não são mais estáveis. Bauman aborda a instabilidade de identificação coletiva de Augé, enquanto ele descreve o impacto das formas individualizadas. Dessa maneira, a fluidez torna-se algo implacável: a busca da identidade é a luta contínua para prender ou diminuir o fluxo, solidificar o fluido e dar forma àquilo que não tem forma. Bauman argumenta que a identidade tornou-se mais um ponto de consumo, pois o indivíduo é livre para comprar, escolher e se transformar em um “ser em movimento”.

A hegemonia dos empreendimentos da Indústria Naval e da mercadorização dos diferentes aspectos da vida multiplicaram formas para alocar o crescimento econômico. Sendo assim, o porto, enquanto local de trânsito altamente funcional de mercadorias, torna-se o espaço onde pessoas coabitam, lado a lado, sem interagir.

Em tempos longínquos, chegar num atracadouro trazia uma sensação bem definida. Primeiro surgia a paisagem da própria natureza ao redor e, em determinado ponto, o mar emergia soberbo. Essa realidade mudou drasticamente por conta do capital transnacional. Hoje, sabe-se que se está em uma cidade porque se coloca uma placa junto à escada de acesso do navio indicando a hora de chegada e de partida. Sendo assim, a crise da realidade marítima acaba sendo, também, uma crise antropológica que desfigura e fragiliza aqueles que estão nas pontas mais vulneráveis da cadeia produtiva, ou seja pescadores e marinheiros.

Para Augé, o que compreende a experiência do “não lugar” é exatamente essa prática uniforme de seguir procedimentos pré-determinados, carecendo pois, de uma dimensão “relacional, histórica e identitária”. Caracteriza-se pela transitoriedade (um espaço marcado pelo trânsito, pelo movimento de mercadoria e de pessoas), em termos de capitalismo transnacional e serviços entre portos de diversos lugares e vários centros de poder.

O mar não é um espaço esquecido ou invisível, pelo menos para o capital internacional. A flexibilidade das organizações, como resultado de um novo paradigma tecnológico e da organização social, foi desenvolvida dentro das empresas de gestão marítima a fim de conjugar eficiência e lucratividade como parte integrante da dinâmica

global e local, tornando-se palco de alguns dos piores abusos trabalhistas¹⁷⁹. Dessa forma o trabalho precário opera, estranhamente, fora do tempo, por meio do mar, como espaço extrajurídico, não regulamentado, sobretudo nas chamadas “bandeiras de conveniência”¹⁸⁰.

Esse modelo de globalização financeira mudou radicalmente a forma como as pessoas, que vivem e trabalham no mar, interagem em todo o mundo. As hierarquias foram contornadas e, em muitos casos, substituídas dos padrões globais de interação por “fluxos e redes”. Isso significou que muitas das estruturas e normas sociais foram incorporadas ou substituídas por novas abordagens de interações. O novo contexto globalizado, alguns atores ganharam destaque para impor uma pauta econômica segundo seus interesses, criando um sistema global, no qual o trabalho, as subjetividades e o conhecimento foram hierarquizados e regidos pelo modo de produção de riquezas.

As empresas marítimas estabeleceram seus principais centros financeiros em lugares como: o norte da Europa, a Grécia, e alguns países do sudoeste da Ásia (China e Cingapura), sendo a força de trabalho proveniente de países como Filipinas, Índia e o Leste Europeu. Em parte, isso ocorreu porque a globalização criou vários centros, com uma combinação de certos expedientes que lhes permitem acessar os recursos em qualquer parte do planeta. Porém, tal perspectiva não é exatamente compartilhada por aqueles que estão privados dos benefícios dessa rede, à qual Bauman chamou de “vagabundos”¹⁸¹. A questão é mais complicada, pois eles não dispõem dos meios de produção, mas vivem o sonho de ascender ao nível de consumo dos “turistas” e, com isso, acabam por naturalizar as assimetrias opressoras, considerando-as legítimas e válidas. Visto dessa maneira, assumem a inferioridade e as hierarquias impostas como um fenômeno que naturaliza as relações sociais.

Todos os anos as grandes empresas de navegação da Europa e dos Estados Unidos descartam na costa sul da Ásia, sobretudo no Paquistão e Bangladesh, os navios

¹⁷⁹ Sobre essa temática ler: Grey, M. *The maritime Industry Today*. p. 181-194.

¹⁸⁰ Uma das grandes mudanças na indústria do transporte marítimo aconteceu quando os proprietários começaram a usar as bandeiras de conveniência em grande escala. Este sistema significou que uma empresa poderia escolher a bandeira onde o navio seria registrado, colocando um proprietário na posição conveniente, pela qual um navio poderia ser financiado, construído, registrado, gerenciado, segurado e fretado em diferentes países e o proprietário poderia tornar-se quase invisível. Sobre essa temática, ler: GREY, M. *The Maritime Industry Today: the Blood Vessels of World Trade*. p.181.

¹⁸¹ BAUMAN, Z. *O mal estar da Pós-modernidade*. p. 106.

que já cumpriram seu ciclo útil¹⁸². Quando as referidas empresas decidem inutilizar esses gigantescos navios de até 350 metros de comprimento e de 50 toneladas, 95% de sua estrutura ainda pode ser aproveitada. Nesse processo há uma corretora que intermedeia as relações e paga à vista pela embarcação que acaba sendo revendida aos “portos de reciclagem”. Uma vez feitas as negociações, o navio é deixado na beira da praia ou próximo a um rio, onde será feito o desmanche. Nesse processo trabalham de forma precária, segundo o jornalista Diniz Júnior¹⁸³, aproximadamente 100 mil pessoas, dos quais 10 mil são menores de 18 anos: “realizando um verdadeiro, escandaloso e humilhante trabalho escravo”¹⁸⁴. Soube-se que no dia 17 de julho de 2012, um adolescente morreu quando uma placa de metal caiu enquanto um funcionário usava um maçarico para retirar uma peça do casco¹⁸⁵. Segundo o autor, esse mercado de mão de obra movimenta um percentual de US\$ 400 bilhões anuais, conforme dados do Banco Mundial.



Figura 13 - Cidade de Chittagong, em Bangladesh. Local onde as pessoas trabalham de forma quase escrava¹⁸⁶

¹⁸² Um navio mercante costuma ter uma vida útil de aproximadamente 25 anos. Hoje a frota mundial é de aproximadamente 90 mil. Ao longo desse período, cada embarcação atravessa os diferentes mares e oceanos e passa por todos os continentes do mundo.

¹⁸³ JÚNIOR, D. *Toma que o lixo é teu*. p. 83.

¹⁸⁴ JÚNIOR, D. *Toma que o lixo é teu*. p. 84.

¹⁸⁵ JÚNIOR, D. *Toma que o lixo é teu*. p. 79.

¹⁸⁶ Disponível em: <<https://www.diario1001viagens.com/cemiteacuterio-de-navios---bangladesh.html>> Acessado em 22/08/2019.

4.2 O marítimo e sua condição existencial

Vivendo longo tempo longe da terra em um espaço restrito, mas, ao mesmo tempo, abertos a um horizonte, especialmente quando estão em alto mar, os marítimos desenvolvem um estilo de vida muito peculiar que questiona e subverte a cultura vigente, imputando um silêncio àqueles que dele dependem. Os questionamentos que nascem do padrão inclusão-exclusão que constitui o “nós” da realidade marítima, reabre sempre uma ferida que oscila entre liberdade temporária, anonimato e desprestígio. Uma inclusão simbólica: “Com grande parte dessa massa de excluídos dividindo os mesmos anseios, a mesma ideologia da sociedade de consumo efetivamente acessível apenas às camadas mais privilegiadas”¹⁸⁷. Com efeito, isso nos impele a viver: “(...) a história a partir de seu reverso, não como voz calada e ressentida, mas como murmúrio gozoso de esperança que cresce nos albores da história”¹⁸⁸.

Existe um sentido abrangente de passividade que rege os lugares transitórios da realidade marítima. O anonimato e a inércia do ambiente refletem esse espaço transitório e impessoal de movimento marcado pela “jogabilidade existencial”: um vazio de conexões significativas onde o marinheiro está imerso. A materialidade econômica e a imaterialidade existencial do mar revelam um pensamento inquietante e vazio. A fusão do particular e do universal, como pensamento marítimo, aponta para as travessias e naufrágios. São corpos confinados na espacialidade de barcos e navios, como o peso monótono do relógio que cadencia uma sucessão de atividades repetitivas num tempo linear e circular. Vidas que naufragam num mar de pobreza e opulência. Vozes que tombam diante das forças invencíveis do mar. Então, resta apenas chorar pelos cadáveres encontrados na costa do Mar Mediterrâneo, símbolo do fracasso e do sonho de um lugar seguro, longe das guerras e da miserabilidade.

O “não lugar” atravessado pelos pescadores, marinheiros e migrantes torna-se, ao mesmo tempo, territorializado, porque é o lugar, por excelência dos grandes investimentos e negócios e desterritorializado, porque produz um fluxo de impessoalidade expressa nas relações de mercado em um futuro nômade e incerto. Vozes anônimas marcadas pela pobreza e vulnerabilidade, como é o caso dos pescadores: com eles encontra-se enfermidade, insalubridade, baixa autoestima,

¹⁸⁷ HAESBAERT, R. *O Mito da desterritorialização*. p. 149.

¹⁸⁸ MENDOZA-ÁVALREZ, C. *Deus Ineffabilis*. p. 441.

dependência química e instalações precárias como algumas das características dessa atividade laboral.

Decididamente, o mar não goza de uma relação estável com as vozes humanas. Nesse espaço, físico e figurativo, os atos e as falas são constantemente interrompidas: seja pelas tragédias, pelas catástrofes naturais ou por um estilo de vida diverso. Canções e poemas cantam e recitam o desejo e a saudade, a solidão e o desprestígio; vozes marginais que segregam e estigmatizam e, talvez por isso, é que existam tantas casas de prostituição ao redor dos portos. Aqui o romance dá lugar ao trágico, como é o caso do marinheiro filipino, preso em Paranaguá¹⁸⁹, suspeito de haver matado uma “profissional do sexo”, na referida cidade, fazendo com que ele também se transforme em refém¹⁹⁰ de sua realidade. Nisso o mar mostra o seu lado mais cruel. O suave movimento das ondas dá lugar ao horror fantasmagórico que não mais se conecta a uma força positiva. Isso acontece sem aviso prévio. Se o mar que é retratado como lugar da renovação da vida, aqui é apenas um vislumbre de uma esperança deixada à porta, como lembra o personagem de Virgílio, de Dante Alighieri na obra *Divina Comédia*.

Os marítimos em “não lugares” transitórios são apenas testemunhas, onde o “eu” está em contínuo movimento entre deslocamentos presentes e ausentes de comunicação e consumo, tornando-se pessoas genéricas desprovidas de singularidade. Pele queimada pelo sol, aparência envelhecida, fadiga e sintomas de dependência química são alguns dos sinais que nos fazem repensar sobre a alteridade daqueles que vivem e trabalham no mar. Suas demandas e pedidos não podem ser ocultados. É como se o anonimato em que estão submetidos nos atraísse a uma conversa sobre o significado da vida. Sem dizer nada, eles nos questionam; a tirania do esquecimento forçado despertar para solidariedade com o sofrimento e a “memória das vítimas”, e da consciência, vem a capacidade de curar a dor da desconexão que segue o desejo de pertencimento.

Esta tese pretende tomar o conceito de “não lugar” como uma posição que tem um valor estratégico: sua relação particular com aqueles que supostamente estão invisíveis ou à margem da sociedade, seja pela posição social, cultural e religiosa, refletindo sobre as transformações da realidade marítima em curso, a partir do processo

¹⁸⁹ Reportagem do Jornal Agora litoral disponível em:< <http://agoralitoral.com.br/noticias/preso-filipino-suspeito-de-matar-garota-de-programa/>>. Acessado em 23/07/19.

¹⁹⁰ É interessante perceber que prostituição é uma palavra feminina na qual não há masculino. Para se referir a tal situação é preciso dizer prostituição masculina. Da mesma forma, algumas atribuições marítimas só existem no gênero masculino, o que é profundamente revelador de um espaço muito sexista.

social de interações pelas quais as identidades são retrabalhadas. Fundamentalmente o conceito refere-se àquelas situações limites em que um ser humano inevitavelmente precisa se confrontar, sejam elas positivas ou negativas. Trata-se de um lugar perturbador de experimentar e conhecer, pois são anônimas e ambíguas fácil de ignorar e não pertencer a lugar nenhum.

É verdade que a natureza dos encontros com os mares, muitas vezes, criam lacunas justamente por seu aspecto fluido e complexo, à medida que o irrepresentável se torna “não conhecido” e o “não conhecido” torna-se impensável, faz-se necessário dar maior visibilidade àquilo que supostamente está oculto ou invisibilizado. A desconexão entre o mar idealizado (poético e metafórico) e o mar real é nociva, pois oculta uma dura e difícil realidade: as precárias condições laborais daqueles que fazem da realidade marítima um ofício.

O “não lugar” é, portanto, apresentado como um estado que permite a autoconstrução, por meio da hibridação, onde se busca colocar o acento sobre o processo complexo de diferenciação e sobre a gênese de novas categorias. Ao integrar essas dimensões de significados, poder-se-á navegar por meio das múltiplas identidades coletivas, lugares e regulamentos que caracterizam a vida marítima. Todos esses fatores bastante tangíveis constituem uma estrutura para um universo social, no qual são geradas certas experiências interessantes e genuínas; uma compreensão que ultrapassa simplesmente uma mera divisão do trabalho ou simplesmente a classificação por nacionalidades distintas.

Pode-se dizer que uma concepção marítima da realidade expressa a vulnerabilidade da condição humana que é exacerbada pelas condições contemporâneas de disjunção, multiplicidade e contingência, em uma sociedade à deriva em que os sonhos, os excessos e a fluidez tomam lugares de aventura e tédio; onde a linguagem e a metáfora são simultaneamente moldadas e moldadoras da cultura em que a realidade é expressa.

A materialidade econômica e a imaterialidade existencial do mar e dos oceanos revela um pensamento inquietante, uma espécie de vazio. Nos portos, todos os símbolos e sinais apontam para algo impessoal, uma suspensão eterna, mas não como um lugar onde as pessoas busquem algum significado compreensível. O anonimato e a neutralidade do “não lugar” são apenas neutralizados, por exemplo, pelo ritual de apresentar um passaporte, quando um marinheiro resolve deixar o navio para ir a terra.

A fusão do particular e do universal como pensamento marítimo revelam travessias e naufrágios. Corpos confinados na espacialidade de barcos e navios, através do peso monótono do relógio que cadencia uma sucessão de atividades repetitivas num tempo linear e circular, onde a cor preta e branca cede lugar ao cinza sombrio da realidade obscurecida. São vidas que naufragam num mar de pobreza e opulência e, quando nada tem a ser feito, resta chorar pelos cadáveres como os migrantes da costa do Mar Mediterrâneo. Acabam assim sendo um símbolo do fracasso e do sonho de um lugar seguro, longe das guerras e da miserabilidade. Transformam-se em vozes que tombam diante das forças invencíveis do mar: “Não lugares empiricamente enumeráveis cuja definição é, antes de mais nada, econômica. Já acelerou a reflexão dos políticos que só se perguntam, cada vez mais, para onde estão indo, porque sabem, cada vez menos, onde estão”¹⁹¹.

O “não lugar” atravessado pelos pescadores, marinheiros e migrantes torna-se, ao mesmo tempo territorializado, porque é o lugar, por excelência dos grandes investimentos e negócios, mas é, ao mesmo tempo, desterritorializado porque produz um fluxo de impessoalidade expressa nas relações de mercado em um futuro nômade e incerto. Augé reflete a natureza mutável do espaço e da sociedade, dadas as conexões do capitalismo transnacional, a cultura midiática e o desenvolvimento de novas tecnologias nas quais os marítimos estão indiscutivelmente imersos.

Contudo, se considerarmos os muitos significados da mobilidade na vida marítima (o movimento de pessoas e bens, a mudança de formas e estruturas), pode-se dizer que expressam, de forma metafórica e sintética, a profunda transformação que está ocorrendo na sociedade contemporânea, sobretudo porque a particularidade do lugar foi absorvida pelos “espaços de fluxos”, do capital, da informação e da tecnologia. O aparente afrouxamento de laços tradicionais marca uma mudança significativa no que Marc Augé considera “arranjos institucionais”, isto é, a estrutura espaço-social de relações que define não somente a vida econômica, política e religiosa, mas também a subjetividade.

Os efeitos da globalização e da produção da indústria naval que buscam minimizar custos e maximizar lucros, sempre em vista do aumento da velocidade e da eficiência no transporte internacional, têm produzido um novo paradigma.

¹⁹¹ AUGÉ, M. *Não lugares*. p. 105.

4.3 O complexo portuário e o “não lugar” da realidade marítima

Durante muitos séculos, a pujança de muitos países era mensurada pela extensão de suas docas, atracadores e pelo movimento ao redor das áreas portuárias. Por porto, compreendem-se as estruturas de funcionamento marítimo, lacustre ou fluvial caracterizadas por cais de águas profundas e berços de proteção contra os ventos e ondas. O complexo portuário é um intermodal de carga e descarga em um sistema complexo de operações de transporte, carregamento e armazenamento de mercadorias, que inclui navios, barcaças, caminhões, trens e oleodutos.

À medida que essa interação intensificou-se, especialmente a partir do advento da Modernidade, os mares e oceanos passaram a ser concebidos como espaços de recurso e de apropriação. Com o surgimento do mercantilismo e do Estado-nação, foram estabelecidas normas e tratados para definirem a exploração e o uso dos espaços, sempre em vista da eficiência e da lucratividade das potências marítimas da época.

A Indústria Naval moderna foi expoente da globalização, exercendo forte influência em todos os âmbitos da economia e da vida da sociedade. Hoje fala-se que 90% da produção mundial circula direta ou indiretamente pelos portos¹⁹², o que demonstra a relevância que tal abordagem possui. Contudo, em terra, embora vivendo em um dos períodos mais dinâmicos, essa realidade parece quase invisível, inclusive para a Teologia, tornando-se um espaço hermético restrito a um grupo de especialistas.

A indústria portuária sempre foi competitiva. Todo o porto tem uma história de rivalidade com concorrentes próximos ou distantes, sendo descrito como emblema do cosmopolitismo e dos interstícios de capital, de pessoas e de ideias. Frequentemente vistos como coordenadas sem lugar em um sistema globalmente integrado, os portos são lugares de choque, locais chave para experimentar e responder ao pico de migração e remessa de mercadorias. Nesse sistema de produção cada vez mais global, a integração logística, os avanços tecnológicos e as novas estruturas organizacionais tornam-se o meio pelo qual o comércio é organizado através dos vários elos, em cadeias de alcance local e global.

As linhas marítimas emergiram como engrenagens importantes nessa cadeia marcada pela interdependência e pela interconectividade. Neste sentido a reforma

¹⁹² FITZPATRICK, D. Criminalization of Seafarers. p. 212.

portuária tornou-se uma parte significativa da agenda neoliberal. No setor portuário, grandes investimentos de capital e mudanças tecnológicas têm sido empreendidos, de forma a interligar os diferentes portos em um único mercado internacional, já que o tráfego de contêineres mundial duplicou nos últimos dez anos e continua a crescer. Pode-se dizer que o mundo do marítimo mudou significativamente, a partir da década de setenta, no século passado, trazendo consigo uma série de novos desafios¹⁹³. A globalização, enquanto processo complexo de criação de redes mundiais de capital, tecnologia e informações, tornou-se possível por meio de uma maior concorrência, maior interconexão e interdependência. Nesse cenário os tipos de profissões também mudaram.

De certa maneira, a globalização é um conceito caótico, porque se refere a uma variedade de processos e aspectos de mudança social que não possuem uma única causa, podendo ser mais útil descompactar conceitualmente e referir, no plural, como conjuntos de processos sociais que são importantes em diferentes esferas. Os efeitos combinados do crescimento exponencial do comércio, dos enormes fluxos de capital, da interconectividade dos mercados, das instituições financeiras e a ascensão do turismo internacional - que promove comunicações globais sem obstáculos, levaram alguns observadores a prever o fim do Estado-nação e o surgimento de um mundo sem fronteiras, um lugar de fluxo caracterizado pela provisoriade do trânsito, em vista da eficiência e de um novo modo de organização e funcionamento.

A globalização do comércio, o rápido movimento do capital e a livre concorrência são aspectos que dizem respeito a um melhor entendimento das metáforas da mobilidade, transformando os mares em um lugar meramente de circulação de bens e mercadorias. Tal postura, de alguma forma, tem representado o ideal compatível com a ideologia da globalização financeira¹⁹⁴. De fato, os limites têm se tornando rapidamente importantes em vários outros fenômenos: na imigração, no terrorismo, nas questões de segurança e nos desastres naturais. Além disso, há uma grande oportunidade teórica aqui. Há uma maneira de interpretar os mares e oceanos, vendo-os como

¹⁹³ Sobre essa temática ler: GREY, M. *The Maritime Industry Today: The Blood Vessels of the Trade*. p. 181- 194.

¹⁹⁴ *Mutatis Muntantis*, assim como internet, hoje é um novo meio fluido que os seres humanos não podem habitar fisicamente, mas podem usar para comunicação e comércio, de forma semelhante, se deu com a navegação oceânica, permitindo usar um meio fluído que não poderia ser normalmente habitado como meio primário de comércio.

tradicionalmente constituindo um espaço fluido, nômade e desterritorializado. Por exemplo: “os estivadores hoje são trabalhadores portuários que necessitam de uma especialização em mecânica e informática”¹⁹⁵. A concorrência trouxe mudanças enormes na estrutura de produção e distribuição na economia global, ocasionando a difusão da precariedade laboral. Através da expansão de redes e interconexões mundiais, a globalização acelerou a interdependência entre nações, grupos e indivíduos. Mesmo as consequências não intencionais permeiam essas redes globais. Ao comprimir a dimensão espaço-tempo, a globalização criou ambientes que funcionam em tempo real em todo o mundo.

A crise da indústria naval na década de setenta do século vinte, especialmente por parte do aumento do petróleo e dos encargos sociais nos países ricos do hemisfério norte, obrigaram os armadores a reduzirem gastos, refugiando-se no que se chamou de “bandeira de conveniência”¹⁹⁶, segundo a qual, um navio pode estar registrado em um país que possui regras e responsabilidades sociais mais flexíveis. Talvez um dado importante a ser considerado é que um navio é sempre um território de um país, mas está matriculado em outro. Por exemplo, se ele possui bandeira da Panamá, ele é um território panamenho, em um porto ou em águas internacionais. Essa assimetria, ou liquidez, para usar a expressão de Bauman, traz inúmeros problemas, sobretudo quando estão em jogo questões trabalhistas, como: o não pagamento de salários, o não cumprimento de contratos e falta de condições dignas de trabalho. Nesta perspectiva cabe destacar: “(...)que os marinheiros mercantes e pescadores continuam sendo marginalizados como grupo profissional, independentemente da situação nacional ou cultural”¹⁹⁷.

Todas essas mudanças tiveram impacto na vida dos marinheiros, sobretudo pela diminuição do número de tripulantes, por conta da modernização dos sistemas que acabaram precisando cada vez menos da mão de obra humana, fazendo com que o marinheiro fique mais isolado e absorvido pelas inúmeras tarefas, que antes eram realizadas por vários, e que agora, são realizadas por um número restrito de tripulantes.

¹⁹⁵ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES. *Manual para Capelães e Agentes Pastorais do Apostolado do Mar*. p. 56.

¹⁹⁶ Segundo KVERNDAL, na sua obra *The Way of The Sea*, 52,6% da frota de navios mundial utilizam Bandeira de Conveniência (p. 149).

¹⁹⁷ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES. *Manual para Capelães e Agentes Pastorais do Apostolado do Mar*. p. 19.

Anthony Giddens, no seu livro intitulado *As consequências da Modernidade*, focaliza a compreensão do tempo-espaço como aceleração dinâmica¹⁹⁸. Sugere que o desenvolvimento pós-moderno produz a chamada compreensão de tempo-espaço, onde tais fenômenos dependem dos processos materiais, como eles estão incluídos na vida social, que é intensificada pelo “capitalismo tardio” tornando-se cada vez mais reduzida, absorvida e homogeneizada.

Assim como o pós-fordismo que captou um novo modo de acumulação e produção, a diáspora global é o próprio exemplo de como o tempo e o espaço são conceitualmente transformados na perspectiva social contemporânea. Em primeiro lugar, a diáspora global redefine todo o conceito de espaço, uma vez que captura não apenas comunidades de marinheiros em particular, mas também suas conexões com a pátria - da comunicação, do envio de bens e intercâmbio de informações como forma de permanecer em contato com os eventos de sua família que ficou no país de origem.

De acordo com o *International Seafarers Action Center*, o número de marinheiros filipinos, por exemplo, é de aproximadamente 250.000, sendo, sem sombra de dúvidas, o maior grupo de marítimos o que representa 30% dos tripulantes de navios mercantes do mundo. A implantação de mão de obra vem aumentando à medida que os dólares enviados pelos marinheiros filipinos compreendem a maior parte das remessas de trabalhadores filipinos no exterior. Só em 2010, estima-se que os marítimos filipinos enviaram U\$ 3,8 bilhões ao seu país e suas famílias, de acordo com o *Bangko Sentralng Pilipinas* (BSP)¹⁹⁹. Todas essas transferências fazem um limite da diáspora e da sua prática, constituindo-se em um vetor econômico, que não é puramente territorial. A diáspora representa uma nova imagem conceitual com a qual é possível mapear a reterritorialização do espaço, além das coordenadas habituais baseadas na localização física, território e distância. Dado o seu âmbito transnacional e limites sempre em expansão, as diásporas desafiam a longa correspondência entre nação, identidade e

¹⁹⁸ Foi apenas no final da Idade Média que o papel do tempo como parâmetro viável nos processos físicos foi claramente estabelecido. Na Modernidade, especialmente a partir de Kant, a noção de tempo passou a preceder o espaço. Na sua obra, *Crítica da Razão Pura*, afirma que a sucessão objetiva do tempo é expressão esquemática da causalidade na ordem física do mundo. Hoje, vive-se deste legado. Anthony Giddens constata que o advento do relógio mecânico radicalizou ainda mais esta supremacia da história e o tempo sobre a geografia e o espaço.

¹⁹⁹ JIMENEZ, E. *The Diaspora of Filipinos Seafarers*. A look at the flag of convenience (FOC) system. Disponível em: <<https://marinerscanaman.edu.ph/Maritime-Affairs-and-Papers/DIASPORA%20of%20Filipino%20Seafarers.PPT%20JCJ%20June%2028%202012.pdf>> Acessado em 24/06/17.

lugar, pois para Bauman: “a hibridização e a derrota dos essencialismos proclamadas pelo elogio pós-modernista do mundo globalizante estão longe de expressar a complexidade e as agudas contradições que dilaceram esse mundo”²⁰⁰.

Esses fatores trouxeram um impacto em todos os níveis, apenas para exemplificar um aspecto, vale apenas dizer que se, em termo teológico-pastoral, as visitas aos navios e os centros de missão marítima²⁰¹ tinham sido uma importante estratégia de trabalho missionário. Hoje tal ação é menos eficaz, porque os recentes desenvolvimentos tecnológicos tornaram possível para os navios carregar e descarregar em questão de poucas horas, fazendo com que o tempo em que os marítimos permanecem no porto seja por vezes tão curto a ponto de não haver oportunidade de visitá-los, ou mesmo fazer qualquer contato pessoal. Ainda mais, depois do onze de setembro²⁰², de acordo com o Código Internacional de Proteção do Barco e das Instalações portuárias (ISPS), foram adotadas novas medidas de controle, com duras consequências para os marítimos, para os quais o acesso à terra tornou-se mais difícil e oneroso²⁰³. O problema é que muitos marinheiros simplesmente não têm oportunidade para deixar o navio. Os tempos mais curtos representam um desafio tanto para os marinheiros como para os que atuam na missão marítima.

Essas mudanças não devem ser vistas unilateralmente, Zygmunt Bauman compreende que esse desencaixe entre espaço, fragmentação e pluralidade muitas vezes descritos como caracterização da “modernidade tardia”, são um tipo particular de força como ferramenta de dominação. O sociólogo vê que a velocidade do movimento torna-se o fator dominante para aqueles que podem se mover rapidamente, seja fisicamente ou através do capital, reinventando-se e dominando a dimensão “tempo” para obter poder e lucro. Ao lado disso, compreende-se que uma das maiores mudanças no mundo marítimo deu-se a partir do processo de conteineirização. O impacto disso foi imediato: hoje os navios podem ser carregados e descarregados muito mais rapidamente e com número de tripulação reduzida.

²⁰⁰ BAUMAN, Z. *Globalização*. p. 109.

²⁰¹ Os centros de gente do mar, também chamados de clubes ou a Missão dos Marítimos, são lugares onde os marítimos podem relaxar, ligar para as suas famílias, fazer um pouco de compras e ter acesso à Internet. Ir a esses clubes é frequentemente um esforço combinado entre diversas organizações e diferentes Igrejas.

²⁰² Em referência ao notório e trágico ataque ao *World Trade Center*, nos Estados Unidos.

²⁰³ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES. *Manual para Capelães e Agentes Pastorais do Apostolado do Mar*. p. 17.

Para Bauman, esse efeito leva à polarização social e espacial, marcada pelo desengajamento, evasão, fuga e perseguição desesperada, tornando o indivíduo mais livre para mover-se sem aviso prévio, sem critérios rígidos que o possam regular. Esse fator tem gerado a crescente deterioração das condições de vida e de trabalho a bordo dos navios mercantes, pois os marítimos não são trabalhadores imigrantes em oposição às pessoas que trabalham em terra. Tampouco emigram para outro Estado-nação, mas para o mundo do mercado e, enquanto tal, vive à deriva dos interesses transnacionais-financeiros.

Na visão de Bauman, a “Modernidade líquida” é moldada e capaz de forjar comportamentos de poder em dois mundos diferentes: os vencedores, ou aqueles que detêm os meios de produção e que possuem infinitas possibilidades de escolha (também chamados de “turistas”) e os “vagabundos”²⁰⁴, porque dispõem de poucos recursos (também chamados de consumidores fracassados). Neste sentido, os marinheiros, enquanto migrantes econômicos, enquadram-se na segunda categoria. O turista e o vagabundo “são metáforas da vida contemporânea”²⁰⁵, são arquétipos usados por Bauman para facilitar a análise e compreensão de seu conceito de “Modernidade líquida”²⁰⁶.

Para se ter uma ideia da abrangência e da relevância, Roald Kverndal²⁰⁷ traz alguns dados do papel desempenhado pelos marítimos no mundo, que muitas vezes estão invisíveis ou imperceptíveis para grande parcela da população mundial. Segundo o referido autor, existe cerca de 1,5 milhão de pescadores de alto mar e mais de 40 milhões de pescadores costeiros, conforme dados do Apostolado do Mar. O número total de pessoas envolvidas com a indústria pesqueira pode ser estimado em 300 milhões, considerando os empregos indiretos. Esses trabalhadores são definidos pelo termo: pessoas do mar. A compreensão sobre as “pessoas do mar” compreende desde os marítimos, (como os portuários e os trabalhadores *offshore*) aos estudantes marítimos²⁰⁸.

²⁰⁴ BAUMAN, Z. *Globalização*. p. 101.

²⁰⁵ BAUMAN, Z. *O mal estar da Pós-modernidade*. p. 118.

²⁰⁶ Sobre esta temática ler: BAUMAN, Z. *O mal estar da Pós-modernidade*. p. 106-120.

²⁰⁷ KVERNDAL, R. *The way of the Sea*. p. XXIII.

²⁰⁸ KVERNDAL, R. *The way of the sea*. p. 23.

Os sistemas portuários tornaram-se peça de uma engrenagem complexa: uma economia mista, um corpo de leis, de planejamento estratégico, de processos ambíguos e excludentes, representando negociações entre diversos interesses: público-privado, local-internacional, tradição-modernidade e liberdade-controle. Muitas vezes, é preciso perguntar: como é possível incorporar um conjunto de valores alternativos em um contexto competitivo e orientado a resultados econômicos, como é o caso da realidade portuária?

Os navios, de certa forma, materializam essa multiplicidade de maneiras de estar no tempo como um espaço de movimento, dando uma perspectiva de um mundo cada vez mais caracterizado por conexões e fluxos. Além disso, tipificam uma variedade de formas de deslocamento, fazendo com que o marinheiro esteja em todo o lugar e em lugar nenhum ao mesmo tempo, em circulação complexa entre situações e deslocamentos, pois entre a representação que a maioria das pessoas tem em terra e a vida real no mar, existe um abismo que é mais social do que por medida de segurança. Isto se justifica pela forma com que as medidas de segurança impedem o acesso aos terminais²⁰⁹.

Muitos passam uma vida inteira sem terem visto um navio, mesmo morando em uma cidade portuária. Dessa forma, os marinheiros assumem uma condição de profundo isolamento, vivendo fora do contato com as pessoas da cidade²¹⁰, estigmatizados pelas condições laborais e enfrentamento às incertezas e medos dos ofícios em alto mar.

O navio torna-se uma combinação de tempo circular e linear. Circular na rotina dos deveres cotidianos, assim como a distribuição de tarefas por funções. Na linguagem marítima, fala-se que o navio nunca dorme; é impulsionado pela busca constante da lucratividade, navega continuamente carregando e descarregando mercadorias. O tempo linear reflete o fato de que não apenas a embarcação deve estar sempre em movimento, mas também que os marinheiros permaneçam orientados para um futuro próximo. Qual será o próximo porto onde ancorarão? Estar fora do mundo é uma característica da vida

²⁰⁹ O código ISPS é um conjunto abrangente de medidas para aumentar a segurança dos navios e das instalações portuárias, sendo uma resposta aos ataques no dia 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos.

²¹⁰ O medo do contágio com doenças provenientes de outras regiões forneceram uma justificativa para o deslocamento e a segregação dos mesmos para as regiões longínquas, fazendo com que se torne, não somente local de conexão, mas também de estigma.

marítima, pois depois de algumas horas em alto-mar, já não há mais contato de televisão, rádio ou antena de celulares.

Apenas o relógio, esse sim, cadencia o momento. “O que indica a eternidade?” Perguntou-me um marinheiro indiano católico, buscando fugir dos seus próprios dilemas. Recordo-me que seu semblante estava desfigurado como se estivesse olhando para o vazio, e pelo seu rosto podia-se ver o agravamento da depressão. Pensar nesses momentos desagradáveis que nos arrastam sorrateiramente para as profundezas do sofrimento humano, nos colocam questões que oscilam entre fé e incredulidade. O problema é imaginar o que acontece quando tais experiências parecem separadas de tudo, ou quando as categorias de orientação, pelas quais a mente “navega”, foram capturadas pelo desânimo por permanecer em uma comunidade de pessoas isoladas.

A rotina, os processos e os desdobramentos da temporalidade são lacunas afetivas, onde o tempo e o lugar ocupam a consciência, como uma presença anônima no mundo marítimo. Desta forma, os marinheiros buscam ancorar suas esperanças em um porto, na neblina de um refúgio solitário, num profundo confronto marcado por formas vazias, impessoais e desorientadas. Os ritmos e o tempo marcam as contradições que abrem espaços para o paradoxo que a vida marítima convida.

Nessa situação é necessário redefinir o relógio cada vez, seguindo uma placa fixada no refeitório. O tempo precisa ser cuidadosamente sincronizado à hora local em que o navio atracará. A sensação de estar fora de sincronia do resto do mundo é quase física. Isso é evidenciado pelas dificuldades que os marítimos relatam ao se adaptarem à vida em terra, como se ainda estivessem navegando em alto-mar. O senso de tempo para quem trabalha no mar é igualmente complexo, pois trata-se de um momento que é ao mesmo tempo linear e cíclico. Linear no sentido de que toda viagem tem um início e fim, partidas e chegadas (atracagens) com data e hora definida. Cíclico, porque assim como as ondas, o padrão da rotina se repete através do exercício de tarefas pré-determinadas, muitas vezes em viagens sucessivas, que representam um período longo demais longe do lar. Neste ponto, a maritimidade como realidade, encontra-se repleta de margens, embarques e desembarques, paisagens representativas, que se engaja em lugares, onde o momento e o lugar da localização soam como ondas, ou melhor, como narrativas de fé, de memória e de experiência.

As fricções dessa multiplicidade e diferença, de experiência de desencaixe entre tempo e espaço, de localização e desterritorialização, é o registro de um período

marcado pela hegemonia do capital financeiro, onde o: “ambiente econômico está sendo alterado à luz destes inputs, criando assim uma situação de contínuo envolvimento mútuo entre discursos econômicos e as atividades a que se referem”²¹¹.

Por desençaixe, Giddens entende como: “Os deslocamentos das relações sociais de contextos locais de interação, a sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço”²¹². Para isso, lança mão de dois conceitos importantes: o sistema de fichas simbólicas²¹³ e o sistema de peritos. As fichas simbólicas significam os meios de circulação que não levam em consideração as características específicas de indivíduos e grupos. Neste particular, Giddens adverte para o fenômeno de fetichização que o dinheiro sofreu ao longo da história moderna²¹⁴. Por sistemas de peritos, o autor compreende as competências e habilidades técnicas que organizam as grandes áreas do ambiente material e social em que se vive.

Pode ser tentador ver uma embarcação como um desses lugares antiestruturais, já que opera literalmente em uma condição social limítrofe, mas diferentemente do que se possa pensar, trata-se de uma estrutura hierárquica rígida e às vezes autoritária, definindo e cadenciando a vida e as relações pessoais. Mais do que um sistema fechado, o imaginário social marítimo poderá exercer um genuíno desafio ao pensar teológico, na medida em que exige uma capacidade de autotranscendência e autenticidade para viver em um ambiente tão inóspito e inseguro quanto é o mar. Assim, as embarcações caracterizam-se por sua relação entre a solidão, isolamento e a possibilidade de superação e resiliência.

Dessa forma, a maritimidade que flui nas águas ao redor do mundo exemplifica as dissonâncias dessa experiência contemporânea, já que “abandonados ao jogo do mercado, ao qual eles têm poucas chances além de aderir, em sua dupla capacidade de compradores e de mercadorias à venda”,²¹⁵ os marinheiros e pescadores navegam

²¹¹ GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. p. 52.

²¹² GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. p. 31.

²¹³ GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. p. 32.

²¹⁴ Não há dúvidas de que a compreensão de um lugar e a maneira específica pela qual a sociedade ordena tempo e espaço não é independente do social. No entanto, isso não legitima que se possa cair em tal reducionismo que afirma que tudo é construção social. De fato, o social não existe antes do lugar, exceto em e através do ordenamento no espaço e no tempo. É dentro desse processo que surge a possibilidade. Segundo a teoria de Giddens, as ações não são determinadas nem tampouco são produtos de um livre arbítrio, mas dependem de ações para existir enquanto dão significados a elas.

²¹⁵ BAUMAN, Z. *Retrotopia*. p. 113.

literalmente em mundos instáveis, tornando-se um fenômeno altamente rentável e, ao mesmo tempo, marginal, representando incertezas em todos e diferentes níveis; um tipo de confinamento que Foucault chamou de heterotopia²¹⁶. Livres para viajar, as embarcações configuram-se em um estado de passagem, pois possuem uma presença como um espaço, mas não fixo e, sim, justaposto, descrevendo o que Bauman e Augé chamaram de “transitório” e “não lugar”.

Toda essa gama de situações mencionadas traz para o centro do debate questões sobre a pertença a um local de origem real ou imaginado. Mas o lugar nem sempre é conceitualizado como um local específico. Para Marc Augé, o “não lugar” não está conectado ao histórico do local, mas, sim, à sua funcionalidade. Além disso, são lugares especializados, equipados apenas para um propósito, seja produção, consumação ou transporte. Na visão do autor, o “não lugar” não se orienta por meio da memória, do conhecimento local e, sim, por meio de telas, mapas, aplicativos e outros equipamentos. O ponto final dessa separação entre história, identidade e comunidade é a solidão. As palavras-chaves são velocidade, pragmatismo, eficiência e lucratividade. Essa visão de mundo imputa ao marítimo um espaço abstrato e anônimo.

Por outro lado, a vida marítima move-se livremente no espaço aberto, negociando a diferença, estabelecendo múltiplas conexões. A proposta de uma jornada aberta, ou seja, uma compreensão que não cria fronteiras, sistemas e hierarquias fechadas, apontando novas ideias como “espaço livre” para estabelecer um ponto de apoio. Esse processo denominado “desterritorialização” é seguido por uma etapa posterior, denominada “reterritorialização”, onde novos conceitos são forjados²¹⁷.

²¹⁶ A heterotopia é um conceito que significa literalmente “outros lugares”, que descreve um mundo fora do centro em relação aos espaços normais ou cotidianos que possuem significados múltiplos, fragmentados ou mesmo incompatíveis. O termo teve um impacto na teoria arquitetônica e urbana, já que foi cunhado por Foucault no final da década de 1960. No mundo moderno, Foucault identificou as “heterotopias do desvio” como a nova classe de “outros espaços”. Na maioria dos seus exemplos, as características principais são atribuídas ou marcadas pela presença de indivíduos e grupos sociais que não se enquadram na ordem social moderna de maneira muito mais permanente do que nas heterotopias pré-modernas. Os espaços da prisão, do hospital psiquiátrico, da casa de aposentadorias ou do cemitério são ocupados por pessoas que não devem retornar a papéis produtivos e aceitos pela sociedade dominante. Em suma, as heterotopias modernas não são mais espaços de passagens entre papéis sociais. Para o autor, a presença de uma norma social e a sua adesão é uma característica chave da modernidade e, portanto, das heterotopias modernas. Com o desenvolvimento do capitalismo de produção e o ajuste dos fenômenos populacionais aos processos econômicos, é em parte regulada pelo poder disciplinar expresso através da imposição da lei e, eventualmente, pela força. No entanto, cada vez mais, no capitalismo, o poder e a disciplina são expressos também por “controles regulatórios” construídos através do estabelecimento de instituições de poder, criado no século XVII como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizado por instituições muito diversas.

²¹⁷ HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização*. p. 99-142.

Os autores mencionados postulam que a desterritorialização pode ser física, mental ou espiritual. Talvez isso possa ser melhor entendido como um movimento que produz mudanças, indicando o potencial criativo. No caso dos marinheiros, como grupo transnacional, reconfiguram suas vidas em inúmeras outras formas, seja por meio de projetos políticos, culturais e religiosos. Esse senso de pertença está sempre em andamento e surge em constante interação com culturas e pessoas distintas.

Tornar o conceito de “não lugar” como espaço periférico, não é apenas uma questão de sobrevivência e tolerância; mas também de fricção e conflito. Sobretudo, porque traz para o debate questões reais que dizem respeito à fadiga e insatisfação, estresse, embates culturais e condições precárias de trabalho como: insalubridade e insegurança, separação da família e da comunidade.

4.4 O mar como “não lugar” que separa pessoas e culturas

No conceito de “Modernidade líquida” de Bauman²¹⁸, há um tema importante a considerar: a identidade²¹⁹. Suas considerações sobre o assunto são vastas e se ligam a muitos assuntos diferentes²²⁰. O autor argumenta que as sociedades pré-modernas e modernas eram entendidas em termos de busca por estabelecer uma ordem ou estrutura que visassem eliminar o que era diferente ou que, potencialmente, poderia ameaçar a estabilidade e coerência da ordem social.

Nesse contexto a mobilidade foi compreendida como antítese das formas estáveis de lugar e pertencimento. Tal processo é frequentemente descrito como uma ameaça, um distúrbio a ser corrigido. Isso explica porque a relação entre os que estavam em terra e os marítimos eram usados para reforçar as fronteiras entre “nós” e “eles”, de modo que fossem mantidos separados do resto da sociedade urbana do local. Os

²¹⁸ No passado, estranhos se conheciam de forma aleatória e informal, mas na *Modernidade líquida* tem sido projetada cuidadosamente para que seja previsível, evitando o contato vinculativo, prolongando e íntimo com pessoas desconhecidas, ambivalentes e potencialmente perigosas. O espaço não social é um produto de medidas e estratégias comportamentais, como aquelas que se encontram atrás das comunidades fechadas, onde o local se torna indisponível, exclusivo, antissocial, vazio e sem significado humano. A interação conflitiva entre grupos sociais, étnicos e religiosos de diferentes matizes resultam na busca de um “bode expiatório” para estancar o espiral da violência.

²¹⁹ BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro. Zahar. 2005.

²²⁰ A crítica a um modelo de identidade unificada que se forjou na cultura Ocidental foi amplamente tratada e percorrida por várias disciplinas, especialmente a partir da crítica à Metafísica medieval, passando pela Psicanálise, pela Fenomenologia e, mais recentemente, pelo Pós-Estruturalismo.

temores de aglomeração e o surgimento de doenças tiveram os portos como lugares a serem mantidos longe do espaço urbano.

A “mixofobia”²²¹ é uma reação ao que é experimentado como a variedade perturbadora de tipos e costumes encontrados na era global. O desconforto de ser confrontado com pessoas com diferentes línguas e culturas leva à segregação. Afirma Bauman: “A viscosidade do estranho é fruto de sua falta de poder”²²². As manifestações da “mixofobia” incluem a busca de ilhas de igualdade e semelhança no fluxo de diversidade e diferença que inundam a modernidade líquida. Quanto mais os outros são mantidos à distância, mais assustadores e perigosos parecem.

A “mixofobia” serve como apólice de seguros contra os perigos reais e imaginários da vida social e religiosa, enquanto isso reforça a segregação. Viver apenas entre seus pares leva a formas superficiais de se socializar sem a tarefa cansativa de traduzir entre diferentes universos de significado: “O fraco encontra o fraco e enfrenta o fraco, mas ambos se sentem como Davi combatendo Golias. Cada um é viscoso para o outro; mas cada um combate a viscosidade do outro em nome de sua própria pureza”²²³. Como resultado, as pessoas perdem a capacidade de viver e interagir confortavelmente em meio a diferenças: “O medo da parte dos viscosos, desencadeado pela falta de poder, é sempre uma arma tentadora que esse acrescenta ao arsenal dos ávidos de poder”²²⁴.

Ao mesmo tempo em que gera medo, rejeição e segregação, atrai e seduz. Não é apenas uma causa de “mixofobia”, mas também de “mixofilia”. É lugar de variedade, surpresas, oportunidades e diversidade e, portanto, atua como um ímã para muitos que querem escapar do que percebem como a monotonia da vida. Esses dois sentimentos coexistem dentro de cada um de nós. Sendo assim, propomos uma análise dos processos de consolidação da expansão marítima no Ocidente, em que a noção de progresso e perfectibilidade, própria do pensamento moderno, foi questionada, pois compreendemos que tal perspectiva ocultou algo importante, que a história e a tradição são subjetivamente processuais: “Esta falácia consiste em partir do princípio de que a

²²¹ BAUMAN, Z. *Estranhos à nossa porta*. p.15.

²²² BAUMAN, Z. *O mal-estar da Pós-Modernidade*. p. 42.

²²³ BAUMAN, Z. *O mal-estar da Pós-Modernidade*. p. 42.

²²⁴ BAUMAN, Z. *O mal-estar da Pós-Modernidade*. p. 42.

contemporaneidade de um dado evento se dilui de modo igual entre todos os participantes numa intervenção simultânea”²²⁵.

Isto é o que afirma Boaventura Santos, quando diz: “Quando os funcionários do Banco Mundial se avistam com camponeses africanos, parte-se do princípio de que a contemporaneidade de ambos os grupos é gerada pela simultaneidade do encontro”²²⁶, como se fosse possível escamotear as fendas e rachaduras das bordas do discurso hegemônico. Esse parece ser um desafio da realidade marítima, marcada pela lógica do capital financeiro.

Deste ponto de vista, o alargamento da compreensão das diferentes pessoas que vivem no mar não é apenas uma operação quantitativa, mas um processo que envolve uma reflexão mais profunda sobre a natureza mutável das relações sociais. Em outras palavras, a Teologia marítima necessitará acrescentar alguns valores para reformular o paradigma relacional como um todo, porque da perspectiva marítima, poder-se-ia inferir importantes mudanças nas relações que têm transformado os contextos hoje (por exemplo, a evolução tecnológica e a expansão das indústrias marítimas levaram ao mundo, o surgimento de grandes navios cargueiros e cruzeiros).

Em outras palavras, o mundo marítimo tradicional é um tanto estereotipado, feito de relações sociais bastante estruturadas e dicotomizadas entre as pessoas no mar. Provavelmente uma reflexão bastante semelhante pode ser feita no que diz respeito tanto aos marítimos quanto aos pescadores. Na verdade, a categoria socioprofissional, de certa forma, é algo turvo para os “povos do mar”. Esse tópico pode abrir um campo potencialmente vasto de investigação sociológica, que vai desde o papel dos mares e oceanos na sociedade global, até às implicações socioecológicas nas atividades econômicas em alto mar ou aos padrões de mudança das relações sociais entre os membros da tripulação a bordo.

Uma das maneiras pelas quais os indivíduos categorizam outros indivíduos é por meio do uso de estereótipos. Talvez porque queiram estabelecer uma linha clara de demarcação entre “nós” e os “outros”. Quando se trata de realidade marítima, esses estereótipos são recorrentes como: “marinheiro tem uma mulher em cada porto”, “são pessoas promíscuas e com pouca formação acadêmica”, “fazem uso demasiado de entorpecentes e bebida alcoólica” entre outras afirmações. Essas ideias preconcebidas

²²⁵ SANTOS, B. *A crítica da Razão Indolente*. p. 237

²²⁶ SANTOS, B. *A crítica da Razão Indolente*. p. 237

tornam-se, ao longo do tempo, questões de uso costumeiro, que incluem “estigmas” associados a esse grupo de pessoas.

Uma questão que deve ser registrada, diz respeito ao espaço quase que hegemonicamente masculino relacionado à história marítima. Esse tipo de pensamento moldou um estilo de vida: o “marinheiro durão”. Assim, o mito da masculinidade, ao longo da trajetória marítima tem garantido recompensa e punição. Os aforismas históricos acabam transformando-se em um aparato que auxilia a definir o lugar da identidade em um espaço quase que exclusivamente monossexual. Nesse modelo nenhuma oposição é mais completa do que a do homem conquistador, inovador e o da mulher destinada ao sexo e, algumas vezes, à reprodução: “Não é que elas sejam desprezadas, ocasionalmente podem ser glorificadas, mas sem jamais serem retiradas de uma espécie de confinamento”²²⁷.

Como se percebe, as histórias da realidade marítima foram na sua origem e continuam sendo hoje, histórias progressivas e sistemáticas de marginalização e de anonimato, especialmente em um mundo onde o que rege a vida são os interesses econômicos. Nesses tempos de rápida e constante mobilidade, a despersonalização²²⁸ e a solidão²²⁹ têm preenchido todas as “rachaduras” da vida dos marítimos.

A disposição e o ordenamento de um navio giram, muitas vezes, em torno de um conjunto fixo de tarefas e finalidade, ressoando bem com a descrição de uma instituição total. À medida que a tripulação está a bordo, eles vivem juntos por um período de tempo e, com isso, o navio torna-se um lugar social. Convivendo em um espaço relativamente pequeno, eles não têm como se esconder um dos outros. As tripulações, muitas vezes, internalizam o ritmo do navio, de tal forma que desenvolvem estratégias de coexistência dentro de um ambiente excessivamente especializado. Muitos marítimos sentem-se separados do mundo, do tempo e do espaço real das pessoas, pois passam

²²⁷ TOURAINÉ, A. *Um novo paradigma*. p. 62.

²²⁸ Isso, no sentido de que os marítimos a bordo passam 24 horas por dia no mesmo local, e as atividades em que se envolvem - tanto relacionadas ao trabalho quanto ao lazer - são realizadas simultaneamente e com as mesmas pessoas. O marinheiro fica isolado da família, da comunidade local e da nação. Estar a bordo pode levar a um sentimento de alienação, já que, na maioria das vezes, eles não participam do mundo terrestre e podem mesmo ter a sensação de serem estranhos durante suas curtas visitas em casa. Outro fator diz respeito à alta taxa de rotatividade entre a tripulação, devido ao período de férias ou até mesmo como forma de evitar que surjam conflitos entre pessoas que, afinal, vivem suas vidas profissionais em apenas alguns metros quadrados por meses ou anos.

²²⁹ Documentário DW. *A Seafarers tale: loneness and danger/ life links* Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=85uO5gbi5oU>>. Acessado em 10/08/19.

grande parte de suas vidas a bordo dos navios, convivendo com um grupo de pessoas e em um espaço restrito. É como se o mar se constituísse em um território esculpido e formado para eles. Nesse sentido, o navio acaba se tornando um microcosmo do espaço globalizado, marcado por uma espacialidade estendida e fluida, onde circulam tripulações multiétnicas, com muitos marinheiros de países diferentes, especialmente Filipinas, Índia, Indonésia, Ucrânia, Kiribati e Myanmar. Nesse espaço vivem literalmente isolados por longos períodos de tempo, especialmente aqueles que não têm autorização para desembarcar nos portos, o que aumenta a sensação de solidão e, implicitamente, faz com que se sintam como prisioneiros a bordo.

Nesse sentido, um navio pode ser visto como uma instituição total, marcado por profundas contradições entre um mundo pós-moderno globalizado e os valores culturais de seus países. A maritimidade liberta o que fora esquecido ou submerso no *continuum* da vida, pondo luz ao que fora posto de lado como acidente ou erro pelos “vencedores da história”. Deste ponto de vista, a noção de lugar não pode ser considerada independente das relações e dos processos humanos, pois à medida que as fronteiras da história moderna são estabelecidas através da diferenciação da Idade Média, é importante compreendê-la como um trabalho nas margens, e não como um lugar fixo, estanque e permanente que não possa ser ressignificados. Uma perspectiva que será compartilhada com a do sociólogo Zygmunt Bauman, numa tensão crítica das limitações da Modernidade e das suas ambições políticas fracassadas.

Road Kverndal enfatiza a confiança como elemento importante no estabelecimento de vínculos de relacionamentos a bordo, mas nem sempre as estruturas e a dinâmica de trabalho permitem. A redução do tempo nos portos e a limitação do número de pessoas empregadas, devido ao processo de mecanização dos navios, em vista de uma economia que busca cumprir metas e alçar lucros, têm fragilizado ainda mais o tecido social marítimo.

Nesse modelo econômico líquido, que privilegia o lucro em detrimento das pessoas reais, as relações de trabalho são instáveis. A flexibilidade de leis trabalhistas²³⁰

²³⁰ O mercado de trabalho marítimo tem aberto oportunidades para que as empresas transnacionais busquem os empregados com menor custo, em diferentes países, especialmente na Ásia. Essa realidade, ao mesmo tempo coloca forte pressão sobre o mercado de trabalho, pois o seu preço sempre vai mais para o mínimo. Diante desse quadro, no qual muitos buscam a sobrevivência no mar, o risco do desemprego é real, fazendo com que muitos marinheiros se ajustem a leis trabalhistas mais flexíveis, abrindo brechas para a exploração e minimizando a segurança social. Por sua vez, as empresas marítimas também são submetidas à pressão dos mercados financeiros e do valor das ações nas bolsas. A concorrência no

e o receio de ficar desempregado são dois dos efeitos colaterais da globalização financeira neoliberal. Segundo Bauman, é justamente esse medo que está fragmentando a sociedade, à medida que cada um se torna uma ameaça para todos e o medo se transforma em um fato dominante, já que o modo de vida moderno: “inclui a produção de pessoas redundantes [localmente inúteis], excessivas ou não empregáveis, em razão do progresso econômico”²³¹.

Tais situações fazem emergir temas relacionados à busca pela segurança em um mundo inseguro, a fragilidade do ser humano, os laços, a incerteza, o desperdício de vidas e a identidade. A realidade líquida de Bauman é um novo fato onde não há sentido de permanência. É o meio com o qual o mundo teve que lutar. A liquidez é uma consequência de uma mudança na realidade, longe do que era conhecido como “Modernidade”. Bauman argumenta que essa modernidade deve ser definida como “pesada” ou “sólida”, ²³² caracterizada por uma burocracia hierárquica, categorização, regras e regulamentos que supostamente reúnem indivíduos em uma comunidade²³³.

4.5 O mar como lugar da invisibilidade: o drama dos migrantes e refugiados

Como um espaço de interação e contato entre diferentes povos, o Mediterrâneo tem desempenhado papel crucial na história, atuando como epicentro de vários sistemas e civilizações mundiais. Conectando as grandes religiões monoteístas na interseção de três continentes, colocou o Ocidente em contato com o restante do mundo e serviu como um espelho sobre a qual a Europa construiu e projetou sua imagem imperialista, onde o “*nostrum*” significou um coletivo de forças euro-atlânticas de apropriação material e discursiva.

Como espaço híbrido e de fricção, tornou-se uma local de histórias de domínio e de aproximação entre diferentes línguas, culturas e povos, incluindo civilizações passadas e suas conquistas, bem como violência e guerra de um tempo que nunca foi

mercado de trabalho faz com que se crie um ciclo vicioso, pois sem empresa não há trabalho. No entanto, em meio a isso, há sempre um segmento social que se beneficia da exploração do trabalho alheio.

²³¹ BAUMAN, Z. *Estanhos à nossa porta*. p. 9.

²³² BAUMAN, Z. *Tempos Líquidos*. p. 8.

²³³ Pela passagem da Modernidade sólida à líquida, Bauman entende as mudanças emblemáticas do ponto de vista cultural caracterizado pela precariedade, incerteza e rapidez de movimento. Essa transição trouxe a crise e desorganização social, fruto de um processo que acentuou demasiadamente as escolhas individuais em detrimento do coletivo.

“imaculado”. Há uma singularidade no Mediterrâneo conferida pela trajetória de muitos impérios emergentes e fracassados, de comunidades e rotas comerciais, o que, de certa forma, desencoraja uma visão simplista. Recentemente, esse lugar tem se tornado palco de disputas e debates nos meios de comunicação de massa, não tanto pela sua importância geopolítica, mas pela recente crise humanitária que assola a região. Como um lugar de interação entre diferentes sociedades e culturas sempre teve um papel significativo na formação da humanidade. Ao longo da história, foi palco da diversidade, de mudanças e tensões constantes até chegar à atual catástrofe, como um dos símbolos emblemáticos de um capítulo nefasto que permite uma observação que oscila entre a visão econômica e a humanitária.

Nesta época de medo global, as reações extremas têm confinado o mundo em uma “jaula” de segurança por tempo indeterminado. A crise tem-se colocado como uma questão explosiva acerca das fronteiras contemporâneas, necessitando ser entendida como parte de uma história transnacional que tem resultado em um quadro “dantesco” para muitos imigrantes que buscam segurança ou emprego. Questões oriundas dos movimentos nas fronteiras têm provocado inúmeras controversas acerca do estrangeiro, onde os refugiados e nativos compartilham o cosmopolitismo e a xenofobia introduzidos pela dinâmica do capital que impôs um paradoxo: eles representam alguém que é, simultaneamente, um convidado exótico e um inimigo odioso. Por toda parte tais assuntos tornaram-se preocupação central de alguns governos. É precisamente nessa situação que o colonialismo emerge como um processo aberto, desempenhando um papel decisivo na circulação de bens, reiterando uma antiga lógica de acumulação e domínio.

Desde 1989, o limite cronológico, que coincide com a queda do Muro de Berlim, tem gerado o que a Inglaterra vivenciou meio século antes, a transformação do mundo em uma sociedade multirracial. Com isto, arquivos corporificados estão propondo um novo espaço epistemológico: uma espécie de Mediterrâneo mais “criollo” com uma subjetividade estranha, ilegítima e fora de lugar. A ilegalidade tem-se tornado uma zona que priva o marítimo de qualquer reivindicação política, já que – como está vivendo em um espaço fronteiriço entre o econômico e o burocrático – vive desamparado e à mercê da própria sorte.

Tornam-se parte integrante da globalização e do seu alcance planetário na história ocidental. Dentro do contexto econômico e político, através do exercício de um

poder assimétrico, os imigrantes experimentam o seu reverso, isto é, o aspecto mais predatório, marcado pela dispersão dos sujeitos históricos transnacionais, cujas identidades são produzidas no limite da própria representação. Como forma de gerenciamento, a burocracia está no sistema complexo mais amplo do governos, definindo quem pode atravessar ou quem não pode, quem pode viver ou quem deve morrer.

Nesse cenário vemos as ondas colidindo contra a costa, estampando os rostos da morte de crianças, mulheres e homens, numa conexão entre a fúria invencível do mar e as múltiplas crises de seus países. Refletem o que há de pior na sociedade, o estigma daqueles que - na verdade - já são vítimas dos diversos dismantelamentos e das crises, são agora apresentados como culpados pela situação. Nos noticiários são vistos como uma tragédia quase natural, para a qual nenhuma responsabilidade clara pode ser atribuída. A morte é vista como uma questão de oportunidade e as atribuições políticas desaparecem sob o peso de uma burocracia “sem rosto”. Dessa forma, o mar Mediterrâneo tornou-se um “túmulo sem lápide”, dado que a mobilidade das correntes representa uma realidade fluida, porque os registros de naufrágios ficam ocultos para aqueles que desejam que o problema permaneça longe de seus territórios.

Mares e oceanos continuam a virar a página em branco à procura de histórias, rompendo o fluxo naturalizante das “vidas desperdiçadas”, oscilando entre o normativo e o descartável, como diz Bauman. Cedo ou tarde teremos que confrontar a possibilidade de um amanhã para todos, ou seja, um espaço onde as estruturas sociais serão contestadas pelos “tsunamis” de questionamentos que se colocam: como viver na fé o luto dos que morreram? Que dizer, das esperanças, desaparecidas com os inocentes vitimados?²³⁴ Os cadáveres na superfície das praias de Lampedusa²³⁵ são a triste realidade de um mar de exclusão que permite o conforto e a abundância para uma pequena parcela da população mundial, enquanto – para outros – relega sofrimento advindo dos efeitos nocivos da globalização economicista e excludente. A esse fato o Papa Francisco denominou “globalização da indiferença”, em uma das suas homilias durante a Quaresma de 2013, onde, interpretando a Sagrada Escritura, se perguntava:

²³⁴ MENDOZA-ÁLVAREZ, C. *Deus Ineffabilis*. p. 41.

²³⁵ Sobre a temática ler o artigo *EU: improve migrant rescue, offer refuge*. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2013/10/23/eu-improve-migrant-rescue-offer-refuge>>. Acessado em 22/07/19.

Onde está o teu irmão? A voz do seu sangue clama até Mim, diz o Senhor Deus. Esta não é uma pergunta posta a outrem; é uma pergunta posta a mim, a ti, a cada um de nós. Estes nossos irmãos e irmãs procuravam sair de situações difíceis, para encontrarem um pouco de serenidade e de paz; procuravam um lugar melhor para si e suas famílias, mas encontraram a morte. Quantas vezes outros que procuram o mesmo não encontram compreensão, não encontram acolhimento, não encontram solidariedade! E as suas vozes sobem até Deus!²³⁶

Tudo se move nesse mar que mais parece uma ficção surreal e trágica, onde está em jogo não somente o naufrago como protagonista de uma história desumana, mas os interesses econômicos escusos que permitem livre acesso à mercadoria. Nesse jogo ficcional são colocadas falsas barreiras protetivas aos imigrantes e refugiados, apontando para uma sociedade que vive cada vez mais à deriva de seus interesses. A perspectiva da globalização neoliberal não se restringe somente às interações do mercado e das relações econômicas, mas essencialmente sobre poder, relações humanas, identidade e organizações sociais²³⁷, justificando um arranjo social de sobrevivência dos mais fortes, ao qual Bauman os chamou, em sua obra *Comunidade* de “secessão dos bem-sucedidos”, porque eles afirmam que a liberdade de atuar em interesses próprios promove uma ordem, na qual as posições sociais e econômicas são simplesmente reflexos do mérito, talento ou ambição²³⁸.

Essa triste realidade se assemelha e faz lembrar a história transgressora do profeta Jonas (Jn: 1: 1-16), que se esquivando do seu Deus, pulou de embarcação em embarcação como um fugitivo, assim como tantos imigrantes e refugiados, apressando-se para cruzar os mares. Tão desorientado, dormindo no porão de um barco, quando esse estava sendo afundado por fortes ventos. A narrativa conta que depois de jogarem as cargas ao mar, foram verificar a causa do problema. E identificaram. Constataram que Jonas era o culpado. Como naquele dia havia “policiais a bordo”, ele foi interrogado e depois arremessado ao mar sem direito a nada, nem mesmo de levar os seus pertences.

²³⁶ PAPA FRANCISCO. *Santa missa pelas vítimas do naufrágio*. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013/documents/papa-francesco_20130708_omelia-lampedusa.html>. Acessado em 23/07/19.

²³⁷ “No mundo acolchoado, maleável e informe da elite global dos negócios e da indústria cultural, em que tudo pode ser feito e ser refeito e nada vira sólido, não há lugar para realidades obstinadas e duras como pobreza, nem para a dignidade de ser deixado para trás, nem tampouco para a humilhação que representa a incapacidade de participar do jogo do consumo”. BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. p. 59.

²³⁸ “Os poderosos e bem-sucedidos não podem dispensar com facilidade a visão meritocrática do mundo sem afetar seriamente o fundamento social do privilégio que prezam e do qual não têm intenção de abrir mão. E enquanto essa visão de mundo for mantida e considerada, a cartilha da virtude pública, o princípio comunitário do compartilhamento não pode ser aceito”. BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. p. 57.

Para Jonas recusaram o direito de atracar em um cais de porto. Nada diferente do que vivem, hoje, os migrantes e refugiados na região da Itália.

Mas o que isto nos faz pensar, especialmente quando se sabe que metade dos refugiados foge por conta de guerras em seus países?²³⁹

Essa atrocidade aterroriza, mas, ao mesmo tempo, torna impotentes autoridades religiosas e civis. As respostas tornam-se parciais e algumas vezes simplificadas pela falta de comprometimento, muitas vezes corroborada pelos meios de comunicação social, levantando inúmeros dilemas e desafios. A “sociedade do consumo” e do “bem-estar” são moralmente lentas para perceber o drama dos mais pobres. Com isso o naufrágio de tantos migrantes é também o fracasso de um modelo de sociedade, onde as peculiaridades do mar, como resultado e meio de subsistência, estão se tornando progressivamente ineficientes, insustentáveis e fracas.

Zygmunt Bauman, na sua obra *Um estranho a nossa porta*, fala do “pânico moral” como um conceito, que nos últimos anos tem ganhado um acentuado reavivamento, descrevendo a violência indireta, prática aparentemente aceitável e institucionalizada por organizações legítimas. O recrudescimento do terrorismo veio agravar ainda mais essa situação, o que tem levado a uma visão simplista e apressada que vincula migração e terrorismo como se fossem a mesma coisa.

Hoje, nos espaços públicos, o termo “securitização” está em voga, mas o que se está entendendo por tal conceito? Afirma Bauman: “Esse neologismo pretende denotar domínio, o encargo e a supervisão dos órgãos de segurança”²⁴⁰. É o que se tem observado, com sucesso, em diferentes partes do mundo: como Filipinas, Estados Unidos e recentemente no Brasil, onde alguns setores da sociedade se apropriam do termo para granjear aprovação popular, convencendo a população de que estão levando a sério as queixas em relação ao problema da violência.

Diante dessas questões, busca-se encontrar algum amparo nos antigos conceitos de divisões espaciais, como das fronteiras físicas, culturais e de identidades. Mas essa postura tem sido, até agora, mais motivo de conflito, de confronto e violência, dando a sensação de que o suposto progresso econômico promulgado pela “sociedade do

²³⁹ Sobre essa temática ler: FRANCISCO. *Visita do Francisco a Nápoles por ocasião do Simpósio “A Teologia depois da Veritatis Gaudium no contexto do Mediterrâneo”*. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/june/documents/papa-francesco_20190621_teologia-napoli.html>. Acessado em 10/09/2019.

²⁴⁰ BAUMAN, Z. *Estanho à nossa porta*. p. 28.

consumo” está sendo capturado por uma vertigem desestabilizadora, onde parte da humanidade vive com medo das conquistas feitas, como se estivesse buscando refúgio nos antigos paradigmas sólidos.

Bauman explica que a sociedade pré-industrial foi construída em torno de um ordenamento fixo e significativo e que, tal ordem, inabalável, garantiu uma solidariedade social. A comunidade prosperou na manutenção da tradição, até que as grandes mudanças tecnológicas começaram a influenciar a vida profissional e a visão de fazer parte de uma estrutura maior.

O surgimento do capitalismo tornou a sociedade fluida, onde o tempo começou a ser compreendido como um conjunto de pontos isolados. Bauman acredita que os indivíduos já não veem sua história de vida conectada, mas como eventos fechados, atos independentes, sem conexão com os fatos anteriores. Trata-se de uma individualização radical, ou seja, a ideia de que o indivíduo tem um valor, toma suas próprias decisões e – a partir daí – se isola. A cultura do consumo tornou-se o centro da vida, pela qual as pessoas tornam-se consumidoras inclusive de relações com outras.

Essa abrangente gaiola de ansiedade, tensão e desânimo tem origem por um anseio de segurança em um mundo instável, onde a consciência da história é dada como uma catástrofe enraizada na experiência do sofrimento. De maneira sintética, poder-se-ia caracterizar esse período como sendo um momento histórico, quando a rigidez, os dogmas e as posições políticas conservadoras foram vistos como perigosos e anacrônicos. Este momento acaba rejeitando as instituições e crenças, agora vistas como intolerantes e totalitárias, pois as pretensões de uma verdade universal são incompatíveis com o novo quadro social, mais flexível e versátil.

Essas questões parecem ter retirado do mar as “boias náuticas de navegação” como marcadores estáveis da sociedade sólida, obrigando aos indivíduos a navegarem em águas turbulentas, sem o auxílio de mapas e bússolas. Talvez essa abordagem seja uma oportunidade para o cristianismo deixar o espaço de busca de poder, e encontrar – enfim – lugares de *diaconia*, sobretudo, para aqueles que vivem com crescente medo, isolamento e desesperança, como é o caso dos marítimos.

Segundo Bauman, na sociedade moderna, a comunidade foi sendo substituída pela ideia de rede, que não tem um denominador tão comum como antes, mas, sim, é baseada em indivíduos. Por isto não forma imediatamente um sentimento de

solidariedade e, quando o faz, não apresenta o que se espera²⁴¹, tornando-se uma consequência das escolhas individuais, enquanto as comunidades eram estruturas sociais criadoras de identidade. As pessoas da rede podem prescindir de instituições sociais, como a Igreja ou o Estado, para garantir sua autorrealização. Essa responsabilidade, para melhor ou pior, pertence exclusivamente ao indivíduo. Bauman explica como a profissão e as identidades estão intimamente ligadas à pessoa moderna, expressando-se pela tendência de basear a carreira em objetivos e interesses pessoais. Nota-se esse fator bem descrito pelo filme francês, *O Corte*²⁴², que narra o drama da flexibilização do trabalho e a crise do capitalismo Neoliberal no século XXI, levantando questões importantes sobre a relação entre a ascensão da sociedade e o declínio da cultura.

O paradoxo que sucede tudo isso, é que essa sociedade perdeu a bússola do entendimento, oscilando entre a euforia e a frustração, em uma busca frenética de sentido que naufraga na “praia da incerteza e do consumo”, gerando um sentimento de resignação e conformismo²⁴³, que passa a ser aceito como algo inevitável, dando lugar às profundas rupturas sociais.

As visões utópicas de uma sociedade igualitária, baseada na distribuição equitativa de recursos, liberdade e justiça, que serviam como autocrítica da revolução burguesa tornou-se “devaneio” ou “conto de fadas”, dando lugar à democracia neoliberal-pragmática.

Assim, o desejo moderno sintetiza e, ao mesmo tempo, desconstrói significados, num mar de subjetividade solipcista. A abundância dos direitos políticos individuais parece dar sinais de esgotamento, onde o consumismo tornou-se o novo modo de vida e onde o capitalismo assumiu a lacuna deixada pela religião tradicional.

Assim, a “Modernidade líquida” não gera demanda de religião²⁴⁴ e, sim, de busca por segurança, a qual Bauman chamou de fundamentalismo, que, na sua visão, liberta os indivíduos dos excessos de escolhas:²⁴⁵ “O preço em questão é a agonia do indivíduo condenado à autossuficiência, à autoconfiança e à vida de uma escolha nunca

²⁴¹ BAUMAN, Z. *Vida para o consumo*. p. 99.

²⁴² Filme *O corte*. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=UEg143XijHs>> acessado em 13/08/2019.

²⁴³ BAUMAN, Z. *Vida para o consumo*. p. 167.

²⁴⁴ BAUMAN, Z. *O mal estar da Pós-modernidade*. p. 205.

²⁴⁵ BAUMAN, Z. *O mal estar da Pós-modernidade*. p. 229.

plenamente fidedigna e satisfatória”²⁴⁶. A submissão a Deus e ao grupo promete um porto seguro frente às incertezas das escolhas e onde há ausência de critérios argumentativos, assim a força bruta torna-se reconhecida como meio de afirmar algumas posições em detrimento a outras, de onde: “(...) pode-se concluir que o fundamentalismo religioso é um filho legítimo da pós-modernidade, nascido de suas alegrias e tormentos, de seus empreendimentos e inquietações”²⁴⁷.

A opção teórica, para uma comunidade religiosa, seria provavelmente a comunidade estética²⁴⁸. Com esse termo, refere-se às experiências momentâneas e superficiais, nas quais as pessoas participam em seus rituais e experimentam uma nova conexão com a multidão, sem necessariamente constituir vínculos duradouros. Reunir para participar de um grande evento pode proporcionar uma sensação de ser parte de algo que transcende os indivíduos. Por um momento, a união gera um senso de comunidade sem compromisso ético a longo prazo. Festivais religiosos fornecem bons exemplos disso. De acordo com Bauman, as comunidades estéticas não são comunidades autênticas e duradouras, mas sintomas e, às vezes, fatores causais do transtorno social da “Modernidade líquida”.

Aqui caberiam alguns questionamentos: Quais critérios para reconhecer que algumas posturas podem ser errôneas e destrutivas frente a tantas outras? Acaso, não seria o fundamentalismo um efeito colateral e uma busca por seguranças em um mundo de liquidez?

Dentro desse contexto é preciso também questionar o senso de lugar que reflete a insegurança e a ansiedade de um mundo reacionário, que considera pura e simplesmente a mobilidade como uma ameaça. Ao invés disso, entendemos que é preciso olhar para tal fenômeno não como obstáculo, mas como rede de relações complexas que permitem uma consciência mais ampla que integra positivamente o global e o local simultaneamente.

Diante disso, novas formas precisam ser encontradas, mas essas não acontecem no vácuo, mas dentro de uma história, onde Deus convida os homens e mulheres a tecerem com Ele essa trama. Certamente, o lugar anunciado por Jesus é outro lugar de construção de novos relacionamentos em um mundo global. Aqui se tem um contributo

²⁴⁶ BAUMAN, Z. *O mal estar da Pós-modernidade*. p. 226.

²⁴⁷ BAUMAN, Z. *O mal estar da Pós-modernidade*. p. 229.

²⁴⁸ BAUMAN, Z. *Comunidade*. p. 63.

de uma abordagem marítima que não pretende ser meramente sociológica, mas busca um novo entendimento à luz de um Deus que fez dos barcos e dos encontros com pessoas marginalizadas, protagonistas de uma nova comunidade.

5 O PENSAR TEOLÓGICO E OS ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS DO “NÃO LUGAR”

Que relevância tem para nós este Jesus, estrangeiro de enigmática figura? O profeta escatológico judeu do primeiro século que pregou a mudança social é um estranho para nós em muitos sentidos. Tais padrões ou modelos impelem também a cruzar as fronteiras de classes, etnias, gêneros, cultura ou qualquer outra barreira que erigimos²⁴⁹.

DAVID GOWLER

Este capítulo tem dois objetivos específicos: Primeiro, visa propor uma compreensão mais ampla, apresentando os desdobramentos da “Modernidade líquida”²⁵⁰ de Bauman como um quadro conceitual, suas principais contribuições e como o seu pensamento se relaciona com o estudo para dialogar com a sociedade que passou rapidamente do “sólido” ao “líquido”, do homogêneo ao heterogêneo, do sacro ao secular. Segundo, revisitaremos a Teologia enquanto espaço fronteiro, respondendo aos “sinais dos tempos” e às novas questões que emergem da mensagem e da pessoa de Jesus de Nazaré, enquanto “judeu marginal”. Este estudo oferece uma descrição teológica da marginalidade, apontando para um ato decisivo de cruzamentos de fronteiras geográficas e existenciais.

5.1 Aproximação conceitual: o lugar na “Modernidade líquida”

Se tomarmos como premissa que os lugares esculpem antropologias e redefinem a figura humana, então caberá dizer que estamos vivendo em uma passagem cultural sem precedentes. À medida que nos envolvemos nesta perspectiva, não apenas fazemos a transição de um momento a outro, como também nos reposicionamos. Isto porque se vive em um mundo em que há um: “Excesso de presente em relação ao passado, que é indiferente ao futuro, quer porque se pretenda efêmera, quer porque o futuro que se

²⁴⁹ GOWLER, D. *What are They saying about the historical Jesus?* p. 147.

²⁵⁰ A metáfora da fluidez de Bauman tem sido recorrente em inúmeros estudos e tem se constituído em uma chave de leitura para compreender a velocidade na vida contemporânea. Na Sociedade líquida moderna, uma visão constante e duradoura é indesejada, até mesmo temida.

visiona é inevitavelmente catastrófico”²⁵¹. A aceleração, não é mais da história, mas é da própria realidade com os seus novos desafios. Desafios desse tempo mundial, em que a instantaneidade comprime o tempo e o espaço e apaga as distâncias, num intervalo que pretende unificar as regras, os valores e os objetivos de toda humanidade, em grande parte, frutos de inúmeras disputas internas entre o global e as identidades locais: “Algumas mudanças de curso seminais e intimamente interconectadas, as quais criam um ambiente novo e, de fato, sem precedentes para as atividades da vida individual, levantando uma série de desafios inéditos”²⁵².

A velocidade e os ritmos das mudanças que experimentamos são diversos, assim como pode ser também a multiplicidade de fugas que o espaço social proporciona. Dentro desta perspectiva, o lugar é considerado um agregado provisório entre as condições de estabilidade e instabilidade que se apresentam no contexto temporal. É um processo que se origina da profusão de contínuas transformações da história.

Deixando de lado esse desafortunado empreendimento, e voltando aos mares e oceanos, a primeira coisa a reconhecer é que a realidade marítima desestabiliza o presente e o passado através de seus sucessivos cruzamentos e contracorrentes, produzindo mutações entre mudanças e continuidade, entre a estabilidade e a ruptura, a proximidade e a distância, a imersão e a retrospeção. Estes aspectos, de certa forma dicotômicos, levam a escolher entre um “presente sem história” ou uma “história sem presente”. Uma espécie de esquizofrenia, onde se vivencia uma série de “puros presentes”, não relacionados no tempo, onde se rompe a cadeia de significação em puros significantes materiais²⁵³ que, em última análise, representam a dinâmica histórica do mundo capitalista neoliberal. O sentimento de liberdade tem sido seguido por uma inquietante e vertiginosa percepção de estar “a esmo no mar”, como que desorientado e confuso em meio às múltiplas e excessivas escolhas. A desorientação parece ser o nome apto e evocativo numa perspectiva marítima, onde o tempo e o espaço foram dissociados, de forma que o espaço perdeu-se da história e ficou sem tempo: “Com isso, perdemos o verdadeiro espaço, que é espaço densificado pela história e aberto às novas possibilidades do futuro”²⁵⁴. Esse pensamento fluido produz uma realidade

²⁵¹ SANTOS, B. *A Crítica da Razão indolente*. p. 35.

²⁵² BAUMAN, Z. *Tempos Líquidos*. p. 7.

²⁵³ HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização*. p. 153.

²⁵⁴ HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização*. p. 156.

caleidoscópica que pode ser útil àquele que, como teólogo, deseja navegar através dos mares bravios das dissonâncias da razão moderna colonial e da experiência religiosa na atualidade.

A metáfora do barco à deriva em direção a lugar nenhum é uma das melhores representações dentro de um processo de rápidas e profundas mudanças, descrito como espaço de fluxo, onde o passado e as memórias têm se tornado artigos obsoletos diante da intensidade que culmina na noção efêmera da velocidade. O contraditório de tudo isso é que “quanto mais se muda, mais se permanece no mesmo lugar”. Isto está expresso na lógica da temporalidade do capitalismo que, impulsionado pela aceleração da mudança, transforma-se para constantemente “permanecer o mesmo”, sob o signo da acumulação crescente²⁵⁵.

A mesma experiência paradoxal é responsável pela estrutura da dinâmica da vida contemporânea. A necessidade de conceber, simultaneamente, a unidade e a heterogeneidade da sua realidade e natureza, coloca qualquer reflexão sob o sinal do paradoxo e até mesmo de dificuldade lógica, onde é possível fazer a seguinte pergunta: como remontar os fragmentos em uma configuração provisória para melhor compreender o presente? De fato, se tudo fosse inteiramente composto de fluxos e navegações, certamente, em algum momento, haveria um descompasso operativo. Da mesma forma, se tudo fosse somente singularidade, então não haveria pontos comuns, pois não existiria continuidade. As coisas seriam um eterno devir. Talvez, aqui optaríamos por pensamentos e práticas provisórias deixando uma série de ferramentas e mapas, para propor um entendimento que elabore as sínteses das fraturas e as permutações constantes da realidade marítima.

Somos conscientes de que há muitos pontos traumáticos, que resistem à tentativa de elaborar uma teoria, pois notoriamente hostil a qualquer coisa constante e permanente, a tentação de abandonar tal intento torna-se irresistível. Nisto reside o questionamento: como descrever a efemeridade das formas contemporâneas, de modo que a representação permaneça como parte de um vocabulário constituinte de um futuro ainda a ser considerado? Qualquer tentativa de superar esse dilema, não pode envolver

²⁵⁵ É interessante perceber que, enquanto Anthony Giddens fala de distanciamento ou alongamento espaço-temporal em relação aos contextos locais, Harvey fala de um encolhimento do espaço pelo tempo. Trata-se de duas perspectivas dentro de um mesmo fenômeno, enfocadas sob ângulos diferentes. No primeiro caso, o local se alonga ou se desencaixa em direção ao global; no segundo, o global se estreita ou se encolhe, aproximando-se do nível local. HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização*. p. 160-161.

um retorno aos fundamentos problemáticos que o originaram. Além disto, a moderna crise de significado apaga os horizontes do mundo, na medida em que o torna estranho.

Bauman explica que a: “Insegurança moderna não deveria necessariamente ser carência de proteção, mas, sim, falta de clareza de seu escopo”²⁵⁶. É precisamente o reconhecimento dessa estranheza que leva a um modo de vida diferente. Tentando vislumbrar esse quadro social Bauman cunhou a expressão “Modernidade líquida” para descrever e analisar a atual situação sociopolítica²⁵⁷. Segundo o autor, o capitalismo tardio não significou uma ruptura decisiva com o passado e, sim, uma mudança significativa na ênfase, pois no seu entendimento a era Moderna não desapareceu, mas está coexistindo de outra maneira. Extremamente atual, sua perspectiva continua a questionar aquilo que outros autores denominaram de cultura do pensamento pós-moderno. A partir de conceitos como: “liquefação” e “fluidez”, Bauman os toma como chave hermenêutica para expressar o dinamismo do processo de transição entre a Modernidade e a conjuntura atual.

Para Bauman a Modernidade de outrora foi caracterizada pela tentativa de tornar o mundo ordenado por meio da imposição de categorias sólidas. No entanto, essa nova sensação de liquefação sugere que categorias fixas tenham se tornados ineficazes para refletir circunstâncias em rápida mudança social²⁵⁸. Essa nova liquidez reduziu o senso de durabilidade para sugerir novos níveis de liberdade e, ao mesmo tempo, dissolveu os laços que davam o sentido de segurança. Temas como: estratificação, polarização, desigualdade, conflitos, liberdade e segurança estão sempre presentes ao longo de seu trabalho. Ele descreve as consequências de uma realidade abissal ligada à incerteza, onde o desconhecido é capturado em uma visão nostálgica e unificadora longínqua. Os colapsos das interpretações das narrativas modernas deixaram o sujeito à mercê da contingência, sem apoio e proteção, moldado pelo enfraquecimento das relações estruturais como a religião, a cultura e a política, que serviram de alicerce na sociedade de outrora. Percebendo que o passado e as instituições que davam estrutura à sociedade

²⁵⁶ BAUMAN, Z. *Tempos Líquidos*. p. 63.

²⁵⁷ Em quase todos os seus textos há uma breve introdução que parte do século XVIII, à qual, Bauman chamou de “Modernidade sólida” até a “Modernidade líquida”, vivida na contemporaneidade pelas rápidas e vertiginosas mudanças em curso.

²⁵⁸ A estabilidade, permanência e peso da era moderna “sólida” para a era instável e fugaz de modernidade “líquida” é marcada por grande impacto: a mobilidade, o caos e a ambivalência representam a verdadeira natureza do mundo social moderno. A relação entre os valores de durabilidade e transitoriedade foi questionada, de forma que agora é a rapidez com que as coisas podem ser descartadas e abandonadas, que se tornou mais valorizada.

foram desestabilizadas; o presente não pode mais ser fixado, mas arremessado para as instabilidades de um futuro invisível, onde o sujeito está afogado pelas ondas e destroços da incerteza, não sendo capaz de encontrar um ponto de vista estável sobre a vida.²⁵⁹

À medida que esse contexto mudou drasticamente, as estacas da Modernidade foram removidas ou descoladas, deixando a sociedade à deriva, em um mundo mais volátil e conflitivo. Na verdade, o fundamentalismo político, econômico e religioso tem demonstrado que os padrões da “modernidade sólida” tornaram-se incapazes de evitar enormes catástrofes, revelando-se inadequados para entender os dilemas da vida pós-moderna.

Bauman elenca alguns dos desafios deste momento histórico: A transição da sociedade “sólida” para “líquida”, posta pela Modernidade, trouxe consigo as crises das organizações sociais como frutos de um processo, onde se acentuam demasiadamente as escolhas individuais e a separação entre poder e política. A busca incessante do prazer legitimada pelos excessos de opções tem transformado a sedução consumista em instrumento de controle social. O advento da cultura de consumo tem operado como rubrica dominante de um novo fundamento sociológico pós-moderno. É um ponto de ruptura de enorme consequência, a qual chamou de “revolução consumista”, tornando-se especialmente importante, senão central, para a vida das pessoas na atualidade²⁶⁰.

Bauman demonstra, ainda, como se deu o desmonte do Estado-nação mediante o fenômeno da globalização neoliberal²⁶¹. Com a perda de força e credibilidade, o Estado ficou restrito à vida política individual e aos interesses de grupos econômicos. O autor vai mais longe, constatando que, num mundo globalizado, não há espaço para soluções locais. É o que Boaventura Santos também diz, quando fala dos crescentes abismos e assimetria entre o agir e o prever. A ciência e tecnologia expandiram a capacidade de

²⁵⁹ BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. p. 8.

²⁶⁰ BAUMAN, Z. *Vida para o Consumo*. p. 38-39.

²⁶¹ Para melhor compreensão do que Bauman chama de crise do Estado-nação, é importante ter presente o contexto e a mudança paradigmática que ocorre na “sociedade líquida”. A ideia de mercado, tal como se concebe hoje, tem sua origem no fim da Idade Média com o desenvolvimento do mercantilismo, dando origem aos mercados nacionais. Esses, por sua vez, promoveram o desenvolvimento de relações internacionais da época. Com a ascensão da burguesia e o excedente do capital, houve a expansão do comércio. Este novo desenvolvimento abriu a porta para que os monopólios se desenvolvessem, fazendo com que o estado mercantil interviesse para regulamentar e proteger a propriedade privada e o cumprimento dos contratos contra a voracidade dos interesses mercadológicos. Essa realidade mudou drasticamente com a implementação do sistema neoliberal capitalista que desregulamentou o Estado, propondo uma visão minimalista desse, em vista de uma maior circulação e maximização do lucro.

intervenção na realidade de uma forma como nunca se havia feito antes. Os atos sociais: “Partilhavam a mesma dimensão espaço-temporal das suas consequências, a intervenção tecnológica pode prolongar as consequências para além do próprio ato através de nexos de causalidade complexos”²⁶².

O despreparo para lidar com essas questões trazem, em seu bojo, problemas sociais relevantes. Numa sociedade líquida, perpassada pela injustiça, conceitos como democracia²⁶³ e liberdade também evaporaram, pois dificilmente encontrarão aporte pleno em um único país ou instituição. Segundo Boaventura Santos são eles os responsáveis pelo: “Retorno da ideia de tempo cíclico, da decadência da escatologia milenarista. O caráter caótico dos riscos torna-se presa fácil da contingência absoluta”. O derretimento dos “sólidos”, isto é, do Estado-nação e território, tem níveis incomparáveis no surgimento do consumismo, da globalização²⁶⁴ e do capitalismo, liberando os indivíduos dos meios coercitivos impostos pelo controle de uma “sociedade sólida”. A “Modernidade líquida” deu espaço a uma era de múltiplas opções caracterizada pelo excesso de opções e possibilidades, tornando o futuro dos indivíduos aberto para aqueles que são capazes de agarrá-lo economicamente.

A obra *A Era do Vazio*, de Gilles Lipovetsky, surge com uma intensidade onde o eufórico e o refratário geram valores de desintegração, em um estado volátil, em que a cultura sólida dá lugar a uma trajetória hedonista, numa busca incansável por felicidade, a qual o referido autor, chamou de paradoxal. Essa ordem, proposta pela “sociedade de consumo” burguesa e utilitarista, desemboca no tédio para quem vem dos excessos de possibilidades e escolhas, produzindo uma realidade confusa, oscilando entre indivíduos solitários em meio à multidão, onde céu e inferno se misturam mutuamente.

A satisfação momentânea, o excesso de estímulos e a busca constante por novidades, permitindo que a fantasia flutue ao lado da imaginação, produzem resultados únicos: “com a imprudência de uma concretude verdadeiramente equivocada, as pessoas

²⁶² SANTOS, B. *A crítica da Razão Indolente*. p. 58.

²⁶³ A crise do Estado-nação, que se dá pela ditadura do mercado, ditando regras e impondo uma agenda política aos governos nacionais, tem fragilizado sistematicamente a democracia, gerando tensões e desestabilidade social.

²⁶⁴ Anthony Giddens, na sua obra *As consequências da Modernidade*, descreve a globalização a partir de quatro dimensões que, segundo o autor são: “o sistema do Estado-nação; a economia capitalista mundial; a ordem militar mundial e a divisão internacional do trabalho. Essas quatro dimensões são entrelaçadas na história da globalização e essas quatro dimensões se relacionam estreitamente com os temas da história da modernidade. Neste sentido, a globalização pode ser descrita como o processo em que esses aspectos da modernidade são vistos em escala mundial”. (p.83-84).

contemporâneas podem anunciar que o ego sempre evasivo, agora todo abrangente, é tudo o que realmente importa”²⁶⁵. O que antes era impensável, agora concretiza-se diante dos nossos olhos, apontando uma maneira diferente de pensar e sobre como vivemos, em um mundo marcado pelo desmantelamento como expressão de uma competição voraz que tornou o outro em um adversário desleal.

Os novos produtos e marcas, incorporados à vida cotidiana, transformaram desejos em necessidades, representando um novo modo de vida livre e individualista, como instrumento de prazer: “Se foi o destino do fetichismo da mercadoria ocultar das vistas a substância demasiado humana da sociedade de produtores, é papel do fetichismo da subjetividade ocultar a realidade demasiado modificada da sociedade de consumidores”²⁶⁶. Neste sentido, pode-se afirmar que a “modernidade sólida” deu lugar ao líquido, onde o estilo de vida comunista teve impacto na formação de identidades e onde as redes sociais tornam-se configuração social.

Nesse modelo social, mais do que um centro de irradiação, o que existe é uma unidade de atos sociais com relativa autonomia, um tipo de individualismo²⁶⁷ que colocou a liberdade individual, a iniciativa, a responsabilidade individual no topo de sua hierarquia de valores. A aceleração do tempo foi acompanhada por um conjunto de questões que trouxeram em seu bojo o livre consumo, a preocupação com o futuro e o medo generalizado pelos riscos que uma visão líquida traz²⁶⁸.

5.1.1 Uma fissura em meio a Modernidade: crítica à pretensão de uma razão totalitária

O advento da Modernidade provocou uma ruptura com as diversas formas de saber que se relacionavam a toda e qualquer autoridade tradicional, o que Freud chamou de “parricídio”, que, na fala de Bauman, ganhou uma plasticidade. Para o último: “Os

²⁶⁵ TRACY, D. *Analogical Imagination*. p. 339.

²⁶⁶ BAUMAN, Z. *Vida para consumo*. p. 23.

²⁶⁷ Alain Touraine em sua obra *Um novo paradigma* afirma: “O indivíduo fragmentou-se rapidamente em múltiplas realidades. Um de seus fragmentos nos revelou um Eu fragilizado, mutante, submisso a todas as publicidades, a todas as propagandas e às imagens da cultura de massa. O indivíduo não passa então de uma tela sobre a qual se projetam desejos, necessidades, mundos imaginários fabricados pelas novas indústrias da comunicação” (p. 119).

²⁶⁸ As críticas políticas a tais aspectos foram analisadas por autores como David Harvey e Peter Jackson.

mais brilhantes e fiéis filhos da Modernidade não podiam expressar sua lealdade filial senão tornando-se os seus coveiros”²⁶⁹.

Essa hermenêutica foi abordada por Paul Ricoeur, a qual chamou “mestres da suspeita”: Marx, Nietzsche e Freud. Ricoeur²⁷⁰ demonstrou como esses intelectuais serviram de instância crítica de um modelo muito obtuso de Modernidade, criticando desde as autoridades instituídas até a religião. Para os “mestres” supracitados, tais autoridades se constituíam como projeção do desejo humano, uma espécie de conjectura da imaginação para dar sentido à experiência humana e conceder que experimentemos o último significado.

Em Nietzsche, a definição da religião cristã é expressa como ressentimento ou vingança dos fracos contra os fortes; em Marx²⁷¹, o significado escondido reside na relação da Igreja com a luta de classes e os interesses econômicos; e em Freud²⁷², a religião ainda floresce para reprimir desejos de agressão e sexualidade. O que interessa a Ricoeur, no entanto, não são suas teses individuais como tais, mas, sim, o que esses três têm em comum. Ou seja: uma suspeita de fé religiosa enraizada em uma dúvida inabalável que é totalmente diferente da dúvida cartesiana:

Por quanto tempo intelectuais seculares só se lembrarão dos slogans dos mestres da suspeitas na religião e não o seu riscos? A sabedoria secularista convencional se repetiu como autoconfiança secularista dogmática que poderia dar inveja a qualquer fundamentalista cristão²⁷³.

Acredita-se que a Modernidade fora marcada por certa ambivalência, por um tipo particular de dualismo. Contudo, não se pode desconsiderar que a Modernidade também foi caracterizada por mudanças radicais nas formas tradicionais de cultura, relacionamento e economia. Ela não pode ser entendida sem um reconhecimento tanto de sua grandeza quanto de suas misérias. Esta é uma poderosa advertência: os picos de seu progresso e o abismo de seus problemas, tantos seus *booms* quanto seus bustos.

²⁶⁹ BAUMAN, Z. *O mal-estar da Pós-Modernidade*. p. 98.

²⁷⁰ Sobre esse tema ler RICOEUR, P. *O Conflito das Interpretações*. Disponível em: <https://www.academia.edu/11033765/RICOEUR_Paul._O_Conflito_das_Interpreta%C3%A7%C3%B5es_-_Conceitos_chaves_em_Filosofia>. Acessado em: 02/10/2019.

²⁷¹ VATTIMO, G. *Tecnica ed esistenza*. p. 19.

²⁷² VATTIMO, G. *Tecnica ed esistenza*. p. 32.

²⁷³ TRACY, D. *The Analogical Imagination*. p. 350.

5.1.2 A crítica à Modernidade: improvisando uma jangada para atravessar o alto mar²⁷⁴

O luto por um sentido perdido de unidade, a crítica à tecnociência e ao progresso indica que a conexão do pensamento moderno tem ainda enorme implicação na experiência na vida contemporânea. Em vista disso, a “Modernidade líquida”, de Bauman, tem apontado algumas perspectivas para uma melhor compreensão dos aspectos teóricos da Pós-modernidade, propondo uma nova sensibilidade e uma chave de leitura para entender as experiências de mundo, à luz de um paradigma que ora se configura.

A Modernidade pretendeu oferecer um conjunto de proposições abstratas e globalizantes acerca das várias dimensões da vida e essa fora duramente criticada pela Pós-modernidade. Pensadores como Galileu, Descartes e Newton representaram um elo entre o pensamento Pré-moderno e o Moderno. Também pensadores como Lyotard²⁷⁵, Derrida e Vattimo representam a ponte para uma compreensão crítica da Modernidade, que alguns chamam de Pós-moderna²⁷⁶, Hipermodernidade²⁷⁷ ou Modernidade tardia²⁷⁸.

Se aceitarmos que a Modernidade é um projeto ocidental, então é necessário também que assumamos a colonialidade como uma face oculta dessa realidade. Sob esse guarda-chuva conceitual, está reunido um conjunto diversificado de experiências tais como: crimes, violência e massacres. O universalismo abstrato determinou em quais lugares o conhecimento foi produzido ou não, revogando o direito de considerar a Europa como ponto privilegiado do pensamento científico. A colonialidade epistêmica é intrínseca ao universalismo abstrato europeu, uma consciência que passa pelo entendimento dos malefícios dessa realidade, bem como uma apreciação do pluralismo que suspeita toda e qualquer reivindicação absoluta e universal.

²⁷⁴ Cabe aqui, enfatizar que conceitos como Modernidade ou Pós-modernidade, muito mais do que conceitos duros e encapsulados, são balizas ou referências, lentes conceituais que auxiliam a descrever tendências culturais, políticas e religiosas no interior de uma determinada sociedade.

²⁷⁵ LYOTARD, F. *A condição Pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2002.

²⁷⁶ Embora, Friedrich Nietzsche tenha desferido severas críticas ao projeto Iluminista no final do século XIX, a Pós-modernidade, como um todo, ganhou influência na filosofia na década de sessenta, com os escritos de Michel Foucault, Jacques Derrida J.F Lyotard entre outros.

²⁷⁷ GIDDENS, A. *As conseqüências da Modernidade*. p.55-65.

²⁷⁸ Alguns teóricos, como Lyotard, consideram o pensamento pós-moderno uma rejeição da modernidade e uma oportunidade de construir algo completamente único, enquanto outros o veem em uma continuação ou uma hiperpotencialização que cresce a partir do pensamento modernista.

Esse período histórico foi formado não só pelas ideias emancipadoras do Iluminismo, caracterizadas pela esperança de que os indivíduos obtenham riqueza material e autonomia social em circunstâncias pacíficas, mas também pelas guerras, assassinatos em massa, que levaram ao estabelecimento da “industrialização de massacre”, da institucionalização do poder militar e do “capitalismo de mercado”. O que filósofos modernos estavam entendendo liberdade quando a violação aos Direitos humanos tornou-se uma realidade excessiva? Como se vê, os que pretendiam promover “liberdade, igualdade e fraternidade” nos países da Europa Ocidental trouxeram colonialismo, destruição das culturais locais, mão de obra escrava e o aniquilamento de “povos originários”. Nesse contexto, as ciências sociais foram quase que submersas por um forte tsunami como consequência desses inúmeros efeitos. Acreditava-se que esses problemas seriam meramente transitórios, porque todos eram controlados como desvios turbulentos da norma, em um mundo em que a trajetória aspirou retornar à curva do equilíbrio linear ascendente, e o que pretendeu ser luz trouxeram consigo inúmeros malefícios e trevas.

A ciência, a política e a economia moderna, a partir de uma visão estrita proposta por Francis Bacon, na qual “saber é poder”, excluíram temporariamente as consequências morais de seus discursos e se concentraram exclusivamente na apropriação e no lucro. O entendimento de ciência como agregadora, progressiva, salutar e filosoficamente neutra passou por severas críticas revisionistas, sobretudo na década de sessenta, quando pensadores como o físico Thomas Kuhn questionaram a suposta superioridade explicativa de uma concepção de ciência.

O referido filósofo lançou mão de uma teoria bastante revolucionária, explicando a forma como os novos paradigmas emergem dentro dos diferentes domínios científicos, dando sua definição como um conjunto de princípios e práticas que explicavam um ramo científico em um determinado período de tempo. Kuhn introduziu a noção de que os processos mais importantes na ciência ocidental foram alcançados por saltos quânticos, a que chamou de mudança de paradigmas, chegando a essa conclusão a partir da evolução dialética do conhecimento: crise, revolução e o surgimento de um novo modelo científico. As mudanças paradigmáticas desafiaram as antigas cosmovisões, colocando-as em crise e oportunizando novos vetores. Na visão de Kuhn, o último grande exemplo de quebra de paradigma deu-se com a Teoria da Relatividade

de Albert Einstein, questionando radicalmente as regras fundamentais estabelecidas pela lei de Newton.

O que se depreende disso é uma insatisfação com a visão de mundo moderna e sua epistemologia, desde o início do século XX, onde o êxito da luta contra o monopólio de interpretação acabou por dar lugar a um novo inimigo, tão temível quanto o anterior. Isso se deve ao aparente fracasso da agenda moderna²⁷⁹. A noção de que a Modernidade pode levar à utopia mais sublime foi destroçada pela dor dos campos de concentração em Auschwitz, pela bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki e entre as numerosas guerras em curso. As pretensões filosóficas expostas em nome da Modernidade tornaram-se um otimismo fracassado apontando para as abundantes ansiedades que espreitam o próprio projeto. A fé no progresso secular deu lugar a um ceticismo mordaz, levando a humanidade daquela época a pensar que seria o início do fim, pois se imaginava que o mundo colapsado estava à beira de um precipício. O sonho, do sociólogo francês Augusto Comte, de ordem e de progresso colapsaram na complexidade subterrânea que cresce sem nenhuma direção e sem uma regularidade detectável. Palavras como desenvolvimento, progressão, avanço e significado foram suplantadas por outras como indeterminação e aporia. Investigando a instabilidade e a desordem como ponto de dinamização, enquanto análise transitória nos propõe a delinear um pensamento ousado e fragmentado.

Essa perspectiva radical julgou a Modernidade pelos seus malefícios, ponderando que, por tais aspectos, ela não deveria ser digna de confiança. Tal realidade desoladora colocou questões reais à humanidade: como se poderia viver em um mundo humanamente viável depois do extermínio sistemático e dos horrores da guerra?

As promessas de progresso e prosperidade, não se cumpriram plenamente, o mundo moderno não criou uma nova ordem de paz. Ao contrário, a humanidade desenvolveu os mais destrutivos e letais equipamentos de destruição em massa. Diante dos fatos, a extravagante promessa de prosperidade e progresso não se realizou inteiramente e o que prometera ser “luz” trouxe consigo muito “obscurantismo”. Com

²⁷⁹ O teólogo Carlos Mendoza Álvarez coloca os seguintes questionamentos frente ao fracasso das pretensões modernas: Quem de nós, filhos desse ocidente emancipado e cruel, poderia seguir ainda esperando hoje em dia que se realize de maneira definitiva a utopia de sociedade sem classes, da economia justa e do direito respeitado para todos e cada um dos seres humanos que povoamos a terra? Quem ousaria hoje anunciar, depois da queda do muro de Berlim, do colapso do onze de setembro e do clamor atraído do levantamento zapatista, que conquistamos por fim a meta da dignidade reconhecida para todos? Quem se atreveria hoje a defender o monopólio da verdade e do sentido na ciência, na arte, na política e na religião. MENDOZA-ÁVALREZ, C. *Deus Ineffabilis* p. 41-42.

isso, uma postura de desconfiança e pessimismo permeou o período que sucedeu as duas grandes guerras mundiais, questionando as bases da autoridade, do conhecimento e da racionalidade.

Hoje, diante da crise da razão contra a própria racionalização, tais pretensões foram colocadas em xeque, rasgando cruelmente as máscaras ideológicas desse discurso em face ao engodo de suas pretensões. Mostrando, em termos claros, a pobreza da racionalidade que: “Deveria fazer todo homem e mulher um cidadão, foram açambarcados pelo ideal burguês, que proclama sua autonomia sobre a fome e a exploração de dois terços da humanidade”²⁸⁰. Por isto, uma leitura mais atenta e minuciosa precisa ajudar a superar os resquícios de uma visão míope que pretendeu reduzir a realidade ao científico, transformando-se em mais um sistema de dominação. Desta forma, a Modernidade que nasceu como sinal de libertação para a humanidade, almejando destruir a cristandade e todas as civilizações tradicionais, trouxe em seu bojo questões muito controversas e: “Por trás da ciência e da técnica levanta-se o espectro da ruína ecológica e do holocausto atômico”²⁸¹.

Nossa postura reveste-se de um entendimento que busca compreender os processos e os embates históricos, como eventos suscetíveis a deslocamentos, desafiando a navegar em meio aos destroços e escombros de um mundo que vive no limiar entre o desejo nostálgico de um passado, supostamente seguro, e as inúmeras incertezas que se descortinam. Esta noção de maritimidade torna-se um espaço intermediário de junções e conflitos, que trazemos a bordo, colocando uma perspectiva aberta à Teologia e as demais ciências sociais.

Partimos do pressuposto que os modelos hegemônicos europeus impuseram valores culturais que consolidaram uma visão míope de superioridade em detrimento a outros. Um arcabouço teórico que reconhece, no pensamento colonial, elementos constitutivos da Modernidade, que se estabeleceu através de instrumentos discriminatórios como: civilização, estados e religião. Um estereótipo que se baseou na noção de progresso, como a engenharia social, alçada através da ciência e da visão antropocêntrica cartesiana, isto é, do “pensar” e das formas totalizantes de produção de conhecimento. Um campo de desafios epistêmicos, que procura refletir sobre os danos e

²⁸⁰ QUEIRUGA, A. *Creio em Deus Pai*. p. 40.

²⁸¹ QUEIRUGA, A. *Creio em Deus Pai*. p. 40.

impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo²⁸².

Para além de uma leitura condenatória deste momento histórico, buscou-se entendê-lo a partir de suas contradições internas. Bauman, na sua obra *O mal estar da Pós-modernidade*, adverte:

No decorrer da longa, tortuosa e intrincada marcha da Modernidade, devíamos ter aprendido a lição: que o transe existencial humano é incuravelmente ambivalente e que o bem está sempre combinado ao mal; que é impossível traçar com segurança a linha entre a dose benigna e a venosa de um remédio para as nossas imperfeições²⁸³.

É verdade que todo esse mal-estar, ocasionado pela dissolução da ordem e das estruturas sociais e religiosas, tem gerado um sentimento de que estamos à deriva em meio à insegurança e à ansiedade. Isto implica uma maior consciência sobre a tarefa e os desafios que essas mudanças produzem à Teologia, gerando contradições, paradoxos e injustiças que engendram tal visão de mundo. Para teólogos como Carlos Mendoza Álvarez, a Pós-modernidade é o resquício de uma: “Mudança de mundo, no meio dos sonhos da razão instrumental que degeneraram em projetos de totalitarismo econômico, político e cultural”²⁸⁴.

Walter Mignolo constata que a dimensão colonial não foi considerada em sua dimensão epistêmica, pois os fundamentos oferecidos em seu complexo e amplo leque de possibilidades ainda permanecem circunscritos a um quadro de linguagem hegemônica, não podendo ser reduzida à história linear do conhecimento ocidental²⁸⁵. Nisto não há pretensão de julgamento da história. Uma hipótese a considerar, é que se torna mais fácil e seguro pensar em forma de conceitos e problemas fixos, ao invés de fluxos e conexões, concentrando grande parte dos esforços em aspectos sistemático-doutrinários, do que assumir o ônus de prestar atenção à realidade concreta em relação às questões específicas.

O desafio, agora, será efetuar algum tipo de aproximação, como um meio de superar o ressentimento e as incompreensões dos processos: “(...) que abrem mais possibilidades para o dissenso renovador do que para o consenso, que elimina o

²⁸² BOAVENTURA, S. *Epistemologias do Sul*. p. 19.

²⁸³ BAUMAN, Z. *O mal-estar da Pós-modernidade*. p. 104.

²⁸⁴ MENDOZA-ÁLVAREZ, C. *Deus Ineffabilis*. p. 92.

²⁸⁵ MIGNOLO, W. *Colonialidade: o lado mais escuro da Modernidade*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>>. Acessado em 07/08/2019.

conflito”²⁸⁶. Essa superação não é apenas uma questão de disposição para julgar sem critérios e, sim, de reconciliação prévia, que não se baseia em princípios, categorias ou derivações, que perderam sua validade, pois permanecem fragmentos que não podem ser totalmente reconciliados.

Os processos históricos precisam ser adequadamente interpretados, pois os modelos coloniais europeus mostraram-se insuficientes e isto também afeta a compreensão marítima e sua representação.

5.2 Adentrando ao “não lugar” teológico

Os espaços e lugares são socialmente construídos. Como tal, revelam uma maneira de entender as relações por meio de uma análise crítica que leva, inevitavelmente, a temas sobre as mudanças em curso, onde o teólogo é convidado a nomear o seu próprio contexto, considerando como esse molda suas posições, valores e interpretações acerca do mundo e da vida.

Marc Augé, com o conceito de “lugar antropológico”, explica como a conexão tradicional dos seres humanos num passado remoto, onde ocorria pela relação recíproca entre localização, identidade e cultura. No entanto, o advento do mundo contemporâneo colocou outros questionamentos. Este espaço de fluxo, de trânsito e de impessoalidade - em vista das satisfações imediatas - Augé chamou de: “não lugar”. Tal processo de rápidas e profundas transformações do tempo-espaço tem gestado um novo mundo. Anteriormente, uma das primeiras perguntas que se fazia, quando se conhecia alguém era: de onde você é? Hoje, mais amiúde perguntamos: o que você faz? Ao mesmo tempo em que estamos, de certa forma, nos desterritorializando na “Modernidade líquida”, a que se refere Bauman, é possível estarmos diante da formação de um novo lugar, comprometido com a reflexão crítica capaz de acreditar e lutar por uma sociedade mais justa e mais igualitária. Por isto, propomos o “não lugar” de Jesus como o espaço da memória esquecida, da esperança e da redenção para aqueles que estão estigmatizados. Pretendemos tomar este conceito de “margem” para a irrupção de Deus da história. O local onde Jesus lançou as redes de um projeto messiânico alternativo no

²⁸⁶ OLIVEIRA, M. *Pós-modernidade: abordagem filosófica*. p. 27.

mar da Galileia. Este chamado, que aconteceu nas “bordas” das regiões litorâneas da Palestina, dá-se – também – nas “bordas” da vida.

Este encontro é baseado em uma relação de correspondência pessoal, na qual tanto Deus quanto a humanidade desempenham um papel importante e próprio. Há sempre dois aspectos extraordinários nesta relação. Por um lado, o que na Teologia chama-se do “primado da graça” e, por outro, a recepção e o acolhimento humano ao convite: “Daí porque desde o princípio o ser humano é colocado diante de uma alternativa fundamental, que exige uma opção: a aceitação da ajuda para efetuação de sua historicidade ou rejeição”²⁸⁷. Esta correspondência pessoal cumpre uma tarefa importante na reconstrução da identidade humana, pois: “O que constitui o ser humano como histórico não é a repetição de processos naturais, mas sua decisão em relação ao absoluto, que irrompe em sua história”²⁸⁸. A fé implica um ato de doação incondicional e de autoconfiança, desistindo da segurança e do conforto que o “lugar antropológico” proporciona para entrar vulneravelmente no “não lugar”, onde os marcadores humanos de identificação como a raça, a cultura e a nacionalidade deixam de ter qualquer poder. O abandono dessas estruturas fixas proporciona à humanidade a verdadeira imagem de Deus.

O “lugar antropológico” aqui é uma fonte de distorção da compreensão, pois substitui a fonte divina original de ser identidade por alternativas construídas como etnocentrismo, racismo e nacionalismo. Por isto, o senso de “não lugar”, como um novo mundo móvel, enfatiza as forças transgressoras dos marítimos e pescadores, dos migrantes, dos refugiados e trabalhadores dos portos. E a nós, convida a reavaliar as noções de identidade e cultura.

Este encontro pessoal em “não lugar”, assim, reformula em ambas as partes e sob uma nova luz, a identidade original: Deus é o Deus para a humanidade, porque somente Ele se revela e se dá a conhecer através do Seu desígnio e da Sua Palavra e a humanidade é a “humanidade de Deus”, porque somente na fé encontra seu verdadeiro sentido. Esta relação nos permite perceber que, na divina comunhão, Deus encontra-se reconciliado com a humanidade e a humanidade encontra-se reconciliada com Deus.

²⁸⁷ OLIVEIRA, M. *Diálogos entre razão e fé*. p. 68.

²⁸⁸ OLIVEIRA, M. *Diálogos entre razão e fé*. p. 69.

Portanto, Ele pode voltar a ser fonte da liberdade humana e a humanidade pode mais uma vez ser autêntica, sem distorções.

Assim, estruturas, que antes dominavam as identidades fechadas e excludentes, perdem o seu domínio mágico e, em seu lugar, a comunhão com Deus preenche o espaço. No entanto, Deus nunca é um déspota que viola a outra pessoa no encontro. Ao contrário, os interlocutores não são ignorados ou mudos, mas suas personalidades são preservadas. O encontro com Deus no “não lugar” teológico permite que seja algo muito maior do que a cor da pele, a cultura, a nacionalidade ou a religião que professa.

A doação de Deus esculpe um “não lugar” entre Ele próprio e a humanidade, um espaço onde o encontro torna-se verdadeiramente possível. A chave para tal compreensão passa pelo entendimento da encarnação de Cristo, exercendo paradoxalmente uma forma de poder e impotência. Deus, que se doou voluntariamente, escolheu exercer o poder não pela força, mas pela vulnerabilidade e pelo sofrimento. Ao participar da morte de Cristo, os cristãos identificam-se com Ele, agindo da mesma forma em relação aos outros, encontrando os que estão “sem lugar” e “sem pátria”, recebendo uma identidade que transcende todas as pretensões de reivindicações excludentes.

Neste aspecto, o trabalho nos portos, prestado pelas diferentes Igrejas cristãs²⁸⁹, tem se construído como um espaço de sentido e presença kenótica, contribuindo para o reconhecimento desses que muitas vezes são tidos como “sobrantes” ou “invisíveis”. O Papa Francisco, na sua carta pelo dia do Migrante e Refugiado, afirma: “A Igreja estende os seus braços para acolher todos os povos, sem distinção de fronteiras, e para anunciar a todos que ‘Deus é amor’ (1 Jo 4: 8-16)”²⁹⁰. Reafirma: “Depois da sua morte e

²⁸⁹ O trabalho missionário nos portos do mundo deu-se de maneira mais efetiva na Grã Bretanha, na metade do século XIX, e, posteriormente, nos Estados Unidos. Inicialmente, essa ação visava atender unicamente os marinheiros de sua própria nacionalidade. Gradativamente, com abertura ao mercado global, esta perspectiva foi aberta também a outros. A Missão marítima visa oferecer cuidados pastorais e serviços às tripulações a bordo ou em terra, independente de suas religiões ou nacionalidades. O trabalho é executado pelas várias Igrejas cristãs que cooperam juntas, com vista de oferecer um serviço de bem-estar, como transporte, alojamento, internet, atividades recreativas e acompanhamento espiritual.

Sobre a temática proposta, recomenda-se a leitura: JOÃO PAULO II. *Carta Apostólica sob forma de Motus Proprio Stella Maris*: sobre o Apostolado do Mar. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/motu proprio/documents/hf_jp-ii_motu-proprio_17031999_stella-maris.html>. Acessado em 23/03/2019.

²⁹⁰ Mensagem do Papa Francisco para o dia Mundial do Migrante e Refugiado 2015: *Igreja sem fronteiras, mãe de todos*. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/migration/documents/papa-francesco_20140903_world-migrants-day-2015.html>. Acessado em 16/06/19.

ressurreição, Jesus confiou aos discípulos a missão de serem testemunhas e proclamarem o Evangelho da alegria e da misericórdia”²⁹¹. Assim, a definição da essência de Deus, como amor, traz de volta a realidade na qual a pessoa e as relações têm prioridade, proporcionando vislumbres finitos desse infinito.

Tal iniciativa visa acolher cada trabalhador marítimo, acompanhar e integrá-lo num processo mais amplo que não está dissociado dos demais fenômenos contemporâneos de migração²⁹², dentro dos conceitos de transnacionalidade, interculturalidade, globalização e da prática da justiça. Conforme o Papa Paulo VI: “A finalidade é chamar a atenção para algumas questões que, pela sua urgência, pela sua amplitude, pela sua complexidade, devem estar no centro das preocupações dos cristãos” (AO, n.7). Daqui se depreende que a atuação da Teologia, no espaço marítimo, não se dá no vácuo, mas dentro de um contexto específico e, dependendo de como se compreende essa realidade, é também como se atua. Já não basta apenas ser solidário: “Estar em comunhão, priorizar seus problemas e assumir seus valores. O desafio é passá-los da condição de objetos amados para a de sujeitos ou parceiros corresponsáveis”²⁹³.

Desta maneira, as contradições do mar revelam as ambiguidades da vida e do trabalho num mundo globalizado. Os marítimos não são simplesmente estrangeiros porque nos aproximam do exterior, mas porque não são reconhecidos e, sim, ignorados. Não são apenas marginais em termos de números. São porque vivem condições contrárias às normas da sociedade, fazendo dessas, mais do que uma atividade periódica, um conjunto de práticas que lhes oferecem uma subjetividade particular. Aqui, ser estrangeiro, é uma dimensão externa, é algo que cada um traz dentro de si. Lembramos o que já afirmava o autor da Carta de Pedro, quando diz: “Amados, exortovos, como a estrangeiros e viajantes neste mundo” (1 Pd 2: 11).

²⁹¹ Mensagem do Papa Francisco para o dia Mundial do Migrante e Refugiado 2015: *Igreja sem fronteiras, mãe de todos*. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/migration/documents/papa-francesco_20140903_world-migrants-day-2015.html>. Acessado em 16/06/19.

²⁹² A compreensão do marinheiro, hoje, combina alguns paradoxos: as categorias e os caminhos fluidos representam ao mesmo tempo elementos unificadores e diferenciadores, dados que assimilam um tipo de situação especial, chamados de “migrantes econômicos”. Em tal situação é preciso tomar em consideração a heterogeneidade que emana dos vários pertencimentos numa amálgama que passa pelos contextos econômicos, políticos, étnicos e religiosos.

²⁹³ ROCHA, S. *Teologia Moral em diálogo com a Pós-Modernidade*. p. 316.

Sendo assim, a mobilidade marítima tem uma correlação intrínseca com a marginalidade. Na medida em que o teólogo escolhe livremente tornar-se *border*, ele já não é um estranho ou um “turista” a esse mundo social, mas alguém que, por causa do Evangelho, opta por abandonar sua zona de conforto. A marginalidade torna-se uma irrupção crítica na jornada de fé que, conduz a um encontro com Deus em seu nível mais profundo. A navegação representa uma metáfora comum à marginalidade espiritual. O mar representa a experiência de vazio e da perda de seguranças que, todavia, pode levar à descoberta e ao retorno a um senso de segurança em Deus. Navegantes espirituais têm a oportunidade de romper com padrões rígidos, construindo novas posturas e novos entendimentos.

5.2.1 Jesus e a margem: um lugar e um horizonte para Teologia

Tomando em consideração a possibilidade de optar pelas margens, é importante dar-nos conta de que esta opção está cada vez mais *démodé*. O teólogo norte-americano Joerg Rieger defende a necessidade de recuperar a marginalidade na Teologia²⁹⁴. Segundo ele, as condições atuais não apenas restringem a forma com que as margens possam ser pensadas, como também obscurecem sua importância dando uma ênfase excessiva às diferenças. O seu argumento é marcado pela hipótese de que o abismo assimétrico entre aqueles que são privilegiados e aqueles que são marginalizados é cada vez mais admitido na diferença.

A condição colonial indica um ponto de ruptura, onde se faz necessário entender os sistemas teóricos de pensamentos, mas também as conexões com as realidades econômicas que ela tolera e promove. Um sistema que passou da missão evangelizadora no século XVI para a obra civilizatória do século XIX, com a ideologia de desenvolvimento e modernização que teve seu início no imaginário do Atlântico. Talvez, um dos desafios mais prementes seja pensar nas consequências e causas de tais realidades, pois, segundo o Papa Paulo VI: “Se o desenvolvimento exige um número crescente de técnicos, também é certo que necessita de um número cada vez maior de pensadores de reflexão profunda, em busca de um humanismo novo” (PO, n.20). Por isto, uma visão cristã nunca pode ser anti-humana e sim, deve sempre ser capaz de

²⁹⁴ RIEGER, J. *Faith on the Road*. p. 23.

afirmar o que há de melhor, garantindo o desenvolvimento máximo do potencial humano em todas as situações.

Os cristãos precisam ser sensíveis às consequências práticas que tais perspectivas podem ter, especialmente em tempos onde as questões sociais tornaram-se fundamentais aos homens e mulheres. É isto que afirmava Paulo VI: “a Igreja sobressalta-se perante este grito de angústia e chama cada um a responder com amor ao apelo de seu irmão” (PO, n.3). Esta aproximação com o mundo marítimo tem-nos feito pensar a pertença no contexto do aumento dos níveis de mobilidade, discutindo formas de pertenças múltiplas, investigando questões como: discriminação, desigualdade e tensões entre indivíduos e comunidades.

Dentro desta perspectiva, como foi visto nos capítulos anteriores, os marítimos não são um grupo homogêneo e, muitas vezes, não estão dispostos a convergir em uma mesma direção. É necessária uma insistência epistemológica e também um referencial consubstanciado que contemple uma abordagem mais heterogênea de marginalidade. Cabe sublinhar que tal realidade, com suas luzes e suas sombras, é uma construção social e, para melhor compreendê-la, faz-se necessário não somente “boa vontade”, mas também um entendimento das questões antropológicas e sociais que estão mergulhadas nesses contextos. De fato, somente o entendimento não será suficiente. É preciso uma tomada de decisão que supere o mero academicismo: “Um tocar a miséria humana e pôr em prática o mandamento do amor que Jesus nos deixou, quando se identificou com o estrangeiro, com quem sofre, com todas as vítimas inocentes da violência e exploração”²⁹⁵.

5.2.2 Jesus um judeu marginal como horizonte hermenêutico do “não lugar”

A proposta assumida por esta tese toma a encarnação de Jesus, no “não lugar”, que aconteceu em Belém, uma pequena e pacata cidade na periferia do Império Romano e, a partir dali, tornou-se o centro de irradiação de um “novo lugar”.

De acordo com os padrões da época, a família de Jesus tinha uma condição relativamente humilde (Lc 2: 22-25), pois eles não pertenciam nem à elite sacerdotal e

²⁹⁵ Mensagem do Papa Francisco para o dia Mundial do Migrante e Refugiado 2015: *Igreja sem fronteiras, mãe de todos*. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/migration/documents/papa-francesco-20140903_world-migrants-day-2015.html. Acessado em 16/06/19.

nem aos mandatários da hegemonia econômica, o que denotava sua categoria marginal. Tendo nascido e vivido em um lugar “marginal”, Jesus acabou criando um novo centro, constituído pelo encontro das fronteiras de diferentes mundos. Foi na “Galileia dos Gentios”²⁹⁶, lugar de superstição aos olhos da elite judaica, que Ele fez o convite aos seus vizinhos para “deixar tudo e o seguirem” (Mc 1: 20). Quase toda a sua vida pública foi exercida dentro desta minúscula região.

Iniciando seu ministério na Galileia²⁹⁷, região de passagem e de encontro com culturas estrangeiras, Jesus fez, daquelas pessoas tidas como impuros, interlocutores de uma mensagem de salvação. Isto explica, em parte, porque Ele se tornou um galileu marginalizado. Não foi apenas porque residia longe de Jerusalém, mas – principalmente – porque buscou uma aproximação com pessoas de outras etnias e credos, o que era pouco aceito na visão da maioria dos grupos religiosos. Precisamente porque a Galileia foi um local de múltiplas rejeições é que Jesus assumiu ali um papel importantíssimo na incursão do plano salvífico. Por isto, o escândalo humano de Deus não começa necessariamente na cruz, mas na encarnação histórico-cultural do Verbo. Jesus, pois não apenas Ele se misturou ao marginalizados, mas assumiu tal condição ao nascer, viver e iniciar seu ministério naquele lugar.

Buscar-se-á entender que Jesus foi marginalizado tornando-se um Galileu por nascimento e depois iniciando sua vida pública em torno do Mar da Galileia, vivendo não apenas na periferia de uma cultura particular, mas numa zona de transição. Como um homem que esteve nas bordas e na periferia, optando por ser fronteiro, inaugurou um espaço entre o divino e o humano, entre o presente e o futuro, em um ambiente que se tornou “não lugar”, cujo princípio sugere nem coerência hermética, nem incoerência, mas, sim a capacidade de abraçar a condição de estar na fronteira da vida.

²⁹⁶ O nome “Galileia das nações ou dos gentios” refletia uma variedade de expressões culturais e religiosas. Os habitantes desta região eram desprezados pelos judeus porque eram considerados ignorantes da lei, e também porque eram considerados impuros por causa de seu contato com outros povos circunvizinhos, especialmente em tempos remotos, quando viveram sob a influência do helenismo. Este pano de fundo multirracial fez com que se tornassem objeto de escárnio. Quando falavam o aramaico, com seu sotaque característico e dissonante, eram rapidamente identificados como pessoas rudes e de pouca instrução. O que deve ter ocorrido com Pedro, quando uma mulher, no pátio do Palácio de Caifás, perguntou se ele não era um dos seguidores do nazareno. Embora sua resposta fosse negativa, seu sotaque o denunciava, dizendo que ele também era um homem da Galileia (Mc 14: 66-68).

²⁹⁷ Por sua posição geográfica, a Galileia tornou encruzilhada e rota de passagem para diferentes povos. Lugar de múltiplas invasões (assírios, babilônios, persas, egípcios e macedônios) e sua distância do templo de Jerusalém fez com que seus habitantes fossem tidos como impuros, tornando-se fonte de desprezo para determinados segmentos do Judaísmo.

Ele não era apenas Jesus, mas Jesus de Nazaré, homem culturalmente situado, mas socialmente despossuído de bens. Sendo marginal em vários aspectos de sua vida, seja na sua inserção no ambiente urbano de Jerusalém, seja no que diz respeito ao seu papel como um pobre, que não tinha poder político e não estava ligado à cultura dominante. Ele fez a escolha de uma comunidade inclusiva, que estava aberta a uma pluralidade de experiências fronteiriças. Seu ministério contém uma originalidade. Vivendo em uma condição marginal²⁹⁸ entre o humano e o divino, fez das pessoas desprezadas “pedra angular” do Reino de Deus. Socialmente foi um pregador itinerante que desafiou as pretensões de superioridade religiosa em sua época, convivendo nas “margens da margem”.

Esta expressão “profeta marginal”²⁹⁹ remonta à ação o seu ministério, bem como à natureza parábólica desta perícope, em Nazaré quando entrou na Sinagoga (Lc 4: 18-19), citando o livro do profeta Isaías, disse: “O Espírito do Senhor está sobre mim, Ele me consagrou” (Lc 4: 18). O texto anuncia chegada do “Ano da Graça do Senhor”, que se cumpre em Jesus, aquele que é capaz de trazer a Boa Notícia aos pobres, a liberdade aos prisioneiros e a visão aos cegos.

Afirma John Meier:

Jesus, o leigo pobre transformado em profeta e mestre figura religiosa originária da Galileia rural, sem credenciais, encontrou a morte em Jerusalém, pelo menos em parte, por se chocar com a classe dos sacerdotes urbanos ricos e aristocráticos. Para estes, um leigo pobre dos campos da Galileia, com doutrinas e reivindicações perturbadoras, era um marginal, tanto no sentido de ser perigosamente contra o sistema, como carecer de uma base de poder capital. Assim, poderia ser varrido para o lixo da morte sem maiores problemas³⁰⁰.

Jesus não se apresentava como um homem dotado de cidadania romana, grega ou membro da elite judaica, mas, sim, e apenas como um nazareno, filho do carpinteiro, numa pequena e despreziosa aldeia localizada na periferia da civilização romana. Politicamente manteve-se entre a colônia e o império; culturalmente entre os romanos e

²⁹⁸ Nos modernos estudos sociológicos, a palavra marginal frequentemente é aplicada a pessoas pobres, do meio rural, que migram para as cidades, mas que não se integram bem na cultura urbana dominante. Tal analogia pode se atribuída a Jesus que viveu esta condição fronteiriça.

²⁹⁹ Jesus segue os passos narrativos dos peregrinos que o antecederam; Abraão e Moisés, passando por Esdras e Neemias. Essa odisséia tematizada no Êxodo e no Exílio é retirada da história de Jesus e a sua práxis. Sobre esta temática ler MEIER, J. *Um Judeu Marginal: repensando o Jesus Histórico*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

³⁰⁰ MEIER, J. *Um Judeu Marginal*. p. 19.

os demais povos circunvizinhos; linguisticamente entre o aramaico e o grego; religiosamente entre judeus e gentios.

Jesus nasceu, viveu e morreu como um homem errante em seu tempo. Isto não eliminou a sua condição histórica: um judeu da Palestina do Primeiro Século. Por que isto é importante? Qual seria o significado de uma Teologia da Galileia para repensar uma perspectiva marginal do “não lugar”? Tentar entender os discursos e a ação de Jesus, sem conhecer o imperialismo romano que determinava as condições de vida da Palestina, seria como procurar compreender a vida de Sepé Tiaraju (herói guarani missionário rio-grandense) sem compreender o contexto de massacre e dizimação dos “povos originários” do sul da América Latina. Esta postura foi amplamente debatida desde a década de setenta pela Teologia da Libertação, uma vez que a marginalização desta região foi comparada a outros povos que passaram pelo mesmo contexto de exclusão na contemporaneidade.

Quando se aborda essa realidade, que envolve a vida marítima no contexto de marginalização do “não lugar”, é necessário ter uma visão ampla. No entanto, não se pode ocultar o lugar teológico onde os fatos ocorrem, isto é, toda ação local em uma perspectiva abrangente que faz eco ao chamado de Deus. Esta é, por sinal, a grande tradição do Êxodo³⁰¹, quando um povo experimentou uma relação com um Deus que não tem morada fixa. Um Deus que passa sobre a terra e só pode ser conhecido por alguém que esteja disposto a “colocar-se a caminho” com Ele.

³⁰¹ Não é objetivo nesta tese fazer uma exegese ou uma hermenêutica sobre o Êxodo. Tomamos o texto em sua forma descrita na Sagrada Escritura. Porém, considero importante situar a discussão sobre o tema, de forma que evite incorrer em uma leitura simplista. Cabem então situar pelo menos duas ponderações: a primeira diz respeito a uma compreensão que toma a história de Israel, começando no Êxodo como o primeiro ato de Deus, depois a provisão do deserto, a conquista, a realeza e libertação do exílio.

Nessa visão, é como se a existência de Israel tivesse começado no Egito; e o Êxodo foi o evento crucial que não só criou Israel, mas também o arruinou de seu passado mítico e o iniciou em uma trajetória histórica. Aceitar de forma literal esse pressuposto significa negligenciar o fato de que a história do Êxodo faz parte de uma narrativa bíblica maior que está em continuação com outros textos. Em outras palavras, a história de Israel faz parte de uma história mundial, com implicações e diálogos com as tradições e culturas circunvizinhas.

O segundo impasse resulta ler o Êxodo simplesmente como um manifesto político ou como guia devocional. E finalmente, um terceiro seria desconsiderar por completo a narrativa dizendo que ela não passa pela afirmação fictícia do passado, criações literárias ou retrocessos de eventos posteriores na vida de Israel. O Êxodo é historiografia teológica, mas isso não significa que não seja história.

5.2.3 A realidade social da Galileia no tempo de Jesus³⁰²

A questão que nos propomos neste item não diz respeito tanto sobre os conhecimentos arqueológicos do mundo social da Galileia, tão necessários e úteis, mas, sim, sobre o seu significado simbólico-teológico para as primeiras comunidades cristãs.

Podemos começar fazendo referência aos tributos, contribuições financeiras obrigatórias exigidas pelo poder imperial. Esta situação mostra os desafios que a população vivia, naquela época, sujeitada pelas múltiplas demandas e pelo pagamento exorbitante de impostos. Nesse panorama, Jesus tornou-se um suspeito político aos olhos dos governantes de Jerusalém³⁰³.

Durante o governo de Pôncio Pilatos, alguns dos inimigos de Jesus tentaram associar suas pregações com os movimentos políticos extremistas existentes na Galileia. Por isso Jesus pergunta aos discípulos: “é lícito ou não pagar tributos a César?” (Mc 12: 13-17) Esta foi uma das formas que, de modo voluntário e consciente, Jesus se absteve de procurar o poder durante sua vida terrena. Mesmo assim, na sua crucificação estava escrito: “Jesus de Nazaré, o Rei dos Judeus” (Mc 15: 26). Isto sugere que existia um medo subjacente que as autoridades conservavam dos movimentos de rebelião na Galileia³⁰⁴. Na verdade, essa região era considerada terra dos marginalizados, mas – era também – uma província com um grande potencial conflitivo.

No início do primeiro século amplos projetos urbanísticos foram desenvolvidos na região com a finalidade de garantir a colonização. Roma era um império urbano, não apenas por possuir a maior cidade conhecida na época, mas - também - porque possuía uma política expansionista e militar, cujo objetivo era difundir seu projeto civilizatório por meio de um programa de construção de cidades, especialmente nas regiões portuárias do Mediterrâneo. Embora a região da Galileia fosse rica e fértil pela natureza, a grande maioria da sua população vivia em condições precárias principalmente pela alta tributação, seja secular (tributos romanos) ou seja religiosa (despesas com os funcionários do templo, com sacerdotes e com a burocracia). Muitos habitantes perdiam suas terras em virtude do não pagamento dos tributos; entre eles estavam principalmente camponeses, arrendatários, diaristas, escravos, pescadores e artesões.

³⁰² FREYNE, S. *Jesus, um Judeu da Galileia*. São Paulo: Paulus, 2008.

³⁰³ SCHIMID, J. *El Evangelio según San Marcos*. Barcelona: Editorial Herder, 1967.

³⁰⁴ FREYNE, S. *Jesus, um Judeu da Galileia*. São Paulo: Paulus, 2008.

Na Palestina judaica a situação não foi diferente. Herodes e seus sucessores empreenderam enormes construções públicas, entre elas destaca-se o templo de Jerusalém em estilo greco-romano, tendo sendo considerada – à época – uma das grandes maravilhas do mundo imperial. Essa grande estrutura servia para reforçar a desigualdade entre as pessoas com base no gênero e na posição social. Para o povo em geral, era destinado um lugar específico em meio ao barulho e à confusão dos comerciantes de animais, já que as suas práticas religiosas estavam longe de serem consideradas sagradas pela aristocracia da época³⁰⁵.

Herodes estava ciente dos fluxos de peregrinos de todo o império que se dirigiam para a Cidade de Jerusalém, o que era responsável por uma ampla rede de negócios. Os peregrinos entravam na Palestina pelo porto construído em Cesareia, ou vindo do Oriente, através da área conhecida como Decápole. Daí eles seguiam viagem costeando as margens do litoral. A construção deste empreendimento portuário visava colocar a região no mapa internacional e alavancar os negócios. A Decápole (dez cidades) constituía-se em uma região helenizada que representava a fronteira oriental do Império Romano; além dela ficavam as estepes árabes.

O Mar da Galileia deixou de ter fluxo sazonal (entre a semeadura e a colheita) e tornou-se um negócio intenso e altamente rentável. Uma vez estabelecido o controle romano da área, foram desenvolvidas novas técnicas de conservação do pescado (especialmente de salga e de decapagem), resultando na crescente comercialização do empreendimento pesqueiro e na expansão maciça do mercado para os produtos derivados da pesca. As mudanças acabaram afetando, também, a população agrícola adjacente. O custo com tais empreendimentos se tornou oneroso para os trabalhadores rurais artesanais. Aos poucos o regime foi transformando as cidades portuárias, outrora pouco urbanizadas, em centros comerciais dinâmicos.

As frequentes referências ao problema do perdão de Deus e das dívidas nas parábolas de Jesus espelham, de certa forma, o contexto no qual a apropriação das terras e as tributações estavam abrindo um abismo entre ricos e pobres, levando pequenos agricultores e pescadores à absoluta miséria. As decisões tomadas, por uma instância externa foram percebidas como uma realidade artificial dentro do quadro rural, não tanto pelo seu caráter urbano, mas sobretudo por uma visão de mundo subjacente que

³⁰⁵ FREYNE, S. *Jesus, um Judeu da Galileia*. São Paulo: Paulus, 2008.

representava uma cultura que estava em rota de colisão com os valores e as crenças do antigo Israel³⁰⁶.

5.2.4 O impacto da dimensão de Jesus, o “profeta marginal”

A questão que nos é objeto deste estudo passa pelo entendimento da ação de Jesus, que não somente atravessou os espaços geográficos, mas aproximou pessoas e culturas em conflitos. Basta observar alguns textos bíblicos³⁰⁷ para constatar que Ele não estava preocupado com os limites impostos pelo aparato religioso e cultural de sua época. Tratava-se de uma “pedagogia divina” que teve sua origem no mistério da encarnação do verbo. Esse evento é a expressão máxima do cruzamento da fronteira e “arma sua tenda” em meio à humanidade, para tornar-se peregrino com ela. Como na época de Moisés, convida a humanidade a “colocar-se a caminho” com Ele.

E assim, se Ele foi marginal pelas circunstâncias já descritas, foi também nas Suas escolhas. Um “profeta itinerante” do qual se dizia com desprezo: “pode vir alguma coisa boa de Nazaré?” (Jo 1: 46); ou então: “ora, não é esse filho do carpinteiro?” (Mt 13: 55) Sua identidade como forasteiro é descrita em duas passagens emblemáticas: o juízo escatológico de Mt 25: 43 (Fui forasteiro e não me recebestes) e o “caminho de Emaús” (Lc 24:36-41), no qual Cristo é percebido como um estranho que se coloca a caminhar com dois confusos seguidores(as), onde o incógnito-Cristo desafia, questiona e subverte a história dos discípulos(as) na estrada.

Jesus escolheu a comensalidade com os pescadores, prática recorrente no seu ministério, de forma que o acusavam “Ele come com os cobradores de impostos e pescadores” (Mc 2: 15-17), violando as regras da pureza e impureza. Como ninguém, acolheu os excluídos e mostrou o amor e a preocupação de Deus, dando sua própria vida e motivando seus discípulos a fazerem o mesmo, dizendo: “quem quiser salvar a sua vida a perderá, mas o que perder a sua vida por causa de mim e do Evangelho, a salvará” (Mc 8: 35).

As consequências disso são desafiadoras. Os seus discípulos são chamados também a reconhecer e assumir seu status marginal, abandonando privilégios e uma

³⁰⁶SCHIMID, J. *El Evangelio según San Marcos*. Barcelona: Editorial Herder, 1967.

³⁰⁷ O diálogo com a samaritana (Jo 4: 1-27), a cura da filha da mulher sírio-fenícia (Mc 7: 24-30), o samaritano-leproso que volta para agradecer (Lc 17: 11-19) e a cura de um servo de um centurião romano (Lc 7: 10).

suposta noção de caridade, que muitas vezes tem um caráter condescendente e paternalista. Esta perspectiva é útil para aqueles que se encontram em posição de relativo privilégio, como é o caso de um capelão quando vai a bordo (trazendo para a realidade marítima), uma vez que amplia a dimensão altruísta do Cristianismo. Isto significa que a noção de controle e poder é deixada de lado em favor da proximidade despretensiosa. A ideia de que alguém é um estranho, que se esvazia da centralidade de sua visão de mundo, é um dos desdobramentos de uma Teologia que entendeu o convite que nasce da experiência da cruz e da plena doação de si.

No seu itinerário pedagógico, este Jesus, judeu e marginal, mesmo sem se fazer entender por seus discípulos (pois pensavam no triunfo de um messianismo político), revelou sua missão: “O Filho do Homem deverá sofrer muito, ser entregue nas mãos dos Sacerdotes e Escribas, mas no terceiro dia ressuscitará” (Mt 16:21).

Quando se observa o caminho realizado por Jesus e seus discípulos para Jerusalém e daí aos confins do mundo, surge a pergunta: como poderá esta nova compreensão, trazida por Jesus da Galileia (fora) para Jerusalém (dentro) e levados de Jerusalém (dentro) para os confins da terra (fora), regenerar as antigas interpretações sem se deixar cooptar pela mentalidade predominante do Templo?

Ser um estranho significa ser adaptável a uma variedade de circunstâncias que derivam de sua localização social. Assim, o fundamento cristológico permite um foco sustentado nas margens. Em sua condição periférica e marginal, Jesus assumiu as consequências das transgressões da fronteira político-religiosa-social de seu tempo, o que resultou na sua morte violenta na cruz, fora dos muros da cidade.

Em outras palavras, a Cidade Santa não é o território final ou fixo, onde a salvação é cumprida, mas uma encruzilhada onde o exterior (Galileia) e o interior (Jerusalém) se encontram e se sobrepõem. Tais indicações servem, não para delimitar nomes estáticos, limites ou territórios, mas para acentuar o local ativo onde Jesus proclamou o Reino de Deus e expressou sua opção pela “margem”. As descrições dos movimentos de Jesus fazem mais do que simplesmente mapear o deslocamento geográfico do oeste para o leste, mas indicam o cruzamento de fronteiras religiosas, culturais e políticas, levando-o a um território novo e desafiante. Ao atravessar o lago, como “profeta marginal” itinerante, demonstrou o poder do Reino de Deus além dos limites da Galileia, Jesus estava confirmando o alcance universal de sua mensagem e seu senso de liberdade para ir ao encontro dos não judeus. Assim, o fluxo dinâmico de

salvação era compreendido em múltiplas direções e se conectava através de diversos lugares periféricos.

As razões cristológicas para defender tal postura derivam de seu ministério marginal. Em sua existência terrena associou-se a pessoas excluídas, testemunhas vivas de uma situação de profunda injustiça. Solidário com os pecadores, tocando nos intocáveis, Jesus anunciou o Reino de Deus sempre em lugares onde muros se levantavam ou onde a religião sacralizava a violência e a exclusão. Perpassando diferentes cosmovisões, tornou-se um “profeta fronteiro”, incompreendido até pelos conterrâneos e familiares, que diziam “estar fora de si”. (Mc 3: 21)³⁰⁸

5.3 O encontro com o “não lugar”: Jesus e a mulher siro-fenícia

O encontro entre Jesus e uma mulher siro-fenícia, narrado nos Evangelhos de Marcos (Mc 7: 24-30) e Mateus (Mt 15: 21-28), tem sido objeto de críticas literárias que desafiam uma tendência de ler esta passagem missiologicamente. Tais leituras tendem a identificar o motivo da viagem de Jesus como expansionismo missionário e tendem a se concentrar na mulher como em propósito de fé autêntica.

A história da mulher siro-fenícia coloca em foco as questões complexas da relação entre homens e mulheres, imperialismo cultural e colonização, e oferece perguntas norteadoras para a abordagem deste texto: Como a história de uma mulher estrangeira pode ser iluminadora para pensar a realidade missionária das Igrejas cristãs depois da crítica ao colonialismo religioso? Como é possível reler a história a fim de respeitar as pessoas de diferentes gêneros, religiões e origem social?

A passagem da mulher siro-fenícia, levanta uma questão sobre o “discurso de poder”, onde a voz colonial de Jesus falha em silenciar a voz subalterna, Cananea, ao provir e falar por si mesma. Marcos, pela própria natureza de sua origem no espaço intersticial colonial intermediário, nem sempre pode impedir a irrupção sutil da voz Cananea em suas fileiras, levantando possibilidades em relação ao poder potencial da

³⁰⁸ Não foram apenas as autoridades religiosas que se opuseram a Jesus e a sua missão. Neste texto do Evangelho de Marcos, o autor dá uma brecha para que o leitor perceba que seus familiares entenderam erroneamente sua pretensão de perdoar pecados (Mc 2:7) e por isso diziam “estar fora de si”. Em outras palavras, as autoridades religiosas não estavam sozinhas em suas incompreensões acerca de Jesus. Seus familiares queriam contê-lo porque acreditavam que estava louco e a loucura era vista frequentemente como possessão demoníaca. Nada muito diferente do que diziam os escribas e fariseus dizendo que o que Ele fazia era por obra Belzebu, isto é o príncipe dos demônios (Mc 3: 22).

voz do subalterno. No entanto, no contexto de um evangelho que mostra uma atitude ambivalente em relação a Roma, pode ser impreciso equiparar a voz de Jesus à do colonizador.

5.3.1 Uma leitura para envolver a diferença cultural, o hibridismo e o “não lugar”

O conceito de “não lugar” oferece uma visão do encontro descrito em Marcos 7:24-30. A mulher siro-fenícia produz um espaço híbrido, no qual a cura ocorre. Para entrar neste lugar, Jesus e a mulher atravessam fronteiras e negociam diferenças culturais, particularmente gênero, e status socioeconômico. Nossa leitura serve para ilustrar o tipo de encontro que pode acontecer nos diálogos a bordo dos navios onde se encontra uma tripulação multiétnica e multirreligiosa. Embora não seja um encontro eclesial, é um relato bíblico vivido da possibilidade produtiva do “não lugar”.

Mesmo que Jesus histórico não tenha conhecido uma mulher real dos gentios, presumimos que Marcos tivesse um propósito específico em contar essa história, de uma maneira particular. Vejo o texto não como um meio transparente e imaterial, mas, sim uma janela, através da qual podemos ter um vislumbre da realidade. Mas, talvez, como uma pretensão da realidade que a trouxe e pela qual ela veio à tona. Essa foi pelo menos parcialmente moldada pela experiência colonial.

Não tentaremos uma leitura sistemática, mas antes interrogá-lo, trazer perguntas diferentes, encontrar um espaço no texto para engajar diferenças culturais. Nesta seção, interrogo o texto de acordo com dois aspectos principais da investigação: (1) o contexto geopolítico e (2) as representações das relações de identidade e poder.

5.3.2 O contexto geopolítico do lugar

Uma leitura decolonial reconhece a interconectividade da terra, das pessoas e do poder. A geografia é mais do que um corpo físico, é também uma página de narrativas intrinsecamente entrelaçadas de poder. Marcos localiza sua história na região de Tiro, um local que evoca significados históricos e simbólicos. Tiro é apontado como uma ameaça a Israel em vários trechos no Primeiro Testamento. É uma cidade não judaica. Tiro era uma cidade fronteiriça etnicamente mista, na qual fenícios e judeus habitavam.

Marcos identifica a mulher como marcada por três características que a faziam colocaram num patamar inferior: a) era mulher, b) era gentia e c) era mãe de uma filha possuída por demônios. Seu status socioeconômico não é claramente exposto. Nesse caso, a recusa inicial de Jesus em curar sua filha poderia ser interpretada como um ato de resistência contra o dominador. Embora a mulher possa pertencer a um estrato mais rico (financeiramente), ela continua sendo inferior, não apenas geograficamente, mas sexualmente, racialmente e religiosamente. Talvez seja justo dizer que a mulher siro-fenícia ficava no limite entre os privilegiados e os marginalizados.

Mas Jesus também está nessa fronteira. Ele é um viajante cuja divindade raça e gênero lhe conferem privilégios e autoridade. Ele é livre para viajar para outro local geográfico, mas também é uma figura que foi rejeitada por quem tem autoridade terrena estabelecida. Marcos identifica Jesus como o “filho de um carpinteiro”. Em uma sociedade agrária, artesãos eram classificados abaixo dos camponeses, porque eram recrutados entre aqueles que eram expulsos de suas terras por causa de uma calamidade natural ou colonial.

E, como a mulher, Jesus é um estranho, quando entra em Tiro, Ele busca privacidade em uma casa. Não há indicação que tenha entrado na região para participar de atividades missionárias. A mulher ouviu falar de Jesus e imediatamente o encontra, inclina-se a seus pés e implora para que Ele expulse o demônio que possuía sua filha. Sua pressa indica a força de sua necessidade. Ela se encontra em uma situação humilhante e não pode encontrar outra solução senão esquecer a tradição, negligenciar os costumes sociais e seguir imprudentemente em direção a Jesus.

Além da resposta problemática de Jesus ao apelo desesperado da mulher, o contexto geopolítico e a representação da identidade podem – ainda – oferecer uma visão da metáfora central da história: o pão e as migalhas. “Pão” carregava certas conotações nas regiões fronteiriças, especialmente no contexto da construção das tensões econômicas entre os habitantes gentios da região e os camponeses judeus. Se a mulher é rica, pode estar “comendo” às custas do trabalho e da fome dos camponeses judeus rurais. Essa perspectiva muda o impacto das palavras de Jesus para a mulher: primeiro, que as pessoas pobres nas áreas rurais judaicas sejam satisfeitas. Pois não é bom pegar a comida das pessoas pobres e jogá-la para os ricos gentios das cidades. Quem são os mestres que se sentam à mesa com seus filhos merecedores e quem são os cães por baixo? Os cananeus e sua filha são cães indignos que só conseguem pegar

migalhas que caem da mesa. Essas declarações afirmam a superioridade racial e de classe de Jesus como membro da casa de Israel e, inversamente, a inferioridade racial da mulher e de sua filha.

Ainda outras interpretações são possíveis. Pode-se argumentar que os camponeses israelitas foram tratados como cães pelas autoridades romanas e pelos líderes judeus que colaboraram com Roma e a elite urbana de cidades como Tiro, talvez até a mulher siro-fenícia. Os cães seriam então representativos da comunidade de Jesus, forçados a procurar alimento debaixo da mesa dos ricos.

5.3.3 O hibridismo e o “não lugar”

Nesse episódio narrado por Marcos, dois mundos sociais colidem: uma mulher siro-fenícia helenizada encontra um profeta da Galileia. Este espaço não é um espaço neutro e está cheio de um discurso particular de dominação. Os papéis de Jesus e da mulher são definidos socialmente e parecem tornar-se inevitáveis em um encontro antagônico. O colonialismo frequentemente coloca pessoas colonizadas umas contra as outras. Além do gênero e da religião, dependência econômica, expansionismo político e distância cultural forneceram um solo fértil para preconceitos agressivos de ambos os lados. Contudo, esse encontro rompe os limites do discurso que foram predeterminados por fronteiras sociais, religiosas e políticas, e resultados em transformação.

A ambiguidade é um fator importante nesta interpretação, um fator que obscurece os limites aparentemente fixos entre Jesus e a mulher. O poder relativo desses dois caracteres é ambíguo neste texto. Jesus, homem e judeu é um sujeito colonizado? Nesta situação em particular, ele detém mais poder do que a mulher. Mesmo que essa fosse rica ou membro da elite da época, ela tem uma filha muito doente, a quem não pode curar independentemente. Ela está à mercê de rumores sobre o poder de Jesus para curar, um poder que não é limitado ou controlado por Roma. No entanto, ambos estão sob o jugo de um poder político maior, o Império Romano. As relações de poder nesta história são multifacetadas, resultando em um diálogo complexo de dominação e resistência.

As identidades de Jesus e da mulher permanecem ambíguas, obscurecidas por uma rede densa de relações de poder. A quebra de limites é outro motivo importante

nesta interpretação. O Jesus do Evangelho de Marcos e a mulher siro-fenícia fazem a escolha de entrar em um intercâmbio, apesar das propriedades sociais e culturais. Marcos permite que a mulher faça coisas que ela não deveria fazer, mesmo que quebre os limites de gênero. Jesus não contesta a liberdade dessa mulher de cruzar fronteiras culturais. Ele era um homem judeu, mas seus pontos de vista sobre etnia e limites raciais eram pouco ortodoxos. O próprio Jesus pode ter reconhecido os limites da alteridade na tradição de Israel. Jesus e a mulher ignoram várias fronteiras sociais e políticas e agem subversivamente. Sua quebra de limites resulta em um novo espaço onde a cura ocorre.

No final, a filha imunda é curada. Tal cura, ocorrendo através das fronteiras sociais, pode ser interpretada como um ato de resistência contra os poderes sociais e políticos que buscam manter as pessoas separadas. O milagre dessa história não é tanto que a filha da mulher é curada, mas na superação de toda e qualquer distância entre eles.

Quando Jesus cruzou as fronteiras do espaço e da pureza, reunindo puros e impuros, pecadores e justos, as autoridades religiosas protestaram. No evangelho de Marcos, imediatamente antes de Jesus viajar para Tiro e encontrar a mulher siro-fenícia, Ele está envolto em uma controvérsia com alguns escribas e fariseus a respeito de comer sem obedecer aos preceitos da lavagem das mãos. Nessa discussão, Jesus redefine a contaminação e a impureza e declara todos os alimentos limpos, alegando que as palavras e ações emitidas por um indivíduo é que o tornarão impuro. Talvez não seja surpresa que Jesus esteja disposto e seja capaz de encontrar uma mulher híbrida, em um território híbrido, e participe de uma cura que limpa os tidos como “impuros”. Assim a mulher e Jesus não estavam atravessando fronteiras de pedra talhada, mas reconhecendo fluidez e impureza como normativas. A mulher siro-fenícia é representativa em sua participação no movimento de Jesus e em seus interesses.

5.3.4 O “não lugar” como espaço fronteiro

Então, quando Jesus e a mulher optam por atravessar fronteiras, eles entram no “não lugar”, um espaço fluido e dinâmico no qual ocorre a cura e a transformação. Marcos 7: 24:30 foi interpretado como um sinal de boas-vindas de Deus ao estrangeiro - a aceitação dos gentios na história da salvação de Israel.

Visualizar esta perspectiva permite que a mulher e Jesus se encontrem, se transformem, mas não sejam incorporados à mesma categoria ou feitos da mesma forma. Eles têm permissão para manter a sua diferença cultural. Os conflitos ideológicos entre esses dois indivíduos e as comunidades que eles representam não desapareceram, nem são varridos para debaixo do tapete, com a cura. Jesus não se opõe ao direito de constituir a mulher siro-fenícia, Seu direito de representar os próprios termos. Este texto demonstra o que pode acontecer quando há espaço para conversas com alguém que é verdadeiramente o outro. Aqui, é o evangelizador que é evangelizado. A mulher estrangeira conta com a hospitalidade do Jesus judeu, que transcende as fronteiras culturais.

Como categoria fronteira o “não lugar” fornece as bases para o pensamento, mas deve ser abordado com cautela. Acaso o “não lugar” está isento do pensamento colonial? Como colonizador Jesus tem poder sobre alguém que está à distância (a filha doente). Ele exerce controle sobre o corpo de outra pessoa sem o consentimento dela ou sua permissão. Certamente, a cura é um ato positivo e bem-vindo, mas permanece de certa forma, em ato de controle. Uma abordagem colonial oferece espaço para perguntas difíceis que não anulam a possibilidade de um espaço no qual a reconciliação e a cura possam ocorrer.

Nossa interpretação desta passagem reconhece que o discurso da mulher siro-fenícia promove mudanças. Embora afirme que a cura vem de Deus, essa passagem também sugere que Deus trabalha “em” e “através” das pessoas e encontros inesperados.

A partir disto podem-se aferir duas ideias: (1) o “não lugar” proposto por Jesus desterritorializa o sistema fixo e hierárquico, aqui entendido como espaço da sacralização de um aparato religioso excludente e hipócrita; (2) Jesus cria uma nova relação para descrever a ação salvífica de Deus nas regiões periféricas, como uma rede heterogênea, desterritorializada e aberta que pode ser acessada de múltiplos pontos e por muitas e diferentes pessoas e culturas.

É preciso enfrentar os medos de mudança, pois se pode haver alguma certeza nisto, é de que Jesus não está longe da barca e com voz forte, diz novamente: “Coragem, sou eu. Não tenham medo”. Diz o Evangelho que, passada a tempestade, houve uma calmaria; caberá então agora, levantar a âncora para navegar no “pensamento fraco” do filósofo Gianni Vattimo.

6 O LUGAR DO “PENSAMENTO FRACO” NO HORIZONTE DA REALIDADE MARÍTIMA

Lançados num vasto mar aberto, sem cartas de navegação e com todas as boias de sinalização submersas e mal visíveis, só nos restam duas opções: ou nos alegramos com as empolgantes perspectivas de novas descobertas ou podemos temer de medo de morrer afogados. Uma opção não realista é pedir refúgio num porto seguro; podemos apostar que o hoje nos parece um porto seguro, logo será modernizado e no lugar dos serenos abrigos de barcos, surgirá um parque temático, um calçadão de lazer ou uma marina superlotada³⁰⁹.

ZYGMUNT BAUMAN

Apresentar um começo, meio e fim é a dinâmica formal de um trabalho acadêmico, onde se leem palavra por palavra, numa sequência de páginas numeradas, pontos que direcionam para uma linearidade³¹⁰. Esta estranheza que aparece como matéria fora de lugar, tem levado a um sentido que aponta para a cumplicidade entre expansão imperial e cultura acadêmica. Um sentimento que é, ao mesmo tempo, familiar e estranho. Esta desconstrução literária, introduzida pelo filósofo francês Jacques Derrida, refere-se a um tipo de posicionamento que procede questionando as hierarquias fixas de um texto, um evento que decompõe e desestabiliza as hierarquias postas pelo pensamento ocidental, onde palavras e significados tornaram-se ídolos.

Neste sentido, os mares e oceanos desafiam a compreensão de que o ritmo permite pretensões seguras do que está por vir, pois assim como na realidade marítima, todo texto se apresenta como fragmento de um contexto. Sua natureza simbólica atravessa o espaço político global que revela os diversos palcos onde os limites são repetidamente ultrapassados. Cada onda com suas diferentes formas relacionam-se com o contexto de produção excessiva: “Como um complexo mundo de não significados que, no meio da ambiguidade e da violência, são morada da existência vulnerável própria da história”³¹¹.

A materialidade do navio como um espaço contido, desvinculado da estabilidade da terra, serve como metáfora, pois a viagem é - em última análise - uma oscilação entre

³⁰⁹ BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. p. 93.

³¹⁰ A tirania do método científico tem sido bem-sucedida, o que tem levado teólogos a acreditarem que a única maneira academicamente respeitável procede como amostras, ordenamentos e tabulação de dados.

³¹¹ MENDOZA-ÁVALREZ, C. *Deus Ineffabilis*. p. 411.

segurança e insegurança em meio a um mundo não suficientemente conhecido. Como tentativa de nomear o presente, carrega em si sua incompletude e contingência, deslocando suas fronteiras e características, marcadas por muitas instabilidades. Abandonando os blocos abstratos de um tempo linear na história e no espaço geográfico, os mares e oceanos levam o movimento de pessoas e culturas que vivem em singularidade espalhadas em diferentes lugares e urgências.

Navegar neste mar requer uma espécie de “desobediência epistêmica”³¹², porque o “pensamento fraco” convida a refletir e a questionar os espaços e o tempo que a Modernidade inventou para legitimar um lugar de classificação hierárquica fixa responsável pela estrutura do modelo europeu, como universal. Uma postura que desvaloriza os diferentes grupos e formas de conhecimento e, que não estão em consonância com os critérios de objetividade e validade científica estabelecida pelo pensamento hegemônico, seja no ambiente periférico como também nas narrativas de poder metropolitano.

Essa postura pode ser levada à transformação se for feito um discernimento teológico correto. Ao expor as diferentes esferas de poder implícito na realidade marítima, um caminho para a justiça e liberdade pode ser aberto, oportunizando perguntas de diferentes ângulos e interlocução com diversos atores sociais. A relevância de tal perspectiva ocorreu, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial e o processo de descolonização dos países africanos, de onde surgiram inúmeras reflexões sobre os malefícios e pretensões de propor um conhecimento universal e abstrato.

Este espaço “fronteiriço”, introduzido pelos oceanos e mares nesta tese, tem examinado as posturas que naturalizam as histórias dos discursos hegemônicos do pensamento moderno. O colonialismo ocorre também no nível micropolítico dos espaços de subjetivação, por isto tão importante quanto problematizar os temas que dizem respeito às questões macroeconômicas é reconhecer o que se chama de “inconsciente colonial” que perpassa as diferentes esferas sociais: quem são as pessoas que têm acesso aos modos de produção e sob quais condições? Como é determinado e onde está alojado? Como práxis, este conjunto está profundamente enraizado nas relações de poder. Por isto temos tomado a realidade marítima como ponto de partida e

³¹² MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos da UFF*- Dossiê: literatura, língua e identidade, n.34, 2008.

a pluralidade de espaços epistêmicos de enunciados, trazendo à reflexão o lugar do enunciador e o poder exercido por esse.

Tomando em consideração tal desafio, propomos uma reflexão que coloque em xeque os discursos que legitimaram posturas totalitárias e epistemologia coloniais. Para tanto, tem-se buscado recolher os estilhaços gerados pela realidade marítima moderna, tentando conciliar esse conteúdo excessivo e plural, tendo sempre consciente de que esta forma é incompleta e provisória. Seguindo uma lógica descentralizada em sua dinâmica de mudança, tomaremos como premissa que, para revelar uma postura marginal, é necessário repensar os conceitos que validaram tais posturas e os contextos ideológicos latentes. Este esforço sugere o “pensamento fraco” como conceito a ser compartilhado em meio a critérios mais flexíveis para descobrir as bases aceitáveis para um discurso marítimo. A intenção de revisitar essas visões é construir um lugar epistemológico fronteiro que aqui chamamos de “não lugar”, pois entendemos que esta realidade é sempre experimentada como silêncio que palpita em meio às vicissitudes da história humana, pronunciando o horror que se dá através das margens da invisibilidade. Por fim, introduziremos o conceito de doutrina social da Trindade de Jürgen Moltmann. Este pensamento não hierárquico e relacional (pericorético) tem fornecido as bases teológicas para uma reorientação do discurso colonial moderno.

6.1 Quadro social da Modernidade colonial

Compreendemos que Modernidade foi um quadro político e social que teve sua expressão na racionalidade eurocêntrica, ancorada em pressupostos teológicos e posicionamentos imperialistas baseados na ontologia de dominação, nas “descobertas” marítimas e na “epistemologia do poder”. Este mundo se reinventou de acordo com este padrão hegemônico imprimindo sua marca em todas as esferas da vida, distinguindo-se de um passado agrário medieval, por um lado, e pela relação da Europa com as demais partes do planeta, por outro. Deste ponto de vista, a Modernidade foi um projeto na medida em que seus dispositivos estiveram ancorados na tentativa de criar identidades homogêneas, através da consolidação dos estados nacionais e pela remessa de matéria prima da colônia para metrópole, sendo ambos os processos partes de uma única dinâmica estrutural.

A confluência desta ideologia se estabeleceu mediante quatro momentos históricos: o Renascimento, a Reforma, a Revolução Científica e o Iluminismo. Sobre isto, pode-se dizer que a colonialidade esteve enraizada em padrões que foram pautadas na “Racionalidade Instrumental” no conhecimento eurocêntrico e na inferioridade assumida pelo colonizado. O surgimento do Positivismo na epistemologia da ciência moderna e no âmbito jurídico do Direito teve por finalidade: “imunizar a racionalidade contra a contaminação de qualquer irracionalidade não capitalista, quer ela fosse Deus, a religião, a metafísica, a ética ou os ideais emancipatórios”³¹³. Um fenômeno complexo que dizia respeito às estruturas e ações que perpassam os diferentes âmbitos das relações sociais e epistemológicas pelas quais a sociedade moderna imputou sua dominação e hegemonia sobre outros povos.

Assim, segundo Mignolo, a colonialidade não é derivativa, mas constitutiva à Modernidade, pois os centros imperiais só puderam se estabelecer mediante o excedente de capital gerado nas colônias a partir das expansões marítimas do século XV, que redesenhou uma nova geopolítica do poder. Uma série de práticas que incluíram a institucionalização das ciências sociais, a organização capitalista da economia, a expansão colonial e a configuração jurídico/territorial³¹⁴. Segundo o referido autor, a colonialidade, enquanto matriz subjacente continua ainda hoje a perpassar as diferentes esferas de poder, transformando os mares e oceanos em espaços dos interesses econômicos transnacionais e lugares em “não lugares”.

As ciências humanas e sociais, como produto moderno e europeu, herdeiras da tradição judaico-cristã, serviram como legitimadoras desta nova ordem. Tal postura forjou uma visão que estabeleceu uma incomensurável distinção entre colonizado e colonizador (raça e cultura) gerando identidades opostas. Sob pretensão de neutralidade, este conhecimento acreditou ser moderno e “iluminado”, estendendo suas pretensões de “civilidade” para outras regiões do planeta. Uma linha epistêmica, a qual o sociólogo Boaventura Santos chamou de “pensamento abissal”, pois reduzia alguns indivíduos à categoria de pessoa sub-humana ou sem conhecimento. A referência empírica usada por este modelo descrito por viajantes, cronistas e navegadores era de que as sociedades indígenas eram selvagens, primitivas e incultas (completa ausência de arte), ao passo

³¹³ SANTOS, B. *A Crítica da Razão Indolente*. p. 141.

³¹⁴ PINTO, J. MIGNOLO, W. *A Modernidade é de fato universal?* Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/20580/13966>>. Acessado em 03/09/2019.

que o estágio alcançado pela sociedade europeia representava o “estado de direito”, civilidade e progresso. Assim o colonialismo não só usa uma dominação militar, econômica e política, mas também um discurso de dominação que foi internalizado pelo colonizado.

Atualmente, estas práticas são efetivadas com objetivo de se tornarem um espaço legitimamente ocupado pela precarização das relações trabalhistas. A pressão social exercida pelos migrantes no Mediterrâneo, através de sua reivindicação do direito de mobilidade, tem subvertido a geografia imposta pela Europa, bem como as narrativas institucionalizadas. Em vez de relegar tais histórias periféricas, pareceu-nos frutífero investigar a potencialidade reprimida dos discursos marginais, justamente por constituírem um contraponto tão necessário às narrativas impostas pela cultura ocidental, pois como afirma o teólogo Carlos Mendoza: “(...) são os inocentes da história que nos dadivam esse olhar”.³¹⁵

Por isto, os elementos que conduzem à irrupção do “não lugar”, como lugar não institucionalizado, produzem uma maneira de pensar em Deus de forma desestruturada, numa tentativa de afastar visões fixas de passagens moralmente sancionadas, questionando o seu caráter discriminatório e hegemônico, tornando-se um *locus* crítico, a partir do qual as histórias marginais podem ser articuladas. Desta forma, os mares subvertem a lógica do lugar estático, para propor um espaço de ambiguidade e discrepância que abraça e integra o contraditório, onde cada etapa é uma breve parada para ancorar, um começo ou uma partida, uma bússola náutica³¹⁶. Neste quadro de erosão de um senso de realidade estável e compartilhada por uma angústia de interpretar a realidade em meio às muitas interpretações conflitantes, propomos um diálogo com o “pensamento fraco” do filósofo Gianni Vattimo, mostrando-se capaz de intermediar uma reflexão consciente da capacidade construtiva que permita tanto o colapso do pensamento moderno, quanto as lutas incorporadas para tornarem um mundo viável.

³¹⁵ MENDOZA-ÁLVAREZ, C. *Deus Ineffabilis*. p. 449.

³¹⁶ Por isto, pensar os mares é concebê-los nas suas múltiplas formas. Talvez uma maneira de abordar este assunto seja reconhecer a complementaridade destes entendimentos como as camadas que compõem uma cebola. À medida que descascamos cada película, ganhamos um entendimento parcial. Mas também, não se pode argumentar que cada camada bloqueia ou anula a anterior. Por isso devem-se empreender trabalhos conceituais, incluindo e interrogando os diferentes pontos de vista.

No entanto, é preciso mencionar que o referido autor não tem por objetivo fundamentar uma postura explicitamente decolonial, já que esta não é uma de suas preocupações. Contudo, a análise do “pensamento fraco” pode ser considerada um ponto de partida para compreensão de elementos-chave, oferecendo importantes contribuições. Pensando nisto, içaremos a navegar em um discurso teológico “apofático”, propondo um modelo transgressivo do sagrado, em vista de dar voz e vez aos invisibilizados; descobrindo territórios relativamente inexplorados no desenvolvimento da compreensão teológica.

6.2 O pensamento fraco

Gianni Vattimo a partir de seus estudos sobre a “morte de Deus”³¹⁷ em Nietzsche e, sobre a desconstrução da metafísica em Heidegger, demonstrou a impossibilidade de um fundamento absoluto, que possa produzir princípios rígidos e abrangentes. O autor parte do pressuposto que a razão tem uma historicidade local, isto é, em argumentos socialmente corporificados e historicamente datados numa tradição viva³¹⁸. Vattimo³¹⁹ sustenta que o mundo não é simplesmente dado como uma realidade pura, sem mediação, pois segundo o referido autor “somos intérpretes na medida em que somos alguém que não olha o mundo de fora (...) não podendo dizer como as coisas são exatamente, mas apenas como elas aparecem ou como acreditamos que sejam”³²⁰.

A hipótese levantada por Vattimo converge para o significado do conceito de *Andenken*³²¹, isto é, “Um pensamento sem fundamento, que através do jogo interpretativo, é capaz da superação da metafísica”³²². Desta forma, este significado destruidor da hermenêutica “(...) realiza-se aquela ontologia hermenêutica que hoje fala

³¹⁷ A proclamação da “morte de Deus” pode ser vista como resultado do processo especulativo de pensamento tornado possível pelos limites impostos à razão pela crítica de Kant.

³¹⁸ É importante ressaltar que o Historicismo, enquanto teoria moderna, não é suficiente para satisfazer as exigências da razão na história. Isto ocorre porque, ao longo do seu desenvolvimento, tornou-se mais uma teoria totalizante que buscou reduzir o pensamento a um conceito absoluto de história.

³¹⁹ Para o autor, em toda situação hermenêutica é preciso tomar em consideração o objeto textual que, nesse caso, é aquilo que será interpretado e o intérprete, buscando interpretar a religião de uma perspectiva hermenêutica em mútua correlação e crítica entre experiência cristã e a experiência histórica.

³²⁰ VATTIMO, G. *Adeus à verdade*. p. 73.

³²¹ Heidegger joga com os significados de lembrar (*Andenken*) com aqueles de pensar (*Denken*) e agradecer (*Danke*), de modo a pensar a verdade do Ser. TEIXEIRA, E. *A fragilidade da razão*. p. 77.

³²² TEIXEIRA, E. *A fragilidade da razão*. p. 77.

do inesgotável como característica do ser e da verdade, e nela funda a infinitude sempre aberta da interpretação”³²³.

A crítica de Vattimo tem como alvo a lógica da racionalidade iluminista. A partir de uma proposta de “pensamento fraco”³²⁴, a Teologia é desafiada a entrar em uma arena de diálogo, que questionou o fundamentalismo intelectual da metafísica. Para descrever isto, Vattimo recorre ao conceito heideggeriano de *Verwindung*, que “se refere a um ultrapassamento, tendo em si as características da aceitação e do aprofundamento, contendo ainda dois sentidos: da convalescença e da distorção”³²⁵. Há um enfraquecimento das estruturas fortes em vista de um processo que toma em consideração os questionamentos feitos pela sociedade líquida, permitindo analisar a natureza fragmentada da Modernidade e da Pós-modernidade; entendendo que nenhum discurso pode oferecer uma explicação total para o modo como as coisas são na realidade.

De certa forma, as reflexões propostas no século XX foram, na sua grande maioria, um ajuste de contas com a Modernidade, especialmente no que se refere às pretensões iluministas. Segundo Vattimo, a Modernidade buscou obter um conjunto de proposições abstratas que durante um período serviu como porto seguro do pensamento ocidental, pois livre das intempéries marítimas prometeu uma estabilidade teórica e social. Esse modelo naufragou diante das ressacas trazidas pelo pluralismo e pela inconsciência do pensamento pós-moderno.

Em outras palavras, o fundamentalismo tornou-se um esforço para resolver as crises, superar as incertezas e responder perguntas. Nisto se tem um duplo desafio: de um lado, dialogar com aqueles que almejam uma religiosidade tradicional descontextualizada das urgências e demandas de um tempo marcado por “mudanças de época” e, de outro, propor um retorno à religião que não seja meramente uma “repaginação da metafísica colonial”, nem tampouco um pensamento que coloca em Deus as atribuições e causa das tragédias no mundo e na história humana³²⁶.

³²³ TEIXEIRA, E. *A fragilidade da razão*. p. 80.

³²⁴ A metáfora do “pensamento fraco” esboça a situação da Filosofia pós-moderna, quando esta, entrou em um período hermenêutico. Fase esta, que tomou uma atitude crítica em relação às exigências do conhecimento absoluto.

³²⁵ TEIXEIRA, E. *A fragilidade da razão*. p. 25.

³²⁶ Pensar um Deus como mero organizador do universo e “fiador de leis morais” é incorrer em uma metafísica apaziguadora de consciências preguiçosas.

Vattimo está preocupado em demonstrar que esta tradição de pensamento revelou-se incapaz de inventar questões significativas. Suas respectivas críticas à Modernidade podem ser lidas como um esforço para mostrar que as perplexidades que nos engolem na esteira de seu desaparecimento, ainda são governadas pelas categorias conceituais que derivam dessa mesma tradição.

A natureza intempestiva desta realidade diz respeito ao que Jean-François Lyotard³²⁷ chamou de fim dos grandes sistemas e metarrelatos³²⁸ propostos pela “modernidade sólida”. Este ímpeto teológico que pretendeu colocar os alicerces fixos para pensar a totalidade revelou-se frágil, gerando uma série de desdobramentos, onde Deus tornou-se subserviente à forma e aos esquemas globalizantes. Um deslocamento em direção a um rumo incerto, uma intelecção que tem desafiado o trabalho de navegar por mares nebulosos e inexplorados da identidade, pois o papel do teólogo é muito mais caracterizado como “intérprete”, do que aquele que tem a última palavra sobre determinados assuntos. Sua função consiste em traduzir declarações feitas dentro de uma tradição, de modo que possa ser compreendido dentro de outras áreas do conhecimento.

Temas como a dissolução dos sujeitos, a descentralização do significado e falta de possibilidades de sintetizar as múltiplas formas de vida, foram algumas das características que traduziram essa pluralidade de experiências³²⁹, desestabilizando os referenciais teóricos que mantinham o discurso religioso na “sociedade sólida”. É justamente contra essa pretensão que se insurge a teoria de Vattimo, buscando uma forma de pensar uma Teologia “não totalizante”, que possa dialogar com uma multiplicidade de vozes, em múltiplos contextos.

O interesse do autor é motivado pelas possibilidades de emancipação, liberdade e crítica ao autoritarismo religioso. Seu questionamento à metafísica é uma tentativa de superar a hermenêutica tradicional que, por séculos, moldou a cumplicidade entre Igreja e Estado. Seu otimismo leva-o a pensar novas maneiras de compreender a “existência autêntica” a partir de Heidegger, bem como as transformações da humanidade no pensamento de Nietzsche.

³²⁷ LYOTARD, J. *A condição Pós-moderna*. p. XV

³²⁸ Sobre essa temática ler: OLIVEIRA, M, A. *Pós-Modernidade: abordagem filosófica*. p. 21-22; GIDDENS, A. *As Consequências da Modernidade*. p. 12.

³²⁹ Lyotard propõe a rejeição a todo e qualquer pensamento do qual ele chamou de metanarrativas, isto é, a ideia de um Deus absoluto, de uma História universal, de formas eternas e de um ser em si mesmo.

Ancorado no pensamento de Heidegger, Vattimo compreende que a identidade da metafísica revela uma busca obsessiva pelo território unificador, que os gregos chamaram de *arché* que, supostamente, torna possível o lugar a partir das experiências. Este sistema do pensamento ocidental, especialmente a partir de Parmênides, priorizou o Ser, a Sustância e a uniformidade em detrimento do múltiplo e, assim, absorveu toda a diferença na semelhança impondo unidade à pluralidade e promovendo estagnação em uma totalidade fixa. Então, a metafísica foi mais longe, ao pretender pensar em um princípio último do Ser identificado como Deus.

É exatamente neste ponto, segundo Vattimo que a metafísica se equivoca, tentando pensar o princípio estável, como ser mais alto como base divina. Quando Deus passou a ser identificado como Ser, funcionando como fundamento gerador da perpetuação dos demais seres, este ficou reduzido a um esquema metafísico que se tornou maior que o próprio Deus. A isto se chama de “Ontoteologia” e a sua superação é uma ideia central no argumento de Heidegger.

Ao buscar a Deus, na cultura ocidental, resulta em um esforço de encontrar as verdades fundamentais da metafísica. Primeiro como causa e princípio de toda realidade e, segundo, porque somente Deus possui tal ciência. Com isto, o curso deste pensamento, desde Tomás de Aquino a Hegel, ligou a estrutura última do Ser à natureza de Deus. Tais consequências se expressam na lógica que tomou a metafísica como base última da verdade e Deus como fonte de tal realidade e auge de todo o conhecimento humano.

Isto significou que os vários modos de Ser que a metafísica propôs foram fundamentados em uma “entidade superior” ou divina. Esta “entidade” tende a ser chamado de Deus e é algo como uma “causa primeira” ou até mesmo uma causa não causada (*causa sui*). A crítica à identificação de Deus como Ser é o plano crucial na tentativa de superação da metafísica, sendo um dos principais catalisadores da suspeita pós-moderna à metanarrativa.

Segundo Heidegger, este não é o Deus a quem os cristãos oram, mas é o conceito filosófico do divino, que fundamenta todas as outras entidades dentro do mundo. Assim, o ontológico e o teológico estão sempre imbricados e a história da metafísica é definida por esta base mútua e interligada. O Ser não deve necessariamente ser chamado de Deus, estritamente falando, mas tem as conotações de um ser divino, fornecendo a base suprema e a causa para todas as outras existências.

O resultado final foi o esquecimento do verdadeiro sagrado, pois o Deus que entrou em jogo como fundamento da perenização ou perpetuação, como aquilo que é diferente e que unifica o que é fundado, está agora circunscrito a um esquema maior que o envolve e o emprega como parte de uma formatação. Por isto, insiste que a Filosofia é a-teísmo, no sentido que não deseja pôr um fim em Deus, mas recusa seu fechamento em um emaranhado de proposições doutrinárias, porque o pensamento sem o Deus-metafísico poderá ser mais aberto a Ele do que a própria Teologia possa admitir.

Vattimo está persuadido de que este despertar não foi encerrado, o que pode ser interessante para uma inserção religiosa no mundo. O autor compreende que os embates com a sociedade secular serviram como uma instância crítica, fazendo com que a religião perdesse sua “patente” e hegemonia acerca da verdade e do mundo.

A hipótese levantada na sua obra, *Sociedade Transparente*, é de que o fim da Modernidade deu-se porque já não era mais possível conceber uma história unificada. O declínio das ideologias do século XX, postas em xeque pelos sistemas totalitários, questionaram as ambiciosas pretensões de construir um quadro abrangente da realidade, o que provocou um enfraquecimento das estruturas rígidas.

O autor explica o termo pós-moderno como uma nova etapa em relação à Modernidade. Esse conceito longe de ser unívoco, comporta uma gama de interpretações e críticas. Há inúmeros debates sobre o que é mais relevante e significativo, o prefixo “pós” ou o substantivo “Modernidade”. Diante disto, se pode esboçar pelo menos duas posturas: continuidade e descontinuidade. A primeira defendida por teóricos como Anthony Giddens³³⁰, afirma que a Pós-modernidade é a Modernidade levada ao seu extremo, por isto a termo “hipermodernidade”. A segunda postura é a dos que propõem uma ruptura e buscam contrastar os valores e premissas de ambas.

6.2.1 A secularização como oportunidade

Para os setores religiosos tradicionais, a Pós-modernidade constitui-se como um inimigo diabólico da religião. Um ceticismo frívolo que mina a possibilidade de qualquer absoluto: seja ele Deus, a verdade e a moralidade. Segundo tais pensadores, se

³³⁰ GIDDENS, A. *As consequências da Modernidade*. p. 11.

“Deus está morto”, então tudo está legitimado, deixando o mundo à deriva de um relativismo paralisante. Porém, se é real que a Pós-modernidade abala os alicerces da religião tradicional, não é menos verdade que complica as pretensões do ateísmo moderno.

Observou-se que no coração dessa perda está a experiência, amplamente descrita como uma crise de significado, a qual Nietzsche descreve como a “morte de Deus”, a perda da fé em uma medida última, além do mundo, que constituía sua justificação única e definitiva. Na medida em que essas concepções de mundo derivam de um critério tão supremo, a perda da fé em tal medida destruiu os significados que foram sustentados por essa crença e pelos quais os seres humanos tradicionalmente se orientavam. Desta forma: “Freud, Marx e Nietzsche serviram, na cultura ocidental, como profetas clássicos pós-modernos, proclamadores da inquietante perda da inocência e autoconfiança, proclamadores da realidade do poder negativo para desmascarar a ilusão, o conflito e a contradição”³³¹. Diante disto, é preciso perguntar novamente: a crença religiosa ainda é possível depois do obituário instaurado pela “morte de Deus”³³² decretada pelo filósofo Nietzsche? A religião ainda é uma opção viável no mundo de hoje, sobretudo após a crítica ao pensamento colonialista moderno que sacralizou a violência e o autoritarismo?

Apesar do sucesso, nas últimas décadas, a tese da secularização tem sido contestada sobre diversas perspectivas. Uma voz influente nesta crítica tem sido Gianni Vattimo. Para ele, a secularização, tão proeminente no discurso teológico ocidental, permitiu o questionamento e a formação de novas ideias teológicas, que se encaixam no horizonte da sociedade ocidental. Seu trabalho demonstra que a crença religiosa e adesão, reflete a tendência pós-moderna de indivíduos que preferem uma identidade religiosa ou espiritual indefinida. Essas novas identidades não se encaixam necessariamente nos limites de instituições religiosas autoritárias.

Segundo Vattimo, a secularização não é declínio da religião, mas, sim, a sua continuação, compreendendo as filosofias modernas como uma laicização da visão cristã. Sua hermenêutica propõe uma mudança na forma de como a narrativa cristã responde aos desafios pós-modernos no contexto de um mundo globalizado, onde as

³³¹ TRACY, D. *The Analogical Imagination*. p. 349.

³³² Nietzsche se refere a certa compreensão de Deus associado à história, à racionalidade e à moralidade. O deus modernista do progresso, do conhecimento através da razão e da moralidade, esse sim está morto.

estruturas tornam-se a cada dia mais frágeis, fugazes e líquidas. Tal empreendimento teve início com o teólogo Joaquim de Fiore³³³, fornecendo um paradigma que permitiu uma interpretação secular da escatologia que, posteriormente, fora levado a cabo pelo filósofo Hegel, emoldurando um esquema de pensamento dentro de uma perspectiva cristã da história.

A secularização, que é a expressão do Cristianismo, nos legou uma lição. Deus não é necessário, isto é, Ele não pode ser tomado como garantia de argumentos metafísicos, não podendo ser usado meramente como hipótese, seja ela epistemológica ou existencial, a menos que devamos tirar as conclusões de que Deus é uma construção racionalista. Para Vattimo, as questões de Deus estão abertas e, não necessariamente, reivindicam uma resposta absoluta. A secularização começa com uma crítica das determinações teopolíticas de Deus como tirano e metafísico, sobretudo após as duras críticas impingidas por Nietzsche. Esse enfraquecimento torna-se uma libertação, um processo que ajuda a depurar uma visão de Deus como “autoridade soberana”, “Juiz” e o “Deus todo poderoso”, para se tornar amor, dom e promessa.

Neste sentido, a secularização não é simplesmente um desastre que deve ser revertido, mas pré-condição, ainda que perigosa, para conceber a realidade novamente. Para isto, se faz necessário mapear pelo menos três posturas distintas: A primeira que compreende a secularização como aniquilamento da fé cristã; a segunda que vê a secularização como uma incapacidade de suportar o peso da autonomia moderna; e, finalmente a terceira, a postura de Vattimo que percebe onexo entre fé cristã e secularização. Assim, o autor vê a perda da tradição moral, política e filosófica que definiu o sentido no passado, como uma “faca de dois gumes”. Com a perda da tradição, perde-se o fio que nos guiou com segurança através dos vastos reinos do passado, mas esse fio também era uma cadeia que nos aprisionava para um aspecto pré-determinado (fixista).

³³³ Joaquim de Fiore (1135- 1202 d. C) foi um abade cisterciense, na Calábria, no sul da Itália. Sendo considerado um dos mais importantes expositores apocalípticos. Frequentemente associado ao desenvolvimento do método de interpretação das profecias apocalípticas, seus escritos contribuíram fortemente para uma reviravolta nas interpretações medievais. Seu *insight* do Antigo e do Novo Testamento como dois regimes consecutivos da graça divina, fê-lo crer num *tertius status*, “novo regime” uma nova era espiritual, e atribuiu a cada regime uma das Pessoas trinitárias e um grupo religioso particular. O regime primeiro, veterotestamentário, corresponde ao pai e caracterizar-se-ia pela hegemonia dos leigos; o regime segundo, neotestamentário, corresponde a Jesus pela hegemonia dos clérigos; por fim, o terceiro e novo regime, próprio ao espírito santo, cuja manifestação estaria próxima, seria dominada pelos monges e *virii spirituales*. NOGUEIRA, L. *O Espírito e o Verbo*: as duas mãos do Pai. p. 62-63.

Diante desse quadro, alguns se apegam às certezas agonizantes, enquanto outros aspiram a um novo lugar no mundo global. Voltando à metáfora dos mares e oceanos, essa visão é extremamente rica para o “pensar” e o “fazer” da Teologia, pois ao mesmo tempo em que o mar é dinâmico, segue também padrões e ritmos regulares. Isto significa dizer que uma Teologia marítima não desconsidera o patrimônio teológico e o arcabouço clássico das reflexões anteriores. Ao contrário, assim como os fluxos de água integram com a terra e o mar, também geram a fertilidade e a regeneração, podendo-se, simultaneamente, aproximar ou separar visões de mundos distintas, permitindo que as relações expressas sejam reinterpretadas. A água e seus fluxos podem expressar movimento, mudança, repetição, conexão, separação e mistura, apenas para citar algumas das possibilidades.

A característica saliente da Teologia marítima é que ela é dinâmica - não apenas no sentido de que indica movimento em oposição a um estado estático - mas também no que se refere a relações interpessoais, como espaço de tradução das antinomias do presente, onde emerge a pergunta: como agir e pensar teologicamente em um mundo fraturado por contradições, desigualdades e aumento do fundamentalismo?

Frente a isto, uma Teologia do “pensamento fraco” precisa primeiramente levantar questionamentos acerca de esquemas coloniais globalizantes que almejam abarcar a totalidade de Deus e do pensamento teológico, pois foi do universalismo europeu que a certeza do Iluminismo se apropriou do conhecimento mundial. Aqui, a Teologia é chamada a fazer uma “dupla escuta”, primeiro da Palavra de Deus interpretando criticamente a Tradição, não apenas para repetir fórmulas já acabadas e, depois, escutar a realidade circundante para interpretar as situações reais da vida em um quadro mais abrangente.

A percepção de tal fenômeno, passa pelo reconhecimento que se vive em uma sociedade culturalmente mais fluida do que qualquer outra na história, mas nem por isso menos bela e instigante, onde a normatividade, a relevância das instituições e práticas dominantes do passado está sendo posta em xeque. O escopo de sua eficácia é cada vez menor, fazendo parte de um projeto mais amplo de uma era secular.

Este contexto exige um novo itinerário de fé, uma maneira de viver com maior destreza para falar em diferentes situações, a fim de que sua Teologia seja significativa

e relevante³³⁴, ao invés de persistir em buscar intensivamente pela representação daquilo que pode ser capturado pelo uso da razão, talvez seja mais condizente com uma postura genuína, a consciência daquilo que nos escapa.

Entendemos a Teologia na dinâmica dos sistemas adaptativos complexos não lineares, de atributos auto-organizados e as propriedades emergentes, podendo ajudar a construir uma visão de mundo alternativo e orgânica, sendo menos fixa em termos de mudança, mais conectada e com um sentido maior de corresponsabilidade com as realidades terrestres.

Por “pensamento fraco”, compreendem-se duas coisas: pluralidade e incompletude e isto não autoriza uma postura que legitima o “vale tudo”, como se fosse uma amálgama de interpretações relativas, uma combinação calculada de diferentes modos, pois, segundo Vattimo, o “relativismo forte”, enquanto pretensão de rigidez, já é também metafísico.

O “pensamento fraco”, ironicamente, é visto como uma demonstração de força ao invés de deficiência, vivenciando uma situação qual fonte de riqueza que se abre para uma direção alternativa, num diálogo mais fecundo e menos autoritário, descortinando um novo caminho: “o debilitamento se pode pensar como reencontro do Cristianismo como resultado do permanente atuar de sua herança”.³³⁵ E como afirma Paulo na Carta aos Coríntios: “o que é fraqueza de Deus é mais forte do que os homens” (I Cor 1: 25).

Naturalmente surge a questão: saber se a secularização e *Kenosis* proposta por Vattimo é realmente diferente da metafísica ou é a mesma realidade com uma nova roupagem? É precisamente para evitar tal recaída que a noção de mistério deve ser proposta, não podendo ser aprisionado em conceitos gerais. Aqui, o *Sapere Aude* de Kant é transformado no “ousa buscar” o incognoscível, em sua *Kenosis*, sem domesticá-lo ou contê-lo. A fraqueza do pensamento, assumido na fraqueza de Deus que se encarnou, serve para demonstrar que Ele não somente se solidarizou, mas assumiu a condição de marginalidade voluntária.

³³⁴ O teólogo não age no vácuo, mas sempre dentro de um contexto específico e dependendo de como ele a interpreta, diferente será sua atuação. Toda interpretação humana é feita no contexto de intérpretes. Sendo assim, a Teologia, enquanto *Fides quaerens intellectum* (a fé que busca a inteligência), é uma interpretação da fé cristã a partir de um contexto particular, tornando a fé sensível às realidades desse contexto.

³³⁵ VATTIMO, G. *Creer que se Cree*. p. 33.

Contra as implicações da autorrepresentação hegemônica, o dito de Vattimo sobre a identidade cristã está vinculado a um processo de secularização ativa, em seu confronto e regeneração, o Cristianismo preserva sua identidade, sobretudo quando se volta para o “verbo encarnado”.

Para entender a caracterização do niilismo como uma crise de significado, é importante começar com uma consideração das origens históricas, pois este conceito não surgiu simplesmente no mundo moderno, mas emergiu da complexa interação de valores e crenças que compõem a tradição ocidental. O niilismo moderno pode ser identificado como ausência de qualquer medida, no qual o ser humano precisa estabelecer um significado de mundo a si mesmo.

Esta análise como perda de uma medida transcendente de significado, juntamente com a tentativa de tornar esta medida totalmente imanente à própria humanidade, demonstrou que a degeneração de Deus e do ser humano estão mutuamente implicadas. Portanto, o problema reside na possibilidade de apontar para outros valores que contemplem a presença de Deus, num mundo em que sua ausência como garantia de significado fora colocado.

O que distingue a Modernidade de outros períodos anteriores não é simplesmente a insinuação da impossibilidade do nada que fundamenta toda existência humana, mas, sim, uma ruptura com a tradição e a dissolução das crenças que balizavam o mundo precedente. A “morte de Deus”, como perda da autoridade do passado, não significou uma difamação histórica - ao contrário - à medida que se configurou como uma época de crise e desintegração, pode também preparar o território para uma humanidade diferente.

O niilismo, na perspectiva de Vattimo, assume duas posturas: (1) O niilismo passivo marcado pelo medo frente à destruição dos valores transcendentais e objetivos; e (2) o niilismo positivo. Esta primeira postura, normalmente é “travestida” de concepções religiosas, morais e políticas. Daqui depreende-se que, por razões históricas, a Teologia sistemática esteve mais próxima da primeira postura, assumindo uma atitude defensiva, permanecendo durante muito tempo circunscrita a hábitos hegemônicos de linearidade e objetividade, tal como fora descrita por Nietzsche: “Alguns necessitam da metafísica, mas também daquela impetuosa necessidade de certeza, que hoje se espalha em amplas massas, de forma científico-positivista, a necessidade de querer algo com

mais firmeza”³³⁶. Este desconforto se dá, em parte, porque diante das instabilidades, muitos olham para os “destroços marítimos”, lançados nas areias da Pós-modernidade, com nostalgia de um mundo que outrora foi e que “agora não é mais”. Para os que se identificam com esse pensamento, não existe um processo argumentativo, já que a metafísica anula a hermenêutica, postulando que as coisas têm qualidades próprias, independentemente da interpretação e subjetividade, pressupondo que as mesmas não são essenciais.

Em contraste está o niilismo positivo³³⁷, que fornece a base intelectual sobre a qual se ampliam as percepções da verdade e do conhecimento. A forma positiva desmistifica todos os significados, estruturas e valores que se pretendam eternos e imutáveis, ao mesmo tempo em que busca produzir e criar novos valores e novas formas de relação com o mundo. Isto significa que, em vez de implicar uma perda ou falta de presença, representa o modo positivo em que o “todo” ocorre como *epifania*, mediante a natureza incompleta da realidade, uma incompletude que é, em si, um modo de realização. O que está em jogo aqui não é tanto as condições para se adquirir conhecimento verdadeiro, mas as possibilidades para experimentá-lo como significativo. O ponto é precisamente este: para mostrar que a dissolução de uma medida final não resulta em um mundo puramente sem sentido.

Implícita neste niilismo ativo³³⁸ está a intencionalidade em um passado que pode ser revisitado sem as pretensões de nostalgia. Um alcance para reconectar o significado, mais uma vez, com a existência, com o estar no desdobramento presente da vida. Assim, “por sua força e vitalidade, cria sempre novas interpretações que combatem sem cessar e chegam apenas a precárias situações de equilíbrio”³³⁹.

De tal modo, pode haver um conjunto de conceitos contingentes que afetam um ao outro e sua delimitação depende de critérios situacionais. A incerteza é ontológica e não epistemológica. A isto chamamos de “sinais dos tempos”, porque nos recorda de que não se vive mais uma situação de “essencialismo”. Vivemos, sim, num mundo onde

³³⁶ NIETZSCHE, F. *A Gaia Ciência*. p. 351.

³³⁷ Por niilismo entende-se uma postura anti fundacionalista ontológica e epistemológica que afirma que não há uma estrutura objetiva e permanente da realidade. Seguindo os passos dos filósofos Nietzsche e Heidegger, Vattimo busca contribuir com uma proposta que leve em consideração as inquietações de um tempo dito pós-moderno.

³³⁸ VATTIMO, G. *Diálogos com Nietzsche*. p. 243.

³³⁹ VATTIMO, G. *Diálogos com Nietzsche*. p. 245.

não há mais um centro com suas margens, mas uma variedade de centros, interconectados entre si.

A realidade marítima coloca duas situações específicas: primeiro mostra a necessidade de romper com os esquemas hegemônicos coloniais, seja na Teologia ou na sociedade civil; e, segundo, abre espaço para o acolhimento e abertura ao infinito que se dá no fenômeno religioso, deixando “Deus ser Deus”. Isso ocorre quando saímos do conjunto de proposições doutrinárias de um sistema de totalidades, desafiando as configurações, pondo dúvidas sobre os dispositivos de poder do conhecimento com as quais as ciências humanas e sociais se constituem.

6.2.2 Uma linguagem débil para falar do mistério

A linguagem é um poderoso mecanismo, que pode criar perspectivas e desafios à consciência humana, como também é investida tendenciosamente dos interesses de seus usuários. Como “não lugar” teológico, o “pensamento fraco” oferece desafios às autoridades hegemônicas da Teologia, sua voz traz uma profunda desestabilização, indicando o colapso de estruturas de significados e critérios de avaliação, que resultam em debilidades para propor uma configuração fraca.

Questionar o *status quo* do pensamento teológico vigente possibilita uma abertura para a diferença e para a solidariedade, exigindo que os diversos aspectos, inclusive a linguagem, sejam transformados por meio de uma nova proposta. Aqui, as palavras muito mais do que fixadas por versões essencialistas e autorreferentes, necessitam ser compreendidas no seu contexto de interlocução.

Ao tentar tal tarefa, o teólogo marítimo encontra um desafio e uma dificuldade significativa, pois no núcleo do pensamento teológico está o problema vital da transcendência e da ininteligibilidade de Deus. É um problema que gerou posturas metafísicas e totalitárias. Trata-se de uma maneira de questionar o lócus doutrinal que, necessariamente depende do reconhecimento do teológico da infalibilidade divina, levando suas buscas e experiências para servir de fonte necessária para suas indagações teológicas.

Um de seus fundadores, Pseudo-Dionísio³⁴⁰, é desafiado pela questão: como Deus pode ser causa de tudo e, ao mesmo tempo, transcendente? O Areopagita baseou-se no Evangelho de João: “Ninguém jamais viu ao Pai” (Jo 1:18) e em outras declarações escriturísticas semelhantes de ministério divino para argumentar que a cognição se aplica somente a coisas finitas, existentes como partes de nosso reino humano, enquanto o infinito absoluto não pode ser conhecido - exceto pelo conhecimento divino - enfatizando uma espécie de consciência imediata do Deus incognoscível, que a tradição grega denominava como contemplação. Deus é conhecido em todas as coisas e se separa de todas elas. Ele é conhecido através do conhecimento e, também, do desconhecimento. Estas afirmações de semelhança-dessemelhança é que estão no cerne de seu pensamento, tornando possível a revelação e o ocultamento de Deus. Este pensamento teve como desdobramento duas correntes: o misticismo cristão (Mestre Eckhart) e a Teologia negativa do Concílio de Latrão (1215).

A consciência religiosa da ausência teve suas raízes na tradição “apofática” primitiva, onde os encontros levam a uma viagem além da linguagem e do conceito para aventurar-se num mar de horizontes inexplicáveis. Para dar conta dessa realidade, Dionísio afirmou que existe uma relação perceptível entre a mente e o objeto imaterial, no caso aqui, Deus. Isto torna possível uma percepção de sua presença como uma maneira de “ver sem enxergar”, uma forma de reconhecer que se está diante daquele que é incompreensível.

Da mesma forma, pode-se afirmar que a humanidade atinge o seu ponto mais alto de conhecimento sobre Deus, quando reconhece que tudo aquilo que se possa afirmar é sempre limitado e provisório. Surge então a questão de como um teólogo pode se aproximar do mistério, já que ele precisa “tirar as sandálias para adentrar no lugar santo” (Cf. Ex 3:5). Em outras palavras, só se pode falar corretamente de Deus, quando Ele é concebido como o infinito. Mas Ele só pode ser compreendido quando voltamos à iluminação transcendente de todo ato, uma vez que, apenas remover os limites do finito não é suficiente para trazer uma compreensão do que o absoluto positivamente significa.

³⁴⁰ O conjunto de escritos atribuídos ao referido autor, assumiu um papel preponderante após a sua tradução do grego para o latim, no século VIII. Já amplamente disseminado entre as comunidades monásticas do século X, seus escritos são reconhecidos como sendo escritos no deserto sírio ainda no século VI. Seu pensamento tornou-se fundamental para teólogos medievais como Eckhart, Nicolau de Cusa e outros.

Todas as expressões conceituais sobre Deus, por mais necessárias que sejam, derivam sempre das experiências não objetivadas da transcendência, que se tornaram horizonte, não apenas para o Judaísmo, mas também para o movimento inicial de Jesus e sua posterior recepção. O conceito da pré-compreensão, o nome do “sem nome”, “Eu sou aquele que é” (Ex 3: 14-15), ou melhor, “Eu sou aquele que estou sendo”, leva-nos a perguntar: como é possível nomear a presença divina que está além de todo nome, sem congregá-lo em uma representação idiolátrica? Essa visão dialética foi levada a cabo pela literatura cristã primitiva e pelas escolas medievais, entendendo que Deus só pode ser conhecido por meio daquilo que Ele se permite revelar, sendo transcendente e imanente, misterioso e disponível. Ausente e presente, cujo verdadeiro caráter só será revelado nas ações em favor de seu povo.

Essa visão começou a desmoronar com a insistência, na Idade Média, sobre a onipotência e a liberdade transcendente de Deus, colocando-o além de todo o alcance de qualquer especulação metafísica, pretendendo proteger as prerrogativas divinas através de uma ênfase na transcendência. Porém, a história moderna refletiu a progressiva rejeição desse Deus extrínseco. Para isto, é fundamental que se mantenha a questão do significado da experiência imanente-transcendente, distanciando-se de toda e qualquer teoria de Deus baseado em uma metafísica essencialista, ou qualquer tipo de pensamento que objetive o horizonte da experiência transcendente, pois, segundo Vattimo, tais argumentos levaram ao ateísmo proposto pelos “mestres da suspeita”. Este é o primeiro passo na recuperação de uma crítica ateísta.

Sendo assim, o “não lugar” intelectual ocorre não somente porque as coisas mudaram ou foram perdidas e alteradas, mas, sim porque o seu entendimento interpretativo, que fornece a conexão entre o significado e a realidade, entraram em colapso. Isto porque estamos vislumbrando algo que o *logos* humano é incapaz de apreender na sua totalidade. Para isto é necessário um itinerário provisório, mesmo dentro da escuridão e desconhecimento, uma inteligência particular está em curso: o mistério insondável de Deus.

Desconstruir e reconstruir a Tradição cristã são uma chave teológica importante em tempos de transição. Trata-se de uma inteligência “sem pressa” que extrai informações das margens, recusa as sínteses prematuras e integra as experiências de fé em culturas fragmentadas, especialmente depois do desencanto com o projeto iluminista.

Voltar-se para a linguagem é um modo de pensar Deus que reflete uma alteridade radical. Esta força que vem do desejo de “dizer algo” através de um jogo constante de significados compreende-se como um horizonte amplo, interpretando certas tendências e possibilidades que olha com confiança para o futuro que permite o cumprimento, não de simples expectativas, mas das próprias promessas de Deus. Esta incompreensibilidade é vista não apenas como natureza infinita, mas também paradoxal. Por isto, as considerações de Marc Augé, Bauman e Vattimo serão úteis pela maneira com que postulam a possibilidade de mapear uma linguagem fluida.

Este é o primeiro passo para a crítica. Sem levar isto a sério, corre-se o risco de nos considerarmos “donos da verdade”, o que já seria um pensamento violento e, portanto, inapropriado para o fazer teológico. Segundo Vattimo, a “morte do Deus” metafísico é, ao mesmo tempo, caos e “boa notícia” pois, por meio da secularização e *Kenosis* liberta a fé da tirania do poder do Deus absoluto e “todo poderoso”, cuja visão o retratava como sendo um supremo monarca, um ditador ou um governante absoluto e onipotente.

Quando a secularização é lida como a morte do Deus metafísico, essa é capaz de articular o fim da cristandade. Assim, o profano/sagrado, em ambos os sentidos, como “fora do templo”, pode ser imaginado em uma cultura ocidental, pois passa por rápidas e profundas transformações. Freud, Nietzsche e Marx, como profetas seculares deste tempo, vislumbram a emergência de um novo modelo de sociedade que se assenta na “epifania do nada”.

A Teologia “apofática”, proposta nesta tese, não é apenas uma teoria do “Deus desconhecido”, mas do “Deus oculto”. Trata-se de um discurso, com “temor e tremor”, em face do incognoscível, pois está aquém de expressar a totalidade do mistério. A palavra grega *Apófise* pode ser traduzida literalmente por “não dizer” e por isso é também chamada de Teologia negativa ou mística³⁴¹, ao passo que *Kataphasis* significa “afirmar”. Ambas se baseiam no mesmo atributo, mas de diferentes pontos de vista, reforçando-se mutuamente como tensão dialética de uma única e mesma realidade. Sendo assim, a revelação do “Deus que vem tirar o véu que oculta, é comunicação de Si, que inseparavelmente se oferece como velamento”³⁴².

³⁴¹ A Teologia negativa é mais bem entendida não como negação da Teologia, mas como Teologia da negação.

³⁴² FORTE, B. *A essência do Cristianismo*. p. 50

Esta realidade torna-se particularmente aguda quando a usamos para descrever Deus, pois quando afirmamos que Ele não é abstraível, estamos reduzindo-o a um adjetivo. Nisto a metafísica ocidental reduziu Deus a um objeto conhecido ontologicamente, a uma coisa definível e passível de categorização. Uma abordagem “apofática” a este respeito almeja construir sentenças que enfatizam sua relacionalidade. Tal estratégia de desintegração é performativa, adiando qualquer definição única, final e abrangente.

Isto significa que, longe de anular a Teologia sistemática, o pensamento “apofático” expressa o que está implícito nela. De fato, a “Teologia catafática”, sem o complemento “apofático”, provavelmente não seria verdadeira, na medida em que deixaria de considerar a questão da transcendência de Deus. Por isto, a Teologia sistemática afirma através da linguagem “catafática”, o local onde a linguagem “apofática” precisa estar.

A sugestão tomada por esta tese é de que a indeterminação é também uma forma de fazer Teologia. Algo que, à primeira vista, parece inquietante e até carregado de angústia para a consciência, mas que se revela, ao fim e a cabo: “como feição fortuita da criação assumida pela razão desconstruída”³⁴³. O mistério insondável de Deus, que não apenas evoca um fenômeno metafórico, mas também uma voz que se autorrevela, convidando a uma interlocução: “no qual se desdobram novas potências de experiência para condição pós-moderna”³⁴⁴. Através disto, a Teologia permite uma experiência de infinitude na finitude humana como fragmentada, abrindo possibilidades para uma série de maneiras de pensar a Deus como mistério, proporcionando uma experiência religiosa vibrante, que se baseia em elementos transgressivos.

Pensando nisto é que propomos uma aproximação provisória para reverenciar Aquele que é totalmente incognoscível do qual excede toda a compreensão humana. Expressar este paradoxo é uma estratégia necessária da própria linguagem negativa, como afirma Carlos Mendonza:

O rio subterrâneo do niilismo apofático percorreu as pradarias da cristandade, deslizando depois pelos passadiços da *civitas* do Ocidente, e agora aparecendo de novo na superfície da urbe, como fuga de água no meio dos escombros das torres caídas, através do niilismo pós-moderno³⁴⁵.

³⁴³ MENDOZA-ÁVALREZ, C. *Deus Ineffabilis*. p. 77.

³⁴⁴ MENDOZA-ÁVALREZ, C. *Deus Ineffabilis*. p. 406.

³⁴⁵ MENDOZA-ÁVAREZ, C. *Deus Ineffabilis*. p. 43.

6.2.3 Quando a metafísica transforma a religião num “túmulo de Deus”

Como bem observou Nietzsche, a cristandade tornou-se uma pedra sobre o túmulo de Jesus. Rituais, mitos ou instituições ambíguas, funcionando religiosamente para expressar sua autorreferencialidade, num sistema que se autolocupleta nas inúmeras e infinitas celebrações que nada ou pouco transformam a realidade.

Cristo ilustra o dilema do teólogo moderno que é desafiado a falar sobre Deus em um mundo no qual Ele está morto³⁴⁶. No pensamento de Nietzsche, é a deificação do nada, onde o louco da obra *Gaia Ciência* afirma: “Para onde está se movendo agora? Para onde estamos nos movendo? Longe de todos os sóis? Não estamos mergulhando continuamente? Para trás, lateralmente, para frente, em todas as direções?”³⁴⁷.

O personagem levanta uma série de questionamentos: como podemos sobreviver na incerteza que resulta disso? Que substituto teremos que encontrar para substituir o deus assassinado? Diante de tais questões é necessário novamente perguntar: como a Teologia, depois da crítica avassaladora de Nietzsche, poderá continuar a pensar em Deus de forma autêntica? Será que os teólogos serão capazes de tirar todas as consequências de tais ideias? Ou então, poderíamos viver nesta nova impossibilidade? Nietzsche entoou não somente o *réquiem*, mas também proclamou o epitáfio do fim da metafísica e da Teologia tradicional, colocando limites à autoridade e às concepções sistemáticas sobre Deus:

O louco entrou em diversas igrejas e começou a entoar o seu *Réquiem: aeternam deo* (Que Deus nos dê o descanso eterno). Levado para fora e obrigado a se explicar, ele respondeu apenas: o que são essas igrejas, afinal, se não cripta e sepultura de Deus?³⁴⁸

A morte do Deus metafísico é ao mesmo tempo caos e boa notícia. Como emancipação, por meio da realização da “morte de Deus”, poderá libertar a fé da autoridade e do poder do sacro-violento, que: “permitirá ao pensamento ocidental

³⁴⁶ Vattimo na sua obra *Diálogo com Nietzsche*, debate o significado do conceito “morte de Deus” na obra e no pensamento do pensador alemão. Contudo há um consenso entre diferentes pesquisadores de que Nietzsche estava se referindo ao papel do Deus judaico-cristão na cultura ocidental que já não desempenhava o mesmo papel tradicional de ordenador da vida e da sociedade como outra.

³⁴⁷ NIETZSCHE, F. A *Gaia Ciência*. p. 213.

³⁴⁸ NIETZSCHE, F. A *Gaia Ciência* p. 214-115.

postular a insuficiência radical de toda representação para dizer, representar, pensar ou levar a existência à ação, em sua nudez”³⁴⁹.

O Deus da cristandade, segundo Nietzsche, é o deus da personificação de um absoluto. Neste sentido, o derradeiro paradoxo da crise é invertido. Deus é manifesto por meio de uma fé engajada em um mundo onde a vida está privada e ferida.

E como afirma Nietzsche:

Alguns ainda necessitam da metafísica; mas também daquela impetuosa necessidade de certeza que hoje se espalha em amplas massas, de forma científico-positivista, a necessidade de querer algo com mais firmeza. Mas isso também ainda é a necessidade de apoio e sustentação, em suma, é aquele instinto de fraqueza que as religiões, as metafísicas, as persuasões de todo tipo não conseguem criar, mas conservam³⁵⁰.

Essa existência incerta pode gerar, deslocando as estruturas conceituais fixas desprovidas de garantias metafísicas, desconforto - em um mundo sem fronteiras feito de gratificações momentâneas e fugazes. Enquanto algumas das certezas e previsibilidade das teorias existentes foram minadas, uma ordem oculta é descoberta por trás do caos: a noção de não linearidade, onde a metáfora da rede expressa a complexidade do mundo globalizado em que os riscos são difusos, exigindo uma nova abordagem.

A visão cristã reconhece a presença de Deus como a presença de um abismo. Este conceito esteve presente, como indicam os escritos “apofáticos” dos místicos, desde a origem no pensamento cristão. O mistério da cruz foi, e é, por excelência, o abismo de Cristo esvaziado no nada. O uso do poder de Deus é demonstrado em um ato aparentemente vulnerável e derrotista. Paradoxo da ausência, porque Ele não está mais ali, mas também da presença, pois Ele historicamente foi crucificado. A cruz é a marca d’água não percebida do real. Ela é a representação do visível de uma realidade invisível, abrindo ao mundo o espaço para ver o amor kenótico do Pai no Filho, lugar da revelação do amor radical; redefinindo o poder divino em termos de relacionamento. A *Kenosis* expressa no escândalo da cruz, transforma a força destrutiva do poder como dominação, em amor que faz brotar a vida onde a morte mostrou o seu lado mais obscuro.

O movimento em direção às estruturas frágeis de significação não são raros no ambiente marinho, sobretudo porque falam através de espaços líquidos que incorporam

³⁴⁹ MENDOZA-ÁVALREZ, C. *Deus Ineffabilis* p. 74.

³⁵⁰ NIETZSCHE, F. *A Gaia Ciência*. p. 351.

formas plurais e dissonantes, exibindo uma instabilidade que recorda fluidez e caos, emprestando um potencial metafórico e performativo para a compreensão de sociedade marcada pela fluidez. Concentrando-se na experiência marítima, pode-se afirmar que não há uma configuração estável da realidade, pois o pensamento líquido-aquático transgride as fronteiras inalteráveis da compreensão, redefinindo novos limites e parâmetro, onde a liberdade é temporária e as traduções, da mesma, seguem sua forma oscilante.

Uma fé existencial requer como um pré-requisito, reconhecer que a vontade de Deus não é uma voz estranha que exige uma obediência cega, mas uma voz discreta, diligente e onde o discurso em resposta surge do mais profundo silêncio. A linguagem da fé não pode ser mera reprodução de palavras, mas algo novo. Todo o ministério de Jesus, nos Evangelhos, foi um discurso, mas também um silêncio, especialmente quando fala em parábola para “olham e não veem, escutam e não entendem” (Mc 4: 12). Sua vida foi uma alocução discreta, por isso advertia, aos seus, para que não dissessem nada a ninguém.

A fala é a maneira pela qual a fé emerge. A fé é a plenitude da fala e não apenas qualquer tagarelice, então tampouco, um mero veículo ou instrumento, mas algo mais profundo, que na verdade cria fé. Quando o silêncio está presente, não é um mero vazio, assim como não é uma simples ausência, é muito mais uma presença. Este é um eco do discurso “apofático” da teologia mística. Neste ponto a realidade marítima, como uma voz legítima pode agora ser vista como uma maneira possível de validar uma concepção do mundo, porque a solidão imposta pelos mares e oceanos não tem espaço para tagarelice. Sua absoluta atenção plena à separação é o silêncio indicado na Teologia “apofática”.

Em síntese: Trata-se de uma crítica ao aprisionamento de Deus e da experiência religiosa em esquemas rígidos, pois no centro desta postura está uma “metafísica violenta”. A desconstrução niilista apontou que toda pretensão de sistemas teológicos universalistas e abstratos, já são uma nova imposição, portanto inapropriada a esta tese.

6.2.4 Secularização e *Kenosis*

A teoria da secularização de Vattimo abre um horizonte que é a “morte de Deus”, e assim se torna *epifania*. O Seu autoexílio oferece um modo de se ler com atenção as possibilidades de um “pensamento fraco”.

A dinâmica, a ser buscada quando introduzimos o entendimento a respeito de Deus, revelado em Jesus como secularização³⁵¹ e *Kenosis* está focada na dimensão da experiência cristã não apenas como qualidade, mas também como desintegração e fraqueza. Vattimo parte do seu conceito heideggeriano de *Verwindung*, que significa convalescença e distorção: “que não pode ser radicalmente superada, mas certamente pode ser *verwunden*- distorcido pelas múltiplas iniciativas anárquicas de resistência que nascem aqui e ali sem nenhuma pretensão de construir uma nova ordem global”³⁵².

Sua condenação ao poder religioso é formulada como uma crítica à imperialização de Deus que se configurou em um amálgama teo-político da lei, levando não somente à glorificação do poder, mas também às concepções totalitária e moralizante. Por isto é necessário uma nova abordagem que só poderá ser alcançada mediante o conceito de secularização, ou seja, uma experiência imanente-transcendente.

O princípio encarnacional revela como o pensamento de Deus supera as distinções entre o humano e divino em Cristo Jesus: “O Deus que e por Jesus se revela é humano. E o homem que em Jesus emerge é divino. Não podemos falar do homem sem ter que falar de Deus e não podemos falar de Deus sem ter que falar do homem”³⁵³. Esta visão integrada e positiva da encarnação do Verbo levou a cabo o processo de secularização, divinizando um mundo experimentado como natureza e transformando-o em uma história de liberdade e graça. Esta realidade tornou-se capaz de abraçar a natureza do mistério em sua dupla dimensão: o Deus incognoscível (*Trindade Econômica*) e o Deus que se autorrevela na missão profética de Jesus (*Trindade Imanente*), onde o *Logos* se tornou a forma das formas: divino-humano, e com isso transgrediu uma concepção elitista acerca de Deus.

³⁵¹ Segundo Vattimo, a secularização é a história do pensamento fraco, precisamente porque evita a forma as principais maneiras pelas quais o pensamento metafísico se impõe: força e rigor. O pensamento fraco toma a forma de uma hermenêutica ontológica.

³⁵² VATTIMO, G. *Adeus à verdade*. p. 129

³⁵³ BOFF, L. *Jesus Cristo libertador*. p. 131.

Esta incompreensibilidade dá origem à resposta da parte humana ao amor de Deus, que se abre à graça e ao dom. A fé é esta adesão à tal alteridade: “a linguagem desconstrucionista a denomina uma saudação que é, ao mesmo tempo, reconhecimento e diferença de ‘ad-oração’. A fé é abertura ao mundo da vida e ao advento do outro inominável”³⁵⁴.

Sendo assim, um dos paradoxos centrais da fé cristã é que não há transcendência à parte da imanência. Deus é constituído como relacionalidade a toda a existência através de uma decisão transcendente, retomando novamente à imanência das realidades. Nisto, Jesus encarnado tornou-se o *locus* deste paradigma.

Deus fez mais do que criar matéria, Ele se tornou humano. A encarnação transformou a realidade de dentro para fora. Jesus não se limitou a entrar na história como uma vaga nuvem espiritual, Ele tornou-se historicamente humano. Não veio simplesmente para preencher a lacuna entre o mundo imanente e o Deus transcendente. Ele realmente trouxe o Deus transcendente, infundindo o divino no ser humano.

O mistério da Trindade une Jesus ao Pai e ao Espírito Santo. O mistério da encarnação une Jesus aos humanos e santifica o aparentemente banal e ordinário, pela qual ascendemos ao conhecimento de “Deus invisível”. O conhecimento místico de Deus não é um conhecimento de essências imateriais, distintas do visível e do material.

Em oposição a um gnosticismo que tenta transcender as coisas, Jesus é o nosso acesso à criação como tempo e lugar para acreditar. Ele nos mergulha em tudo o que é material, desde as redes de pesca dos apóstolos à beira do Mar da Galileia, até o cadáver fétido de Lázaro em Betânia. Com isto, Jesus incorpora o abraço do esvaziamento, da limitação, abrindo um caminho ativo a Deus e aos outros. Esta realidade concreta revela uma mutualidade e solidariedade como ícone de um Deus kenótico.

Tomemos como premissa que Deus tudo criou por amor através de um ato de partilha e de autolimitação, e não de poder. Todas as coisas foram e continuam sendo ocasião para a glória, para a manifestação de sua presença, mesmo em lugares

³⁵⁴ MENDOZA-ÁVALREZ, C. *Deus Ineffabilis*. p. 417.

mais improváveis, como a pregação nos barcos de pesca. Paradoxalmente então ascendemos mais acima, indo mais para baixo, a imanência como lugar da sublimidade de Deus nos encontros aparentemente banais nas orlas marítimas.

Dada a limitação das mediações históricas e do caráter transcendente-imanente de Deus, nenhuma pretensão de conceito é capaz de esgotar aquilo que possa dizer. Isto não deve ser motivo de preocupação, pois Deus não se deixa aprisionar por nenhum esquema, o que está muito claro, no Livro do Êxodo, quando Moisés, pergunta: o que direi quando perguntarem qual é Teu nome? (cf Ex 3: 13). A resposta de *Iahweh* é: “Eu sou aquele que é”. Tal entendimento fala do significado do nome inominável, designando o que não é chamado e dizendo o que não pode ser conceitualizado. Moisés não o vê, mas somente aquilo que é revelado, a saber, o estado de miséria em que vive o seu povo no Egito. Sendo assim, Deus, e o que entendemos d’Ele, só pode ser compreendido quando nos entregamos ao mistério inefável que se apossa de nós como uma realidade que sempre nos ultrapassa.

Moisés, para ver a face de Deus, é empurrado para cume da montanha, mas ele não se encontra com o próprio Deus, mas contempla não Aquele que é invisível, mas onde Ele mora. Moisés o vê apenas “de costa”. Desta maneira, “(...) a fé é uma vacuidade de significado: um conhecimento de Deus sem imagem porque é fruto do desapego da existência que se reconhece, no meio da orfandade dos signos habitada por uma presença amorosa”³⁵⁵. Tal encontro leva a um novo entendimento de Deus dentro de uma narrativa de libertação. Essa concepção de um “Deus todo poderoso” cede lugar a uma nova interpretação de sua vontade, fornecendo uma maneira de incorporar o divino nas realidades fronteiriças da vida, a qual denominamos “não lugar”.

Se tomarmos tal perspectiva, entenderemos que, a nós, é vedado nomear a Deus, pois é Ele que nos nomeia. É somente no mistério da palavra como liberdade para aqueles que a sabem ouvir; é que Deus se manifesta na história humana como significado de eventos existenciais não objetiváveis. N’Ele estamos inscritos e cuja presença nos convida a falar nas palavras daquele que é a própria Palavra, o “Verbo feito carne”.

O místico, na realidade marítima, é aquele que enfatiza a incompreensibilidade radical de Deus através da capacidade finita de abarcar o infinito. Ele não é apenas um

³⁵⁵ MENDOZA-ÁLVAREZ, C. *Deus Ineffabilis*. p. 408.

expositor de ideias, mas aquele que navega nos desígnios de sua incompreensibilidade. Como intérprete de uma experiência originária, reconhece que nenhuma pretensão humana de abarcar o mistério é absoluta, buscando encontrar um caminho entre um projeto finito para uma realidade infinita que nunca está fechada. Este é o aporte que precisamos ancorar a Teologia marítima para descobrir os momentos “epifânicos” que deriva dos eventos produzidos pelo mistério que é, ao mesmo tempo, *parusia* e *advento*.

Desta maneira, a noção de *epifania* pode ajudar no mapeamento das transformações em arenas de significado não metafísico. Uma promessa de revelação que nunca deixa-se aprisionar, mas que desafia a desvendar o conteúdo inatingível ou irrepresentável do próprio Deus. Assim, nos aproximamos do significado e da promessa de revelação que é oferecida e que infinitamente ultrapassa a pretensão de abarcá-la, fornecendo um modelo útil para uma configuração marítima tornada temporariamente ativa, transformando as experiências ordinárias de manifestações invisíveis em revelações figurativas do “não lugar”.

É justamente aqui que entra em jogo a noção de maritimidade, uma perspectiva que pressupõe a capacidade de traçar momentos de crise epistemológica como uma descrição provisória de uma perspectiva que almeja propor um pensamento alternativo à Modernidade colonial. A experiência “epifânica”, como lugar, torna-se possível não apenas por meio das transferências simbólicas e, sim, pela capacidade de traduzir as realidades abissais, que se desdobram na experiência e na vida marítima, onde Deus fala, por isso “lugar teologal”³⁵⁶. Sobre isto afirma o teólogo Carlos Mendoza Álvarez:

A adoração que procede da fé nua não é um ato de religião, nem de culto, senão que é um ato espiritual que se retrotraí do murmúrio crescente dos significados para o silêncio dos inocentes, para ‘deixar-se deletrear’ por uma alteridade amorosa enigmática, imanente e transcendente ao mesmo tempo, que tudo acolhe em seu ser superabundante³⁵⁷.

Neste sentido, a realidade marítima pode oferecer uma maneira de validar seu modo sagrado-profano de ver a partir de dois princípios. Em primeiro lugar, porque está honrando a sacralidade do espaço secular, divorciando-a de uma visão religiosa arcaica. Segundo, porque não “toma o nome de Deus em vão”, tornando objeto de argumentos especulativos, salvaguardando sempre uma reserva para uma experiência fundante que vem da natureza incompreensível do mistério, que ao mesmo tempo vela e desvela.

³⁵⁶ MENDOZA-ÁVALREZ, C. *Deus Ineffabilis* p. 64-65.

³⁵⁷ MENDOZA-ÁVALREZ, C. *Deus Ineffabilis*. p. 412.

Trata-se de uma linguagem provisória que convida o ser humano a uma busca incessante: “algo à primeira vista é carregado de angústia, mas que se revela, ao fim e ao cabo, como feição fortuita da finitude assumida pela razão desconstruída”³⁵⁸.

Por vezes, a Teologia tem a tentação de pensar a totalidade referindo-se a Deus. Porém, ao totalizar o discurso, torna-o subserviente à forma. Assim, quando o teólogo diz que a humanidade não pode compreender a Deus, ele o faz por um fator positivo, uma vez que, não pode colocar, em Deus, os limites da finita descrição. Em vez disto, é encorajado a explorar a natureza divina de uma forma que é infinita, oferecendo uma maneira finita e precária de pensar a natureza infinita do sagrado. Isto requer um tipo de linguagem transgressiva, capaz de inaugurar um campo modesto, um ambiente que não fala apenas de vazio ou de silêncio, mas de um lugar dinâmico, em um mundo marcado pela inércia e fragmentação, onde “o lugar sem lugar” da maritimidade é aquilo que interliga a contingência dos processos históricos humanos ao sagrado.

Propor uma Teológica marítima tem um significado sagrado-profano como *Kenosis* de Deus no mundo, como sacramentalidade universal, capaz de abrir espaços para uma Teologia mais flexível e interdisciplinar, que se propõem a navegar por lugares e tempo³⁵⁹, a partir de uma análise instável que tem seu impulso próprio.

A encarnação é caos e possibilidade. Indica o momento em somos convidados a avançar em meio aos destroços daquilo que é obscuro: “permitindo postular a insuficiência radical de toda representação para dizer, representar, pensar ou levar a existência à ação, em sua nudez”³⁶⁰. Como potencialidade de abertura à história concreta da vida daquilo que estão à margem. Isto porque a metáfora não se dobra à interpretação pragmática. O caos da “morte do Deus” metafísico é possibilidade de secularidade, mas para isto é preciso abandonar a noção de que a Teologia deva ser reduzida a métodos fixos.

A busca dogmática da verdade a qualquer custo, leva à descoberta da impossibilidade da verdade precisamente neste sentido, acabando por levar ao naufrágio. A reformulação da experiência cristã, a saber, “*a verdade vos libertará*” (Jo 8: 32), tornando a ideia de que a busca da verdade o libertará da verdade em si. Este é o ponto em que o dogmatismo se transforma em niilismo, que pode se manifestar de duas

³⁵⁸ MENDOZA-ÁVALREZ, C. *Deus Ineffabilis* p.77.

³⁵⁹ VATTIMO, G. *Depois da cristandade*. p. 11.

³⁶⁰ MENDOZA-ÁVALREZ, C. *Deus Ineffabilis* p. 74.

maneiras. Pode-se permanecer de uma forma branda, onde se anseia secretamente por uma verdade em que não se pode mais acreditar, ou de forma radical onde se rejeitar a concepção dogmática da verdade e reconhecer a qualidade perspectiva e provisória de todos os julgamentos. Esta perspectiva é expressa por Nietzsche, na sua obra *Gaia Ciência*, onde afirma:

Saímos de abismos mais profundos, recuperamo-nos de doença muito graves, como a doença da grave desconfiança, da qual saímos recém-nascidos, com uma nova pele, com muito mais prurido e maldades, e um sabor mais refinado para a alegria, uma língua mais delicada para todas as coisas boas³⁶¹.

Pensadores como Gianni Vattimo e Walter Mignolo acreditam que não vemos o mundo de um ponto de vista objetivo, mas projetamos nosso mundo através dos conceitos que trazemos, incluindo a linguagem. Essa funciona como convenções sociais, ao descrever o mundo, e essa descrição varia com nossa perspectiva de mundo.

A Pós-modernidade³⁶² tem desafiado esse conceito de realidade subjacente, baseando-se na crescente suspeita de que todas as ideias sobre a realidade humana são construções sociais criadas através de um processo de representação e, conseqüentemente, de significação, levantando questionamentos sobre a identidade. Como podemos criar um “eu” dentro dessa nova ordem social que está faltando em uma realidade fundamentada? Colocar-se diante desta questão, pressupõe superar a visão de que a Pós-modernidade é uma vingança contra uma Modernidade. Tal postura pode resultar em desistência e evacuação do debate por compreender que as metanarrativas unificadoras funcionaram como repressão em nome de uma falsa unidade. Como se vê o que está em jogo é a demarcação dos extremos, quando afirma que onde não há presença plena, não há presença alguma.

Nesta perspectiva, Vattimo está convencido de que o mundo é dado como uma realidade sempre já interpretada e, precisamente por isso, deve-se evitar o “pensamento forte” com suas reivindicações intermitentes à verdade, finalidade e objetividade³⁶³ que, no seu entendimento, é a fonte do pensamento violento. Sendo assim, para o referido

³⁶¹ NIETZSCHE, N. *A Gaia Ciência*. p. 38-39.

³⁶² Na opinião de Lyotard, a legitimação através de grandes narrativas é uma característica fundamental da modernidade, enquanto a ideia de que a verdade pode ser localizada é aquela que foi promulgada pelos pós-modernistas. As compreensões conflitantes são o resultado da mudança histórica: no início do século XX, a modernidade assumiu o perspectivismo múltiplo e o relativismo como sua epistemologia para revelar o que ainda era a verdadeira natureza de uma realidade subjacente unificada.

³⁶³ VATTIMO, G. *Adeus à verdade*. p.26.

autor, não existem fundamentos fora da interpretação³⁶⁴ que não estejam profundamente implicados em formas de vida sócio-culturais determinadas, em estruturas interpretativas já elaboradas³⁶⁵. Conseqüentemente, não há nenhum *Grund* (fundamento) claramente disponível ou primeiros princípios que possam estabelecer noções definitivas. Afirma que o absoluto está no relativo. Sendo assim, alguma coisa pode ser absolutamente verdade, mas isso não é uma verdade absoluta.

Segundo o autor, a verdade é sempre relacional, mas essa, não é apenas privada ou então uma qualidade imutável e absoluta, independente do tempo, do espaço e da cultura. A verdade acontece nos limites de tais situações, na qual está circunscrita³⁶⁶. Tal movimento faz parte da prática pós-moderna de contestar a ideologia dominante, mas também com um reconhecimento autorreflexivo de estar imerso nela. A ênfase na provisoriade pode ser vista como um dispositivo eficiente, se assim for bem compreendida.

Nietzsche, em sua reflexão sobre o ímpeto por trás da determinação inequívoca de buscar a verdade, afirma: “Interpretando brandamente, um propósito como esse poderia ser algo quixotesco, uma pequena loucura, mas poderia ser algo pior, ou seja, um princípio destrutivo, adverso à vida”³⁶⁷. O ponto aqui é, portanto, que o impulso para a verdade absoluta é inequívoca e acaba por destruir a possibilidade de uma maior crença na verdade.

No contexto de uma investigação, este equilíbrio entre o mundo como enigma e como solução também pode ser entendido como uma tensão entre um excesso caótico de significados que resulta em falta de sentido e a crença dogmática em um único significado, ou entre perspectivas cambiantes e uma verdade única, e que torna tudo absoluto.

³⁶⁴ VATTIMO, G. *Adeus à verdade*. p.73

³⁶⁵ Afirma Vattimo: “o fato de que em grande parte da filosofia contemporânea, e também boa parte da filosofia das ciências, se reconhece que não existe verdade se não como interpretação; os paradigmas de Kuhn, os jogos linguísticos de Wittgenstein e o agir comunicativo de Habermas são modos de ligar estritamente a experiência da verdade à abertura preliminar de um horizonte que funciona somente enquanto compartilhado”. VATTIMO, G. *Adeus à verdade*. p. 132.

³⁶⁶ Nietzsche desenvolveu sua crítica da verdade construída historicamente redefinindo a relação entre verdade e idealização, afirmando que, uma vez que nossa experiência sensorial é baseada em nossos sentidos físicos, não podemos afirmar que nossa experiência é idêntica ao mundo externo, porque a experiência é meramente um produto dos nossos sentidos. E por isso, em vez de verdade objetiva, temos uma multiplicidade de perspectivas baseadas nas experiências humanas e interpretadas pelas convenções das comunidades.

³⁶⁷ NIETZSCHE, F. *A Gaia Ciência*. p. 344.

O ponto importante a este respeito é que, na medida em que uma vez estando no mundo, é impossível abarcá-lo como um todo. Nos termos mais simples, a maritimidade pode ser entendida como um reconhecimento de quais são as maneiras pelas quais pensamos, conhecemos e agimos; por elas concebemos valores e fazemos julgamentos de risco, como estão vinculadas na nossa posição particular dentro do mundo. Este é um convite para dar lugar aos diferentes olhares e pontos de vistas. Neste contexto, seria importante lembrar que este mundo de infinitas interpretações não é uma aglomeração estática, mas, sim, uma realidade que está constantemente emergindo da luta entre as diferentes interpretações. Isto significa que os julgamentos não podem simplesmente se preocupar com o presente, mas têm uma dimensão histórica inevitável.

A tentativa de Vattimo, através do processo de secularização, é de repensar a possibilidade de julgamento histórico que não se enquadra em uma perspectiva objetivista ou subjetivista. A primeira possibilidade é motivada por uma busca incansável de sistematização e institucionalização e, em termos de identidade, representa formas fixas e rígidas. Opondo-se à tentação de capturar e objetivar, tem-se o subjetivismo que transforma a experiência religiosa em mera expressão sentimental. Se o objetivismo descreve as metanarrativas modernas, o subjetivismo, enquanto movimento contracultural pós-moderno, representa o derretimento de identidades líquidas que carecem de todo e qualquer tipo de referência.

Para evitar uma visão deformada, é necessário estabelecer uma distinção entre concepção relativista e relativa. A primeira (relativista) incorre no princípio de contradição, pois ao ter a pretensão de afirmar que tudo é relativo, almeja que isso seja aceito como verdadeiro, deixando de ser relativo. Ao passo que a relatividade, propõe que qualquer verdade é relativa a seus parâmetros. Isto não significa que uma pessoa não possa ter a visão do todo, porém essa será sempre mediada a partir de uma perspectiva relacional. Epistemologicamente a relatividade não nega a existência de uma referência total comum, mas apenas limita o intelecto humano de apreender esse referente em sua totalidade. E como consequência disso, a relatividade não reduz as verdades religiosas a opiniões privadas. Ao contrário, as vê na relação e na capacidade de tornar significativo seu conjunto de valores a ser assumido e vivenciado pelos crentes que a aderem.

Ao argumentar que a doutrina da Encarnação mostra como o particular é constitutivo da verdade, que é real, concreta, encarnada e só pode ser compreendida como tal, propõe uma maneira pela qual os cristãos podem reconhecer suas próprias

afirmações fundamentais da verdade, respeitando as afirmações de verdade dos “outros”.

A fé em Jesus Cristo implica uma interpretação muito particular da história e da realidade; a Ressurreição confirma e complementa o vínculo teológico-epistemológico entre a encarnação e verdade, salvando a particularidade. Para seres humanos imersos em suas histórias particulares, o Jesus ressuscitado abre um futuro além da morte, não os tirando da particularidade, mas curando-a e transformando-a em plenitude de vida. O genuíno diálogo precisa lidar com a Encarnação. Ao mesmo tempo, abraçar a mensagem do Evangelho de um Deus que se torna humano deixa o cristão sem alternativa a não se envolver em tudo aquilo que diz respeito à compaixão.

Como um passo a mais, importante para o aprofundamento da questão, agora é chegada a hora de assumir as consequências de um “pensamento fraco”. Trata-se de assumir uma *Kenosis* existencial que significa a capacidade de compartilhar uma experiência religiosa a partir da fé do outro. Talvez o exemplo mais emblemático daquilo que estamos referindo esteja na vida de Charles de Foucauld que, no ano de 1901, foi para a Argélia, no norte da África, viver uma experiência de fronteira entre mulçumanos, judeus e cristãos.

Embora essas sejam práticas recorrentes, o diálogo precisa estar livre não só das pretensões proselitistas, mas também, da apologética. O ambiente de confiança deve permear e assegurar que as diferentes expressões possam estar abertas à verdade da fé dos parceiros em questão. Ao fazer isto, cada membro coloca momentaneamente, a sua perspectiva em suspensão para arriscar-se a viver a fé do “outro”. Trata-se de um desejo pelo conhecimento da verdade sem ocultar as diversas vozes que compõem a polifonia pós-moderna. Esta alteridade pode ser entendida em termos de alteridade radical de Deus que nos confronta, como nas ressacas marítimas, destruindo toda e qualquer pretensão ou crença que se estabelece como ídolo.

O encontro, quando é verdadeiro, oportuniza um processo de mútua fecundidade justamente porque fornece o ambiente apropriado para uma profunda avaliação e crítica construtiva. Uma vez que houve esse processo de fricção surge a etapa seguinte que é a reapropriação e a valorização da própria experiência religiosa, que passou pelo processo de depuração e debilidade.

A partir disto, podem-se apontar as tarefas. Interpretar criticamente sua Tradição, não simplesmente como mera repetição, mas através da *Kenosis* de Jesus

como forma de compreensão da realidade, à luz dos sistemas metafóricos, desenvolvendo critérios, ainda que de forma provisória. Desta maneira, o teólogo torna-se intérprete, interlocutor de sua cultura, não apenas porque explicita seu ponto de vista de forma compreensível, mas porque o diálogo se constitui em um espaço de encontro que ultrapassa as diferenças.

Estamos conscientes de que a tradição pode funcionar positivamente como memória histórica, plasmando textos, eventos, ritos e símbolos que fornecem um significado particular de uma cultura ou de uma identidade religiosa. Por outro lado, a tradição não está isenta de uma visão ideológica. Costuma-se afirmar que a história da “humanidade é a história dos vencedores”, isto é, daqueles que, por hegemonia, seja militar, política ou religiosa impuseram e forjaram uma cultura. Portanto, para interpretar apropriadamente tais fenômenos é preciso uma atitude crítica de suspeita aos eventos institucionalizados.

A Tradição, na experiência cristã tem um duplo significado: estabilidade e instabilidade. A primeira diz respeito àquilo que se tornou permanente e constate; a segunda revela uma possibilidade aberta de interpretação, um excesso de significado através da recepção criativa da mesma. É o tesouro que fala o Evangelho de Mateus, onde extrai coisas sempre antigas e ao mesmo tempo novas (Mt 5: 52). Tradição e mudanças históricas devem ser incluídas porque moldam a realidade de maneira dinâmica e dialética.

Acreditamos que o grande desafio para a Teologia hoje é apreender a nomear o todo sem cair nem no essencialismo, nem tampouco no universalismo abstrato. Isto implica na difícil tarefa de repensar a Tradição à luz dos influxos marítimos pós-modernos. Não se trata aqui de comprar odres novos e descartar os velhos. Em vez disto, é preciso reconstruí-los para que possam conter o vinho novo.

6.3 Um novo lugar: a *Kenosis* de Jesus

Buscando entender os desafios que irrompem na atualidade, propomos um caminho que traz à pluralidade da realidade, que é Deus, através de seu mistério imanente e transcendente. Estas duas facetas revelam um ponto de partida importante para reunir os vários fragmentos em um lugar que seja capaz de pensar as diferenças na sua unidade, já que, para compreender o evento Jesus, é necessário acesso às várias fontes, que vão dos diferentes relatos e perspectivas dos quatro Evangelhos canônicos às narrativas paulinas. Todas essas formas falam e expressam distintos aspectos de uma única e mesma realidade.

A História da Salvação forma uma narrativa épica das constantes *kenosis* que têm início na criação e sua plenitude em Jesus. Sua morte e ressurreição destaca-se como evento através do qual Deus plasma uma identidade fronteira e marginal³⁶⁸. Sua ressurreição não oculta as cicatrizes que traz no corpo (Jo 20:25), mas as conserva como parte essencial de seu ministério, convidando os seus para assumirem a marginalidade voluntária como Ele abraçou³⁶⁹.

A *Kenosis* do Evangelho não procura derrubar ou dominar outras narrativas, sua natureza é amor e não vitória. O “*mysterium tremendum et fascinans*”³⁷⁰ (tremendo e fascinante) nos revela que o Deus presente no todo, como encarnação plena, é conhecido como a libertação e solidariedade. Seu exílio³⁷¹ kenótico afirma-se como fé que se solidariza com os sofredores da história. Assim, a *kenosis* torna-se a encarnação

³⁶⁸ Segundo John Meier, o comum, o usual, o claro, o estável, o seguro, o próspero, todos tendem atuar ou gravitar em torno do centro, ou parte principal do espaço disponível; o estranho, o incomum, o ambíguo, o instável, o perigoso, o pobre, estes aparecem ou são empurrados para os limites ou margem desse espaço. MEIER, J. *Um Judeu Marginal*. p. 17

³⁶⁹ Um dos exemplos mais emblemático é o apóstolo Paulo de Tarso quando explica detalhadamente sua fraqueza e o poder de Deus no contexto de crise e divisão pela qual passava a comunidade de Corinto: “por isto, me comprazo nas fraquezas, nos opróbrios, nas necessidades, nas perseguições, nas angústias por causa de Cristo. Pois quando sou fraco, então é que sou forte” (2Cor 12:9).

³⁷⁰ OTTO, R. *O Sagrado: os aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional*. São Leopoldo: Sinodal/Est; Petrópolis: Vozes, 2007.

³⁷¹ O exílio existe como um tema rico na Sagrada Escritura. Os exilados são confrontados com uma tarefa: a necessidade de se adaptar numa vida, transcendendo a si mesmo para encontrar em Deus um abrigo, em vez de uma cultura ou uma nação.

A descida de Deus não é apenas o êxodo do Povo, mas do próprio Deus que ouve o clamor dos seus e por isso descer, escolhendo livremente exilar-se com seu povo. Deus é o nome do exílio. O nome de Deus faz o exílio se manifestar em sua fonte, e assim em sua finalidade. E falar o nome de Deus não é simplesmente falar o nome do fundamento da realidade. Essa auto-encarnação de Deus como exílio é uma escolha absolutamente kenótica, e em todos os seus momentos está encenando o apocalíptico evangelho de Deus conosco na morte.

do pensamento de Deus no nível mais profundo como realidade que é, ao mesmo tempo, história sagrada/profana. Esta é, justamente, a tarefa que assume para si a Teologia radical: “O Verbo que se fez carne precisa ser interpretado dialeticamente. O Deus transcendente desceu à carne do processo do mundo e morreu como transcendência vazia e isolada”³⁷².

Esta é a realização da ausência total: “Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?” (Mc 15:34) é o entrelaçamento do profético e do ético, pois à medida que a humanidade se abre ao sofrimento e ao amor, em simpatia com o *pathos* de Deus, torna-se capaz de se solidarizar com outros e se deixar tocar pelos seus problemas e limitações, pois o grito de Jesus continua a ecoar na história e precisa ser lido à luz do sofrimento humano.³⁷³

Esta experiência de aparente fracasso abre um caminho para uma trajetória original. O padecimento e a morte de Jesus constituíram uma *passio activa*, um ingresso consciente na *via crucis*, um assentimento para a morte³⁷⁴. O Deus oculto e revelado, em Jesus tornou-se uma realidade perturbadora, pois sua morte infame não foi um acidente ou um erro, mas foi uma execução política provocada pelo rompimento da ordem social. Sua pregação e denúncia o levaram ao “não lugar”, que foi o lugar da condenação. No rosto do Deus escondido que se tornou esperança em meio às desesperanças, vislumbrou-se a face da humanidade sofredora estampada no amor e na violência.

Na cruz, se tem uma dupla perspectiva. A primeira perspectiva narra o profundo distanciamento entre o Pai e o Filho, a tal ponto que Jesus morre “sem Deus”. Para Moltmann o axioma da apatia na doutrina de Deus torna a paixão de Cristo um evento que não vai além de uma tragédia humana. Assim, os que reconhecem tão somente o sofrimento do Jesus histórico, sem um horizonte mais amplo, poderão reduzir a fé cristã a um relato de dor frio e masoquista. A segunda perspectiva, que é assumida por esta tese, compreende que o Pai e o Filho estão tão unidos que constituem um único gesto de entrega. O sofrimento de Cristo é o sofrimento do próprio Deus, pois quando se aborda

³⁷² GIBELLINI, R. *A Teologia do século XX*. 144.

³⁷³ No lamento de Jesus na cruz, como no salmo 22, a queixa é a aparente ocultação ou o silêncio de Deus. Em Mateus e Marcos Jesus reza salmo 42, que expressa tristeza. Narram os Evangelhos, que no momento de sua morte houve trevas, uma metáfora para indicar a morte, mas também o afastamento do Pai. Em João, Jesus tem sede, um motivo que indica um desejo por Deus ou sua ausência.

³⁷⁴ MOLTSMANN, J. *Trindade e Reino de Deus*. p. 94.

tal realidade do ponto de partida, o *pathos* divino, então: “se pensa em Deus não em sua dimensão absoluta, mas como Ele é entendido na sua paixão e no seu envolvimento com a história”³⁷⁵. Como Pai, Ele padeceu “com” e “pelo” seu Filho. Isto não significou a morte de Deus, mas o começo de seu Espírito vivificante de amor, onde a sexta-feira não foi apenas a representação do desamparo de Jesus. E como afirma Moltmann: “a eterna beatitude de Deus, não se baseia na ausência da dor (...) os padecimentos não são excluídos, mas sim assumidos e transformados em glória”³⁷⁶. Com isto, o autor encoraja os cristãos a aceitarem também o sofrimento na perspectiva de Jesus, colocando-se ao lado dos esquecidos e marginalizados.

Segundo Jürgen Moltmann: “O sacrifício do Filho para a redenção do mundo é revivido na Eucaristia. A atualização da paixão através da Palavra e do sacramento evoca a fé, ou seja, a fé cristã em Deus”³⁷⁷. Desta forma a Eucaristia torna-se o “lugar” para a Teologia, pois lá Deus se dá a conhecer e onde a Palavra é falada na quebra dos elementos visíveis. Assim, afirma o autor: “A Teologia da ação e a Teologia da doxologia mutuamente se complementam. Não há Teologia da Libertação sem louvor, e nenhum louvor de Deus sem a libertação dos oprimidos”³⁷⁸.

Com a crucifixão de Cristo, abre-se no mundo o espaço para ver o amor *kenótico* do Pai revelado no Filho e: “então o autossacrifício do amor constitui a eterna essência de Deus. Nenhuma definição da essência divina poderá abstrair disso”³⁷⁹. A crucifixão torna-se o local da revelação do amor *Ágape*, levado a sua plenitude, de tal maneira que o Evangelho de João afirma: “Deus amou o mundo que lhe deu o seu Filho único, para que todos os que nele crerem não pereçam, mas tenham a vida eterna” (Jo 3:16).

A cruz configurou-se como “não lugar” do amor de Cristo pelo mundo, trazendo o lugar de Deus na história, que continua a sofrer ainda hoje nos mais variados contextos: nos naufrágios das pequenas embarcações pesqueiras, no tráfico humano presente nos barcos de pesca industrial na Ásia, no desrespeito às questões trabalhistas e na solidão vivida por muitos marinheiros. Este espaço aberto pelo mistério da encarnação e paixão de Jesus abraça as várias realidades presentes no mundo, sobretudo

³⁷⁵ MOLTSMANN, J. *Trindade e Reino de Deus*. p. 40.

³⁷⁶ MOLTSMANN, J. *Trindade e Reino de Deus*. p. 48.

³⁷⁷ MOLTSMANN, J. *Trindade e Reino de Deus*. p. 35.

³⁷⁸ MOLTSMANN, J. *Trindade e Reino de Deus*. p. 23.

³⁷⁹ MOLTSMANN, J. *Trindade e Reino de Deus*. p. 46.

os que mais sofrem, pois: “O sofrimento imerecido é o sofrimento divino. E os padecimentos do Deus inocente trazem para a humanidade a redenção da dor”³⁸⁰.

Na Ressurreição, a morte foi transfigurada, as margens foram realinhadas e o que era fronteiro, tornou-se central. Assim proclamou Jesus, ao criminoso que estava ao seu lado “ainda hoje estarás comigo no paraíso” (Lc 23: 43), estabelecendo o prelúdio do futuro de Deus em meio a uma história marginal. A esperança da Páscoa brilha não apenas para a novidade desconhecida da história, ou seja, sua opção pelas margens, mas serve como base de uma “memória perigosa” para todos aqueles que também estão crucificados hoje.

Segundo Moltmann, o mistério de Cristo: “torna histórico o que é metafísico e metafísico o que é histórico”³⁸¹. O corpo de Cristo chagado é o mesmo de tantos injustiçados. Cristo levantado da cruz é o que nos permite de igual forma levantar os crucificados hoje. Levantar é o que move o coração humano. No foco do amor está a natureza transgressora da doação de Deus, como aquilo que excede todo o entendimento e toda barreira que se possa estabelecer entre o sagrado e o profano.

Um dos paradoxos centrais da fé cristã é que não há transcendência à parte da imanência. Deus é constituído como relacionamento interno e toda a existência, se envolvendo numa ocasião singular através de uma decisão transcendente, para retornar novamente à imanência das realidades. Jesus encarnado é o *locus* desse paradoxo.

A encarnação transforma a realidade de dentro para fora. Jesus não se limitou a entrar na história como uma vaga nuvem espiritual, Ele tornou-se particularmente e historicamente humano. Não veio simplesmente para preencher uma lacuna entre o mundo e o Deus transcendente. Ele realmente trouxe o Deus transcendente infundindo o divino no ser humano.

Paradoxalmente então, ascendemos a Deus indo para a imanência. Temos que fazê-lo sob as condições particulares em que Ele se dá a conhecer, isto é, no tempo e lugar, no aqui e agora. Esse contrassenso imanente-transcendente tem profundas implicações para a Teologia marítima. O encontro banal e aparentemente insignificante nas orlas marítimas e nos barcos de pesca se torna lugar da sublimidade do sagrado. Trazendo de volta seu potencial figurativo e imaginativo, esse absurdo pode ser tornar

³⁸⁰ MOLTSMANN, J. *Trindade e Reino de Deus*. p. 61.

³⁸¹ MOLTSMANN, J. *Trindade e Reino de Deus*. p. 61.

uma poderosa hermenêutica. Esta é a lógica que sustenta o pensamento desta tese. Por esta razão, quando a realidade marítima é tomada como uma hermenêutica, a encarnação torna-se claramente desconcertante, levando a sério seu poder de mistério.

Esta linguagem teológica do evento de Cristo é aquela que oferece uma encarnação do Deus-homem. Deste modo, o seu absurdo está presente na desconcertante estranheza, perplexidade e excesso. O texto da Carta aos Filipenses é emblemático para contextualizar o que se está dizendo: “Jesus, embora fosse de condição divina, não usou de seu direito de ser tratado como Deus, mas se despojou, assumindo a condição de escravo, tornando-se semelhante aos homens e reconhecido em seu aspecto humano” (Fl 2: 6-7).

A consumação deste momento é o esvaziamento do sacrifício do amor divino levado à plenitude e o paradoxo místico: morte e vida de Jesus. Ao dizer: “tudo está consumado”, significa que isto termina aqui? A resposta é sim ou não. Com a face envolta em trevas, o grito de Jesus na cruz serve para chamar aqueles que ainda não encontraram a sua voz, as vítimas das quais foram roubadas a sua dignidade.

A promulgação de viver a morte de Deus, na fé, é como o derramamento do Espírito de Jesus, como audição de uma fala profundamente silenciosa, onde apenas o silêncio pode incorporar essa atenção plena. O mistério da encarnação é também encarnação *kenótica* da morte de Deus. Esta realidade somente está disponível quando a ouvimos atentamente, e a ouvimos quando praticamos, e por fim a vislumbramos - no alvorecer - a linguagem que fala em silêncio. Pergunta Carlos Mendoza: “Há gestos mais eloquentes que esta indignidade aberta? Não são estes gestos de gratuidade os que nos mantêm vivos com um elo de dignidade?”³⁸²

Sendo assim, o foco do evento Jesus serve como arquétipo para uma compreensão marítima da Teologia, através do qual se encontram o ritmo das águas, que permitem uma polifonia de discursos. Questionando, articulando e mantendo juntos os contraditórios.

No mistério da encarnação³⁸³, Jesus não somente rompeu o “muro da inimizade entre Deus e os homens” (Ef 2:14), como afirma o Apóstolo Paulo (humano x divino),

³⁸² MENDOZA-ÁLVARES, C. *Deus Ineffabilis*. p. 67.

³⁸³ No mistério da encarnação somos instruídos, assim como Jesus, a alcançar as margens e as pessoas que moram lá. Para tanto, é interessante pensar na pedagogia do texto. Os destinatários da mensagem dos anjos não foram os sacerdotes ou o rei Herodes, tidos como pessoas importantes, mas aqueles julgados

mas com sua morte e Ressurreição³⁸⁴, os limites entre o “sagrado x profano” foram ultrapassados. Dito de outra forma, o “véu do templo foi rasgado” (Mt 27: 50-51), toda a realidade foi salva por Ele. Assumindo tal condição, abraçou a nossa vulnerabilidade para nos ensinar que isto não é tão somente uma metáfora descritiva, mas uma pedagogia que integra e escolhe o diferente: “Amai-vos uns aos outros como eu vos amei” (Jo 13: 34).

6.4 O discurso colonial e o pensamento social trinitário³⁸⁵

O discurso colonial, como já foi apresentado no III capítulo, é um pensamento de dominação e tirania, onde os colonizadores mantêm o controle moral, religioso e político através de meios violentos. O poder do grupo dominante é legitimado por uma pretensa superioridade que justifica o direito de manter o comando sobre o outro. Tal horizonte coloca colonizado e colonizador em uma situação de cativo. A liberdade de todos(as) é limitada pelas funções às quais cada um é designado. Assim, nenhum grupo é livre para narrar suas próprias histórias ou identidades, pois estão mantidos circunscritos nos seus esquemas fechados.

Moltmann está convencido de que a vida de Deus na Trindade tem implicações para as normas sociais e políticas da sociedade. Esta visão indaga profundamente as pseudoposturas divinizadas de governantes, ditadores e tiranos que decorrem de uma compreensão equivocada de Deus. Sua obra *Trindade e Reino de Deus* tem dois objetivos claros e definidos: a superação de um conceito monoteísta cristão e o desenvolvimento de um pensamento trinitário da liberdade³⁸⁶, propondo uma comunidade não hierárquica de compartilhamento e poder que resulta na unidade diferenciada das Pessoas divinas.

por eles como imundos e irreligiosos ou idólatras, isto faz entender que toda a sua vida foi um estar à margem.

³⁸⁴ Estando além da história, a ressurreição é refletida dentro da totalidade das experiências introduzindo uma brecha no tempo para propor um futuro onde os pobres, os fracos, os aflitos e os que sofrem injustamente serão protagonistas de uma nova história (Mt 25: 31-46).

³⁸⁵ MOLTSMANN, J. *Trindade e Reino de Deus*. p. 33.

³⁸⁶ MOLTSMANN, J. *Trindade e Reino de Deus*. p. 197.

Na Modernidade autônoma, a liberdade foi definida como senhorio, poder e posse³⁸⁷. O senhor é livre e todos os outros estão sob seu domínio. Liberdade, para Moltmann, é o mesmo que amizade. Ao espelhar o amor da Trindade, a humanidade está verdadeiramente aberta para si e para os outros. A pessoa livre não é a que domina, mas a que ama. Por isto, as comunidades ordenadas para o amor triuno não precisam manter hierarquias estritas. Então o provérbio popular: “minha liberdade começa onde termina a tua” é profundamente questionado, pois segundo tal entendimento a outra pessoa não é a limitação da minha liberdade, mas, sim expansão dela. Uma afirmação mais positiva para tal situação seria dizer: “minha liberdade começa, onde começa a tua!” A isto chamamos de amor e solidariedade.

Segundo Moltmann o mundo moderno traduziu o conhecimento por poder. Conhecer significou ter controle, dominar e ter posse. Trata-se da relação que a Modernidade impingiu com a separação entre sujeito e objeto. Isto correspondeu à maneira pela qual o discurso colonial utilizou o conhecimento como forma de legitimação de uma visão de mundo. Definir o outro é ter poder sobre ele. O autor compreende que é um passo significativo na relação entre “sujeito e outro” dando origem à comunidade. Aqui, o conhecimento não transforma os interlocutores em objeto e nem tampouco se considera depositário da única verdade. Ao contrário, é transformado pelo processo de mediações, tornando-se participante deste processo dialético de dar e receber. Porém isto ainda não é suficiente. A terceira dimensão é da relação do sujeito como projeto, ou seja, aquele que por meio de palavras e ações transcendem a atualidade para se projetar no futuro. É o que chamamos na Teologia de dimensão pneumatológica (Espírito Santo): “voltada para o futuro de Deus que há de vir, à luz da esperança cristã”³⁸⁸. Sem esta dimensão, a liberdade fica incompreensível.

Moltmann argumenta que o pensamento social trinitário resulta em uma mudança na razão moderna de senhorio para comunhão, de conquista para participação, de produção para receptividade. O conhecimento deixa de ser um dispositivo de controle para tornar-se um canal de comunhão, onde as identidades em processo não se dão a conhecer numa instância de poder, mas no relacionamento e no amor que abre fronteiras. Na construção de tal ideia está a perspectiva da comunidade trinitária, onde a

³⁸⁷ MOLTSMANN, J. *Trindade e Reino de Deus*. p. 218.

³⁸⁸ MOLTSMANN, J. *Trindade e Reino de Deus*. p. 219.

relação das Pessoas divinas, uma com as outras não estão em oposição, em termo de posse e poder e, sim, num espaço de mútua interrelação.

6.4.1 Separação e autodoação mútua

O discurso colonial constrói relações de oposição e estabelece fronteiras físicas e existenciais entre colonizados e colonizadores. Esses limites são frequentemente mantidos pela violência psicológica, econômica e material. Trata-se de uma retórica que enfatiza as diferenças a fim de justificar a subjugação e as políticas de impor e governar. Todas as culturas são comparadas e percebidas como aquém do grupo dominante que se considera normativo. A unidade é imposta de cima para baixo a custo de expressões culturais que geram subalternidade.

O Deus triuno superou definitivamente as distâncias e barreiras entre o humano e o divino. Embora os projetos coloniais tenham se protegido contra o hibridismo para manter a pureza cultural, a vida trinitária é *pericorética*. Afirma o teólogo Leonardo Boff:

Por causa da *pericorese* e da comunhão, tudo na Trindade é ternário. Cada Pessoa age em união com as outras, mesmo quando se trata de ações próprias ou apropriadas, como a criação por parte do Pai, a encarnação por parte do Filho e pneumatificação por parte do Espírito santo. O Filho se encarna, enviado pelo Pai na virtude do espírito vivificador³⁸⁹.

O amor trinitário atravessa todos os limites levando aos espaços de encontro. Enquanto o discurso colonial enfatiza a oposição, o trinitário valoriza a conexão, a unidade e a hospitalidade. Esta compreensão relacional contribui para uma visão de interdependência mútua, pois assim como Deus é Deus apenas no relacionamento, da mesma forma as pessoas serão tanto mais autênticas quanto mais intensos e genuínos forem os vínculos que se estabelecem.

O amor kenótico recíproco, segundo Moltmann, sustenta o mundo. Um Deus imóvel e apático não pode ser colocado como fundamento da liberdade humana. Um soberano absolutista não encoraja tal empreendimento pois: “somente o Deus sofredor e apaixonado, e por força de sua paixão, é capaz de fazer com que exista a liberdade humana”³⁹⁰. A doação na comunhão é modelada após o mistério de Jesus e sua

³⁸⁹ BOFF, L. *Trindade, Sociedade e Libertação*. p. 16.

³⁹⁰ MOLTMANN, J. *Trindade e Reino de Deus*. p. 220.

proclamação do reino messiânico. Embora esse amor de doação possa assumir diferentes expressões concretas, como atos de hospitalidade, arrependimento ou resistência à injustiça social, o que une todas essas coisas é o espírito de inclusão radical e generosidade infinita. Tais obras de amor são infundidas com o mesmo dinamismo de liberdade e paixão pela vida que caracteriza a vida trinitária.

A unidade trinitária não é uma forma opressiva de unidade que exige homogeneidade, mas uma unidade na diversidade que valoriza as diferenças entre indivíduos e grupos, os limites entre eles são permeáveis e as diferenças tornam-se a base para unidade. Aquilo que divide é também aquilo que une. Deus é tanto unidade quanto multiplicidade e, portanto, fundamento de ambos na existência humana. Cristologicamente, a *pericorese* descreve a interpenetração da natureza humana e divina. Moltmann recorre à analogia da sarça ardente de Moisés para descrever essa interpretação, o fogo estava na sarça, mas essa não se consumia. Da mesma forma isso acontece do ponto de vista antropológico. Os outros podem existir dentro de nós e não consumir ou extinguir o que chamamos do “eu”. Existem, sim, limites que distinguem as pessoas, mas esses são porosos, fluidos e altamente relevantes para produção de significado.

6.4.2 Vislumbrando um novo horizonte

O “pensamento fraco” foi um aporte teórico que nos permitiu retomar os discursos hegemônicos modernos, revendo os pressupostos epistemológicos que se consolidaram. Nosso ponto de partida foram os mares e oceanos com os quais lançamos as bases para propor uma reflexão teológica. Pensadores como Walter Dignolo e Anibal Quijano questionaram as posturas coloniais expressas no monopólio dos discursos que estabeleceram a posse exclusiva da dialética. Este objetivo primordial foi tornar visíveis os aparatos de controle e os dispositivos que, historicamente, foram se constituindo e estabelecendo uma hierarquia de conhecimento, especialmente após o advento da ciência moderna, aceitando a realidade marítima como lugar epistêmico para entender o mundo.

A partir do aporte teórico destes autores constatou-se que discurso buscou fixar a realidade de acordo com a visão de mundo do grupo dominante. A linguagem do império foi considerada normativa e todas as vozes foram derivadas desta. Além disto,

os sistemas são retratados como ordem natural e permanente da vida humana de maneira que impede a possibilidade de mudança.

Viu-se que a filosofia de Descartes embutiu uma “colonialidade do poder” quando instituiu um modelo de racionalidade moderna ocidental e seus imperativos epistemológicos. Por outro lado, pensadores como Heidegger, ao propor a questão do retorno ao ser, no início do século XX, negligenciaram também as implicações históricas do colonialismo presentes nestas estruturas sendo, portanto, ainda devedora de tal empreendimento.

É digno de nota que o “pensamento fraco” de Vattimo não tem a pretensão de ser um novo paradigma anticolonial e antimoderno. Ao contrário, sua postura quase nada se refere a tal problema. É necessário cuidar para que aquilo que teve como pretensão ser libertador não se torne novamente um novo esquema hegemônico. Assim, a exigência de repensar até mesmo o pensar, faz parte do reconhecimento necessário dos problemas epistemológicos atuais, onde a própria ideia de progresso, História e Teologia, ainda centrada numa noção eurocêntrica, precisam ser questionadas. Esta crise epistêmica nos convida até mesmo a rever a ordem do conhecimento e nossas posturas e entendimentos.

A perspectiva da Trindade social abre novas possibilidades e contesta a hegemonia do “império”. O verdadeiro amor e poder originam-se da autodoação, onde todos os outros poderes que reivindicam a totalidade são considerados como ídolos. O discurso trinitário é de esperança e aponta para a possibilidade do futuro, pois Deus está continuamente recompondo sua criação a fim de recriar e transformar o presente. Nisto, razão se converte numa “fantasia produtiva”³⁹¹, onde homens e mulheres vislumbram uma nova possibilidade, no intuito de realizar este sonho de vida. Esta natureza é discernida na perspectiva centrífuga alcançando o mundo em seu amor.

O encontro do “não lugar” no espaço trinitário social não elimina o discurso colonial por completo, mas o desmascara - como idólatra. Tais complexidades dessas relações, em curso, podem gerar resistência, risco, rejeição e até violência. Suspeita e conflitos tornam-se possibilidades reais.

³⁹¹ MOLTMANN, J. *Trindade e Reino de Deus*. p. 219.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O “NÃO LUGAR” COMO ESPAÇO MODESTO PARA ANCORAR A TEOLOGIA

*Agora que sabíamos todas as repostas, não é que mudaram as perguntas!
Mais do que numa época de mudança, estamos mergulhados numa mudança
de época, em que temos a sensação de que 'tudo o que é sólido desmancha
no ar'.
Estamos todos perplexos³⁹².*

AGENOR BRIGHENTI

Atingimos o outro lado da orla, já bem longe do lugar onde começamos. É como ter chegado ao porto e sentir o regozijo de poder contar, não somente as alegrias e tristezas da jornada humana, mas também experimentar a exaustão causada pela instabilidade das ondas. O teólogo, assim como o marinheiro, lança-se nas descobertas, entrelaçando ousadia para aproximar-se do mistério de Deus e do próprio mar, situando-se entre o novo e o convencional, como fio condutor de análise da realidade.

Mário Cortella, no seu livro *Qual é a tua obra?* afirma: “De onde vem a palavra oportunidade? Vem do nome de um vento ao qual os romanos chamavam de *Ob portus*, o vento oportuno³⁹³. Isto pode ser elucidativo, quando se aborda as dificuldades e os limites que o novo contexto coloca aos teólogos. E continua o autor: “o que é oportunidade? É quando você pega o vento favorável, aquele que te leva para o porto³⁹⁴. E foi justamente este o objetivo desta tese. Entender a realidade como uma grande oportunidade à Teologia, para estabelecer um diálogo com a sociedade contemporânea, pois “porto, assim como porta, é entrada e saída, é aquilo que o impede de ficar estanque³⁹⁵. Assim, os mares e oceanos, como espaço teológico manifestam uma postura aterrorizadora como se suas ondas batessem continuamente contra a rocha a beira mar, como forma de opressão. A representação da crença do significado marítimo é um memorial de passagens entre elementos antigos e caóticos, como a colonialidade e a hegemonia do pensamento moderno ocidental.

³⁹² BRIGHENTI, A. *A Igreja perplexa*. p. 9.

³⁹³ CORTELLA, M. *Qual é a tua obra?* p. 46.

³⁹⁴ CORTELLA, M. *Qual é a tua obra?* p. 46.

³⁹⁵ CORTELLA, M. *Qual é a tua obra?* p.46.

O imaginário do mundo moderno surgiu da complexa articulação de forças, das muitas vozes de uma história sofrida, marcada por deslocamentos, subjugação e violência. São memórias fraturadas pela supressão de algumas realidades, composta de pessoas anônimas com sua multiplicidade de devires e transgressões. Desta forma, o expansionismo marítimo do século XV transformou os mares em vetores do comércio e em um lugar fluido e impessoal (“não lugar”). O “não lugar” é um espaço ambivalente porque, de um lado, legitimou o colonialismo europeu, com suas “descobertas” e, de outro, tornou-se presença missionária e de bem-estar (*welfare*) das Igrejas cristãs em diferentes portos ao redor do mundo.

Ao responder à questão de pesquisa, esta tese aponta que a Modernidade ocidental tornou-se uma narrativa que teve sua origem na expansão marítima do século XV através de uma dupla colonialidade: (1) colonização do tempo, ou seja, a partir das narrativas eurocêntricas desde a época da Renascença e do Iluminismo; e (2) do espaço físico promovido pela ocupação de novos territórios fora da Europa, onde a retórica do Cristianismo traduzia-se em uma missão civilizadora. Diante disto é importante argumentar quais são as implicações deste entendimento para propor um pensamento teológico não hegemônico.

Nesta tese apresentamos uma visão geral dos contornos e especificidades do pensamento marítimo representado pelo binômio Modernidade/colonialidade. O estudo da realidade moderna nos oportunizou uma análise das bases teóricas dos projetos hegemônicos que tiveram início em 1492. Naquela ocasião, a pujança de um país era aferida pelo tamanho de suas docas e pelas empresas de construção naval que pressagiaram o advento e a hegemonia da Europa como potência marítima, econômica e militar, a partir de um pacto de mútuo interesse entre o Estado e a burguesia nascente.

A cultura dos “povos originários”, as rebeliões e sua produção, a partir do século XVI, foram silenciadas pelos discursos ibéricos. As interações e escopo de controle dos colonizadores ocultaram as histórias de outros povos e civilizações que apresentavam um sistema econômico mais pujante (tais como chineses, árabes e indianos), produzindo uma ficção que colocou os interesses europeus no centro das discussões epistemológicas, políticas e econômicas.

A partir disto, a retórica da Modernidade tornou-se um discurso que interpretou a história em benefício próprio, cujo objetivo foi expandir as fronteiras geográficas, econômicas e religiosas a partir da interconectividade financeira. Esta macronarrativa

do sistema mundial esteve baseada na “colonialidade do poder” vigente até os dias de hoje.

Com o advento das viagens marítimas, a supremacia cultural esteve vinculada ao Iluminismo europeu e a epistemologia (europeia) como universal e neutra. A solidificação deste paradigma, que considerava a Modernidade como um fim e não como um fenômeno, gerou o mito de que essa sociedade era mais desenvolvida e, por isto, deveria civilizar os outros povos tidos como primitivos. A crítica a esta compreensão, passa pelo conceito de que todo o conhecimento é histórico e geopoliticamente situado. Esta ideia considera que a Modernidade não foi consequência dos processos globais, mas de uma interpretação das histórias trazidas pelo pensamento forte, hegemônico, e expansionista/marítimo.

Segundo Mignolo: “Se a Modernidade não pode existir sem a colonialidade, tampouco pode haver Modernidades globais sem colonialidades globais”³⁹⁶. Essa espacialidade não é apenas do capital, mas também de pessoas, e deve ser analisada em um processo mais amplo, sobretudo a partir dos lugares da memória esquecida; isto é, o “não lugar” de Jesus, no qual o pensamento fronteiriço foi elaborado. Esta afirmação representa a lógica do mundo capitalista que transformou lugares identitários em “não lugares” de fluxo e de impessoalidade. Aqui, estão as contribuições do antropólogo Marc Augé, com o seu conceito de “não lugar:” Este espaço, o autor chamou de “supermodernidade”, porque carece de ancoragem histórica e, ao mesmo tempo, é um local que possibilita um deslocamento da epistemologia moderna cartesiana. Neste sentido, o mar - como vetor de circulação de mercadorias - funciona como um “não lugar”, um ambiente homogêneo que visa o lucro. O habitante deste “não lugar” é o marítimo, que por sua condição laboral vive separado do mundo e, de certa forma, também de si mesmo, buscando encontrar a origem, em um trabalho que o invisibiliza.

Por isto, nossa proposta é entender aquilo que separa e, também, reencontra a vida nos seus constantes fluxos, colocando em suspensão os conceitos modernos de uma história linear. A definição de maritimidade, neste trabalho, consiste em considerar as situações históricas a partir de uma nova epistemologia, algo que vem se tornando necessário no pensamento atual. Esta é uma opção que configura uma esfera de ação, promovendo visões que denunciam os danos do desenvolvimento marítimo economicista e suas consequências. Neste sentido, os marítimos são convidados a

³⁹⁶ MIGNOLO, W. *Hablar la frontera: sentir y pensar la descolonialid.* p. 26.

compartilhar o Evangelho, através das fronteiras geográficas e existenciais. É justamente esta condição entre presença/ausência, que nos permitiu considerar o mar como “não lugar” teológico. Uma inversão que marca a inserção nos estudos culturais, valorizando as histórias marginais de um “pensamento fraco”.

Para que isto fosse possível, foi necessário, em primeiro lugar, sistematizar algumas das características da hegemonia europeia marítima: (a) a transformação de uma economia mundial de territórios nacionais para circuitos globais de integração; (b) a hegemonia do capital transnacional voltado à produção global; (c) a implementação de novas tecnologias de transporte; (d) as mudanças nas bases de fabricação dos centros para os países periféricos; (e) a flexibilização das leis trabalhistas; (f) o surgimento de uma elite global; e (g) as novas formas de insegurança, dominação e desigualdades. Mesmo assim persiste o problema de refletir, em forma dialética, os contextos simbólicos e materiais que o mar representa. As críticas feitas ao pensamento eurocêntrico, por vezes, esconde uma janela pela qual se produzem e legitimam posturas ainda hegemônicas e sectárias.

A seguir, a partir da expansão marítima não foi mais possível conceber a Modernidade desconectada do pensamento colonial; algo que o discurso pós-moderno criticou, a partir do conhecimento e do poder. Em suma, segundo Lyotard, as críticas às metanarrativas derrubaram as chamadas reivindicações universalistas da verdade e das pretensões ideológicas modernas. A construção da ideia de Modernidade começou a ser desafiada como um período histórico em que a ciência, a Filosofia e a racionalidade afirmaram seus privilégios sobre outras formas de saberes.

Por isto que considerar o mar como lugar teológico resultou em um estilo fragmentado de pensamento, onde os paradoxos e as estruturas foram mantidos abertos e frágeis. As mudanças propostas para o pensamento colonial deu-se através do enfraquecimento das estruturas rígidas mediante o processo de secularização e *Kenosis*, exigindo por parte do teólogo uma aptidão, onde fé, esperança e diálogo precisam passar pelo paradoxo da fisicalidade da vida marítima. É uma reflexão que almejou subverter tanto o pensamento teológico quanto as narrativas que silenciam as vozes daqueles que vivem e trabalham no mar. No entanto, isto não significou reduzir os problemas sociais oriundos da realidade marítima ao epistemológico. Ao contrário, essas questões deixaram de ser abordadas sistematicamente e, portanto passou a ser necessária a sua reflexão.

Para propor um pensamento teológico fraco, foi necessário rever o que historicamente foi expressão da hegemonia colonial moderna. A possibilidade aqui foi usar uma linguagem apofática, cuja trajetória não é contínua, linear ou controlada, mas, sim, um anseio por desfrutar o mistério da novidade. Nesta experiência, o fazer teológico acontece como evento imprevisível; isto é, um “não lugar”. Uma trajetória que acontece sempre como se estivesse no “meio da viagem”, entre o embarque e o desembarque, ou a partida e a chegada, onde o intermediário é o horizonte do mar. A visão marítima da realidade, nesta perspectiva, torna-se diligente e construtiva. A rigidez do significado dos conceitos modernos não é apenas prejudicial, mas também estranha às experiências marítimas. Deste ponto de vista, é preciso reconhecer o mar, como espaço que não só separa, mas também liga o interior e o exterior. É um limite que não é exclusivo, mas inclusivo. Que não afasta os opostos uns dos outros, mas diferencia. Que liga, enquanto salvaguarda a diferença. Nele o significado não é permanente, mas continua mudando de tempo em tempo, de um lugar para o outro.

Segundo o filósofo Heráclito³⁹⁷: “ninguém pode entrar duas vezes no mesmo rio, pois quando nele se entra novamente, as mesmas águas, e o próprio ser já se modificou (*πάντα ῥεῖ*- *Panta Rei*)”³⁹⁸. Assim, utilizando uma metáfora, podemos dizer que as marés recriam o ambiente de uma maneira que ninguém é capaz de pisar de forma idêntica na mesma praia duas vezes. O tempo tem um poder decisivo, nele e através dele é que o fenômeno se torna uma pretensão de realidade, não como mera repetição, mas como lugar que engendra um novo dinamismo. Na prática é necessário entender o significado fluido e criativo da vida, algo que não pode ser controlado. Sobre esta noção construtiva nos mares e oceanos, é preciso reler as experiências daqueles que estão “na margem” e “à margem” da realidade.

Numa abordagem teológica marítima, marinheiros e pescadores desempenham um papel fundamental, de sorte que os significados da realidade são vistos na perspectiva de uma comunidade desprezada (um “não lugar”). O mar, enquanto marcador, conecta espaços e pessoas estabelecendo limites, alguns porosos, outros impermeáveis e outros, ainda, quase invisíveis.

³⁹⁷ O autor defende a doutrina do fluxo universal de onde é possível extrair tal aforisma.

³⁹⁸ Sobre essa temática ver em: FLAKSMAN, A. *Aspectos da recepção de Heráclito por Platão*. Rio de Janeiro, 2009. 197p. Tese de Doutorado. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=14601@1>>. Acessado em 01/10/2019.

Tomando em consideração isto, é possível fazer uma leitura e análise dos fenômenos e das mudanças globais, não a partir do centro, mas da periferia. No caso dos trabalhadores do mar, especialmente atingidos pela vulnerabilidade imposta no mundo contemporâneo, a questão tornou-se ainda mais proeminente - à luz de uma economia cada vez mais globalizada e fluida. Nesse sentido, as intuições de Marc Augé, corroboram a ideia de que o porto, enquanto espaço de circulação de mercadorias, tornou-se expressão material da contemporaneidade, onde os marinheiros estão em todos os lugares e em nenhum lugar ao mesmo tempo, circulando universalmente em espaços impessoais. Lugar aqui não é uma questão de encontrar um “porto seguro”; em vez disto, é uma consciência dinâmica dos vínculos discrepantes e das conexões estabelecidas.

Como habitantes do “não lugar” de Augé, os marítimos estão muitas vezes em lugares sem nome. Entretanto, o mar - para eles - não é apenas um espaço para atravessar, mas, sim, para reviver, pensar e contemplar o significado mais profundo da vida. O “não lugar” torna-se assim uma possibilidade de organizar os fragmentos da memória, os estilhaços provocados pela vida sofrida. Há a possibilidade de um diálogo interno com seus conflitos e incertezas provocadas pelas demandas da sociedade. Muitos tiveram que abrir mão de estruturas estáveis para estruturas móveis e flexíveis em busca de uma renovada inteligência do mistério (do próprio mar).

Ter percorrido este itinerário marítimo nos levou a perceber que, diante das instabilidades da Modernidade colonial, a Teologia foi desafiada, não somente no processo de secularização *kenótica*, proposta por Vattimo, mas também a colocar-se na vida real. É necessário desfragmentar os conceitos a fim de buscar coerência interna, compreendendo a Teologia como espaço de interlocução. Contudo, não é suficiente apenas colocar conceitos justapostos, nem tampouco, propor um novo discurso rígido que incorreria novamente em um esquema totalizante. É preciso encontrar pontos de diálogo. Assim propomos a secularização e a *kenosis* como lugar do encontro no contexto contemporâneo, sabendo que a coerência que se possa dar é sempre instável devido à natureza fluida da realidade marítima.

O pensamento sobre a *Verwindung* (convalescença e distorção) abre um novo modo de pensar os discursos teológicos. Dentro desta abordagem, os vários fenômenos dominantes são desfeitos através do niilismo. Ao propor isto, Vattimo almeja desconstruir as bases que dominam o pensamento hegemônico, explicando que é

preciso extrapolar as formas violentas em que o discurso teológico está circunscrito. Esta postura permite, ao mesmo tempo, a superação e a observação, evitando que tal discurso incorra novamente em um esquema rígido. Assim, o “pensamento fraco” rompe e transgride a si mesmo, dando lugar uma nova referencialidade provisória que culmina com a encarnação e a *Kenosis* de Jesus. Como ser encarnado, Jesus se submeteu inteiramente ao Pai, não somente em obediência, mas em dependência existencial. A *Kenosis* é a expressão do amor trinitário, onde a “descida” é o ponto de partida e, ao mesmo tempo, de chegada.

Assim posto, é possível ler o pensamento teológico não hegemônico da Modernidade colonial como um “pensamento fraco”. Neste, a encarnação torna-se objeto de metáfora da realidade marítima, podendo viajar em uma perspectiva que subverte as estruturas rígidas. Esta releitura abre uma nova recepção e possibilidade ao tema, mesmo assumindo os riscos que exigem uma atitude proativa, pois se os diferentes olhares interdisciplinares trouxeram distintas questões, novas hermenêuticas criam, também, diferentes perspectivas e desafios.

A interpretação de tais fenômenos, de uma forma abrangente, oportunizou um entendimento distinto da realidade. Isto não foi um processo automático, isento de inúmeras dificuldades e problemas. Segundo Bauman, a Pós-modernidade aceita com demasiada frequência que: “a experiência transborda as gaiolas verbais em que desejaríamos retê-la, de que há coisas sobre as quais devemos silenciar, uma vez que não podemos falar delas, e de que o mistério inefável é uma parte integral da maneira humana de estar no mundo”³⁹⁹.

Sendo assim, a liquidez pode ser ao mesmo tempo uma oportunidade ou uma intrusão na vida e no pensamento teológico, pois tanto afirma quanto desrespeita as diferenças, capturando as tensões insolúveis que colocam a Teologia em movimento, sobretudo naquilo que diz respeito à relação entre passado e presente, ruptura e continuidade. A “Modernidade líquida” é a característica que molda o pensamento pós-moderno, mas também nos torna históricos. Dentro desta perspectiva, secularização e *Kenosis* foram metáforas que nos ajudaram a entender o mar como espaço fronteiro. Esta doação é expressa no nível mais profundo, onde ausência e presença coexistem

³⁹⁹ BAUMAN, Z. *O mal-estar da Pós-modernidade*. p. 205.

juntas, estabelecendo conexões temporárias e duradouras entre pessoas de diferentes condições sociais e religiosas.

Enquanto o mundo moderno se rebela contra o deus autocrático, a experiência da *Kenosis* de Jesus ensina o pleno significado do amor por aqueles que sofrem. Assim, a “realidade sombria” da sexta-feira da paixão encontra seu pleno significado. O crucificado/ressuscitado é o próprio Deus da promessa, aquele que “enxugará todas as lágrimas” dos que estão à deriva. Por abraçar uma cristologia *kenótica*, os cristãos encontram a vida em suas situações mais limites⁴⁰⁰. Deus, revelado em Jesus, não ficou assentado no “seu trono” de majestade, mas convidou os seus a serem “pescadores de homens e mulheres” (Lc 5, 4-11).

A morte do Deus metafísico é ao mesmo tempo caos e “boa notícia”, pois liberta a fé da tirania das estruturas religiosas arcaicas que transformaram a “religião em um túmulo”, que historicamente aprisionou Deus em esquemas teóricos. Esta compreensão tem possibilitado um verdadeiro redescobrimto da fé. A impossibilidade de falar de um Deus metafísico oportunizou uma aproximação entre o pensamento pós-moderno e o discurso religioso.

Aceitar fazer esta travessia implicou assumir o risco, abandonar o conforto, pois a missão marítima é essencialmente viajar para encontrar Deus, que já nos antecedeu no ofício, antes mesmo que nós tivéssemos chegado. O capelão ou voluntário segue o seu chamado para abandonar uma experiência religiosa cômoda, ouvindo, com atenção a voz d’Aquele que diz: “farei de vós pescadores de homens” (Mc 1: 17). O enfraquecimento provocado pela secularização e a fluidez do pensamento pós-moderno, lembra-nos que, no exercício de fé itinerante, o cristão nunca permanece o mesmo, mas será transformado pelos fortes ventos e pelas ondas marinhas. Viver esta experiência é tirar concordar com a afirmação do Papa Francisco: “Prefiro uma igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de agarrar-se às próprias seguranças” (EG, n. 49).

Qual é o resultado de tudo isto? Em primeiro lugar, criou-se um espaço positivo de diálogo entre Teologia e “pensamento fraco” que se opõem a uma visão colonialista moderna. Em segundo, ofereceu-se um lugar teológico para falar de uma perspectiva marítima da fé, não em um púlpito, mas em um barco. O terceiro ponto é a

⁴⁰⁰ TRACY, D. *The Analogical Imagination*. p. 330.

desconstrução de um deus sacro/violento que possibilitou uma crítica do pensamento hegemônico marítimo moderno, propondo um lugar teológico desenvolvido a partir das situações marginais ou “não lugares”.

Nosso trabalho permitiu uma revisita da história do surgimento da missão marítima, como projeto das Igrejas cristãs que se conectam a um percurso com diferentes interlocutores, vivendo experiências limítrofes e, ao mesmo tempo, marcados por pontos comuns de convergência. Não houve pretensão de fazer proselitismo religioso, pois tal atitude caracterizaria um pensamento hegemônico colonial.

A práxis foi a grande oportunidade de criar movimentos em lugares interculturais. Esta tese teve como ponto de partida as experiências no Porto de Rio Grande-RS. A jornada constituiu-se de forma voluntária ao colocar-se às margens, permitindo um diálogo, não pela imposição de doutrinas fortes, mas pela arte do convencimento e do serviço despretensioso à comunidade marítima. Como povo peregrino em meio ao mar, tanto o agente de pastoral, quanto o marítimo, são transformados por esta nova realidade, conhecendo pessoas em meio ao fluxo e deslocamento, buscando repensar sua identidade e propósito. Observa-se que a secularização e a *kenosis* evocam uma orientação marginal e periférica, que conscientemente, leva a Teologia a um convite constante para extrapolar tradições e regras.

Assim, somos como aquelas velhas rochas golpeadas pelas constantes ondas do mar. Perdemos em nossas histórias batalhas difíceis. Colocamos nas palavras a força dos lábios para dizer que um “outro mundo é possível e necessário”. Andamos com as mãos e o coração aberto sempre em busca de abraçar o horizonte que se descortina. Percorremos esta viagem de esperança, que traz a utopia, pois a “Galileia dos Gentios”, enquanto “não lugar” periférico de Jesus, pode ser um horizonte, mas jamais será o fim, pois os cristãos serão sempre convidados a ir além, até “aos confins da terra” (Mt 28: 16).

REFERÊNCIAS

ALVES, F. *Porto de Rio Grande: história, memória e cultura portuária*. Porto Alegre: CORAG, 2008.

ALVES, T; GERMANI, G. A Gestão de atividade pesqueira no Brasil: um breve relato das histórias, conflitos e lutas dos pescadores artesanais. In: *Anais: Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural*. Disponível <<https://geografar.ufba.br/alves-taise-dos-santos-germani-guioamar-gestao-da-atividade-pesqueira-no-brasil-um-breve-relato-das>>. Acessado em: 13/05/2019.

ANDERSON, B, W. Mythopoeic and Theological dimension biblical creation faith. In: ANDERSON, B, W. *Creation in the Old Testament*. Philadelphia: Fortress Press, 1984. p 1-24.

AOS CONFERENCE 18092017. Disponível em: <<https://vimeo.com/234354774/2e59e93947>> . Acessado em 12/01/2019.

A Seafarers tale: loneness and danger/ life links Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=85uO5gbi5oU>>. Acessado em 10/08/2019.

AUDI, R. (org). *Dicionário de Filosofia de Cambridge*. São Paulo: Paulus, 2006.

AUGÉ, M. *Não Lugares: introdução a uma Antropologia da supermodernidade*. 9ª ed. Campinas: Papirus, 2012.

BATTISTELLA, G. *Dizionario socio-Pastorale Migrazioni*. Torino: San Paola, 2010.

BARRERA, P. Fragmentação do Sagrado e crises das Tradições na Pós Modernidade? Desafios para o estudo da Religião. In: GONÇALVES, P.; TRANSFERETTI, S. L. (orgs): *Teologia e Pós Modernidade*. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 437-63.

BARROS, M. *A reconciliação de quem nunca se separou. Pluralismo cultural e religioso: eixo da Teologia da Libertação*. Disponível em: <www.servicioskoinonia.org/relat/353p.htm>. Acessado em 18/0/2017.

BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999.

_____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

_____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.

_____. *Identidade*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2004.

_____. *Confiança e medo na Cidade*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

_____. *O mal estar da Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. *Retrotopia*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2017.

_____. *Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007.

_____. *Vida para Consumo: a Transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007.

_____. *Isto não é um diário*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012.

BÍBLIA. Português. *A Bíblia de Jerusalém*. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.

BRIGHENTI, A. *Reconstruindo a Esperança: como planejar a ação da Igreja em tempos de mudança*. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2000.

_____. *A Igreja perplexa: novas perguntas, novas respostas*. São Paulo: Paulinas, 2004.

BOFF, L. *Jesus Cristo libertador*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *Eclesiogênese: a reinvenção da Igreja*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

CAMPESE, G. “Não és mais estrangeira nem hóspede”. A teologia das migrações no século XXI. <<https://ciberteologia.com.br/assets/pdf/post/nao-es-mais-estrangeira-nem-hospede-a-teologia-das-migracoes-no-seculo-xxi-.pdf>> Acessado em 27/08/2018.

CANDANTEN, A. *Povo a Caminho: uma espiritualidade que gera esperança*. 2. ed. Caxias do Sul: Lorigraf, 2007.

CANEVACCI, M. <<http://www.overmundo.com.br/overblog/entrevista-com-pensador-massimo-canevacci>>. Acessado em 26/05/2018.

CAPRA, F. *O Ponto de Mutação: a Ciência, a Sociedade e a Cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1982.

CASTELLS, M. *The Informational City: Informations Technology, Economic Restructuring, and the urban-Regional process*. Massachusetts: Blackell, 1999.

_____. *O Poder das Identidades*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, M. *The Practice of Everyday Life*. Berkeley: University of California Press, 1984.

COBB, J. B. *Christ in a pluralistic age*. Philadelphia: The Westminster Press, 1975.

COMITÊ INTERNACIONAL DE BEM ESTAR DO MARÍTIMO (ICSW). Disponível em: <<https://www.seafarerswelfare.org>>. Acessado em 15/10/2017.

III CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO AMERICANO. *Puebla*: Evangelização no presente e no futuro da América Latina. São Paulo: Paulinas, 1979.

V CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO AMERICANO E DO CARIBE. Documento de *Aparecida*. Brasília: CNBB, 2007.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES. Disponível em: <<http://www.cppnac.org.br/>>. Acessado em 20/02/2019.

CORTELA, M. *Qual é a tua obra?* Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. Petrópolis, Editora Vozes, 2007

CORTINA, A. *Por Uma ética del consumo*: La ciudadanía del consumidor em um mundo global. Madrid: Taurus, 2002.

COX, H. *A cidade e o homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

_____. *The Secular City*: Secularization and Urbanization in Theological Perspective. London: SCM Press, 1967.

_____. *Religion in the Secular City*: Toward a Postmodern Theology. New York: Simon & Schuster, 1984.

CUNHA, C. *Encontros Decoloniais entre o bem viver e o Reino de Deus*. Campinas: Saber criativo, 2019.

DELEUZE, G & GUATTARI, F. *A Thousand Plateaus*: Capitalism and Schizophrenia. Disponível em: <<https://libcom.org/files/A%20Thousand%20Plateaus.pdf>>. Acessado em 3/10/2019.

_____. *Mil Platôs*: Capitalismo e esquizofrenia. Vol I. São Paulo, Editora 34, 2017.

DIEGUES, A. *Ilhas e Mares*: simbolismo e imaginação. p.186. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Ilhas%20e%20Mares.pdf>>. Acessado em 08/08/2019.

DOORNEBAL, R. *Crossroads*: an Exploration of the Emerging-Missional Conversation with a Special Focus on 'Missional Leadership' and Its Challenges for

Theological Education Disponível em: <http://dare.uvu.nl/bitstream/handle/1871/35543/dissertation.pdf>>. Acessado em 29/07/2019.

DUFOUR, X. *Lectura del Evangelio de Juan*. Vol IV. Salamanca: Ediciones Síguemes, 1998.

DUSSEL, E. *1492: O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. Petrópolis, 1993.

FAUS, J. *La Humanidad Nueva: ensayo de Cristología*. Vol I. Bilbao: Sal Terrae, 1984.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DO TRANSPORTE (ITF). Disponível em: www.itf.org.uk>. Acessado em 1/06/2019.

FITZMYER, J. *El Evangelio según Lucas*. Vol I. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1986.

FITZPATRICK, D. Criminalization of Seafarers. In: *Studio Emigrazione*. n. 198. Roma, 2015. p. 213-221.

FLAKSMAN, A. *Aspectos da recepção de Heráclito por Platão*. Rio de Janeiro, 2009. 197p. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=14601@1>>. Acessado em 01/10/2019.

FOUCAULT, M. *De outros Espaços*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300008>. Acessado em 12/03/2019.

FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulus, 2013.

_____. Exortação Apostólica *Amoris Laetitia*. Brasília: Edições CNBB, 2016.

_____. Mensagem do Papa Francisco para o dia Mundial do Migrante e Refugiado 2015: *Igreja sem fronteiras, mãe de todos*. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/migration/documents/papa-francesco_20140903_world-migrants-day-2015.html>. Acessado em 16/06/2019.

_____. Discurso do Santo Padre por ocasião do Simpósio “*A teologia depois da Veritatis Gaudium no Contexto Mediterrâneo*”. Disponível em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/june/documents/papa-francesco_20190621_teologia-napoli.html>. Acessado em 10/07/2019.

FORTE, B. *A Teologia como companhia, memória e profecia*. Introdução ao sentido e ao método da Teologia como história. São Paulo: Paulinas, 1991.

FREIRE, P. *Ação cultural para liberdade*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREYNE, S. *Jesus, um Judeu da Galileia*. São Paulo: Paulus, 2008.

_____. *A Galileia, Jesus e os Evangelhos: enfoques literários e investigações históricas*. São Paulo: Loyola, 1996.

GIDDENS, A. *As consequências da Modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GIBELLINI, R (org). *A Teologia do século XX*. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. *Perspectivas Teológicas para o Século XXI*. Aparecida: Santuário, 2003.

GREY, M. The Maritime Industry today: the blood vessels of world trade. In: *Studio Emigrazione*. n. 198. Roma, 2015. p. 181- 194.

GOMES, R. *Com que Direito? Análise do debate entre Las Casas e Sepúlveda-Valladolid, 1550-1551*. In: Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, v. 19, n. 4 abr. 2007.

GOWLER, D. *What are They saying about the historical Jesus?* New York: Paulist Press, 2007.

GUTIÉRREZ, G. *Falar de Deus a partir do sofrimento do inocente: uma reflexão sobre o livro de Jó*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *Em busca dos pobres de Jesus Cristo: o pensamento de Bartolomeu de Las Casas*. São Paulo: Paulus, 1995.

_____. A situação e tarefas da Teologia da Libertação. In GIBERLLINI, R: *Perspectivas teológicas para o século XXI*. Aparecida: Editora Santuário, 2005. p. 85-98.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HAIGHT, R. *Jesus symbol of God*. Maryknoll, NY: Orbis Books, 1999.

HALL, S. *A Identidade cultural na Pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2011.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

IDÍGORAS, J.L. *Vocabulário teológico para a América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1983.

JOÃO PAULO II. *Message for the World Day of Migrants and Refugees*, 1999.

Disponível em:

<http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/messages/migration/documents/hf_jp-ii_mes_22021999_world-migration-day-1999_en.html>. Acessado em 30/08/2019.

_____. *Exortação Pós-sinodal Ecclesia in América*.

<http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_22011999_ecclesia-in-america_po.html>. Acessado em 12/06/2019.

_____. *Carta Apostólica sob forma de Motus Proprio Stella Maris: sobre o*

Apostolado do Mar. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/motu_proprio/documents/hf_jp-ii_motu-proprio_17031999_stella-maris.html>.

Acessado em 23/03/2019.

KANT, I. *Crítica da Razão pura*. In: *Pensadores*. V. 25. São Paulo: Abril, 1974.

KVERNDAL, R. *The Way of the Sea: the changing shape of mission in the seafaring world*. Pasedina-CA: Willian Carey Library, 2008.

KÜNG, H. *Projeto de Ética Mundial: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana*. 4 ed. São Paulo: Paulinas, 2003.

_____. *Teologia a Caminho: fundamentação para o diálogo ecumênico* Campinas: Versus, 2004.

HERVIEU-LEGER, D. *O Peregrino e o convertido: a religião em movimento*. Petrópolis: Vozes, 2008.

HOWARD, M. *God in the depths: images of the sea in the development of faith*. London: SPCK, 1999.

LAS CASAS, B. *O Paraíso Destruído*. Porto Alegre: L&PM, 1984.

LIBANIO, J. B. *Desafios da Pós Modernidade à Teologia Fundamental*. In: GONÇALVES, P.; TRANSFERETTI, S. L. (orgs): *Teologia e Pós Modernidade*. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 143-171.

_____. *Igreja Contemporânea: encontro com a Modernidade*. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. *As Lógicas da Cidade: o impacto sobre a Fé e sob o impacto da Fé*. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. *Teologia da Revelação a partir da modernidade*. Coleção: Fé e Realidade. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. *Formação da Consciência crítica: subsídios filosófico-culturais*. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. *Igreja Contemporânea: encontro com a modernidade*. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. *Teologia da Revelação a partir da modernidade*. Coleção: fé e realidade. São Paulo: Loyola, 1992.

LIBANIO, J. B & MURAD. *Introdução à Teologia: Perfil, enfoques, tarefa*. São Paulo: Loyola, 1997.

LIPOVETSKY, G. *A Tela Global: mídias culturais e cinema na era hipermoderna*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

_____. *La era del Vacío: ensayos sobre el individualismo contemporáneo*. 7ª ed. Barcelona: Editorial Anagrama, 1994.

_____. G; CHARLES, S. *Os Tempos Hipermodernos*. Ed. São Paulo, Barcarolla, 2005.

_____. *A Felicidade Paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LÓPEZ, L; URIARTE, P. *Relatório de Pesquisa Exploratória: Rio Grande e suas problemáticas urbana e portuária*. Porto Alegre. UFRGS. 2009.

LYOTARD, J. *A condição Pós-moderna*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

MCFAGUE, S. *Metaphorical Theology: models of God in religious language*. Philadelphia: Fortress Press, 1982.

_____. *Model of God: Theology for an ecological, nuclear age*. Philadelphia: Fortress Press, 1988.

MAFFESOLI, M. *La Tajada del Diablo: compendio de subversion Postmoderna*. Siglo XXI Editores: Mexico, 2005.

MENDOZA-ÁLVAREZ, C. *Deus ineffabilis*: El lenguaje sobre Dios em tiempos de pluralismo cultural y religioso. In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de (org). *Deus na sociedade plural: fé, símbolos e narrativas*. São Paulo: Paulinas, 2013, p.129-153.

_____. *Deus Ineffabilis*. São Paulo: É realizações, 2016.

MENDOZA, V. High Tide and Undertows: Filipinos Seafarers between the paradoxes of development and imagination. In: *Studio Emigrazione*. n. 198. Roma, 2015. p.195-211.

MIGNOLO, W. *La idea de América latina. La herida colonial y La opción decolinial*. Barcelona. Gedisa, 2007.

_____. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos da UFF- Dossiê: literatura, língua e identidade*, n.34, 2008.

_____. *Habitar la Frontera: sentir y pensar la Descolonialidad* (Antología, 1999-2014). Disponível em:

<https://www.cidob.org/es/publicaciones/serie_de_publicacion/interrogar_la_actualidad/habitar_la_frontera_sentir_y_pensar_la_descolonialidad_antologia_1999_2014>

Acessado em 04/05/2019.

_____. *Colonialidade: o lado mais escuro da Modernidade*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>>.

Acessado em 07/08/2019.

MIRANDA, M. F. *A migração como desafio à fé cristã*. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. Ano XV, n 28, 2007. p. 197-207.

MORIN, E. *Ciência com Consciência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

MOLTMANN, J. *Trindade e Reino de Deus: uma contribuição para a Teologia*. Petrópolis: Vozes, 2011.

NIETZSCHE, F. *A Gaia Ciência*. São Paulo: Martin Claret, 2017.

_____. *Assim falou Zarathustra*. São Paulo, Editora Schwarcz, 2018.

_____. *Ecce Homo*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO- Convenção 188 de 2007. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_242715/lang-pt/index.htm>. Acessado em 15/08/2019.

OLIVEIRA, M. *Diálogos entre Fé e Razão*. São Paulo: Paulinas, 2000.

_____. A mudança de paradigmas nas ciências contemporâneas. In *Teologia aberta ao futuro*. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. Pós-modernidade: abordagem filosófica. In: *Teologia e Pós-modernidade*. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 21-53.

OTTO, R. *O Sagrado: os aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional*. São Leopoldo: Sinodal/Est; Petrópolis: Vozes, 2007.

PASSOS, J; SOARES, A. M. L (orgs). *A fé na metrópole: desafios e olhares múltiplos*. São Paulo: Paulinas, 2009.

_____. A Religião e as contradições da metrópole: Lógica e Projeto. In: *A Fé na Metrópole: desafios e olhares múltiplos*. PASSOS, J; SOARES, A.M.L (orgs). São Paulo: Paulinas, 2009.

PASTOR, F. Teologia e Modernidade: alguns elementos de Epistemologia Teológica. In: TRANSFERETTI, J; GONÇALVES S (org). *Teologia e Pós-modernidade*. São Paulo: Paulinas, 2003. P. 71-102.

PAULO VI. *Octogesima adveniens*. In: Encíclicas e documentos sociais: Da Rerum Novarum a Octagesima Advenies. São Paulo: Paulinas, 1971.

_____. *Evangelii Nuntiandi*. 11. ed. São Paulo: Paulinas, 1976.

_____. *Populorum Progressio*. 7. ed. São Paulo: Paulinas, 1977.

PINTO, J. MIGNOLO, W. *A Modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial*. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/20580/13966>>. Acessado em 03/09/2019.

PIRES, S. O aspecto jurídico da conquista da América pelos espanhóis e a inconformidade de Bartolomé de Las Casas. In: WOLKMER, A. C. (org). *Direito e justiça na América indígena: da conquista à colonização*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998, p. 55-74.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES. *Manual para Capelães e agentes pastorais do Apostolado do Mar*. Porto Alegre: Solidus, 2013.

QUIJANO, A. *Colonialidad del poder y clasificación*. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506032333/eje1-7.pdf>>. Acessado em 10/07/2019.

_____. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf>. Acessado em 10/07/2019.

REDE INTERNACIONAL DE ASSISTÊNCIA AOS MARÍTIMOS (ISAN). Disponível em: <<https://www.seafarerhelp.org/>> . Acessado em 12/03/2019.

REALE, G; ANTISERI, D. *História da Filosofia*. V. 3. São Paulo: Paulus, 1991.

RICOEUR, P. *O Conflito das Interpretações*. Disponível em: <[https://www.academia.edu/11033765/RICOEUR Paul. O Conflito das Interpreta%C3%A7%C3%B5es- Conceitos_chaves_em_Filosofia](https://www.academia.edu/11033765/RICOEUR_Paul._O_Conflito_das_Interpreta%C3%A7%C3%B5es- Conceitos_chaves_em_Filosofia)>. Acessado em: 02/10/2019.

RIEGER, J. *Globalization and Theology*. Nashville: Abingdom Press, 2010.

_____. *Faith on the road: a short Theology of Travel & Justice*. Downers Grove: IVP Academic, 2015.

ROLLOF, J. *A Igreja no Novo Testamento*. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

ROTerdã, E. O Elogio da Loucura: in: *Os grandes clássicos da Literatura*. Vol. III: São Paulo: Editora Brasileira, 1984.

SHIMID, J. *El Evangelio según San Marcos*. Barcelona: Herder, 1967.

SANCHEZ, W. A multiplicidade Religiosa no Espaço Urbano. In: PASSOS, J. D; SOARES, A, M, L. (orgs). *A fé na metrópole: desafios e olhares múltiplos*. São Paulo: Paulinas, 2009. p. 47-65.

SANTOS, B. *Introdução a uma ciência Pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. *The end of the cognitive Empire: the coming of age of Epistemology of the South*. Disponível em: <https://www.dukeupress.edu/Assets/PubMaterials/978-1-4780-0015-0_601.pdf>. Acessado em 27/12/2019.

_____. *Introdução a uma ciência Pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. MENESES, M. (orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2017.

- SETOR DA PASTORAL SOCIAL DA CNBB. *O que é a Pastoral Social*. Cartilha da Pastoral Social. Brasília: CNBB, 2003.
- SEPÚLVEDA, J. *Tratado sobre las justas causas de la guerra contra los indios*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1941.
- SOBRINO, J. *A fé em Jesus Cristo: ensaio a partir das vítimas*. Petrópolis: vozes: 2000.
- SUESS, P (org). *A Conquista espiritual da América Espanhola*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- SUSIN, L (org). *Teologia para outro mundo possível*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- TAMAYO, J. Las religiones monoteístas y el Mar Mediterráneo. In: ROUSSEL, J. (Ed) *Decoloniality and Justice: Theological perspectives*. São Leopoldo: Oikos, 2018.
- TEIXEIRA, F. Teologia e Diálogo Inter-religioso. In: ALMEIDA, E; LONGUINI, L. *Teologia para que?* (org). Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p.73-85.
- TEIXEIRA, E. *A fragilidade da Razão: Pensiero debole e niilismo hermenêutico em Gianni Vattimo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.
- TODOROV, T. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- TORRES QUEIRUGA, A. *Creio em Deus Pai: o Deus como afirmação plena do humano*. São Paulo: Edições Paulinas, 1993.
- TOURAINÉ, A. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- TRACY, D. *The analogical Imagination: Christian Theology and Culture of Pluralism*. NewYork: The Crossroad publishing Company, 1987.
- VATTIMO, G. *Adeus à Verdade*. Petrópolis: Vozes, 2016.
- _____. *Creer que se Cree*. Barcelona: Editorial Paidós, 1996.
- _____. *Depois da Cristandade: por um cristianismo não religioso*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- _____. *Em torno a La Postmodernidad*. Barcelona: Editorial Antropos, 1990.
- _____. *La Sociedad Transparente*. Barcelona. Ediciones Paidós Ibérica, 1998.
- _____. *O fim da Modernidade: Niilismo e hermenêutica Pós-moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____. *Para além da Interpretação: o significado da Hermenêutica para a Filosofia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

_____. *Tecnica ed esistenza: una mappa filosofica del novecento*. Milano: Massa & Marti, 2012.

ZAMBERLAM, J, CORSO, G; PINTO, R. *Pescadores e Pescadoras artesanais: desafios para um serviço da Igreja no Brasil*. Porto Alegre: Solidus, 2016.

_____. *Veredas no mar*. Porto Alegre: Solidus, 2014.

_____. *Passagem de Dom João Batista Scalabrini na Cidade portuária de Rio Grande (1904): os relatos da imprensa*. Porto Alegre: Solidus, 2012.

ZUDEIMA, J. Seafarers' Ministry in Ecumenical Perspective: In: *Studio Emigrazione*.

Ano LII. N. 198. Abril: Roma, 2015. p. 249-259.

WERBICK, J. Doutrina da Trindade. In: SCHNEIDER, T (org). *Manual de Dogmática*.

Volume II. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 429-509.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br